



Biblioteconomia e os **Ambientes** de Informação 2

Guilhermina de Melo Terra
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Guilhermina de Melo Terra
(Organizadora)

Biblioteconomia e os Ambientes de Informação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora

Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B582	<p>Biblioteconomia e os ambientes de informação 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Guilhermina de Melo Terra. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Biblioteconomia e os Ambientes de Informação; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-342-2 DOI 10.22533/at.ed.422192205</p> <p>1. Arquivologia. 2. Biblioteconomia – Pesquisa – Brasil. 3. Ciência da informação. I. Terra, Guilhermina de Melo. II. Série. CDD 020.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Biblioteconomia e os Ambientes da Informação”, editada pela Atena Editora compreender uma série, constituída por dois volumes, cujas temáticas encontram-se ligadas à área da Ciência da Informação. Esta área, compreende um campo interdisciplinar, voltado para o processo de “[...] análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação” (SILVA, 2015, p.1).

Nesta perspectiva, os capítulos que compõem este Volume 2, de forma benéfica, tratam acerca da aplicabilidade da informação, em diversos suportes, junto às organizações, de modo a melhor cumprirem sua missão organizacional, uma vez que os artigos versam sobre a gestão de bibliotecas, sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos espaços informacionais, sobre a estrutura e operações dos repositórios institucionais, sobre a aplicabilidade de estudos bibliométricos, bem como sobre os acervos e práticas estabelecidas pelas organizações arquivistas, definidas aqui como ambientes informacionais.

No que se refere ao **Eixo “Gestão da Biblioteca”**, este volume apresenta os seis primeiros capítulos da obra, assim distribuídos: o primeiro capítulo, intitulado “A administração discursiva das bibliotecas orientadas para o desenvolvimento sustentável” trata acerca do fazer ético, junto à administração das bibliotecas, enquanto organizações complexas. O segundo capítulo, denominado “A atuação da assessoria à Rede de Bibliotecas no Sistema FIRJAN: gestão, incentivo à inovação e criatividade” apresenta o trabalho da assessoria, junto à Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN. Intitulado “A consolidação da rede de bibliotecas da educação adventista”, o terceiro capítulo aborda sobre o processo de criação do sistema de bibliotecas que compõem a Rede da Educação Adventista, a qual integra 166 bibliotecas do Brasil. O capítulo quatro, “A necessidade do uso do descarte no acervo da Biblioteca Profº Carlos Alberto Barbosa – IFRJ – Campus Nilópolis”, destaca a importância da política de descarte para o funcionamento da biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis. Definido “Biblioteca de História das Ciências e da Saúde na preservação da memória: proposta metodológica de transferência de acervo bibliográfico”, o quinto capítulo apresenta os procedimentos adotados pelos profissionais da biblioteca, de modo a não danificar o acervo durante a transferência do acervo do prédio antigo para o prédio atual. Fechando este primeiro eixo, temos o capítulo sexto, “O uso do modelo SECI em bibliotecas como guia para suporte à gestão do conhecimento”, o qual aborda a importância do Modelo SECI para o processo de gestão do conhecimento e funcionamento da biblioteca.

O **Eixo “Tecnologia da Informação e Comunicação”** é constituído por cinco capítulos. Definido como capítulo sete, o artigo “Comunicação da ciência na era da internet: visibilidade e internacionalização”, apresenta o contributo das tecnologias digitais na evolução da comunicação científica em ambientes de ensino e pesquisa.

O oitavo capítulo, “Cortando gastos em tempo de crise: a biometria substituindo o cartão de usuário”, apresenta as vantagens da implantação do cadastro biométrico dos usuários da Biblioteca Central Julieta Carteadó, junto ao atendimento dos usuários. Intitulado “Digitalização e publicação *online* da Revista Leprosy Review de 1928-2001: relato de experiência”, o nono capítulo visa discutir acerca do processo de digitalização da revista em tela no meio eletrônico. O décimo capítulo é definido como “Ideologia e utopia dos discursos na Wikipédia” e visa apresentar o estudo feito acerca do uso da Wikipédia como ferramenta da busca. Por fim, o décimo primeiro capítulo, denominado “Preservação da informação digital” pretende analisar os avanços proporcionados pelo uso dos recursos computacionais aplicados à conservação e preservação da informação digital.

Para compor o **Eixo “Repositórios Institucionais”**, o capítulo décimo segundo, definido como “A Biblioteca Marechal Rondon e seus acervos digitais”, trata do repositório da biblioteca Marechal Rondon, o qual é constituído por um rico acervo sobre a temática indígena brasileira, enquanto que o décimo terceiro capítulo, definido como “Repositórios institucionais: promovendo o alcance dos objetivos da agenda 2030 da ONU” apresenta os repositórios institucionais como ferramentas utilizadas para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável exposto pela IFLA, o qual toma por base a agenda 2030 da ONU.

Os capítulos décimo quarto e décimo quinto temos os artigos que tratam do **Eixo “Bibliometria”**. Assim, o décimo quarto capítulo, “Estudo bibliométrico do acervo Raimundo Jinkings, integrante do Memorial do Livro Moronguêta da UFPA” objetiva apresentar os resultados da análise bibliométrica do acervo que pertenceu a Raimundo Jinkings. Intitulado “Qualidade, produtividade e estratégias de operações: uma revisão bibliométrica”, o capítulo décimo quinto, apresenta uma revisão bibliométrica sobre qualidade, processos e estratégias de operações para garantir maior vantagem competitiva, a partir do crescimento econômico e financeiro de uma organização.

Fechando este Volume 1, o **Eixo “Organizações Informacionais”** é formado por artigos que apresentam as organizações arquivísticas como objeto de estudo. Posto isto, o capítulo décimo sexto, “A fotografia nos arquivos: um breve estudo sobre a necessidade de uma gestão documental”, versa sobre a legitimação da fotografia, enquanto documento arquivístico, a partir de um estudo sobre materiais fotográficos em arquivos. O capítulo décimo sétimo, “A memória é refletida em um acervo ou um acervo reflete a memória?”, resgata a memória e a história, a partir do arquivo pessoal de Santos Dumont. Definido como “Análise da aplicabilidade do princípio da proveniência associado à representação da informação arquivística no acervo intermediário do IFPB – Campus João Pessoa”, o décimo oitavo capítulo aborda as contribuições do uso correto do princípio da proveniência, junto ao acervo intermediário do Arquivo Central do IFPB – Campus João Pessoa. O capítulo décimo nono é intitulado “Inovação na gestão de documentos: a proposta de implantação da tipologia documental no âmbito dos recursos humanos da Fundação Oswaldo Cruz”, visa apresentar os resultados da

gestão documental aplicado, junto ao arquivo da Fundação Oswaldo Cruz. Com o título “Notas sobre o patrimônio de ciência e tecnologia em registros fotográficos: o acervo da UFPE, a Ciência e os Cientistas”, o vigésimo capítulo visa abordar as reflexões acerca do patrimônio de ciência e tecnologia, contido no acervo fotográfico da UFPE. Em relação ao vigésimo primeiro capítulo, denominado “O acervo do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande: relato de experiência”, objetiva tratar sobre o procedimento referente ao diagnóstico e tratamento arquivístico junto ao acervo do extinto Departamento de Oceanografia e da Universidade Federal do Rio Grande. O vigésimo segundo capítulo, “Por um acervo digital de partituras de música brasileira”, discute meios de integração e ampliação dos arquivos de partituras de música brasileira, a fim de ampliar sua visibilidade e acesso. Já o capítulo vigésimo terceiro, denominado “Proposta para a criação de um vocabulário controlado a partir do Sistema de Informações do Arquivo Nacional do Brasil (SIAN)”, propõe a criação de um vocabulário controlado, tomando por base o SIAN, a fim de contribuir com a atividade de descrição, a ser desenvolvida pelo profissional arquivista.

Como se pode notar, este segundo volume encontra-se recheado de reflexões capazes de contribuir para uma sólida discussão acerca da prática biblioteconômica e arquivística. Por esta razão, em nome da Atena Editora, ao mesmo tempo em que agradecemos aos autores pela contribuição, desejamos aos leitores uma excelente leitura.

Guilhermina de Melo Terra

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ADMINISTRAÇÃO DISCURSIVA DAS BIBLIOTECAS ORIENTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima Fátima Santana da Silva José Rodolfo Tenório Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4221922051	
CAPÍTULO 2	18
A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA À REDE DE BIBLIOTECAS DO SISTEMA FIRJAN: GESTÃO, INCENTIVO A INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE	
Bernardo José de Oliveira Palma Daisy Margareth Alcáçova de Sá Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.4221922052	
CAPÍTULO 3	29
A CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA	
Liliane Giusti Serra Raquel Pinto Correia Gisele Tosi de Santa Clara	
DOI 10.22533/at.ed.4221922053	
CAPÍTULO 4	35
A NECESSIDADE DO USO DO DESCARTE NO ACERVO DA BIBLIOTECA PROFº CARLOS ALBERTO BARBOSA – IFRJ – CAMPUS NILÓPOLIS	
Cassia Nogueira Santos Cintia Luciano de Paiva Josiane Borges Pacheco Heloisa Souto de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4221922054	
CAPÍTULO 5	45
BIBLIOTECA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: PROPOSTA METODOLÓGICA DE TRANSFERÊNCIA DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.	
Eliane Monteiro de Santana Dias Jeorgina Gentil Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.4221922055	
CAPÍTULO 6	52
O USO DO MODELO SECI EM BIBLIOTECAS COMO GUIA PARA SUPORTE A GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Gil Eduardo Amorim Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.4221922056	
CAPÍTULO 7	59
COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA NA ERA DA INTERNET: VISIBILIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	
Raimunda Ribeiro Lídia Oliveira Cassia Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.4221922057	

CAPÍTULO 875

CORTANDO GASTOS EM TEMPO DE CRISE: A BIOMETRIA SUBSTITUINDO O CARTÃO DE USUÁRIO

Rejane Maria Rosa Ribeiro
Maria do Carmo Sá Barreto Ferreira
Isabel Cristina Nascimento Santana
Solange dos Santos Rocha
Ana Martha Machado Sampaio
Gerusa Maria Teles de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.4221922058

CAPÍTULO 980

DIGITALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO ONLINE DA REVISTA LEPROSY REVIEW DE 1928-2001 – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andrea Cristina Bogado
Alessandra Carriel Vieira
Juliana Lourenço Sousa
Marcos da Cunha Lopes Virmond

DOI 10.22533/at.ed.4221922059

CAPÍTULO 1091

IDEOLOGIA E UTOPIA DO DISCURSO NA WIKIPÉDIA

Marcio Gonçalves
Elaine Vidal
Fabiana Crispino

DOI 10.22533/at.ed.42219220510

CAPÍTULO 11103

PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO DIGITAL

Francisco Carlos Paletta
Luara Martins Oliveira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.42219220511

CAPÍTULO 12118

A BIBLIOTECA MARECHAL RONDON E SEUS ACERVOS DIGITAIS

Rodrigo Piquet Saboia de Mello

DOI 10.22533/at.ed.42219220512

CAPÍTULO 13127

REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: PROMOVENDO O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA AGENDA 2030 DA ONU

Layde Dayelle dos Santos Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.42219220513

CAPÍTULO 14132

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DO ACERVO RAIMUNDO JINKINGS, INTEGRANTE DO MEMORIAL DO LIVRO MORONGUÊTÁ DA UFPA

Elisangela Silva da Costa
Suelene Santana Assunção

DOI 10.22533/at.ed.42219220514

CAPÍTULO 15 139

QUALIDADE, PRODUTIVIDADE E ESTRATÉGIAS DE OPERAÇÕES: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Raissa Cristina Pereira
Renata Alessandra Evangelista
Lucas Augusto de Carvalho Ribeiro
Liliane Guimarães Rabelo
Jackeliny Dias da Silva
Vanessa Bitencourth dos Santos
Lucas Chagas Gomes
Aline Mirian da Silva
Luan Aparecido Oloco de Oliveira
Ingride Chagas Gomes
Marcos Alves Gomes
Serigne Ababacar Cissé Ba

DOI 10.22533/at.ed.42219220515

CAPÍTULO 16 149

A FOTOGRAFIA NOS ARQUIVOS:UM BREVE ESTUDO SOBRE A NECESSIDADE DE UMA GESTÃO DOCUMENTAL

Luciene de Castro Braga
Alessandro Ferreira Costa

DOI 10.22533/at.ed.42219220516

CAPÍTULO 17 160

A MEMÓRIA É REFLETIDA EM UM ACERVO OU UM ACERVO REFLETE A MEMÓRIA?A QUESTÃO DA MEMÓRIA NO ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT

Bárbara Cristina Barbosa Pinto da Silva

DOI 10.22533/at.ed.42219220517

CAPÍTULO 18 168

ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA ASSOCIADO À REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ACERVO INTERMEDIÁRIO DO IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA

Gregório Goldman dos Santos Felipe
Anna Carla Silva de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.42219220518

CAPÍTULO 19 180

INOVAÇÃO NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL NO ÂMBITO DOS RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Lucina Ferreira Matos
Juliana Christina do Carmo Silva

DOI 10.22533/at.ed.42219220519

CAPÍTULO 20 199

NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM REGISTROS FOTOGRÁFICOS: O ACERVO DA UFPE, A CIÊNCIA E OS CIENTISTAS

Emanuela Sousa Ribeiro
Ana Cláudia de Araújo Santos

DOI 10.22533/at.ed.42219220520

CAPÍTULO 21	219
O ACERVO DO DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Maria de Fátima Correa Evelin Mintegui	
DOI 10.22533/at.ed.42219220521	
CAPÍTULO 22	231
POR UM ACERVO DIGITAL DE PARTITURAS DE MÚSICA BRASILEIRA	
Rosana S. G. Lancelotte	
DOI 10.22533/at.ed.42219220522	
CAPÍTULO 23	242
PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UM VOCABULÁRIO CONTROLADO A PARTIR DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL (SIAN)	
Mariane Costa Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.42219220523	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	253

A ADMINISTRAÇÃO DISCURSIVA DAS BIBLIOTECAS ORIENTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia –IBICT. Rio de Janeiro – RJ

Fátima Santana da Silva

PPGCI IBICT/UFRJ. Rio de Janeiro – RJ.

José Rodolfo Tenório Lima

Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió – AL

RESUMO: Neste artigo discute-se o agir ético dos bibliotecários para o desenvolvimento sustentável, particularmente na administração das bibliotecas. As bibliotecas são usualmente subsistemas de organizações complexas. Os sistemas são espaços de complexidade reduzida em relação ao seu entorno, para a execução de atividades orientadas a fins. O que se observa é que o entorno dos sistemas e os próprios sistemas constituem um mundo da vida ameaçado. As ameaças vêm de sobrecargas causadas pelos sistemas ou por outras incapacidades e insuficiências do ambiente em sustentar a dinâmica dos sistemas. Assim, cabe à sociedade enfrentar estas ameaças que a racionalidade funcional lhe traz, sob a forma de um desenvolvimento de sistemas que podem ter atritos, causar danos ou mesmo destruir o seu entorno. Neste sentido cabe ampliar a racionalidade dos sistemas e discutir de modo crítico, internamente e na

esfera pública, esta racionalidade. A ampliação da racionalidade tem duas faces: a inclusão dos participantes dos sistemas no discurso e a inclusão da sustentabilidade na perspectiva dos sistemas. Ao mesmo tempo, o discurso crítico na esfera pública pode informar participantes e pressionar dirigentes. Os participantes dos sistemas bibliotecas têm escolhas éticas a fazer em relação às finalidades e atividades das mesmas. Conclui-se que o desenvolvimento sustentável na agenda das bibliotecas faz parte da aprendizagem moral dos bibliotecários, cabendo então a coragem da verdade. Espera-se que os bibliotecários interfiram como participantes destes sistemas na construção da sua agenda.

PALAVRAS-CHAVE: Habermas. Teoria do agir comunicativo. Discurso. Sistemas. Sustentabilidade ambiental.

ABSTRACT: This article discusses the ethical action of librarians for sustainable development, particularly in the administration of libraries. Libraries are usually subsystems of complex organizations. Systems are spaces of reduced complexity in relation to their surroundings, for the execution of activities oriented to ends. What is observed is that the systems environment and the systems themselves constitute a threatened world of life. The threats come from overloads caused by systems or from other inabilities and

inadequacies of the environment in sustaining the dynamics of systems. Thus, it is up to society to face these threats that functional rationality brings to it, in the form of a development of systems that can have friction, damage or even destroy their environment. In this sense it is necessary to extend the rationality of systems and to discuss critically, internally and in the public sphere, this rationality. The expansion of rationality has two faces: the inclusion of system participants in discourse and the inclusion of sustainability in systems perspective. At the same time, critical discourse in the public sphere can inform participants and pressure leaders. Participants in library systems have ethical choices to make regarding their purposes and activities. It is concluded that sustainable development in the libraries' agenda is part of the moral learning of librarians, and so the courage of truth is at stake. Librarians are expected to interfere as participants in these systems in building their agenda

KEYWORDS: Habermas. Theory of communicative action. Speech. Systems. Environmental sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um tema contemporâneo da maior importância, pois implica em harmonizar os sistemas ao seu entorno, e tem sido discutido nas diversas áreas. Uma das características dos sistemas atuais é sobrecarregar seu entorno com a produção de desigualdade e pobreza, os déficits de dignidade moral e direitos sociais e a corrosão do ambiente natural.

As bibliotecas são subsistemas de organizações complexas. São espaços de complexidade reduzida com relação ao seu entorno. Utilizaremos a relação entre Habermas e Luhmann, como opção metódica para entender as possibilidades de agir comunicativo e de reconstrução racional das bibliotecas. Esta opção de método torna-se necessária não apenas como crítica da razão instrumental redutora da complexidade organizacional, mas principalmente como orientação para uma razão prática, crítica e inovadora. O que se tem são sistemas e seu entorno, que constituem um mundo da vida ameaçado. As ameaças por sobrecargas dos sistemas atuais geram um padrão insustentável de atuação na sua relação com o ambiente. Tal fato faz com que o ambiente se torne incapaz de sustentar a dinâmica dos sistemas no longo prazo.

A “crise ambiental”, descrita por Leff (2003, 2006), passa por uma crise de “conhecimento”, na medida em que a complexidade ambiental é negada a partir de uma racionalização que tem como eixos norteadores a instrumentalidade e a economicidade. Neste padrão fragmentado de interpretar a realidade a pluralidade contida na diferença existente entre os diferentes acaba sendo negligenciada na busca pela redução da complexidade, ou seja, impõe-se um padrão de certeza absoluta e controle totalitário da natureza. Tal fato acaba por gerar uma ilusão de infinitude dos recursos naturais.

A tensão provocada por esse descompasso demanda vias alternativas que

possibilitem a perenidade da sociedade no futuro. Diante deste fato parece-nos oportuno pensar na inclusão da sustentabilidade na agenda das bibliotecas, sendo necessária a adequação destas ao esforço por bem-estar presente e futuro. Isto decorre não apenas de recomendações normativas, mas principalmente por necessidades de equilibrar sistemas e entornos em bases complexas que proporcionem socialização e integração social harmônicas e justas.

Os sistemas bibliotecas tem déficit de sentido se não correspondem às demandas do entorno. A redução funcional da sua complexidade não deve acontecer num modo que implique em sobrecarregar o seu entorno e ao entorno dos demais sistemas aos quais está integrada.

O que se quer é evidenciar necessidade e possibilidade de mudanças na administração das bibliotecas e propor a reconstrução da sua racionalidade prática. Assim, espera-se a participação efetiva dos sujeitos bibliotecários, comprometidos com éticas e políticas focadas para a sustentabilidade.

A ampliação da racionalidade se dá a partir da noção de administração discursiva que consiste na ampliação das dinâmicas comunicacionais entre sistema e entorno. Assim, a esfera pública é um espaço possível para problematização da racionalidade sistêmica. Abre-se, deste modo, uma situação limite para os sistemas. De um lado as bibliotecas podem se fechar, mas por outro podem se abrir a crítica. Os participantes podem realizar a reconstrução discursiva das bibliotecas, com mais ou menos interação com seus críticos externos.

A administração discursiva tem como foco ampliar os espaços de interação e de comunicação, com uma dinâmica colaborativa em que os indivíduos possam ter possibilidades de se entender, visando suprir as deficiências existente na administração tradicional. A abordagem discursiva da administração parte de uma perspectiva dialógica objetivando recuperar o real sentido da biblioteca a partir da interação com seu entorno, a fim de atender as diferentes demandas emergentes da comunidade em questão.

A reconstrução das bibliotecas a partir das críticas aos seus limites de sustentabilidade deve fazer parte da agenda humanística da administração de bibliotecas. Conclui-se que é necessário a interferência dos profissionais bibliotecários neste processo. O que se quer é evidenciar necessidade e possibilidade de mudanças na administração das bibliotecas e propor a reconstrução da sua racionalidade prática.

2 | BIBLIOTECA COMO SISTEMA DE COMPLEXIDADE REDUZIDA E AGIR COMUNICATIVO COMO MODO DE INTERAGIR COM O AMBIENTE

Usa-se como referências teóricas as Teorias do Agir Comunicativo e do Discurso de Habermas, e a crítica deste a Teoria de Sistemas de Luhmann. A partir disto buscamos entender as Bibliotecas como sistemas em organizações complexas e seu

papel é atender as demandas informacionais. As teorias de Habermas e Luhmann nos servirão de reflexão para entender a biblioteca como um sistema de organizações complexas em um mundo da vida ameaçado, assim como, servem para pensar em uma ética dos bibliotecários que oriente a administração discursiva das bibliotecas. Visa, também, inserir ações comunicativas nas organizações e destas com seu entorno, contribuindo para inclusão da sustentabilidade na agenda das bibliotecas. Para isso cabe iniciarmos nossa discussão a partir da concepção de sistema para Luhmann para que possamos compreender os pontos críticos e as soluções possíveis que o agir comunicativo habermasiano possibilita pensar para estes tipos de organizações.

A obra teórica Luhmann busca analisar e propor mecanismos que possibilitem a compreensão da sociedade moderna, principalmente no que tange a sua elevada diferenciação e dinâmica. Como resultado do seu esforço teórico Luhmann descreve a sociedade como um sistema fechado, onde tudo a sua volta é meio e sua reestruturação é autorreferente, com origem nele mesmo, e não considera o seu ambiente/entorno, assim como, também as mudanças ocorridas no mundo da vida.

Luhmann com sua perspectiva funcionalista interpreta a sociedade como um sistema autoprodutor de seus próprios elementos (autopoieses) que agem por meio de uma referência própria (autoreferenciais) e são fechados em si mesmo, autoproduzindo suas modificações a partir de processos comunicativos de ordem seletiva (códigos binários). Embora o sistema seja autorreferente, seu fechamento se dá exatamente por diferenciar-se deste ambiente/entorno, cuja complexidade o sistema não é capaz de lidar totalmente. Sendo assim o sistema é um modo de redução da complexidade para que sua operacionalidade seja viabilizada. Deste modo para Luhmann:

“O sistema não tem capacidade de apresentar uma variedade suficiente (*requisite variety: Ashby*) para responder, ponto por ponto, à imensa possibilidade de estímulos provenientes do meio. Assim, o sistema requer o desenvolvimento de uma disposição especial para a complexidade, no sentido de ignorar, rechaçar, criar indiferenças, enclausurar-se em si mesmo. Por isso surgiu a expressão *redução de complexidade*, no que se refere à relação do sistema com o meio, mas também consigo mesmo, principalmente quando se tratava de compreender as instâncias de racionalidade, as agências de planejamento localizadas dentro do próprio sistema.” (LUHMANN, 2010, p. 179)

A base da construção dos sistemas para Luhmann é a diferenciação, entre estes (sistemas) e o seu ambiente/entorno, que são outros sistemas. Ou seja, há uma diferença entre o sistema, que possui fronteiras, delimitadas pelo seu sentido funcional, e o ambiente/entorno que está situado fora da fronteira. O que promove essa diferença segundo Neves e Neves (2006) é o grau de complexidade existente entre estes dois fatores (sistema versus ambiente/entorno).

Luhmann (2007) destaca que a complexidade é uma “unidade de multiplicidades”, ou seja, um elemento pode assumir outras possibilidades que até então não eram previsíveis. Para o autor a complexidade é uma relação paradoxal e se dá pelo fato de que no ambiente/entorno, vários elementos podem assumir inúmeras possibilidades

de relações, tendo em vista que não há nenhum fator ordenador. Mediante este pressuposto o sistema surge como um espaço delimitador de complexidade a partir do seu controle. Essa delimitação deriva da interação seletiva com o ambiente/entorno no qual o sistema está inserido.

A interação entre sistema e ambiente/entorno ocorre por meio de processos comunicativos. Luhmann (1995) ao afirmar que a comunicação coordena a seletividade dos sistemas, trabalha com a hipótese de que o que possibilita a autopoiese, ou seja, sua autoprodução são derivações do processo comunicativo. A comunicação, na teoria sistêmica de Luhmann, não pode ser entendida como uma simples transmissão de informação, pois a informação só pode ser gerada pelo próprio sistema, tendo em vista que ele é autoreferente, ou seja, irá depender de sua contingência que influenciará na sua compreensão das informações provenientes do ambiente. Por isso para Luhmann comunicação se traduz em: “um processo que sintetiza informação, comunicação e compreensão” (NEVES, 1997, p.16).

De acordo com Seidl e Becker (2006) a compreensão é o ponto central no processo comunicativo da teoria luhmanniana. Diante disto temos que a partir da compreensão, que as organizações absorvem da interação com seu ambiente, acaba por influenciar seu processo de decisão. Para Luhmann (1997, p.14) as organizações podem ser entendidas como um sistema social autopoietico que tem como base a decisão: *“Los sistemas organizacionales son sistemas sociales constituídos por decisiones y que atan decisiones mutuamente entre si. El contenido teórico de esta afirmación resulta de um problema más general: el problema de la complejidad sistémica.”*

Pensar a organização biblioteca como um sistema para o qual se propõe agir além do mínimo imposto pelo sistema implica que ela seja capaz de selecionar do seu entorno complexo, elementos que reduzam tal complexidade, o que implica em aumentar sua própria complexidade, uma vez que o número de possibilidades passa a ser maior. (SILVA, 2013, p. 26). Kunzler diz que “[...] é condição para esse enfrentamento que o próprio sistema transforme-se internamente, criando subsistemas, deixando de ser simples e tornando-se mais complexo, ou seja, evoluindo. ” (KUNZLER, 2004, p.125)

Siebeneichler (2006) destaca que na teoria luhmanniana as necessidades de comunicação entre os sistemas não residem no meio linguístico da comunicação (linguagem comum) apreensíveis intersubjetivamente. Na verdade há uma decisão individualizada sobre o sucesso ou fracasso das “suposições” realizadas autopoieticamente pelos sistemas. A impossibilidade enfatizada pelo autor gerar incompatibilizações de entendimento do ambiente por parte do sistema. O que efetivamente acontece é uma interpretação autorreferente do contato realizado que pode está distorcida da realidade.

Habermas (1997) critica a teoria de sistemas luhmanniana pelo fato dela compreender os sistemas como diferenciações de complexidade fechadas em si mesmo. Pois, conforme aponta Luhmann, os sistemas são auto-referentes,

autopoieticos, operacionalmente fechados e que interagem de forma seletiva, ou seja, apenas processam informação que fazem parte do seu “sentido” e de acordo com a sua “gramática” própria. Tais concepções são espaços para a crítica de Habermas, pois essa forma de atuação é limitadora, uma vez que a seletividade dos sistemas faz criar um distanciamento da realidade complexa enfrentada pelos próprios sistemas.

Lima e Lima (2016) afirmam, tendo como base a discussão entre Habermas e Luhmann para entender a questão ambiental em organizações, que “o auto-fechamento acaba por desenvolver uma “insensibilidade” dos sistemas” para com o seu ambiente e isso acaba desenvolvendo problemas como a “crise ambiental”. A incapacidade dos sistemas que deriva da sua forma de interação entre o sistema e o seu ambiente, resulta numa forma “codificada” de interação, uma vez que a linguagem comum, contida no compartilhamento intersubjetivo do mundo da vida, é substituída pelos mecanismos codificadores de interação, os “códigos binários”. Além disso, de acordo com Habermas (1997, p. 74) “O entendimento fora de códigos específicos passa a ser tido como coisa ultrapassada. Isso equivale a afirmar que cada sistema perde a sensibilidade em relação aos custos que inflige a outros sistemas”.

O mundo da vida ao se diferenciar estruturalmente e constituir sistemas parciais altamente especializados para os domínios funcionais da reprodução cultural, da integração social e da socialização desenvolve uma modesta capacidade do mecanismo de entendimento da complexidade do mundo da vida. A limitação do entendimento deriva do fato de que o processo de racionalização imposto visa reduzir a complexidade existente nas interações. Habermas (2002, p. 498) destaca:

[...] há as sínteses propriamente produtivas da realidade, específicas a cada função, nos níveis de complexidade que os sistemas funcionais singulares podem comportar por si mesmos, mas que não podem ser adicionados à perspectiva global de um mundo [...]

Os contextos de interação, autonomizados em subsistemas gera o desacomplamento entre sistema e mundo da vida. Tal fato acaba por proporcionar no interior dos mundos da vida modernos a coisificação das formas de vida. O desacoplamento ocorrido a partir da diferenciação das estruturas do mundo da vida, multiplicam-se apenas as formas das patologias sociais, dependendo do componente estrutural que é insuficientemente suprido e do aspecto em que isso acontece há: perda de sentido, estados anômicos e psicopatologias são as classes de sintomas mais videntes deste estado. (HABERMAS, 2002)

O momento em que o mundo da vida se racionaliza a partir da diferenciação funcional há um aumento na necessidade de entendimento tendo em vista que os sistemas fecham em si mesmo e negam a intersubjetividade. Isso acaba por poder gerar distorções na comunicação que produz efeitos vinculantes apenas por meio da dupla negação das pretensões de validade. A linguagem não pode ser desconectada do complexo horizonte de sentido do mundo da vida. Deve permanecer entrelaçado com o saber de fundo, intuitivamente presente, dos participantes da interação. A

substituição parcial da linguagem corrente reduz-se também a ligação das ações conduzidas comunicativamente com os contextos do mundo da vida. (HABERMAS, 2002)

Uma forma de resgatar os laços negados pela concepção sistêmica do contexto da ação é por meio do agir orientado ao entendimento ou agir comunicativo. Na visão de Habermas as normas se fundamentam em um contexto de interação cooperativa onde todos os concernidos possuem possibilidades iguais de argumentação em busca de um entendimento. Habermas advoga que este discurso deve ser livre de dominação, e todos devem possuir os mesmos direitos e deveres. Neste processo discursivo se pode defender ou refutar as normas existentes e corrigi-las moralmente a partir da qualidade dos argumentos válidos. Isso ocorre no ambiente em que Habermas define como espaço de possibilidades para um processo discursivo em busca de entendimento. Lima e Lima (2016) acrescentam que o ambiente da esfera pública é o espaço onde as demandas da esfera privada são colocadas em debate público em busca de novas possibilidades, incluindo assim a ideia de sustentabilidade.

A reconstrução da organização a partir de uma visão sustentável requer que os envolvidos se disponham a participar do discurso, objetivando a cooperação para melhoria de processos, inovação e bem-estar social.

Cabe então discutir a redução da complexidade nos sistemas em Luhmann, como modo de entender o agir comunicativo e as condições de discurso dentro das organizações. A estruturação dos fluxos de informação e dos processos de interação mediados pela linguagem afetam as condições do agir dos participantes dentro dos sistemas. A organização egocêntrica despreza o entorno, e se funcionaliza a partir de interesses selecionados internamente. Uma teoria crítica das organizações deve considerar o discurso do entorno, indo além da seleção dos observadores externos privilegiados. Assim como aponta Siebeneichler (1989, p. 151) “Habermas procura reagir contra aquilo que ele chama de irracionalidade dominante na sociedade atual, interpretando-a num quadro macroscópico como manifestação do predomínio da racionalidade técnica, instrumental [...]”

Habermas considera que o discurso permite erguer pretensões de validade nas interações em busca de consenso sobre as normas existentes que deixaram de ser válidas objetivando estabelecer normas que tenham validade, a partir de acordos provenientes de interações comunicativas. Habermas afirma que:

Ao invés de prescrever a todos os demais como válida uma máxima que eu quero que seja uma lei universal, tenho que apresentar minha máxima a todos os demais para o exame discursivo de sua pretensão de universalidade. O peso desloca-se daquilo que cada (indivíduo) pode querer sem contradição como lei universal aquilo que todos querem de comum acordo reconhecer como uma norma universal. (Habermas, 2003, p. 88).

Tomando por base a teoria habermasiana, os interessados podem abrir mão de seus próprios interesses em prol do bem comum, se submetendo a acordos coletivos, onde os conflitos podem ser resolvidos a partir de uma discussão argumentativa. Isso

nos permite dizer que não é ético o bibliotecário selecionar do ambiente apenas o que interessa ao sistema, sem entender as necessidades do ambiente/entorno. O sistema biblioteca encontra-se ameaçado a medida que não consegue cumprir integralmente seu papel social de atendimento às necessidades de informação para o qual foi criado. “De um modo geral as bibliotecas estão atreladas a uma visão preponderantemente sistêmica, com possibilidades reduzidas de interação, o que causa uma lacuna entre o que é oferecido pela biblioteca e a necessidade da comunidade de usuários.” (SILVA, 2013, p. 80).

Bouffleuer (2001, p. 91) acrescenta que os espaços de ação comunicativa precisam ser ampliados, privilegiando uma perspectiva de análise centrada nas possibilidades inerentes do mundo da vida. É preciso buscar níveis de interações mais participativos e democráticos que consigam perceber as mudanças ocorridas na sociedade. “Com isso, em vez de uma colonização mundo da vida pela racionalidade sistêmico instrumental, teremos um sistema condicionado e legitimado pela racionalidade comunicativa, própria do mundo da vida.” (BOUFLEUER, 2001, p. 96)

O desenvolvimento do sistema biblioteca requer a inserção de ações comunicativas. O sistema biblioteca precisa ter interação com seu ambiente para que se desenvolva adequada e constantemente. O sistema selecionará do ambiente aquilo que contribuirá para a redução de complexidade e também para mantê-lo no ambiente. Muitas vezes o sistema biblioteca seleciona apenas o suficiente para se manter no ambiente, cumprindo as exigências mínimas do sistema.

Este déficit de racionalidade causa fragilidade dos sistemas. Morgan diz que organizações construídas com princípios mecanicistas, desenvolvem uma racionalidade instrumental, onde o que importa é a contribuição eficiente para a execução em uma estrutura predeterminada. Considerando as constantes mudanças na sociedade, é preciso que os elementos da organização sejam capazes de questionar a propriedade daquilo que estão fazendo, trazer para discussão de modo a modificar o que for necessário, levando em consideração novas situações. (MORGAN, 2006, p. 82)

Numa estrutura baseada em direitos humanos, o acesso à informação, a inclusão e a contribuição para liberdade do indivíduo são algumas das ações promovidas pelas bibliotecas em busca de melhorar a qualidade de vida das pessoas através da informação. A perspectiva é que o sistema consiga absorver grande parte das demandas externas de modo a manter sua sustentabilidade, priorizando aqueles que precisam de suas ações através de sua inclusão no discurso.

O fazer ético do bibliotecário neste processo de desenvolvimento pode ser decisivo, uma vez que este profissional é quem poderá propor a inclusão de um discurso na esfera pública com o objetivo de entender as demandas para melhor atendê-las, bem como agir como participante crítico do sistema.

3 | O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGENDA DAS BIBLIOTECAS

Podemos entender sustentabilidade ambiental como a preocupação em reduzir os impactos das ações humanas sobre o ambiente natural (LIMA e LIMA, 2016). Para que isso seja possível Sachs (2000) descreve que é necessário a harmonização entre as dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Leff (2003, p. 40) ao discutir a “crise ambiental” compreende-a como um problema de “conhecimento” derivado da visão fragmentada da realidade social que tem como fio condutor a racionalidade instrumentalizadora e economicista. Tal forma de compreensão acaba por desconectar os indivíduos dos seus processos de interação, assim como, rompe com o diálogo entre os saberes. “A crise ambiental é a primeira crise do mundo real produzida pelo desconhecimento do conhecimento; desde a concepção do mundo e do domínio da natureza que geram a falsa certeza de um crescimento econômico sem limites, até a racionalidade instrumental e tecnológica como sua causa eficiente”

O mesmo autor aponta para a necessidade de uma melhor compreensão e diálogo com a “complexidade ambiental”, esta que é reduzida para a prevalência da certeza absoluta e dominadora sobre a natureza. Interagir com a complexidade ambiental é buscar uma reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer; é desenvolver a inter e transdisciplinariedade a partir do diálogo dos saberes e a inserção da subjetividade dos valores e dos interesses na tomada de decisão. (LEFF, 2003)

A construção de uma via sustentável, segundo Leff (2006, p. 375), passa pelo diálogo entre os saberes resultante em um entendimento entre as diferenças. O mesmo autor aponta que a ação comunicativa habermasiana possibilita essa interação entre as várias dimensões participantes. Cabe destacar que Leff ao desenvolver suas linhas argumentativas faz restrições ao “pano de fundo” intersubjetivo proposto na teoria habermasiana. Porém, por opção metodológica optamos por seguir a proposta de Habermas tendo em vista que a interação entre os saberes busca promover uma reconstrução analítica a partir da incorporação da complexidade ambiental. Diante disto o desenvolvimento sustentável ou “futuro sustentável” deve ser construído a partir do diálogo entre as diferenças existentes entre os diferentes.

“A sustentabilidade aparece no horizonte dessa desconstrução da história, mas não poderá formular-se como um objetivo a ser alcançado por via da racionalidade cognoscitiva e instrumental. A sustentabilidade não é solucionável a partir do conhecimento (da gestão científica, da interdisciplinariedade ou da prospecção tecnológica). A construção de um futuro sustentável é um campo aberto ao possível, gerado no encontro de outridades em um diálogo de saberes, capaz de acolher visões e negociar interesses contrapostos na apropriação da natureza.”

Em 2002 a IFLA cria a “Declaração sobre bibliotecas e desenvolvimento sustentável” e chama a atenção das bibliotecas para a necessidade de comprometimento com o desenvolvimento sustentável de modo que se ofereça um ambiente adequado

à saúde e bem-estar, atendendo as necessidades do presente sem comprometer o futuro, acrescenta ainda que deve ser compromisso de a biblioteca assegurar liberdade de acesso à informação (IFLA, 2002).

Esta discussão pode contribuir na construção de caminhos que possibilitem uma administração de bibliotecas com maior interação e participação dos bibliotecários, uma vez que vá de encontro às necessidades reais de sua comunidade e não atendendo apenas ao mínimo exigido pelo sistema. “As bibliotecas universitárias seguem as diretrizes e as políticas de sua universidade mantenedora e, por isso, sua autonomia é limitada.” (DIB 2013, p. 98). Isso acontece com a maioria das bibliotecas, que sobrevivem para atender as demandas do sistema, mantendo assim seu entorno desconhecido. Caberá a cada profissional bibliotecário se posicionar eticamente em busca de uma biblioteca mais sustentável na oferta de seus serviços.

Partindo do princípio em que a biblioteca é um subsistema em organizações complexas, quer se pensar em uma administração discursiva por bibliotecários de modo que este subsistema tenha maior eficácia social.

É preciso uma estrutura baseada em direitos humanos, a mesma estrutura em que as bibliotecas foram criadas. Ranganathan dizia: “se os livros são instrumentos de educação, a lei para cada pessoa o seu livro pressupõe o conceito de educação para todos”. (RANGANATHAN, 2009, p. 51). A segunda lei descrita por ele versará sobre a oferta de, a cada leitor o seu livro, obedecendo ao princípio da igualdade de oportunidades em relação ao livro, ao ensino e ao entretenimento (RANGANATHAN, 2009, p. 92)

Em 2014 foi elaborada a Declaração de Lyon que discorre sobre acesso à informação e desenvolvimento sustentável. Destaca o papel das bibliotecas na sua missão educadora e social. Em 2015 os estados membros das Nações Unidas adotaram o documento “transformar nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. Esta agenda integra 17 objetivos de desenvolvimento sustentável em que as bibliotecas são instituições fundamentais para o alcance destes objetivos, principalmente como facilitadoras do acesso à informação, disponibilização de espaço seguro para aprendizagem e convivência e também na capacitação e orientação para melhor utilização dos recursos disponíveis. Caberá aos profissionais bibliotecários assumirem o seu papel ético neste processo, não apenas para cumprimento das normas estabelecidas pelo sistema, mas em função do papel social da biblioteca.

A administração discursiva, tem que será discutido na sequência, surge como uma possibilidade para os sistemas se reconectarem com a complexidade existente no seu ambiente/entorno. Desta maneira, a forma discursiva de proceder nos atos decisórios das bibliotecas pode viabilizar a inclusão da sustentabilidade nas suas práticas administrativas.

4 | ADMINISTRAÇÃO DISCURSIVA DAS BIBLIOTECAS: UMA VIA PARA A SUSTENTABILIDADE

A administração discursiva é vista como uma possibilidade que “[...] busca mediar conflitos de interesses complexos e propõe uma condução racional para a reconstrução de práticas profissionais em uma administração baseada na interação.” (SILVA, 2013, p. 16)

As limitações que o processo administrativo desenvolve são os pontos de demanda que acaba por gerar inúmeras correntes teóricas construídas ao longo da inauguração da administração enquanto uma ciência. A administração discursiva impõe um novo olhar para o processo administrativo no sentido de romper com as limitações existentes na prática atual. Há alguns trabalhos buscando desenvolver sua construção teórica, como: Lima, Carvalho e Lima (2010); Lima, Lima e Moreira (2010); Lima e Lima (2017); Lima et. al. (2018); e Lima, Lima e Gunther (2018).

Para sua aplicação usa-se como referências teóricas as Teorias do Agir Comunicativo e do Discurso de Habermas. Na visão de Habermas as normas se fundamentam em um contexto de interação cooperativa onde todos os concernidos possuem possibilidades iguais de argumentação em busca de um entendimento. Habermas defende que este discurso deve ser livre de dominação, e todos devem possuir os mesmo direitos e deveres. Gutierrez diz que

“[...] a gestão comunicativa é função da possibilidade de os membros da organização, num esforço consciente e articulado, resgatarem a ação comunicativa original do mundo da vida, que depende “de (uma) forma (de se relacionar) igualitária, recíproca, espontânea e voltada à inovação”, onde os atores tendem a definir cooperativamente seus planos de ação[...]” (GUTIERREZ, 1999, p.53)

O papel da administração discursiva é ampliar os espaços de interação e de comunicação, com uma dinâmica colaborativa em que os indivíduos possam ter possibilidades de se entender. Silva, Fernandes e Lima (2013) enfatizam que, com o objetivo de suprir as deficiências na administração tradicional, surge a abordagem discursiva da administração como alternativa a partir de uma perspectiva dialógica objetivando recuperar o real sentido da biblioteca a partir da interação com seu entorno, a fim de atender as diferentes demandas emergentes da comunidade em questão.

Lima e Carvalho (2011) afirmam que a abordagem discursiva da administração possibilita enfrentar os problemas de redução da dinâmica comunicacional que ocorrem nos sistemas, incluindo as perspectivas dos participantes, que servem não apenas para evidenciar valores internos, mas também para ampliar interações com o entorno. Gutierrez complementa quando diz: “A diferença e originalidade do modelo comunicativo de gestão está na percepção das organizações como sistemas onde imperam as relações estratégicas, o que limita e condiciona o alcance de qualquer tentativa de mudança”. (GUTIERREZ, 1996, p. 66)

A proposta de administração discursiva das organizações, que tem como

mecanismo operacionalizador o agir comunicativo e racionalidade comunicativa, pode ser entendida como uma tentativa de reconstruir os mecanismos que orientam os processos decisórios nas organizações. (LIMA; LIMA, 2017). A discursividade do processo administrativo tenta ser a “ponte” sincronizadora entre o sistema e o seu entorno, ou seja, tenta reconstruir as ligações que foram desfeitas, a partir do fechamento operacional dos sistemas, na redução de complexidade existente no mundo da vida.

Cabe destacarmos, conforme relatam Repa e Nobre (2012a), que a ideia de reconstrução é central no trabalho habermasiano. De acordo com os autores o projeto reconstutivo de Habermas pretende elucidar as regras e os processos sociais em que objetos simbólicos emergem e ganham sentido nas relações sociais. Reconstruir, no sentido habermasiano, significa refletir sobre as regras que têm de ser supostas para que seja possível a própria compreensão do sentido que é construído social e simbolicamente.

A reconstrução discursiva dos sistemas organizacionais significa buscar refletir sobre as regras que pautam o processo decisório e que têm de ser supostas como princípio para a compreensão do sentido. São essas regras, estruturas e processos que constituem a racionalidade imanente aos objetos simbólicos, a racionalidade que eles reivindicam por si mesmos para que possam ter sentido. A reconstrução racional de estruturas profundas, geradoras das decisões, permite investigar a racionalidade própria das regras usadas em um determinado momento pelo sistema.

A base reconstrução discursiva das organizações está na reconstrução “procedimental”. Silva e Melo (2012) destacam que a reconstrução, na perspectiva procedimental, discute a tensão entre factividade e validade que se observa tanto interna quanto externamente ao sistema na legitimação de suas normas na sociedade plural. Para os autores, Habermas indica, na sua proposta, que essa tensão tem de ser reconstruída, pois guarda possibilidades de uma democratização radical da vida social. Esse fato implica em uma submissão constante das organizações/sistemas, inclusive as bibliotecas, existentes à crítica e à transformação reflexiva, superando, desta forma, a imunização existente nos seus conteúdos normativos e formas de funcionamento.

É a partir desta visão, reflexiva e crítica, que se pensa a reconstrução discursiva das organizações, ou seja, propor um mecanismo em que as organizações se abram para a escuta dos seus críticos e, desta forma, problematize sobre sua interação com o entorno. A abertura a crítica é o caminho para ampliar o campo perceptivo das organizações, pois a partir da construção de um entendimento baseado na discursividade, há uma tentativa de estabelecimento de uma “ponte” com a complexidade excluída e existente no mundo da vida. A reconstrução se propõe, conforme apontam Silva e Melo (2012, p. 135), a uma “diluição de naturalizações e engessamentos indevidos das formas institucionais” que impedem a percepção multidimensional.

O procedimento adotado para a reconstrução discursiva das organizações está

fundamentado em uma atitude que tem o processo comunicativo como chave. Essa proposta rompe com a atitude objetivante, típica de um observador de regularidades empíricas. Neste caso os atores agem comunicativamente buscando encontrar uma definição comum para sua situação, assim como, em se entender sobre temas e planos de ação existentes interna e externamente a organização. Silva e Melo (2012) sinalizam que a reconstrução procedimental habermasiana possui dois ambientes de atuação, um interno e outro externo.

A reconstrução interna se volta aos modos de funcionamento do sistema, procurando recompor a tensão entre suas expectativas normativas de legitimação e a facticidade de sua forma impositiva. Nesse caso busca-se reconstruir discursivamente a normatividade sistêmica, tendo participação direta dos atores envolvidos. Essa visão é importante para discutirmos a validade de normas criadas para serem cumpridas pelos sujeitos organizacionais.

A construção discursiva é uma tentativa de reduzir a tensão existente entre a positividade das normas e o reconhecimento validativo de seus executores. O grande objetivo desta proposta de reconstrução é uma autocompreensão sistêmica, que seja construída dialogicamente entre seus participantes. A reconstrução interna remete a processos deliberativos que transcendem os discursos herméticos dos operadores sistêmicos, incluindo a possibilidade de participação da comunidade organizacional em seu todo. A partir desta reconstrução reconhece-se a insuficiência de os debates circunscritos às instâncias formais de tomada de decisão cumprirem sozinhos as exigências de uma formação discursiva da opinião e da vontade da comunidade sistêmica.

Já a reconstrução procedimental externa é a proposta de sincronização com o entorno sistêmico, ou seja, a abertura do sistema para a complexidade existente no mundo da vida. Para operacionalização deste procedimento é fundamental o reconhecimento e predisposição para a interação com as esferas públicas que habitam o entorno do sistema. Nas sociedades modernas forma-se uma consciência comum difusa baseada em projetos polifônicos e opacos de totalidade. Tal consciência pode concentrar-se e articular-se de maneira mais clara com o auxílio de temas específicos e de contribuições ordenadas que são condensados em uma esfera pública. Nas esferas públicas, os processos de formação da opinião e da vontade são institucionalizados e, por mais especialização que possam ter, estão orientados para a difusão e à interpenetração.

Os sistemas devem se abrir para discutir com o seu entorno, buscando ampliar o conhecimento existente da complexidade externa ao sistema. Deve-se instalar sensores de intercâmbio entre mundo da vida e sistema, pois é necessário que os impulsos do mundo da vida possam influir no autocontrole dos sistemas funcionais. No entanto, isso exige uma nova relação entre as esferas públicas autônomas e auto-organizadas, de um lado, e os operadores de fronteira sistêmica do outro. Essa nova relação deve se basear em um agir comunicativo, pautado pela busca pelo entendimento mútuo.

A reconstrução discursiva das organizações a partir das críticas a imunização sistêmica pode ser uma saída para a perenidade das organizações, assim como, busque uma redução das externalidades negativas que impactam no entorno e, que acabam por comprometer os limites de sua sustentabilidade.

Há uma fragilidade na administração de bibliotecas, mas cabe aos bibliotecários agirem eticamente em prol do bem-estar de seus usuários. Pizzi (2011, p.72) acrescenta que “O objetivo está em conseguir legitimidade social e, com isso garantir o seu espaço a partir de um serviço de qualidade. ” Diz também que “[...] a gestão ética indica um compromisso diante dos diferentes públicos, isto é, dos grupos de interesse”. Este compromisso deve ser assumido pelos bibliotecários, a fim oferecerem um serviço de qualidade que vá de encontro às necessidades de quem utiliza os serviços da biblioteca.

A biblioteca precisa que sujeitos a façam assumir seu papel social e de caráter sustentável, disponibilizando informações para o exercício dos direitos dos cidadãos. Independente da forma, estrutura e realidade, uma biblioteca precisa ser vista como uma organização a ser administrada. (MACIEL e MENDONÇA, 2000).

Estudo realizado por Silva (2013) aponta fragilidades nos processos administrativos das bibliotecas. Partindo do princípio que a visão funcionalista da administração não dá mais conta da atual dinâmica organizacional, Maciel e Mendonça afirmam “[...] a busca por novos modelos de flexibilidade organizacional aponta novos caminhos para aqueles que pretendem se adequar às novas exigências.” (MACIEL e MENDONÇA, 2000).

Uma biblioteca sem diretrizes administrativas próprias, anula seu papel social e pedagógico e também a importância de seus profissionais na elaboração e planejamento das ações de modo a reduzir sua complexidade mantendo seu entorno totalmente desconhecido. (SILVA, FERNANDES e LIMA, 2013).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas devem se orientar para a sustentabilidade ambiental dos sistemas nos quais estão incluídas, como parte do esforço para proteção do seu entorno de sobrecargas e de destruição da natureza. A questão não é mero recurso retórico ou adequação normativa, mas é sim uma demanda objetiva para a vitalidade da democracia política e a manutenção da capacidade de produção dos sistemas. Sustentabilidade ambiental é requisito fundamental para a própria existência dos sistemas e, conseqüentemente, das bibliotecas.

O que esta questão traz é quem e como. Quem são os sujeitos da sustentabilidade ambiental? Como estes sujeitos podem agir por esta demanda? Os sujeitos privilegiados para mudanças organizacionais nas bibliotecas são os bibliotecários, participantes destes sistemas. O discurso nas organizações pode incluir seus usuários,

particularmente os seus leitores.

Existem dois elementos importantes neste processo. Um deles é a autonomia profissional dos bibliotecários, que devem reclamar da sua liberdade de escolha e fazer valer uma ética de compromisso com a dignidade humana. O outro elemento é a interação discursiva com atores externos em defesa da sustentabilidade ambiental.

A biblioteca deve permitir que os participantes deste sistema se informem e melhorem a qualidade da sua intervenção e ao mesmo tempo, orientar os observadores externos da relação entre o sistema e a gestão da sua complexidade permitindo uma reconstrução racional do sistema em torno de uma nova racionalidade ampliada.

A integração dos participantes dos sistemas e destes com atores do entorno não acontecem por inércia ou imposição normativa. Ela deve ser tematizada e problematizada. Esta coalizão não é uma substância, mas uma mobilização pragmática a partir do discurso. O discurso é uma interação mediada pela linguagem e orientada para o entendimento. Trata-se de esforço de busca cooperativa da verdade a partir do confronto de argumentos em torno de temas e problemas escolhidos. A sustentabilidade ambiental pode e deve assim emergir da agenda dos bibliotecários.

REFERÊNCIAS

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa**. 3. ed. Ijuí, RS: Ed. UNIJUI, 2001.

DIB, Simone Faury. **Administração discursiva nas bibliotecas universitárias brasileiras**. Orientador: Clóvis Montenegro de Lima. Rio de Janeiro, 2013. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação Ciência e tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Gestão comunicativa: maximizando criatividade e racionalidade: uma política de recursos humanos a partir da teoria de Habermas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999

HABERMAS, Jurgen. **Coscienza moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**, v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

IFLA. Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento, 2014. Disponível em: <http://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf>. Acesso em: 10 ago.

IFLA. Declaración acerca de las Bibliotecas y el Desarrollo Sostenible, 2002. Disponível em: <https://www.ifla.org/ES/publications/declaracion-acerca-de-las-bibliotecas-y-el-desarrollo-sostenible>. Acesso em: 10/07/2017.

KUNZLER, C. de M. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 9, n. 16, p.123-136, 2004. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/146/144>. Acesso em: 20 mar.2017.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (Org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 15-64.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; LIMA, José. Rodolfo. Tenório.; MOREIRA, Fernanda Kempner. . PROBLEMATIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DISCURSIVA DOS PROCESSOS PRODUTIVOS EM ORGANIZAÇÕES. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (Online), v. 7, p. 669-692, 2010.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; CARVALHO, Lidiane dos Santos; LIMA, José Rodolfo Tenório. Notas para uma administração discursiva das organizações. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 6, p. 1-14, dez. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000009509/9e1ba7523a91f764296810c7f756e640>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; CARVALHO, Lidiane. **Uma abordagem discursiva da avaliação do ensino de graduação em Biblioteconomia no Brasil**. Revista EDICIC, v. 1, n. 1, p. 50-70, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/131/1/ClovisEDICIC2011.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; LIMA, José Rodolfo Tenório. **A inclusão da sustentabilidade ambiental nas organizações: um olhar Habermasiano sobre a relação sistema e mundo da vida**. Organizações e Sustentabilidade, Londrina, v.4, n. 1, p. 142-174, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/26831>. Acesso em 20 jun. 2017.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de et. al.. A Competência Comunicativa Na Administração Discursiva De Organizações. *Informação@Profissões*, V. 7, P. 3-30, 2018.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; LIMA, José. Rodolfo. Tenório. ; GUNTHER, Helen. F. . Discurso Prático, Aprendizagem E Desenvolvimento Em Organizações. *Gestão& Aprendizagem*, V. 7, P. 99-111, 2018.

LIMA, José. Rodolfo. Tenório.; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de . Discurso, reconstrução racional e administração humanística das organizações. IN: Clóvis Ricardo Montenegro De Lima. (ORG.). *Anais do 13º Colóquio Habermas e 4º Colóquio de Filosofia da Informação*. 1ed. Rio de janeiro: Salute, 2017, V. , p. 284-307.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria de sistemas**. Petropolis: Vozes, 2010.

LUHMANN, Niklas. **La sociedad de La sociedad**. Ciudad de México. Editora Herder, 2007.

LUHMANN, Niklas. *Social systems*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

LUHMANN, Niklas. **Organización y decisión. Autopoieses, acción y entedimiento comunicativo**. México: Anthropos, 1997.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Niterói, RJ: Intertexto, 2000.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, C. E. B.. Niklas Luhman e sua obra. In: NEVES, C. E. B.; SAMIOS, E. M. B. **Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

NEVES, C. E. B.; NEVES, F. M.. O que há de complexo no mundo complexo?: Niklas Luhmann e a

Teoria dos Sistemas Sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 15, p.182-207, jan/jun 2006.

NOBRE, Marcos; REPA, Luiz. Breve Apresentação. In: NOBRE, Marcos; REPA, Luiz. **Habermas e a reconstrução**: sobre a categoria central da teoria crítica habermasiana. Campinas: Papirus, 2012a. p. 7-11.

PIZZI, Jovino; COUTO, Dilnéia Rochana Tavares do. Ensinar ética e assumir responsabilidades: os novos desafios para as empresas informativas. **Conexão - Comunicação e Cultura** (UCS), Caxias do Sul, v. 10, n. 19, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/523>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SEIDL, D.; BECKER, K. H. Organizations as distinction generating and processing systemas: Niklas Luhmann's contribution to oragnizacion studies. **Organization**, London, v. 1, n. 13, p.9-35, abr.2006.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jürgen Habermas**: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. O direito das sociedades pluralistas: entre o sistema imunizador luhmanniano e o mundo da vida habermasiano. In: SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Direito, moral, política e religião nas sociedades pluralistas**: entre apel e habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. p. 39-60.

SILVA, Fátima Santana. **Administração de bibliotecas em instituições privadas de ensino superior**: uma abordagem discursiva a partir das novas demandas de acesso e uso da informação. Orientador: Clóvis Montenegro de Lima, Co-Orientadora: Geni Chaves Fernandes. Rio de Janeiro, 2013. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação Ciência e tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Fátima Santana; FERNANDES, Geni Chaves; LIMA, Clóvis Montenegro de. Administração de bibliotecas em instituições privadas de ensino superior: uma abordagem discursiva a partir das novas demandas de acesso e uso da informação. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 66 – 91, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/index>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SILVA, Felipe Gonçalves; MELO, Rúrion. Crítica e reconstrução em direito e Democracia. In: NOBRE, Marcos; REPA, Luiz. **Habermas e a reconstrução**: sobre a categoria central da teoria crítica habermasiana. Campinas: Papirus, 2012. p. 135-167.

A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA À REDE DE BIBLIOTECAS DO SISTEMA FIRJAN: GESTÃO, INCENTIVO A INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE

Bernardo José de Oliveira Palma

Mestre em Biblioteconomia pela Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro e
Bibliotecário do Sistema FIRJAN

palma_bernardo@yahoo.com.br – 21-969195577

Daisy Margareth Alcáçova de Sá Pimentel

Mestranda em Biblioteconomia pela Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro e
Bibliotecária do Sistema FIRJAN

dpimente3007@hotmail.com – 21-98535-0781

THE ADVISORY ACTIVITIES OF THE LIBRARY NETWORK OF THE SISTEMA FIRJAN : MANAGEMENT, INCENTIVE INNOVATION AND CREATIVITY

ABSTRACT: It presents advisory's job with Sistema FIRJAN's library network. It describes a network composition of the network in Sesi and SENAI's Units in Rio and pacified communities in Rio de Janeiro's cities. It emphasises the two main stils of advisory's acting: management and qualification. It points out which are the qualifications, how they are structured and how they happen to the network's team. In its conclusion it is shown the dynamics of the advisory in the technical work's pattern, projects accompaniment and actions developed inside the network

KEYWORDS: library network. Library management. Sistema FIRJAN. Sesi Rio. SENAI Rio.

INTRODUÇÃO

O Sistema FIRJAN possui em sua estrutura organizacional uma Rede de Bibliotecas composta por bibliotecas escolares, de ensino básico e profissional, comunitárias, universitárias e uma biblioteca empresarial,

RESUMO: Apresenta o trabalho de assessoria junto à Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN. Descreve a composição da Rede, instalada nas Unidades do Sesi e SENAI Rio e comunidades pacificadas no município do Rio de Janeiro. Enfatiza os dois principais pilares de atuação da assessoria: gestão e capacitação. Aponta quais são, como são estruturadas e como acontecem as capacitações para as equipes da Rede. Finaliza mostrando a dinâmica de atuação da assessoria na padronização de trabalhos técnicos, acompanhamento de projetos e ações desenvolvidas na Rede.

PALAVRAS-CHAVE: Rede de Bibliotecas. Gestão de Bibliotecas. Sistema FIRJAN. Sesi Rio. SENAI Rio.

que compartilham entre si um sistema de gerenciamento de Bibliotecas, o Sistema Pergamum.

Para realizar a gestão desta Rede, que conta com mais de sessenta profissionais, dentre bibliotecários e auxiliares de biblioteca, o Sistema FIRJAN criou a Divisão de Gestão de Bibliotecas, conhecida internamente como DIBLI. São três profissionais bibliotecários que assessoram de perto os trabalhos realizados nessas unidades de informação, com o objetivo de reparar os pontos fracos e potencializar os pontos fortes, fazendo com que a Rede atue em harmonia em seus trabalhos. Além desses três profissionais assessores, há também um bibliotecário que se dedica ao gerenciamento da plataforma Pergamum e um bibliotecário coordenador desta equipe de cinco profissionais.

Diante deste panorama, pretende-se explorar neste trabalho a importância da assessoria da Divisão de Gestão de Bibliotecas do Sistema FIRJAN à todas as bibliotecas da Rede, explorando os dois principais pontos de atuação da assessoria que são a gestão e a capacitação.

O SISTEMA FIRJAN

O Sistema FIRJAN é composto por cinco organizações (SESI, SENAI, FIRJAN, CIRJ e IEL) que, dentre outras responsabilidades, fazem a interface da indústria com os seus trabalhadores e a sociedade. De natureza privada e sem fins lucrativos, o Sistema FIRJAN tem como missão “promover a competitividade empresarial, a educação e a qualidade de vida do trabalhador e da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do estado do Rio de Janeiro” (O SISTEMA, 2017, online). O Sistema FIRJAN faz parte de um conjunto de instituições que representam cada estado da federação brasileira junto à Confederação Nacional das Indústrias. Essas instituições atuam em parceria para o desenvolvimento industrial do país. Nos estados, as instituições são chamadas de Departamentos Regionais e na capital Departamento Nacional.

Cada uma das organizações que compõe o Sistema FIRJAN atua em diferentes frentes de trabalho, com diferentes missões. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) atua como órgão representativo dos sindicatos patronais industriais do Rio de Janeiro, desenvolve estudos e pesquisas para garantir o desenvolvimento industrial, além de investir em inovação e auxiliar cada vez mais o crescimento do setor no estado. O Centro Industrial do Rio de Janeiro, CIRJ, “trabalha para melhorar o ambiente de negócios empresarial, orientando e representando seus associados nas questões fundamentais para a sua competitividade” (CIRJ, 2017, online). O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) tem como missão formar líderes completos e neste sentido, a instituição atua em uma vertente de educação executiva, visando a formação dos empresários do Rio de Janeiro além de auxiliar no desenvolvimento de carreiras e estágios.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, tem como função desenvolver a educação profissional dos trabalhadores da indústria e oferece cursos de iniciação, aprendizagem, aperfeiçoamento, qualificação, técnico, especialização, graduação tecnológica, pós-graduação e extensão. Todos desenvolvidos por comitês técnicos, compostos por representantes de empresas e sindicatos e atua nos mais variados segmentos da indústria, desde a promoção de cursos nas áreas de alimentos até a área têxtil. Possui mais de vinte unidades espalhadas por todo o Estado do Rio de Janeiro. Além das escolas tradicionais, o SENAI Rio também conta com três Institutos de Tecnologia que funcionam como referência no ensino de automação industrial, solda e meio ambiente.

O Serviço Social da Indústria, Sesi, é o braço do Sistema FIRJAN responsável pela cultura, esporte, saúde, lazer dos trabalhadores da indústria e oferece educação básica desde o ensino infantil até o ensino médio e educação de jovens e adultos. Suas Unidades estão instaladas em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. O Sesi Rio desenvolve também o projeto Indústria do Conhecimento (IC), que consiste em implantar bibliotecas em comunidades pacificadas no município do Rio de Janeiro. A política de implantação destas bibliotecas está ligada diretamente ao Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas que prevê os serviços “[...] oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” (MANIFESTO, 1994, online).

REDE DE BIBLIOTECAS DO SISTEMA FIRJAN

O conceito de Rede de Bibliotecas é bastante consolidado na literatura e pode ser entendido e expressado por “sistemas de bibliotecas”, “consórcio de bibliotecas”, “redes de cooperação”, “sistemas de informação” ou “redes de informação” (MOREIRA, 2014). Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p.342) sistemas de bibliotecas são “conjunto de bibliotecas, pertencentes ou não à mesma instituição e que estão interligadas por objetivos comuns”. Apresentam também a conceituação para rede bibliotecária como: “Complexo de agências, bibliotecas, centrais de informação, centros e serviços de documentação ou informação, integrados num sistema de transferência e obtenção de informação.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.309).

Em 1997 iniciou-se a corporativação do Sistema FIRJAN nas sedes da FIRJAN, Sesi Rio e SENAI Rio. Nesta época existiam bibliotecas nas sedes das três instituições, nos Centros de Tecnologia de Automação, Solda e Alimentos, além do Centro de Referência em Construção Civil. As bibliotecas das sedes foram unificadas atendendo às três casas, passando a ser denominada Biblioteca do Sistema FIRJAN e atuava de forma independente das bibliotecas existentes no SENAI. Estas seguiam diretrizes básicas enviadas pelo Departamento Nacional do SENAI, em Brasília, mas não trabalhavam de forma integrada entre si.

No final do ano de 2005, foi lançado o projeto “Rede Integrada de Informação Bibliográfica”, cujo objetivo era dotar de Bibliotecas todas as Unidades Operacionais que ofereciam Cursos Técnicos (SENAI Rio) e Educação Básica (SESI Rio), em atendimento a obrigatoriedade legal emanada dos respectivos Conselhos Estaduais. A equipe da Biblioteca do Sistema FIRJAN ficou responsável pela elaboração deste projeto para todo estado do Rio de Janeiro, com a incumbência de apresentar uma proposta de gestão, dimensionamento de pessoal (bibliotecários, auxiliares de biblioteca e estagiários), espaço, mobiliário, acervo e equipamentos.

Esta Rede começou a se constituir com apenas 8 (oito) bibliotecas, em 2009 iniciou-se sua expansão passando a ter 18 bibliotecas. Em 2010 houve um crescimento exponencial, a Rede passou a contar com 32 bibliotecas. No ano de 2012 a rede contava com 51 bibliotecas e em 2014 chega a ter 56 bibliotecas, contando com cerca de 100 profissionais, entre bibliotecários, auxiliares, estagiários. A gráfico 1 exemplifica um pouco desta evolução.

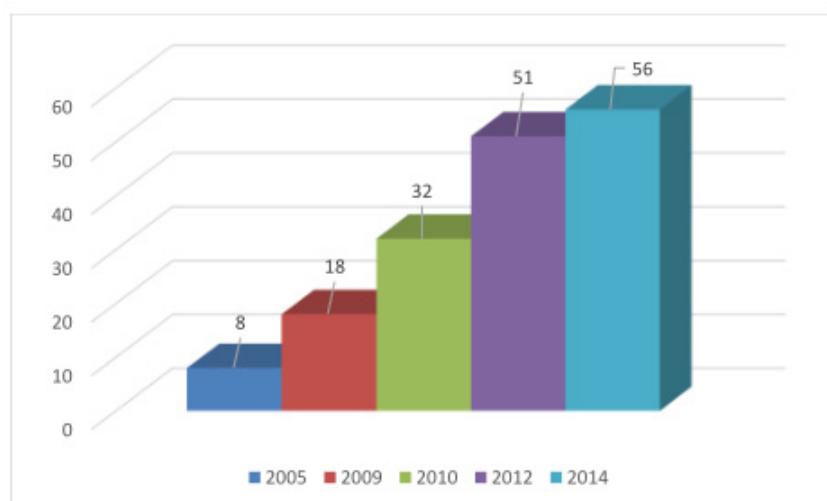


Gráfico 1 – Evolução da Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN

Fonte: Os autores, (2017).

Esta rede teve o seu nome alterado para Rede Integrada de Bibliotecas – RIB. Em 2011 é criada a DIBLI - Divisão de Gestão de Bibliotecas, formada pela equipe da Biblioteca do Sistema FIRJAN, que continua sendo responsável pela atuação das bibliotecas da rede. Em 2015 com o difícil cenário econômico no Brasil, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, houve uma retração das atividades das instituições que compõem o Sistema FIRJAN, com isso algumas Unidades são fechadas, refletindo-se no número de bibliotecas da Rede.

Hoje a Rede conta com 49 bibliotecas dos mais diversos tipos: escolar, técnica, empresarial, universitária e comunitária, com um volume total de 64.375 empréstimos no ano de 2016, com mais de dez mil usuários e 940.058 atendimentos (consulta local, projetos desenvolvidos em parceria com as escolas e comunidade, etc.) também em

2016.

Com relação ao sistema de gerenciamento utilizado pela Rede, iniciou-se em 2007 a implantação do Caribe, já utilizado pela Biblioteca do Sistema FIRJAN, porém encontrou-se dificuldade para a integração dos acervos das bibliotecas já existentes. Em 2010 o Departamento Nacional do SENAI (SENAI DN) proporcionou a aquisição do Sistema Pergamum para todas as bibliotecas do SENAI no Brasil.

A Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN foi pensada para estar inserida nos projetos pedagógicos das Unidades SESI Rio e SENAI Rio, subsidiando os docentes e discentes como um sistema informacional e uma infraestrutura capaz de suprir suas necessidades, buscando a elevação do seu patamar de qualidade, produtividade e desenvolvimento social, oferecendo um amplo acesso às pesquisas, ampliando os conteúdos curriculares e despertando nos estudantes o prazer pela leitura e enfocando as possibilidades ilimitadas de acesso ao conhecimento. Este modelo está fundamentado nas legislações federais e estaduais bem como nas exigências do MEC (REDE, 2010).

Assim todas as bibliotecas passaram a utilizar a base Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas, que foi criada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA À REDE DE BIBLIOTECAS

A equipe da DIBLI é responsável pela padronização da Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN e já elaborou documentos importantes como manuais de catalogação para cada material específico das bibliotecas da Rede, que vão desde livros até jogos de tabuleiro, procurando ao máximo uniformizar o processamento técnico feito por todas as unidades de informação. Além desses manuais, foi elaborado um documento que norteia as bibliotecas da Rede diante dos processos de seleção, aquisição, descarte, desbaste, doação e avaliação de seus acervos seguindo as diretrizes de Evans (1979) e Vergueiro (1989), com as devidas adequações.

A equipe de bibliotecários da DIBLI é responsável pela divulgação de todas as ações e projetos desenvolvidos pelas bibliotecas da Rede, normalização dos procedimentos técnicos, treinamento/formação da equipe através da oferta e divulgação de cursos e encontros, processo seletivo de bibliotecários e auxiliares, gerenciamento da base de dados: Pergamum, CAPES, e Banco de Normas da ABNT. É responsável também pela política de formação de desenvolvimento de coleções da Rede e acompanhamento e supervisão de todas as ações das bibliotecas da Faculdade SENAI atendendo às exigências do MEC. Dentro dessas perspectivas, entende-se que a atuação da assessoria está pautada em dois pilares básicos: gestão e capacitação (figura 1).



Figura 1 – Pilares da Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN

Fonte: Os autores, (2017).

CAPACITAÇÃO PARA A EQUIPE DA REDE DE BIBLIOTECAS

Os bibliotecários que atuam nessas bibliotecas precisam desenvolver ações de cunho educacional, que acompanhem o desenvolvimento dos alunos das escolas Sesi e Senai, elaborando projetos e atividades de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, tornando a biblioteca um elo de ligação entre o conteúdo que é ensinado em sala de aula com a informação disponibilizada, não apenas dentro da biblioteca, mas também disponível na internet.

Percebeu-se que poucos profissionais da Rede possuíam experiência em bibliotecas escolares e seu público alvo, maioria crianças e adolescentes, e que nas Faculdades de Biblioteconomia, principalmente as do Rio de Janeiro, poucas disciplinas sobre esse assunto são oferecidas.

A DIBLI, percebendo essa lacuna na formação da maioria da equipe e da dificuldade em desenvolver ações diferenciadas para esse público, precisou pensar em estratégias para capacitação desses profissionais, não apenas para os bibliotecários, mas também para os auxiliares de biblioteca.

Na literatura acadêmica um dos conceitos de competência é que este é um conjunto de tarefas pertinentes a um cargo. Zarifian (1999, apud FLEURY; FLEURY, 2001) diferencia vários tipos de competência dentro de uma organização, classificando-as como: competências sobre processos, competências técnicas, competências sobre a organização, competências de serviço, competências sociais. Percebe-se que a maioria desses tipos de competências, referem-se a conhecimentos tácitos, que podem ser transmitidos e aperfeiçoados.

Campelo (2003, p. 30) afirma que o bibliotecário escolar precisa ir além das habilidades que vinha tradicionalmente ensinando, que é localizar e recuperar a

informação, ele precisa se conscientizar que também tem a função de envolver-se no desenvolvimento das habilidades do aluno em pensar criticamente, ler, ouvir, enfim ensinar a aprender. Percebe-se então uma preocupação da gestão da Rede de Bibliotecas com relação ao letramento informacional, definido por Gasques (2010, p.83) como “[...]m processo que integra as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas. ”

Desde o início da Rede existe uma preocupação na qualidade dos trabalhos desenvolvidos nas bibliotecas. O funcionamento em Rede de Bibliotecas preconiza uma atuação mais padronizada, respeitando, contudo, as especificidades de cada uma. No entanto percebeu-se a dificuldade de muitos profissionais em entender o seu papel junto ao público escolar. Com isso desde de 2010 tem sido realizado encontros, capacitações e a disseminação das boas práticas realizadas nas bibliotecas.

Entre os anos de 2010 a 2016 aconteceram seis encontros, sendo os cinco primeiros presenciais onde procurava-se integrar os profissionais que atuam na Rede. Nesses encontros cada biblioteca tinha um momento para apresentar, o que considerava ser, o melhor trabalho desenvolvido no ano anterior e dessa forma havia a troca das boas práticas entre o grupo. A DIBLI, como gestora da Rede, apresentava as expectativas de atuação da mesma para ano corrente, sempre convidando colaboradores de outras áreas que atuavam de alguma forma junto a área de Educação do SESI Rio e/ou SENAI Rio e colaborando com a interação da biblioteca com todas as ações da escola.

Levando-se em consideração que a equipe da Rede é formada não apenas por bibliotecários, nesses encontros procurava-se inserir profissionais da área Biblioteconômica com intuito de apresentar, principalmente aos auxiliares de biblioteca, novas formas de atuação e valorização da biblioteca e dos profissionais que lá atuam. Além desses profissionais, existia a preocupação em convidar escritores e palestrantes que abordavam assuntos de interesse da biblioteca como literatura infantil, leitura digital, direitos autorais, biblioteca escolar, entre outros. Desta forma os profissionais eram atualizados sobre as tendências da área, compartilhavam boas práticas e tinham a possibilidade de ter contato com outras realidades existentes dentro da Rede de Bibliotecas, além da oportunidade de terem seus trabalhos valorizados e contribuir para o fortalecimento do conceito de Rede.

No ano de 2016 com os agravamentos problemas econômicos nacionais, que afetaram também o Sistema FIRJAN, o encontro foi virtual, apenas com funcionários da instituição. De qualquer maneira todos tiveram um momento de fala e puderam expor seus trabalhos, fortalecendo mais uma vez a troca de práticas em Rede.

A DIBLI promoveu também capacitações técnicas de forma centralizada e regional, como atualização do AACR2, com professor externo, além de treinamentos para utilização do Sistema Pergamum, com a presença da equipe responsável pelo software e internamente pela própria DIBLI.

Foi desenvolvido um curso na modalidade à distância, em conjunto com a área

de Recursos Humanos da empresa, sobre a utilização do Pergamum. Esse curso está estruturado para atender os seguintes perfis: bibliotecários gestores da Rede (Parâmetros e todo conteúdo), bibliotecário (catalogação, inserção de dados e circulação de materiais) e auxiliares (inserção de dados e circulação de materiais). Foi criado também o perfil colaborador, aberto para todos os funcionários da instituição, que ensina como utilizar o sistema e apresenta todas as suas funcionalidades tanto no âmbito da pesquisa do sistema, quanto no âmbito da gestão de seus empréstimos.

Um dos marcos, no que diz respeito a capacitação, foi o curso oferecido pela Academia Brasileira de Letras – ABL em conjunto com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ. Esta capacitação foi realizada na sede da ABL, para toda a equipe da Rede e durou seis meses. O conteúdo do curso era totalmente voltado para a literatura infantil e juvenil, público majoritário da Rede.

Outras capacitações importantes foram as formações ministradas pela TV FUTURA, que apresentou todo conteúdo do canal e como o mesmo poderia ser trabalhado junto aos alunos.

Além dessas ações, a DIBLI divulga cursos, palestras, formações ou qualquer formação que contribua para o desenvolvimento profissional dos colaboradores da Rede e que atenda aos vários tipos de biblioteca existentes.

GESTÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS DO SISTEMA FIRJAN

A gestão diz respeito a todos os procedimentos que fazem com que a Rede funcione de maneira padronizada, organizada e alinhada aos objetivos estratégicos das organizações aos quais está subordinada. A capacitação vem colaborar com a atuação de toda a equipe que atua na Rede, pois permite a atualização de novos conteúdos, promove formação continuada, propõe a troca de saberes e motiva auxiliares e bibliotecários para o desenvolvimento de trabalhos com maior qualidade.

A biblioteca é considerada por Maciel e Mendonça (2000), uma organização, na medida em que o bibliotecário age como administrador, e passa a controlar sua unidade de informação tomando decisões administrativas. Assim, fica explícita a importância do papel de gestor do bibliotecário.

A literatura em administração mostra que há dois tipos de administração: a de caráter informal e a de caráter formal. A primeira é “ [...] fruto da interação social de seus membros, desenvolvendo-se naturalmente quando as pessoas se reúnem entre si, com o propósito de atender às suas necessidades” (D’ASCENSÃO, 2001, p.39). A segunda pode ser definida também como organização, pois estabelece formalmente as áreas de decisão com a definição das respectivas responsabilidades e autoridades, os canais de comunicação, bem como os comandos e as coordenações necessárias aos trabalhos que deverão ser executados pelas partes envolvidas (D’ASCENSÃO, 2001, p.39). Assim, o caráter da gestão na Rede de Bibliotecas é caracterizado como formal.

Percebe-se também que as bibliotecas da Rede funcionam através de uma estrutura organizacional, na medida em que o bibliotecário atua como autoridade difundindo a “percepção analítica das atividades fundamentais das partes componentes de um todo, a fim de permitir a compatibilização, a coordenação de esforços e a eliminação do que for desnecessário”. (MACIEL E MENDONÇA, *apud* FARIA, 2000, p.14).

Ferreira (1977, p. 21 *apud* MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 15), divide o trabalho em três partes: formação, desenvolvimento e organização de coleções, dinamização do uso das coleções e funções gerenciais. O trabalho realizado pela gestão pode ser classificado como função gerencial.

O PROCESSO DE ASSESSORIA E O INCENTIVO A INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE

A DIBLI atua com 5 bibliotecários, sendo um coordenador de equipe, um bibliotecário que atua permanentemente na sede dando suporte técnico na manutenção da base Pergamum e auxiliando à Rede no processo de representações descritivas e três bibliotecárias são responsáveis pelas assessorias presenciais e a distância na Rede. A Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN pode ser entendida como uma rede centralizada, em formato de estrela (figura 2), pois há um membro (Biblioteca da FIRJAN) que armazena a maior parte dos recursos e controla os serviços fornecidos, enquanto os restantes os utilizam (OROL, MELERO e GUITIAN, 1988)

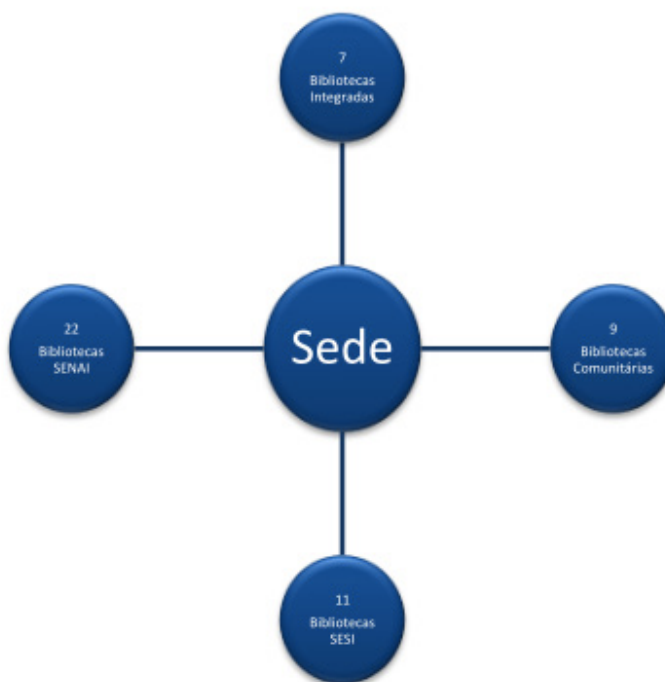


Figura 2 – Rede Centralizada (estrela)
Baseado em: OROL; MELERO; GUITIAN, (1988).

A assessoria é dividida em três regiões, onde cada bibliotecária precisa

acompanhar, supervisionar os trabalhos desenvolvidos por essas bibliotecas. O Estado do Rio é dividido por regiões e cada assessora atua uma região diferente da outra. São realizadas no mínimo duas visitas de assessorias anuais, onde são analisados diversos fatores, tais como: espaço da biblioteca, acondicionamento, organização e desenvolvimento do acervo, infraestrutura de equipamentos tecnológicos, mobiliário, atendimento aos usuários, dentre outros aspectos. Nestas visitas o assessor conversa com a equipe que atua na biblioteca, o coordenador da área de educação e pedagogos. Observa a dinâmica de atendimento aos alunos, conversa sobre os projetos aplicados e a serem desenvolvidos. Cada visita gera um relatório técnico onde a assessoria pontua ações de melhorias que devem ser realizadas pela biblioteca com o aval de seus superiores. Esse relatório fica arquivado na DIBLI e servirá como instrumento de avaliação em assessorias posteriores.

Há também uma importante ferramenta que possibilita tanto a gestão quanto a disseminação das boas práticas de projetos e atividades desenvolvidos nas bibliotecas da Rede do Sistema FIRJAN. Essa ferramenta é o relatório mensal de acompanhamento, que possui as seguintes informações: estatística mensal de presença de usuários, quantitativo de atividades realizadas, quantitativos de projetos, quantidade valores de acervos adquiridos, doações recebidas e participação da equipe em processos de formações continuadas. Com este instrumento é possível acompanhar mês a mês como a biblioteca está e interferir com assertividade em cada ponto que a gestão da Rede julgar necessário.

As assessorias a distância também são realizadas diariamente através de e-mail, telefone e videoconferência.

CONCLUSÃO

O processo educacional ganha muito mais valor quando pode contar com um instrumento tão poderoso de incentivo à produção de conhecimento quanto as Bibliotecas. O Sistema FIRJAN, através do Sesi Rio e do SENAI Rio, promoveu um crescimento exponencial de sua Rede de Bibliotecas. A instituição mostra estar em consonância com a perspectiva nacional de apoio ao crescimento das bibliotecas, seguindo as legislações em âmbito federal e estadual que preconizam a existência de bibliotecas em instituições de ensino.

As ferramentas de gestão e capacitação oferecidas pela gestão da Rede de Bibliotecas proporciona um ambiente de padronização, controle e objetivos bem delineados. Permite que as bibliotecas sejam enxergadas como instituições essenciais para o funcionamento exitoso das instituições as quais estão ligadas diretamente. O processo de capacitação faz com que os profissionais bibliotecários, auxiliares e estagiários sintam-se pertencentes do processo e estimula a criatividade fazendo com que trabalhos inovadores emergjam. As iniciativas de capacitação em procedimentos

técnicos funcionam como ferramentas necessárias para manter o fluxo do trabalho contínuo e alinhado às técnicas nacionais e internacionais de construção de metadados, bem como representações temáticas dos objetos informacionais.

O processo de assessoria permite que a Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN buscando sempre a melhor experiência no estímulo a leitura, pesquisa e desenvolvimento humano de seus usuários.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>. Acesso em 29 nov. 2017.

CIRJ, o seu caminho para a competitividade. Disponível em < <http://www.firjan.com.br/cirj/default.htm> > Acesso em: 12 jul. 2017.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, Cordélia R. **Dicionário de Biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451p.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M.. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

EVANS, G. E. **Developing library and information center collection**. Englewood: Libraries Unlimited, 1979.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. spe, p. 184-196, 2001.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 83-92, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652010000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2017.

MACIEL, A.C.; MENDONÇA, M.A.R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MOREIRA, I. S. **Formação e desenvolvimento de rede de bibliotecas: estudo de caso aplicado à força aérea brasileira**. 2014. 143f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OROL, Concha Varela; MELERO, Luis Angel Garcia; GUITIAN, Carlos Gonzales. Ponência: Redes de Bibliotecas. **Boletín de la ANABAD**, Tomo 38, n. 1-2, 1988.

O SISTEMA Firjan. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/>> Acesso em: 12 jul. 2017.

REDE integrada de bibliotecas do Sistema FIRJAN. Rio de Janeiro, s.n., 2010 VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989

A CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

Liliane Giusti Serra

Prima

São José dos Campos – São Paulo

Raquel Pinto Correia

Instituição Adventista de Educação e Assistência
Social – Associação Central Paranaense

Curitiba – Paraná

Gisele Tosi de Santa Clara

Instituição Adventista de Educação e Assistência
Social – União Sul Brasileira

Curitiba – Paraná

e estabelecimento de políticas descritivas foram definidas pelos bibliotecários, adotando-se, assim, procedimentos únicos para toda a Rede. O projeto encontra-se em implantação, com a adesão de outras bibliotecas, porém já proporciona a identificação de ganhos nas rotinas desenvolvidas pelas equipes de colaboradores, além da obtenção de reconhecimento e sensibilização da administração em relação ao Sistema e valorização da biblioteca e seus funcionários na comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca escolar; Solução tecnológica; Educação Adventista.

RESUMO: Este artigo apresenta o relato de experiência da implantação do Sistema de Bibliotecas da Rede da Educação Adventista, que reúne as unidades de informação presentes da educação infantil até o ensino médio em diversos estados do Brasil. O projeto de adoção de solução tecnológica para a Rede iniciou em 2016 e conta, atualmente, com 166 bibliotecas. É relatado o processo de implantação e consolidação da Rede, com capacitação da equipe e formação de Comitê Gestor. Este grupo, além de estruturar as normativas que devem ser adotadas pelas bibliotecas, é responsável por receber e dirimir dúvidas do grupo, além de contatarem o Suporte e definirem novas funcionalidades na solução. Concomitante ao processo de automação, atividades de correção do legado

ABSTRACT: This article presents an experience report on the implementation of the Adventist Education Network Libraries System, which brings together the information units present from early childhood education to high school in several Brazilian states. The project for the adoption of a technological solution for the Network began in 2016 and currently has 166 libraries. It is reported the process of implementation and consolidation of the Network, with training of the team and training of Management Committee. This group, in addition to structuring the regulations that should be adopted by libraries, is responsible for receiving and solving group doubts, in addition to contacting Support and defining new functionalities in the solution. Concomitant to

the automation process, legacy correction and establishment of descriptive policies were defined by the librarians, adopting unique procedures for the entire Network. The project is in implementation, with the adhesion of other libraries, but already provides the identification of gains in the routines developed by the teams of collaborators, besides obtaining recognition and sensitization of the administration in relation to the System and valuation of the library and its employees in the community.

KEYWORDS: School library; Technological solution; Adventist Education.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo discorre sobre a consolidação das bibliotecas da Rede de Educação Adventista. A Educação Adventista é uma rede em nível mundial, confessional, presente em mais de 165 países. Sua estrutura comporta 7.842 instituições educacionais, reunindo corpo docente composto por 94 mil professores, atendendo um universo de, aproximadamente, 1,8 milhões de estudantes, da educação infantil até o ensino médio. Seus princípios são alicerçados na Bíblia, valores e qualidade pedagógica, com o intuito de promover a formação integral de estudantes (REDE EDUCACIONAL ADVENTISTA, 2017).

No Brasil sua atuação iniciou-se em 1896, em Curitiba. Possui atualmente 300 unidades, entre escolas e ensino universitário, com cerca de 10 mil professores, atendendo 193 mil estudantes (REDE EDUCACIONAL ADVENTISTA, 2017). A estrutura da Rede é distribuída em sedes administrativas sendo oito Uniões e 53 Associações/Missões, que coordenam as escolas e, conseqüentemente, as bibliotecas.

O Sistema de Bibliotecas (SBI) da Rede foi desenvolvido em 1999 pela União Sul Brasileira, braço administrativo da organização no Sul do Brasil, constituído por 100 bibliotecas e com 14 bibliotecários. Atualmente, fazem parte da solução tecnológica 178 bibliotecas, com equipe formada por 45 bibliotecários e 245 auxiliares, atuando em escolas presentes nos seguintes estados: Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, além do Distrito Federal.

O acervo é composto por mais de 111 mil títulos de obras e periódicos que representam uma coleção com cerca de 970 mil exemplares. A média anual de circulações, considerando empréstimos, renovações e devoluções, é de 800 mil operações. A média de empréstimos diários varia entre 8.000 a 12.000 operações.

As atividades desenvolvidas nas bibliotecas foram definidas e estabelecidas em políticas para tratamento do acervo e normas para atendimento. Entretanto, nem todas as bibliotecas da Rede contavam com estrutura tecnológica padronizada. Um sistema de automação desenvolvido internamente atendia a descrição e controle de empréstimos de algumas unidades, porém não em todas.

Algumas bibliotecas adotavam outras soluções, como *software* livre ou, até mesmo, controle manual, impedindo a adoção de tratamento unificado. Esta situação

impedia um trabalho padronizado das bibliotecas da Rede da Educação Adventista, além de exigir dos bibliotecários esforços para cadastro e dificuldades para identificação do tamanho do acervo, sua variedade, serviços prestados, usuários atendidos, entre outros indicadores. Por encontrar-se descentralizado, não era possível identificar as obras presentes no acervo e qual sua localização. Isso representava aquisição redundante, sem contar a duplicidade na catalogação e indexação, exigindo adoção de rotinas estabelecidas pelas unidades de forma individual, além de não conseguirem aderir a uma única política descritiva.

Com este cenário, optou-se pela adoção de ferramenta única para reunir, controlar as circulações e serviços prestados pelas bibliotecas e proporcionar interface de buscas. Com este movimento, tornar-se-ia possível a adoção em âmbito nacional, de política descritiva da Rede, com elaboração de manuais de procedimentos e estabelecimento de padrões. Detalhes como modelos de etiquetas, relatórios, carteira da identificação e formas de comunicação com os usuários foram definidas, facilitando a rotina do dia a dia da biblioteca, além da possibilidade de acompanhamento de métricas.

2 | RELATO DA EXPERIÊNCIA

Com a definição de padronização de solução tecnológica para gestão do acervo das bibliotecas, era necessário estabelecer as estratégias para implantação do projeto. Primeiramente buscou-se apoio administrativo interno, o que permitiu os próximos passos. Em seguida, foi feito estudo da solução tecnológica que seria adotada. Neste cenário, foram estudadas soluções em uso, porém, um aspecto levado em conta foi o sistema utilizado pela Educação Adventista de nível superior. Entretanto, a biblioteca escolar possui características peculiares, que não tornam atraente a escolha de sistema voltado ao público adulto para oferta ao usuário infanto-juvenil. Assim, buscou-se solução que atenderia aos padrões descritivos internacionais, porém em interface atraente para estudantes do infantil ao ensino médio, onde a busca e utilização do catálogo *online* fosse amigável e interativa.

Após a definição da solução que seria adotada, iniciou-se o processo de implantação. Uma das primeiras etapas foi a capacitação das equipes. Como não seria possível reunir todos os profissionais das bibliotecas, foi selecionado um grupo representativo, formado por 25 pessoas, que foram designadas para serem multiplicadores. Este treinamento foi feito de forma imersiva, durante uma semana, em fevereiro de 2016, com a convivência de todos para treinamento da nova solução e discussões gerais da Rede. Ao reunir os participantes em local neutro, fora das unidades, foi possível concentrar os esforços e impedir dispersões, decorrentes de reuniões ou demais solicitações de gestores ou usuários. Esta atividade foi desenvolvida em período de férias escolares, exatamente para permitir a ausência dos bibliotecários

de seus postos de trabalho, sem prejudicar as atividades desenvolvidas.

Ao final do treinamento foi definido um grupo menor de colaboradores que formariam o Comitê Gestor, que ficaria encarregado de orientar os demais colaboradores da Rede na aplicação da política descritiva, dirimir dúvidas e centralizarem as solicitações de atendimento de chamados junto ao Suporte técnico. O Comitê Gestor é formado por 10 membros, sendo 9 bibliotecários e um analista de sistema do Instituto de Tecnologia da Rede. Os bibliotecários foram escolhidos as regiões do Brasil (Quadro 1).

Regiões do Brasil	Quantidade de Bibliotecários
Norte	1
Nordeste	2
Centro-Oeste	1
Sudeste	3
Sul	2

Quadro 1 – Distribuição de bibliotecários por regiões brasileiras

Fonte: As autoras

Na primeira etapa de implantação do sistema estavam presentes 100 bibliotecas. Após esta fase, 78 bibliotecas aderiram à Rede.

Conforme esperado, muitas dúvidas surgiram na etapa após a migração. Com carga do legado existente nas unidades, iniciou-se o trabalho de padronização de autoridades, terminologias, e demais dados descritivos, como editoras, locais de publicação, séries etc.

Para auxiliar a assimilação das funcionalidades do sistema durante a implantação, vídeo aulas foram oferecidas, permitindo aos colaboradores o acesso aos recursos a qualquer momento. Assim, atendia-se colaboradores que trabalhavam no período da manhã e da tarde, com a possibilidade de assistir aos episódios de acordo com a conveniência de horário de cada um.

O trabalho de definição da política descritiva passou a ser comunicada com a equipe por meio de Instruções Normativas, que orientavam a posição da Rede para casos específicos. Os dados cadastrados pelos bibliotecários eram acompanhados pelos participantes do Comitê Gestor e, caso fosse identificada alguma descrição não alinhada aos padrões estabelecidos, ações pontuais eram seguidas a fim de ajustar os dados e capacitar a unidade que apresentou dúvidas.

Durante o decorrer do projeto, novas funcionalidades foram solicitadas como, por exemplo, realização de inventário, uso de remissivas ver, alterações em etiquetas, emissão de relatórios, apresentação de dados no gerenciador e para os usuários na Web etc. As demandas da Rede são elencadas e apresentadas ao Suporte técnico da solução, em reuniões mensais, com indicação na prioridade para o desenvolvimento. Regularmente novas funcionalidades são liberadas, sempre buscando o atendimento

das demandas identificadas e elencadas pelo Comitê Gestor.

As atividades de padronização de autoridades continuam em curso, apesar de grande volume de dados já terem recebido tratamento. Ao estabilizar o uso da ferramenta e garantir capacitação aos bibliotecários, novos serviços passaram a ser adotados, como a inclusão de conteúdo digital, novas possibilidades de buscas aos usuários e uso de ferramenta de Painel de Gestão, que permite aos membros do Comitê Gestor a coleta e identificação de dados estatísticos que suportam as tomadas de decisão, além de poderem municiar a administração superior com dados da totalidade da rede, de Uniões, Associações/Missões, ou ainda, de bibliotecas de forma individual.

Com os dados estatísticos do Painel de Gestão ficou evidente a quantidade de materiais que circularam por meio de empréstimos, em 2016, ano da implantação, foram realizados 130.000, já em 2017 - 178.000 e em 2018 - 189.000 (Graf. 1), assim, fica evidente o trabalho realizado nas bibliotecas.



Gráfico 1 – Empréstimos realizado durante o ano de 2018

Fonte: Solução tecnológica

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema de Bibliotecas da Rede da Educação Adventista consolidou-se em pouco mais de um ano de implantação. O trabalho desenvolvido pelas bibliotecas foi evidenciado, proporcionando ciência do tamanho do acervo bibliográfico existente nas 178 escolas participantes. Após definições internas, o trabalho do Comitê Gestor foi reconhecido e oficializado pela Rede, podendo, assim, distribuir orientações da política descritiva a todos os colaboradores.

O tratamento técnico destinado aos recursos bibliográficos foi padronizado, com adoção de normativas únicas e acompanhamento dos cadastros realizados. Os serviços oferecidos aos usuários foram padronizados, aumentando a oferta aos usuários.

Durante o processo de implantação e consolidação do Sistema de Bibliotecas a formação do Comitê Gestor passou por ajustes, visando a participação de pessoas que possuem bons conhecimentos do sistema, capacidades de serem multiplicadores e representatividade junto aos colegas. Evidentemente o processo de consolidação da Rede ainda demanda atividades, porém é nítido o amadurecimento do grupo ocorrido desde o início do projeto, situação que pode ser exemplificada pela ampliação de ofertas de serviços aos usuários como terminal de consultas disponíveis para todas as unidades e aumento de produtividade na inclusão de registros por ISBN ou importação MARC, ou ainda, ao simplesmente incluir exemplares novos em registros pertencentes a outras bibliotecas, exigindo somente a emissão de novas etiquetas para que um exemplar novo seja rapidamente disponibilizado para consulta.

Este trabalho não teria se desenvolvido se a união dos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da Rede de Educação Adventista não tivesse sido forte. Com isto, foi conquistado o apoio e condições para sensibilização da administração, trazendo a biblioteca para primeiro plano, firmando sua importância dentro das escolas. As próximas etapas do projeto, além dos contínuos investimentos na capacitação da equipe, centram-se na participação de mais bibliotecas no projeto, com o objetivo de alcançar as 300 bibliotecas que compõem a Rede, a oferta de conteúdo digital aos usuários e a exploração do uso do catálogo na Web.

REFERÊNCIAS

REDE EDUCACIONAL ADVENTISTA. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.educacaoadventista.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 26 abr. 2017.

A NECESSIDADE DO USO DO DESCARTE NO ACERVO DA BIBLIOTECA PROFº CARLOS ALBERTO BARBOSA – IFRJ – CAMPUS NILÓPOLIS

Cassia Nogueira Santos

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus
Duque de Caxias

Cintia Luciano de Paiva

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus
Engenheiro Paulo de Frontin

Josiane Borges Pacheco

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus
Nilópolis

Heloisa Souto de Lima

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus
Nilópolis

RESUMO: Destaca a importância da política de descarte para o acervo da Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Nilópolis. Para o conhecimento da atual realidade do acervo será apresentado o diagnóstico dos problemas principais e quais as soluções para alcançar um acervo necessário para a sua comunidade. Demonstra a importância da prática do descarte; e aborda a revisão de literatura e a metodologia a ser usada para realização deste trabalho. Conclui-se que a proposta de política de descarte é um instrumento necessário para gestão, proporcionando um acervo com boas condições de uso e pertinente para seus usuários, principalmente, para as bibliotecas mistas.

PALAVRAS-CHAVE: Proposta de descarte;

Política de descarte; Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Nilópolis; Bibliotecas mistas.

ABSTRACT: Highlights the importance of discard policy for the Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Nilópolis. To the knowledge of the current reality of the collection diagnosis of the main problems will be presented and what the solutions to achieve a necessary assets to their community. It demonstrates the importance of disposal practice; and addresses the literature review and the methodology to be used for this work. It concludes that the proposed disposal policy is a necessary tool for management, providing a collection of good working conditions and relevant to its users, mainly for mixed libraries.

KEYWORDS: Proposal for disposal; Disposal policy; Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Nilópolis; mixed libraries.

1 | INTRODUÇÃO

As bibliotecas dos Institutos Federais têm uma grande importância dentro do ensino médio, técnico, superior e pós-graduação. O seu acervo é composto pelas informações técnicas, científicas com objetivo de atenderem os seus discentes, docentes e funcionários da

instituição.

O acervo da biblioteca tem como finalidade ter informações úteis para os seus usuários e ser compatível com a filosofia da instituição, apresentando no momento crescimento desacelerado e sem critério de avaliação dos itens no acervo, por conseguinte os itens são avaliados como inadequados, ocupando um lugar de um livro sem qualidade para sua comunidade.

Manter um acervo com qualidade e adquirido de acordo com as necessidades dos seus usuários constitui um procedimento eficaz. Dentro da disciplina de Desenvolvimento de Coleção, existe o descarte, que na maioria das vezes é temido por alguns bibliotecários e para sua realização, é preciso ter coragem. Segundo Mayrink (1984), manter um acervo atualizado, com material pertinente, com alto índice de uso, só irá beneficiar o usuário e a organização.

O acervo da biblioteca tem como objetivo ter informações úteis para os seus usuários e ser compatível com a filosofia da instituição e com crescimento desacelerado e sem critério de avaliação, dos itens no acervo, muitas vezes, os itens são avaliados como inadequados, ocupando um lugar de um livro com qualidade para sua comunidade.

Nesse contexto, o descarte é importante, pois considera alguns pontos relevantes como a falta de atualização, frequência do uso da obra, administração de espaço, doações não compatíveis com a missão da biblioteca, materiais como monografia e dissertações que deveriam estar nos repositórios institucionais e a falta de uma política de seleção.

Vergueiro (1995), afirma que o processo de desenvolvimento de coleção não está somente baseado em critérios de custo-benefício, mas, sobretudo, em políticas de seleção, aquisição, avaliação e desbastamento onde são consideradas, também, desde as características inerentes ao campo de conhecimento no qual a seleção ocorre às particularidades específicas dos clientes e do próprio ambiente no qual o serviço de informação se localizam.

No entanto, se o processo de seleção fosse desenvolvido, com as informações sobre os critérios de incorporação de cada item, isso seria útil para orientar as decisões de descarte e haveria como saber a razão pela qual um item foi selecionado no passado. “Na prática o processo de seleção é o fazer, e a política, as diretrizes de como fazer, garantindo a coerência de cada ação desse fazer.” (WEITZEL, 2013).

Nesse contexto, é importante ressaltar a importância dessa pesquisa que está inserida no campo de desenvolvimento de coleções, considerando as suas características particulares, tendo como seu principal enfoque o descarte, e como objetivo geral: identificar as através de uma amostra a necessidade da prática de descarte. Objetivo específico a saber: mostrar a importância da prática do descarte dentro do universo das bibliotecas do IFRJ.

Contudo, ainda existem vários problemas com o acervo, assim como: livros com várias edições desatualizadas; livros que não saem para empréstimos há mais

de cinco anos; títulos de livros com vários exemplares que não são utilizados pelos usuários; relatórios de estágio, dicionários desatualizados, conforme a nova norma da língua portuguesa; vários periódicos avulsos recebidos como doação; monografias e dissertações que deveriam estar em um local apropriado, além da falta de espaço. Neste intuito, vale ressaltar a falta de uma política de descarte no IFRJ e que o acervo do Campus Nilópolis é apenas uma amostra diante de um universo das bibliotecas do Instituto.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Figueiredo (1993), entende-se como descarte, a seleção negativa de material bibliográfico existente em uma biblioteca e que não atende mais às necessidades do usuário. Podendo resultar em remanejamento, doação ou permuta, venda ou eliminação. É uma etapa do processo de desenvolvimento de coleções como define Evans (2000). É um processo “tão” importante, aliás, que deve ser encarado com muita seriedade, sem medo, mas, também, sem traumas. (VERGUEIRO, 1989).

Os principais fatores para o descarte foram destacados por Figueiredo (1993), que podem ser resumidos nos seguintes itens: Espaço físico, mudanças de campo de interesse, material obsoleto, condições físicas, itens que não tem circulação nos últimos 3 à 5 anos, cujo objetivo será sempre o de incrementar a qualidade da coleção e sua acessibilidade.

Em relação ao desenvolvimento de coleções, “o descarte parece ser aquele cercado com mais dúvidas e preconceitos. Afinal – pergunta-se o bibliotecário – quando descartar? E para quê?” Vergueiro (1989). É uma atividade que traz uma série de complexidade, dentre as quais Figueiredo (1993), são citadas algumas barreiras que os profissionais enfrentam:

- a) Psicológica – os bibliotecários foram treinados a conservar o material bibliográfico e há sempre a ideia de que alguém poderá precisar dele um dia;
- b) Política – às vezes pode não ser conveniente ou oportuno tal desbastamento, ou quando se pergunta ao usuário, geralmente em bibliotecas universitárias, a resposta é “pode desbastar as coleções dos outros professores, a minha parte é o mínimo de que necessito para que ensino;
- c) Tempo – é uma tarefa muito trabalhosa e exige tempo para ser bem executada;
- d) Legal – Os problemas são maiores por não se poder desbastar material permanente, i.e., materiais bibliográficos; e
- e) Status – Tamanho ainda é considerado importante, diz alguma coisa quanto a qualidade da coleção da biblioteca.

Existem duas metodologias primárias para o descarte de uma coleção: uma qualitativa e outra quantitativa. O método qualitativo é, em grande parte, fundada em decisões do bibliotecário. Estes métodos incluem a experiência do bibliotecário,

interpretações de política, currículo, custo, percepções de necessidades, o valor, o uso futuro, e assim por diante. Portanto, os métodos qualitativos devem ser aplicados principalmente para aquisição, e os métodos quantitativos deverão ser baseados em estatísticas de circulação e de pesquisa, idade do livro sendo aplicados principalmente para política de descarte. (ZUBER, 2015).

No entanto, Figueiredo (1993) indica os seguintes critérios para a tomada de decisão:

- a) Duplicatas;
- b) Doações indesejadas ou não solicitadas;
- c) Livros obsoletos, especialmente em ciências;
- d) Edições ultrapassadas por revisões correntes;
- e) Livros infectados, sujos, gastos;
- f) Livros com letras pequenas, papel quebradiço, páginas extraviadas;
- g) Volumes de coleção, não necessários e não usados; e
- h) Periódicos sem índice (não aplicável às coleções de periódicos brasileiros).

Descarte é o ato de retirar definitivamente do acervo de uma unidade de informação os materiais que não são mais pertinentes aos usuários.

Vergueiro (1995), o descarte é um processo no qual o material bibliográfico, após ser avaliado, é retirado da coleção circulante para ser doado a outras instituições, ou ser eliminado do acervo, possibilitando a otimização do espaço.

É importante reconhecer que o descarte é apenas uma parte do processo de desenvolvimento de coleção, que por sua vez é uma parte da totalidade do trabalho que faz com que a biblioteca se torne a parte importante da sua comunidade. A coleção é a parte mais tangível de serviço de qualquer biblioteca (LARSON, 2008, tradução nossa).

Conforme Miranda (2007), para formação e expansão de seu acervo, a biblioteca deve estabelecer sua política de desenvolvimento de coleções que será materializada em documento, no qual serão levadas em consideração, dentre outros, os seguintes dados essenciais: os objetivos da biblioteca, o estado atual da coleção, as necessidades informacionais da comunidade a ser servida, os orçamentos e outros recursos informacionais disponíveis. Deve constar no documento a indicação da responsabilidade nas decisões para a seleção do acervo, ou seja, se deve haver uma comissão.

O descarte é um elemento essencial, mais muitas vezes esquecido dentro da política de desenvolvimento de coleções. É essencial porque ajuda a melhorar o acesso aos recursos da biblioteca. (ALA, 2002, tradução nossa).

Slote (1989) emprega a expressão 'período de tempo na estante' para se referir à extensão de tempo em que um livro permanece na estante entre um empréstimo e outro. Descreve vários outros métodos que podem ser empregados para levantar dados

de tempo na estante, que dependem grandemente do tipo de sistema de circulação adotado. O método do tempo na estante é essencialmente o mesmo da UDC. Slote alega ser possível obter dados confiáveis de tempo na estante, em determinado acervo, apenas com 500 transações consecutivas.

3 | COMPOSIÇÃO DO SEU ACERVO

Atualmente, a Biblioteca do Campus Nilópolis apresenta um acervo composto de livros técnicos e científicos, periódicos doados, trabalhos de conclusão de curso (TCCs da graduação e pós-graduação), dissertações, relatórios de estágio, teses, CDS, DVDs, obras de referências, a saber: guias, dicionários, enciclopédias, manuais etc. A divisão da coleção compreende as áreas de ciências exatas e da terra, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, ciências tecnológicas, linguística, letras, literaturas e artes. Até a presente data a biblioteca possui em sua totalidade acerca de 15.000 exemplares destinados à sua comunidade.

A biblioteca de modo geral, lida com problema de espaço e sofre com as suas estruturas é muitas vezes com obras que não são utilizadas, ocupando assim, um espaço do que realmente sejam pertinentes para sua comunidade.

4 | MATERIAIS, MÉTODOS E RESULTADOS PARCIAIS/FINAIS

A inspeção foi realizada através de uma pequena amostra do acervo de química, totalizando o universo de 687 exemplares de 62 títulos, como também, os relatórios de estágio de todas áreas da biblioteca, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, periódicos, livros de referência desatualizados, livros fora do acervo (capas e folhas soltas, títulos rabiscados), livros da área do mestrado profissional do ensino de ciências, sendo indicados quais os verdadeiros problemas do descarte, que a saber será demonstrada a realidade do problema existente do acervo e identificando as possíveis soluções futuras para um acervo que atenda as reais necessidades da sua comunidade.

Para isto, serão identificados os seguintes itens:

- Identificação dos títulos e da qualidade de exemplares;
- Títulos com edições desatualizadas;
- Análise das condições de uso do livro;
- Verificação da última data de empréstimo;
- Levantamento dos títulos que fazem parte da bibliografia básica do curso.

Atualmente, a realidade do acervo da biblioteca de química e dos demais itens foi necessário a realização de um diagnóstico, onde serão identificados os verdadeiros itens que deverão ser descartados.

Foram analisados os estados em que se encontram as obras: se está OTIMO, BOM ou RUIM. Foi verificado se os livros fazem parte da bibliografia básica do curso, se as edições dos mesmos títulos estão sendo consultadas e, por conseguinte, foi feita a identificação dos livros que estão há mais de 05 anos sem sair para os empréstimos. Portanto, os dados analisados demonstram - se a necessidade e a importância desta proposta de descarte no IFRJ – *Campus Nilópolis*.

Será verificado o total de livros que compõe o acervo, o estado físico das encadernações, a possibilidade de ser substituído por outro exemplar ou não, os livros com várias edições que não são mais relevantes pelos usuários e os livros da língua portuguesa que passaram por atualizações, como também os dicionários, vários periódicos avulsos, relatórios de estágio, dissertações e trabalho de conclusão de curso que deveriam ser entregues por meio eletrônico e a verificação dos livros que fazem parte das grades curriculares dos cursos, ou seja, mapeamento de todo acervo.

Segundo Weitzel (2013), o diagnóstico faz parte do planejamento. É preciso mapear todo o acervo em termos de áreas e subáreas, idioma e idade. O diagnóstico será verificado através dos métodos quantitativos e qualitativos. No método quantitativo aborda os seguintes critérios, a saber:

- Tamanho da coleção por categorias (assunto, data da aquisição, data de publicação, língua e tipo de material);
- Média de crescimento corrente;
- Tamanho em relação a outras variáveis (números de volumes *per capita* e por item circulação);
- Despesas com coleção (gastos *per capita* e em relação ao orçamento total).

No qualitativo enfoca os seguintes critérios:

Avaliação comparativa – com listas básicas ou coleção de instituições similares;

Método impressionista – consideração importante porque usa como medida a opinião do usuário, o que é subjetivo por ser uma medida de valor. Para esse tipo de avaliação, o envolvimento de especialistas e bibliotecários é fundamental, sendo importante a opinião de várias pessoas para se chegar ao consenso;

Condição física – obras danificadas ou gastas pelo excesso de uso;

Idade – a obsolescência varia conforme a área. Em algumas, a idade tem pouca influência quanto o valor da obra;

Importância histórica da obra;

Citações em outras publicações;

Cobertura – disponibilidade de material similar sobre determinado assunto.

Os resultados da pesquisa são apresentados pelo gráfico 1, 2 e as tabelas 1, 2, 3, 4 e 5.

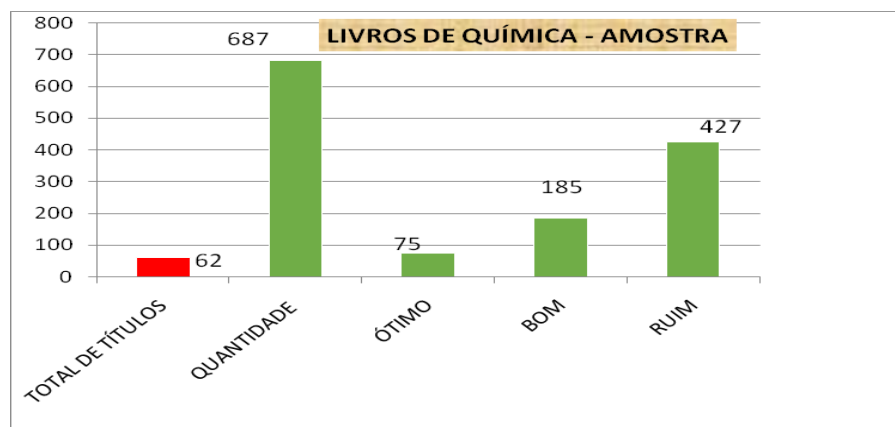


Gráfico 1. Demonstração dos livros de química

Fonte: Autor

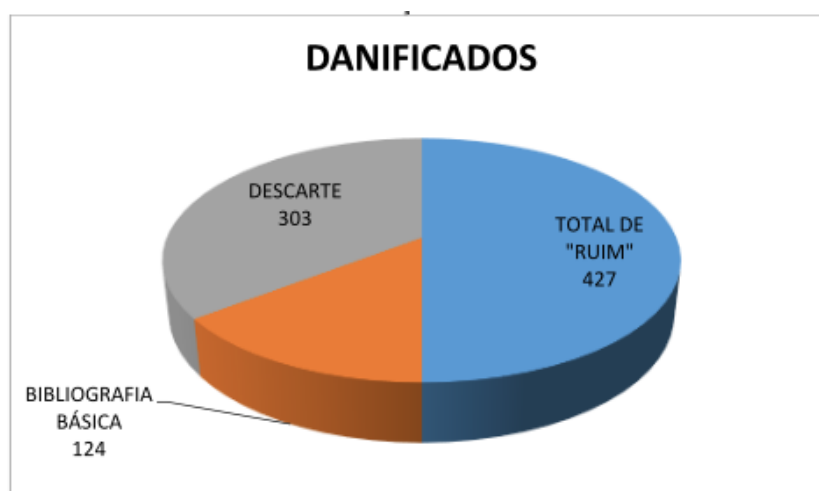


Gráfico 2. Demonstração dos livros danificados

Fonte: Autor

De acordo com gráfico 2, o levantamento dos livros danificados são 124 exemplares que fazem parte dos títulos que constam na bibliografia do curso. Neste caso, eles devem ser substituídos por outros exemplares por intermédio de compras.

Os 303 exemplares que não constam na bibliografia básica e que foram observados como ruins devem ser descartados, entretanto, antes desse processo definitivo, deverão passar por uma comissão.

Abaixo serão abordadas as tabelas abaixo para entendimento da proposta de descarte.

TÍTULOS	ANTERIOR AO ANO 2010 (EXEMPLARES)	CONSTA NA BIBLIOGRAFIA BÁSICA (TÍTULOS)
21	119	04

Tabela 1 - Os livros que não foram emprestados após o ano de 2010.

Fonte: Autor

A amostra do curso de química, verificou-se um total de 687 itens, do qual 119 exemplares não foram emprestados ao ano anterior de 2010 e não sendo mais consultados até os dias de hoje. Neste caso, a proposta indica que os livros considerados BONS, caso não façam parte da relação dos livros indicados dos cursos avaliados pelo MEC, sejam doados a uma instituição que tenha interesse em adquiri-los. Caso façam parte da relação, deve-se questionar junto à instituição o porquê de estar na relação e o porquê dos mesmos não estarem saindo para empréstimo.

	BIBLIOGRAFIA BÁSICA	EXEMPLARES COM EDIÇÕES DESATUALIZADAS	ÚLTIMA DATA DE EMPRÉSTIMO
04	SIM – 03 NÃO - 01	35	ANTERIOR A 2009 - 01 SUPERIOR A 2009 - 03

Tabela 2 - Edições desatualizadas x última data de empréstimo.

Fonte: Autor

No total de títulos listados na amostra 04, apresentaram edições desatualizadas e, simultaneamente, 03 desses títulos não foram emprestados há cinco anos, também pertencentes à bibliografia básica do curso.

Neste caso, não convém descartá-los sem passar antes pela comissão.

LIVROS DA ÁREA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE CIÊNCIAS	
TÍTULOS	650
EXEMPLARES	6500

Tabela 3 - Livros da área do mestrado da Biblioteca do IFRJ – *Campus Nilópolis*

Fonte: Autor.

O acervo referente ao curso citado é de grande quantidade, com vários exemplares, muito pouco utilizados e praticamente novos, em que se pode definir como ÓTIMO. Neste caso, será proposto para cada título 03 exemplares e o restante, como proposta, devem ser doado após as suas devidas baixas no registro e patrimônio.

QUANTIDADES (aproximadas)	
RELATÓRIOS DE ESTÁGIO	225
LIVROS DE REFERÊNCIA	28
MONOGRAFIAS	320
DISSERTAÇÕES	60
PERIÓDICOS	3600

Tabela 4 - Relatórios, livros de referência, monografias, dissertações e periódicos que fazem parte do acervo da Biblioteca do IFRJ – *Campus Nilópolis*

No acervo da biblioteca constam itens que devido a sua natureza não deveria ficar na biblioteca, mais sim em um setor de arquivo, como é o caso dos relatórios de estágio, das dissertações e das monografias. Se a exigência que os itens permaneçam na biblioteca vigorar, neste caso, será sugerido, que os itens sejam enviados para compor o seu acervo por meio digital, pois, assim, se economizaria espaço, já que muitos deles são em grandes volumes, como é o caso do relatório de estágio.

LIVROS FORA DO ACERVO	
CAPAS SOLTAS	512
FOLHAS SOLTAS	266
FALTANDO PÁGINAS	45
RABISCADOS	31
TOTAL	854

Tabela 5 – Livros fora do acervo – Biblioteca do IFRJ – *Campus Nilópolis*

Fonte: Autor

Pelo fato do acervo não ter o serviço de restauração, muitos livros que foram ficando danificados não voltaram para estante, criando hoje um grande volume de livros que precisam de reparo, ou ser descartados. Esses reparos compreendem capas e folhas soltas, falta de páginas, rabiscos com caneta. Neste caso, serão propostas novas compras para substituição dos mesmos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descarte em bibliotecas é um tema pouco abordado na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, mas devido às necessidades da sua prática e é um método de solução dentro de um assunto tão abrangente que é o desenvolvimento de coleção. Portanto, o trabalho mostra a necessidade de se desenvolver uma prática do descarte e com diagnóstico, a revisão de literatura e a metodologia a ser usada será de grande importância para realização de um trabalho mais específico com uso das políticas e critérios para sua realização.

Contudo, envolve a questão das cobranças do profissional bibliotecário que sempre será questionado sobre o seu ato na hora do descarte, nesta hora deverá ser levado em consideração a sua conduta, ou seja, a ética profissional.

Dê acordo com amostra que se encontra o acervo do Campus Nilópolis, esta proposta evidencia a importância do estudo da aplicação da política de descarte, especificamente no contexto de obter um acervo com livros de bom uso de informações realmente necessárias para os seus usuários.

No diagnóstico, demonstra a realidade do acervo e de acordo com os objetivos da instituição, os livros que fazem parte das bibliografias básicas que não estão condições de uso deverão ser substituídos.

Enfim, a realização e a eficiência de uma proposta de descarte de livros serão de acordo com os objetivos da instituição, devendo não permitir que o acervo da biblioteca seja retirado sem a sua devida avaliação enquanto se mostrarem necessários à sua comunidade.

REFERÊNCIAS

ALA – American Library Association. **Three weeding**. 2002. Disponível em: http://www.ala.org/offices/sites/ala.org.offices/files/content/publishing/editions/samplers/doll_mayc.pdf. Acesso em: 28 de dez. 2015.

EVANS, G. Edward. Developing library and information center collection. 4.ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

FIQUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

LARSON, Jeanette. **CREW**: a weeding manual for modern libraries. Austin, Tex.: Texas State Library and Archives Commission, 2008.

MACIEL, Alba Costa. **Planejamento de bibliotecas**: o diagnóstico. 2.ed. Niterói : EDUFF,1997.

MAYRINK, Paulo Tarcísio. Expurgo de publicações em bibliotecas especializadas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n.1, mar. 1984.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. *Inf. & Soc.*, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, jan./abr. 2007.

SLOTE, Stanley J. **weeding library collections**: library weeding methods. 4th ed. Englewood: Libraries Unlimited, 1998.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. *Ci. Inf*, Brasília. v. 22, n.1, p. 13-21. Jan./abr. 1993.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. Brasília: Brinquet de Lemos, 1995.

WEITZEL, Simone Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

ZUBER, Peter. **Weeding the collection an analysis of motivations**. 2015. Disponível em: <http://www.asee.org/public/conferences/8/papers/4644/view>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BIBLIOTECA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: PROPOSTA METODOLÓGICA DE TRANSFERÊNCIA DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.

Eliane Monteiro de Santana Dias

(Fiocruz) - edias323@gmail.com

Jeorgina Gentil Rodrigues

(Fiocruz) - jeorginarodrigues@hotmail.com

RESUMO: Este estudo teve como objetivo desenvolver uma metodologia para subsidiar a transferência do acervo da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (BHCS) das atuais instalações no prédio da Expansão da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para o prédio especialmente construído para abrigar os acervos arquivísticos e bibliográficos, o Centro de Documentação e História da Saúde (CDHS) da Casa de Oswaldo Cruz (COC), localizado no campus de Manguinhos da Fiocruz, garantir a integridade física do acervo com vista à sua preservação e nortear a equipe na execução de suas tarefas. O planejamento da mudança foi elaborado utilizando os parâmetros da ferramenta de gerenciamento de riscos caracterizado por ser o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos humanos e materiais, no sentido de minimizar as ameaças e incertezas que podem ocorrer durante o período da mudança. Todo o processo de planejamento da mudança foi documentado no estudo proposto. Para que essa memória não se perca foi necessário o registro dessas informações. Ao final do processo

será elaborado um documento relatando a experiência da mudança, comparando o Plano de Transferência do Acervo Bibliográfico da BHCS com o que foi executado.

PALAVRAS-CHAVE: Transferência de acervo. Gerenciamento de Riscos. Preservação.

INTRODUÇÃO

Criada em 1991, a Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (BHCS), vinculada a Vice Direção de Informação e Patrimônio da Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), reúne mais de 80.000 itens, dentro dos quais existem um considerável número de obras raras e obras preciosas, 43 coleções de médicos e pesquisadores e 15 coleções institucionais. A BHCS - encontra-se instalada desde sua criação no prédio da Expansão localizado no campus Manguinhos da Fiocruz, Rio de Janeiro e atualmente enfrenta o desafio de transferência do seu acervo para o novo prédio o Centro de Documentação e História da Saúde (CDHS), especialmente projetado para abrigar um conjunto documental significativo sobre a história da saúde no país desde o século XIX, que inclui documentos arquivísticos, livros e periódicos científicos, livros raros, fotografias, registros sonoros e audiovisuais. Com a

mudança a BHCS, além dos riscos cotidianos, enfrentará um novo risco, a retirada do seu acervo das estantes e sua transferência para o novo prédio. E isso envolve pensar no trajeto, no transporte, na acomodação dos itens nas caixas, na variação de temperatura que eles poderão sofrer, nos danos físicos, dentre outros riscos. A prevenção desses riscos e uma mudança planejada são imprescindíveis para que a integridade do acervo seja preservada. O presente trabalho buscou desenvolver e aplicar metodologia específica para processo de transferência do acervo bibliográfico da BHCS. A previsão é que a mudança para o novo prédio ocorra no primeiro semestre de 2019. O projeto do edifício adotou as referências de sustentabilidade ambiental do procedimento francês Haute Qualité Environnementale (HQE/Æ)¹, além dos critérios de acessibilidade universal conforme orientações da NBR 9050², em novembro de 2011, recebeu a nota máxima do Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (Procel Edifica). Assim, o primeiro e mais importante passo para transferência desse acervo para o novo edifício foi o planejamento das atividades de prevenção de riscos, plano imprescindível para que a integridade do acervo seja garantida. O planejamento da mudança foi elaborado utilizando os parâmetros do gerenciamento de riscos que é caracterizado por ser o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos humanos e materiais, no sentido de minimizar as ameaças e incertezas sobre essa organização (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013).

O gerenciamento de riscos é reconhecido atualmente como “importante ferramenta da conservação preventiva, garantindo uma visão integrada dos riscos, danos e perdas de valor potenciais a que estão sujeitos os bens culturais” que fornece subsídios para a otimização da tomada de decisões, estabelecendo prioridades de ação e alocação de recursos para mitigar os diversos tipos de riscos (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013, p. 2).

O desenvolvimento de um plano de gerenciamento de riscos deve ser estruturado segundo as etapas consecutivas do processo de gerenciamento descrito na norma técnica ISO 31.000 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2009) que incluem: 1) estabelecer o contexto, 2) identificar os riscos, 3) analisar (quantitativamente) os riscos, 4) avaliar e priorizar os riscos, 5) tratar (reduzir) os riscos segundo as prioridades estabelecidas. Para tal fim foram elaboradas fichas para cada risco identificado para o processo de mudança às quais foram nomeadas “Fichas de análise de riscos”. Para o preenchimento de cada ficha de análise foram levantados os agentes de deterioração e os riscos específicos para a mudança do acervo. A lista

1. O Processo AQUA-HQE é uma certificação internacional da construção sustentável desenvolvido a partir da certificação francesa *Démarche HQE (Haute Qualité Environnementale)* e aplicado no Brasil exclusivamente pela Fundação Vanzolini. Desde seu lançamento em 2008 o Processo AQUA-HQE propõe um novo olhar para sustentabilidade nas construções brasileiras. Seus referenciais técnicos foram desenvolvidos considerando a cultura, o clima, as normas técnicas e a regulamentação presentes no Brasil, mas buscando sempre uma melhoria contínua de seus desempenhos (<https://vanzolini.org.br/aqua/certificacao-aqua-hqe/>).

2. Norma que visa proporcionar a maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

inicial continha 14 riscos (Figura 1)

Agente de deterioração	Título do risco
Forças Físicas	Danos mecânicos pequenos/moderados durante manuseio e transporte
	Danos mecânicos severos durante manuseio e transporte
	Colisão de veículos
Dissociação	Extravio de itens
	Perda ou danos nos dispositivos de identificação das embalagens
	Falhas nos instrumentos de controle
Criminosos	Furto ou roubo de itens
	Vandalismo
Umidade Relativa Inadequada	Ataque de micro-organismos
Contaminantes	Contaminação por material de embalagem inadequado
	Contaminação por agentes diversos
Fogo	Incêndio no caminhão de transporte
Água	Molhamento por chuva
Pragas	Infestação por insetos ou roedores

Figura 1 – Riscos para o acervo durante o período da mudança

Fonte: Silva (2016, p.8)

Após revisões e consultoria, houve alteração e alguns riscos foram reunidos e outros foram retirados, conforme mostra a Figura 2 a seguir:

Agente de deterioração	Título do risco	Justificativa
Forças Físicas	Danos mecânicos severos durante manuseio e transporte	Foi unido ao risco “Danos mecânicos pequenos/moderados durante manuseio e transporte”, pois foi constatada a impossibilidade de um dano severo.
Dissociação	Perda ou danos nos dispositivos das embalagens	Foi unido ao risco “Falhas nos instrumentos de controle”, pois a perda ou danos nos dispositivos das embalagens configuram uma falha nos instrumentos de controle
Criminosos	Vandalismo	Foi retirado, pois não haverá contato com os usuários – os mais prováveis de danificarem o acervo dessa maneira.
Umidade Relativa Inadequada	Ataque de Microrganismos	Foi retirado por causa da constatação que o risco só ocorrerá se o acervo ficasse certo tempo em ambiente não climatizado ou se o acervo molhasse. Foi colocado na ficha de Molhamento por água da chuva que caso o acervo molhe, aumenta a possibilidade de proliferação de microrganismos.

Contaminantes	Contaminação por material de embalagem inadequado	Foi retirado após percepção que esse risco não se aplica a mudança, uma vez que o material de embalagem será uma caixa de papelão que não apresente agentes nocivos ao acervo e ainda que apresente algum risco, o acervo ficará um curto espaço de tempo acondicionado nessa caixa.
----------------------	---	--

Figura 2 – Justificativa para a reunião e/ou retirada de riscos

Fonte: Silva (2016, p.9)

Os conceitos da conservação preventiva que é composta por técnicas que envolvem manuseio, acondicionamento, transporte, exposição e controle ambiental nortearão todo o processo de transferência do acervo.

Trabalho em andamento

Com base no levantamento bibliográfico e documental inicial, que inclui relatos de experiências de transferência de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos, observou-se que esse processo envolve vários fatores de riscos e para evitá-los é necessário que haja o plano de gerenciamento de riscos. Estudar e utilizar o gerenciamento de riscos, ferramenta de gestão eficaz para aperfeiçoar a tomada de decisões dirigidas à conservação e uso do patrimônio cultural, foi a decisão que a Direção da COC adotou para nortear os trabalhos de planejamento da transferência dos acervos bibliográficos e arquivísticos da unidade. Com o uso dessa ferramenta buscou-se gerenciar cada risco que poderá afetar os acervos durante o processo de transferência de prédio. A contratação de um consultor especializado em gerenciamento de riscos na preservação e uso do patrimônio cultural fez-se necessário para assessorar o Grupo de Trabalho de Gestão de Riscos e Conservação Preventiva da COC ao longo do desenvolvimento das diferentes etapas do trabalho. A partir da identificação e análise desses riscos, foi possível estabelecer prioridades de ação e decidir onde atuar para retardar, bloquear ou evitar os efeitos que tais riscos oferecem para o acervo, nas fichas de análise de risco. Para o preenchimento dessas fichas foram levantados os agentes de deterioração e os riscos específicos para a mudança do acervo. Elas abordam os agentes de deterioração nos riscos específicos para o acervo durante o processo de transferência do prédio da Expansão para o novo prédio o CDHS. Importante frisar que o levantamento de riscos deste estudo se refere à mudança física de prédio da BHCS e não sobre as atividades rotineiras de uma biblioteca. Dessa forma, sua preocupação está voltada à separação do material, seu armazenamento em caixas, o transporte, o novo local que abrigará o acervo, sua chegada e organização no novo espaço.

Para o levantamento do acervo foram considerados dados como: 1) levantamento do volume total de itens a serem transferidos; 2) cálculo do tempo (cronograma) necessário para a mudança; 3) levantamento do custo total e os custos parciais a serem aplicados em cada etapa do cronograma. A Figura a baixo apresenta o resumo

dos riscos para o acervo bibliográfico durante a mudança, em ordem decrescente de magnitude.

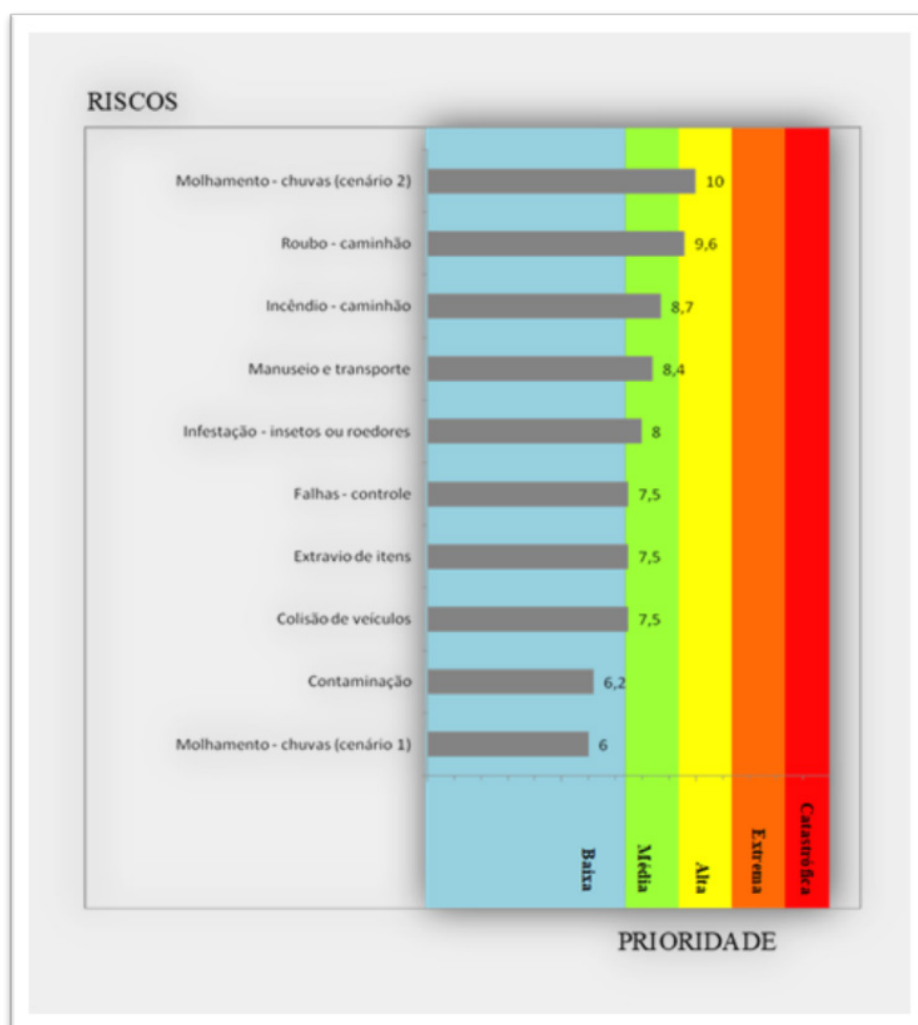


Figura 3 – Riscos em ordem decrescente de magnitude

Fonte: Casa de Oswaldo Cruz (2018)

Com a identificação desses dados foi possível estabelecer quais recursos serão utilizados para transferência do acervo no que se refere à sua quantidade e ao tempo que levará na sua transferência. Com o objetivo de auxiliar a elaboração do plano de gerenciamento de riscos e a coleta de dados para o preenchimento das fichas de análise de riscos foi elaborado um questionário *online* (no Google *Forms*) que coletou dados de 17 instituições brasileiras que passaram pela experiência de transferência de seus acervos. Além disso, foram realizadas entrevistas *in loco* com profissionais de instituições no Rio de Janeiro que também precisaram mudar seus acervos de local com a finalidade de entender o processo, as dificuldades e os problemas enfrentados. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Do ponto de vista da preservação, este estudo teve como objetivo desenvolver e aplicar metodologia específica para subsidiar o processo de transferência do acervo bibliográfico da BHCS para o novo prédio. Em consonância com a primeira lei de Ranganathan, “os livros são para usar”, o acervo

precisa estar em condições de uso e todos os cuidados para que isso aconteça devem ser priorizados. A presente metodologia foi desenvolvida de modo a registrar cada etapa do planejamento de transferência do acervo de prédio. Através dessa iniciativa a Biblioteca estará preservando a sua memória e registrando o seu desenvolvimento.

Resultados esperados

Com a aplicação desse estudo e metodologia específica que orienta todo pessoal envolvido no processo de transferência do acervo bibliográfico da BHCS para o prédio do CDHS, espera-se que cada item do acervo esteja protegido de todos os riscos que poderiam colocar sua integridade em perigo. Esta ferramenta de gerenciamento de risco ainda é pouco utilizada pelas bibliotecas brasileiras por desconhecerem seus processos e modo de ação.



Figura 5 – Demonstração de como vai ocorrer a transferência do acervo da BHCS do prédio da Expansão para o prédio do CDHS.

Fonte: Figura elaborada pela autora baseada em Spinelli, Brandão e França (2011, p.37)

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 31000: **Gestão de riscos**: princípios e diretrizes. ABNT: Rio de Janeiro, 2009.

CASA DE OSWALDO CRUZ. **Gestão de riscos para o patrimônio cultural da Fiocruz**: relatório de conclusão do primeiro ciclo de aplicação da metodologia. Rio de Janeiro: COC, 2018.

CASA DE OSWALDO CRUZ. **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. Disponível em: <<http://www.coc.fiocruz.br/index.php/patrimonio-cultural/politica-de-preservacao-e-gestao-de-acervos>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SILVA, Adrienne Oliveira Andrade. **Conservação preventiva do patrimônio científico e cultural da Fiocruz**: planos de gerenciamento de riscos: relatório de projeto. Rio de Janeiro: COC, 2016.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual Técnico de Preservação e Conservação**: documentos extrajudiciais C N J. Rio de Janeiro: NA, 2011.

O USO DO MODELO SECI EM BIBLIOTECAS COMO GUIA PARA SUPORTE A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Gil Eduardo Amorim Vieira

Biblioteca do Instituto Nacional de Metrologia,
Qualidade e Tecnologia (Inmetro)
Duque de Caxias, RJ

organizations, and continue to be recognized as key elements in the business objectives.

KEYWORDS: Knowledge Management, Libraries, SECI Model.

RESUMO: Este trabalho propõe o uso do modelo SECI (socialização, externalização, combinação e internalização), de Nonaka e Takeuchi, como balizador para ações de bibliotecas no suporte à Gestão do Conhecimento (GC) em suas instituições. Para isso, faz rápida revisão do tema incluindo o relato da intenção de algumas bibliotecas em se ressignificarem como ferramentas desta GC, para alavancar o empreendedorismo interno, o desempenho de suas organizações e continuarem reconhecidas como elementos fundamentais nos objetivos do negócio.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão do Conhecimento, Bibliotecas, Modelo SECI.

ABSTRACT: This work proposes the use of Nonaka and Takeuchi SECI model (socialization, externalization, combination and internalization) as a tool for library actions to support Knowledge Management (KM) in its institutions. To this end, it presents a quick review including the intention of some libraries to redefine themselves as tools of this KM in order to advance the internal entrepreneurship, the performance of their

1 | INTRODUÇÃO

Entre 2016 e 2017, bibliotecas de instituições privadas, públicas e mistas do Rio de Janeiro estiveram reunidas num grupo de estudo “Bibliotecas com Foco em GC”. Sob a organização e promoção de uma delas, que cuidou de toda a infraestrutura das reuniões e da consolidação de seus resultados, cerca de trinta entidades participaram de debates e apresentações de vivências relacionadas ao tema Gestão do Conhecimento. Na prática, procuravam entender quais são seus papéis atuais e qual seria o necessário reposicionamento para garantir a manutenção de suas participações nas cada vez mais enxutas estruturas de suas organizações. Elas observaram que suas empresas estão mudando as estratégias de gestão e que há necessidade de que elas acompanhem este movimento.

Tal mudança já havia sido observada por Maramaldo (1989), em seu conceito de “Eras Empresariais”, quando explicou como cada uma destas teve seus próprios paradigmas gerenciais e culminaram numa “Era da

Competitividade”, na qual a busca da excelência virou foco para o atendimento dos interesses comerciais e sociais das empresas.

Santos et al (2001) também constataram que, por volta do ano 2000, a adoção das novas formas gerenciais e de novas tecnologias de trabalho acabou por desenvolver um modelo organizacional que ainda privilegia:

- a. buscar a redução da estrutura formal, para obter maior flexibilidade;
- b. adotar novas tecnologias de trabalho (tornando os processos organizacionais cada vez mais intangíveis);
- c. estruturar relações de parceria, para formar redes de valor (*networks*); e
- d. utilizar, como estratégia, um conjunto de práticas denominadas Gestão do Conhecimento (GC).

Hoje, é com base neste modelo que as organizações mais competitivas têm procurado orientar seus colaboradores ao suporte de tais práticas de GC e as bibliotecas, felizmente, têm aparecido como pilares naturais desse suporte, já que tradicionalmente à estas sempre foi atribuída a expertise de contextualizar, categorizar, armazenar, corrigir, compilar e disseminar o uso e o reuso de dados, informações e, assim, do conhecimento.

“As organizações estão [...] renomeando seus atuais grupos de trabalhadores - geralmente bibliotecários - como gerentes do conhecimento. [...] a biblioteca da empresa tornou-se o Centro de Recursos do Conhecimento, mas não foi só o nome que mudou: os antigos bibliotecários afastaram-se da rotina de pegar informações que os usuários sabiam que existiam, mas que não conseguiam achar, e passaram a estimular os usuários a pegar suas próprias informações através de pesquisas no banco de dados ou de transações bibliotecárias terceirizadas. Eles se concentraram na criação de ferramentas de navegação - mapas do conhecimento [...] para familiarizar seus clientes com os recursos de conhecimento disponíveis e no aconselhamento sobre como utilizar melhor os recursos internos e externos do conhecimento” (DAVENPORT e PRUSAK, 1998, p.134).

Esta ressignificação tem sido questão relevante para as bibliotecas participantes do grupo de estudo, já que a economia baseada na gestão do conhecimento é inovadora, disruptiva, e o que os veículos de comunicação têm divulgado como ações de suporte, em bibliotecas voltadas ao conhecimento, muitas vezes extrapola o senso comum: colocam pessoas no lugar dos livros como forma de gerar conhecimento através da empatia (OLIVEIRA, 2016); emprestam drones e impressoras 3D, para promover a aprendizagem no uso da inovação (IMAN, 2014); criam “Bibliotecas das Coisas”, para emprestar objetos e tecnologias, cujo acesso em geral é caro, mas que são tão inclusivos, na produção ou implementação de novos conhecimentos (BRANDÃO, 2016).

De fato, ações em que os livros e outros documentos já não são mais o foco central têm sido muito frequentes em bibliotecas que encaram as novas necessidades organizacionais: também seus espaços tem sido flexibilizados para assistir filmes, beber, comer, dormir (MARQUINA, 2015), porque isso induz ou suporta um melhor

processo criativo, ou serem oferecidos como ambientes de coworking (CRISTOVÃO; FREVIER, 2014), em apoio a startups e incubadoras, para favorecer negócios entre os usuários e seus possíveis clientes ou investidores.

É por isso que essas notícias tem criado uma espécie de ansiedade nas bibliotecas que se iniciam no envolvimento com a GC, principalmente em torno da questão: estamos realmente apoiando nossas organizações em sua gestão do conhecimento?

2 | GESTÃO DO CONHECIMENTO

Davenport e Prusak (1998) entenderam o tema como “a capacidade de lidar de forma criativa com dados, informações e conhecimento”. Essa definição é importante porque identifica esses componentes essenciais que, em geral, são de amplo domínio do profissional bibliotecário e que, se interpretados como uma sequência - dados, informação e conhecimento - podem ser entendidos como o próprio histórico da questão “qual o papel das bibliotecas”, mostrando que evolução da discussão está muito mais marcada pela ressignificação de cada um destes elementos, dentro das prioridades estratégica das organizações. Hoje, já não é difícil perceber um reinício de ciclo com o retorno do foco aos dados através das ações de computação conhecidas como *data mining* (mineração de dados), onde algoritmos internos em sistemas computacionais buscam padrões significantes que possam ser transformados em informação relevante.

Apenas lembrando, **dado** é uma simples observação sobre o estado do mundo; **informação** é o dado dentro de um contexto aplicável; e **conhecimento** é o processo de análise da informação e sua utilização para a tomada de decisão.

Entretanto, no exercício dessa “criatividade” percebida por Davenport e Prusak (1998), Kruglianskas e Terra (2003) chamam atenção para o necessário alinhamento das ações que serão praticadas à funcionalidade estratégica que terão nos objetivos organizacionais, por isso definem a Gestão do Conhecimento como “complemento à outras iniciativas da organização visando o auto aprendizado para sustento do posicionamento competitivo”. Kruglianskas e Terra (2003) esclarecem que, em grande parte, o conhecimento já se faz presente na organização e, por isso, é função da GC mapear e trabalhar esses conhecimentos na produção de novos conhecimentos estratégicos.

Completando estas definições, Cianconi (2003) propõe quais seriam estas outras iniciativas, apresentando-as como facetas da Gestão do Conhecimento, que aparecem ilustradas na figura 1, atribuídas de objetivos específicos:

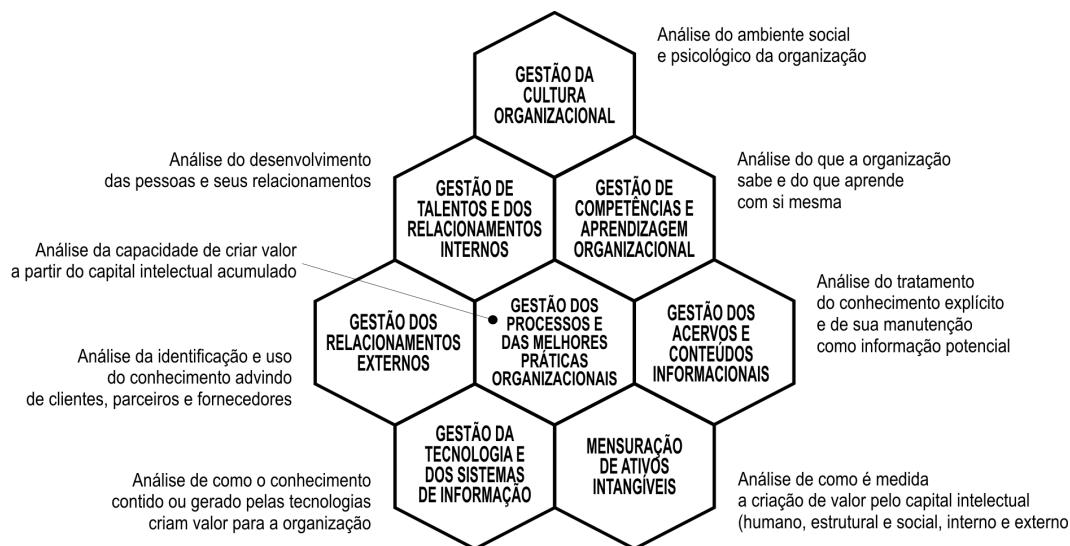


Figura 1 - Facetas da GC e seus objetivos de conhecimento.

Fonte: CIANCONI, 2003

3 | MODOS DE CONVERSÃO DO CONHECIMENTO

Nesta amplitude de ações possíveis, dentro da empresa, podemos objetivar a questão observando com Nonaka e Takeuchi (1997) que o eixo principal do conhecimento é a compreensão de que ele é produzido nos indivíduos e nas interações entre eles, para só depois se expandir para os grupos e organizações. A essas interações, eles chamaram de “conversão do conhecimento”, ilustrando como ela acontece numa espiral (figura 2) de modos específicos de transição entre as duas formas básicas do conhecimento, também por eles definidas:

- **o conhecimento explícito**, aquele que existe registrado em algum meio e, por isso, é de fácil organização, recuperação e comunicação; e
- **o conhecimento tácito**, aquele que o indivíduo adquiriu através de suas experiências intelectuais, sensoriais e, por isso, é unicamente existente na mente deste indivíduo.



Esta espiral é denominada de modelo SECI (socialização, externalização, combinação e internalização) e nos propõe os parâmetros para uma “facilitação” do conhecimento. Ela sugere que as verdadeiras ações de suporte à GC são as de criar condições, nas organizações, para se manter o giro contínuo de tal espiral:

- A socialização, na busca da transmissão de conhecimentos tácitos de difícil explicitação (com a promoção de conversas, aulas práticas, sessões de coaching, palestras, workshops);
- A externalização, na busca de converter o conhecimento tácito em explícito (incentivar e facilitar o especialista, possuidor do conhecimento, a registrar o passo-a-passo de sua atividade ou de sua compreensão, de forma a tornar este know-how disponível);
- A combinação, juntando e organizando os diversos conhecimentos explícitos já acessíveis (sistematizar, classificar, contextualizar, adequar desses registros); e
- A internalização, na busca de auxiliar, com os conhecimentos explícitos já existentes e disponíveis, a criação de novos conhecimentos tácitos (fomentar a leitura de um livro ou relatório, a audição de um disco ou podcast, a visão de um filme ou fotografia).

4 | CONCLUSÃO

Considerada a naturalidade das bibliotecas em se ocuparem com as questões de Gestão do Conhecimento, é perfeitamente adequada a estratégia de se ancorarem nestas atividades, como forma de manter sua importância no resultado de negócio de suas instituições. Entretanto, algumas vezes, bibliotecas iniciantes em GC tem dificuldade em se situar, para estabelecer um plano de ação, mesmo quando utilizam informações geradas por ferramentas mais robustas como o Instrumento de autoavaliação da gestão pública (BRASIL, 2015), o Instrumento para avaliação da Gestão do Conhecimento na administração pública (BATISTA, 2016), o *Organizational Knowledge Assessment* (FRESNEDA et al, 2009) ou a norma NBR ISO 9001:2015 - Sistemas de gestão da qualidade - Requisitos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Neste sentido, a proposta de adoção da avaliação de produtos e serviços de bibliotecas pelo modelo SECI, de Nonaka e Takeuchi (1997) traz mais proximidade das equipes envolvidas às questões de CG, porque analisa diretamente as várias formas de atuação da biblioteca. Assim, relacionar esses produtos e serviços e associá-los a um quadrante da espiral de conversão do conhecimento, facilitaria a verificação de se há lacunas ou oportunidades para a criação ou revisão de práticas – oferta de

serviços e produtos – além de somar a promoção do maior entendimento do objetivo de cada um destes e possibilitar a resposta sobre se a biblioteca já apoia a Gestão do Conhecimento na empresa.

A tabela a seguir apresenta uma livre e reduzida lista da associação de alguns serviços oferecidos por bibliotecas, aos modos de conversão do conhecimento:

Socialização	Externalização	Combinação	Internalização
Serviços de promoção e execução de eventos, de disponibilização e mediação de redes sociais ou espaços de troca, sejam presenciais ou virtuais. --- Biblioteca humana; congressos; espaços de convivência; grupos de discussão; redes sociais; ...	Fornecimento de serviços e equipamentos editoriais ou de suporte. --- Biblioteca das coisas; blogs, sites; capacitação editorial; copydesk; documentação de melhores práticas e relato de vivências; serviços de geração de mídias, gravação; impressão; produção editorial; ...	Serviços de formação de acervos, criação de coleções, catálogos e listas de fontes de informação, especialistas e equipamentos, transformação de acervos em serviços. --- Acervos; catálogos; coleções; diretório de especialistas; indexação; metadados; listas, relações; museus; mapas e roteiros de conhecimento; ...	Serviços de disponibilização, infraestrutura, ambientes e equipamentos. --- Empréstimo de conteúdos e equipamentos; inclusão digital; localização de títulos e informações; salas de descanso; salas de leitura e audiovisuais; serviços de referência e atendimentos; ...

Tabela - Serviços bibliográficos associados aos modos de conversão do conhecimento.

Fonte: Elaborada pelo autor.

É importante notar que alguns serviços podem ser classificados em diversas colunas, evidenciando as diversas peculiaridades da sua oferta. Isso é muito útil na melhoria de sua prestação e no levantamento de seus requisitos totais.

Além disso, a observação das facetas da GC, propostas por Cianconi (2003), pode contribuir para a análise da abrangência dos produtos e serviços já prestados. Quanto maior a abrangência, mais consolidado estaria o posicionamento da biblioteca nos resultados da empresa. Planos de ação para ampliar essa participação estariam na ramificação das atividades da biblioteca pela organização - seja executando ou coordenando - a análise de como esses modos de conversão do conhecimento ocorrem nas demais unidades, praticando o que as bibliotecas fazem muito bem: classificar e organizar, garantir o ágil acesso à informação.

Cabe, ainda aos profissionais das bibliotecas se capacitarem mais fluentes em processos digitais, de gestão e de pessoas, para se tornarem parceiros das demais unidades da empresa, nestes desenvolvimentos. Estas ações estariam relacionadas, por exemplo, à sites, bases de dados, arquitetura da informação, desenvolvimento de personas, sistemas semânticos, mapeamento e registro de relacionamentos, dados abertos, indústria 4.0, humanidades e curadoria digital.

Finalmente, como sugestão de atividade futura para o desenvolvimento da informação apresentada, propõe-se o relato de real aplicação das sugestões deste

trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9001: Sistemas de gestão da qualidade: Requisitos**. Rio de Janeiro, p. 32. 2015.

BRANDÃO, Karina Mendes. **Em Sacramento, Biblioteca das Coisas empresta bem mais que livros**. 2016. In: Cidades Inteligentes, Vida Inteligente. Disponível em: <<https://pegcar.com/blog/em-sacramento-biblioteca-das-coisas-empresta-bem-mais-que-livros/>>. Acesso em: 01 Ago. 2016

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. Programa GESPÚBLICA. **Instrumento para Avaliação da Gestão Pública - 250 Pontos**, Brasília; MP, SEGEPE, 2015. Versão 1/2016.

CIANCONI, Regina de Barros. Gestão do conhecimento: visão de indivíduos e organizações no Brasil. 2003. 297f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pósgraduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CRISTOVÃO, Marcelo; FREVIER, Priscila. **Bibliotecas como coworkings, startup, incubadoras e investidores de negócios**. 2014. IN: Empreendebiblio.com. Disponível em: <<http://empreendebiblio.com/bibliotecas-como-co-workings-startup-incubadoras-e-investidores-de-negocios/>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FRESNEDA, Paulo Sérgio Vilches et al. **Diagnóstico da gestão do conhecimento nas organizações públicas utilizando o método Organizational Knowledge Assessment (OKA)** In: Anais do II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 20. Brasília. Consad, 2008. 21p. Disponível em: <http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/268/1/C2_TP_DIAGN%C3%93STICO%20DA%20GEST%C3%83O%20DO%20CONHECIMENTO.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

IMAM, Jareen. **Check it out: Florida university library to lend drones to students**. 2014. In: Cable News Network, Inc. (CNN). Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2014/06/21/us/college-lends-drones-to-students/>>. Acesso em: 23 Jul. 2016.

KRUGLIANSKAS, Isak; TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do conhecimento em pequenas e médias empresas**. São Paulo: Negócio, 2003.

MARAMALDO, Dirceu. **A estratégia para a competitividade: administração para o sucesso**. Produtivismo Artes Gráficas, 1989.

MARQUINA, Julián. 12 coisas que você pode fazer na biblioteca e nem sabia. 2015. In: Bibliotecários Sem Fronteiras. Traduzido por Dora. Disponível em: <<https://bsf.org.br/2015/08/04/12-coisas-que-voce-pode-fazer-na-biblioteca-e-nem-sabia/>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do Conhecimento na Empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OLIVEIRA, Vinícius de. **Biblioteca humana quer que você deixe as aparências de lado**. 2016. In: Porvir, Inovações em Educação. Disponível em: <<http://porvir.org/biblioteca-humana-quer-voce-deixe-aparencias-de-lado/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA NA ERA DA INTERNET: VISIBILIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

Raimunda Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão

Departamento de Biblioteconomia, São Luís, Ma.

Lídia Oliveira

Universidade de Aveiro

Departamento de Comunicação e Arte, Aveiro,
Portugal

Cassia Furtado

Universidade Federal do Maranhão

Departamento de Biblioteconomia, São Luís, Ma.

Esta investigação é parte integrante de uma pesquisa de doutoramento mais ampla, intitulada “Internacionalização e Visibilidade da Comunidade Científica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Brasil e Portugal)”, defendida em 21 novembro de 2018 na Universidade de Aveiro. Este texto apresenta resultados parciais desse estudo, e foi publicado na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD), em dezembro de 2017, v.13.

1 | INTRODUÇÃO

Considera-se, que os avanços científicos proporcionados pela evolução e diversificação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) impulsionaram e modificaram a rotina de produzir, interagir, comunicar e partilhar em todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, os estudos dos conceitos em qualquer campo científico tornam-se necessários ser evidenciados, para que possamos

contextualizar a evolução de determinados fenômenos aplicados à ciência.

No caso específico desta investigação que visa apresentar o contributo das tecnologias digitais na evolução da comunicação científica em ambientes de ensino e pesquisa, inicia-se por apresentar o conceito de comunicação trabalhado por um dos cientistas visionários da área da Ciência da Informação. Assim, o conceito de comunicação trabalhado por Meadows (1999, p.7) afirma que esta “situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital como a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige necessariamente que seja comunicada”.

Compreende-se que sendo a comunicação o coração da ciência, é fundamental que sejam utilizadas todas as formas possíveis de divulgação e difusão científica para que os cientistas, as universidades e, os órgãos de fomento possam ser reconhecidos e valorizados pelos produtos científicos gerados (artigos científicos, livros, capítulos de livros...), tanto pelos pares como pelo público em geral. Esse processo é realizado por meio da comunicação científica apresentada em 1949, por Shannon e Weaver como sendo um processo que se

caracteriza pela transmissão de informação por meio de um emissor, mensagem a um canal e receptor (CARIBÉ, 2015).

Nesse sentido, a *web 2.0* e todas as ferramentas tecnológicas disponibilizadas nos mais variados ambientes digitais, como as redes sociais generalistas e/ou redes sociais especializadas (*Academia.edu*, *Google Scholar* e a *ResearchGate*, *LinkedIn*, *Facebook*) trouxeram à tona uma nova forma de fazer e comunicar a ciência, ou como denomina Azevedo e Moutinho (2014, p. 2) ciência 2.0. Essas ferramentas propiciam a comunicação da ciência em rede, que possui como características próprias a colaboração, participação e o compartilhamento de ideias entre pares, gerando “fluxos livres de intercâmbio, modificando os processos de produção, desenvolvimento e comunicação da ciência”.

Nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, cenários desta pesquisa, a visibilidade e a representatividade são evidenciadas por meio da credibilidade do corpo docente/investigadores ligados a IES e Instituições de fomento à pesquisa nacionais e estrangeiras; pela circulação da produção científica advinda das investigações desenvolvidas por grupos de pesquisadores oriundos da sua própria instituição de origem, ou instituições parceiras de fomento. Assim como, pelo reconhecimento e prestígio dos programas de pós-graduação ligados às IES e Institutos de Pesquisa nacionais e estrangeiros; e, ainda, pela indexação de suas revistas científicas com acesso aberto em bases de dados nacionais e internacionais, com fator de impacto e respaldo no Sistema Científico Global.

Parte daí o nosso interesse em estudar como ocorrem os processos de comunicação entre os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileiros, sujeitos alvo desta investigação e, quais as influências desses ambientes digitais, como espaços que se configuram como veículos de comunicação científica e interação entre pares para a promoção da visibilidade e internacionalização do trabalho desenvolvido nessa área, assim como para a formação de parcerias em nível nacional e internacional, desenvolvimento e gestão de projetos de pesquisas, e conseqüentemente geração de produtos científicos.

Para tanto, considerando a relevância da discussão desta temática para as áreas em estudo, esta investigação tem como objetivos avaliar quais as finalidades, percepções e valores agregados que os coordenadores brasileiros das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação possuem dos ambientes digitais e, descrever as estratégias utilizadas para internacionalização e visibilidade do trabalho científico desenvolvido. E como questão de investigação: Quais percepções os coordenadores brasileiros dos Programas de Pós-Graduação da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação têm sobre as potencialidades dos ambientes digitais para a internacionalização e visibilidade das atividades científicas em espaços acadêmicos?

Para a contextualização da temática em estudo, na sequência, apresenta-se o referencial teórico sobre comunicação científica, comunicação da ciência em rede, visibilidade, internacionalização e seus aspectos teóricos e conceituais. Em seguida,

a metodologia de investigação empregada, os resultados, e a considerações finais.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Na contemporaneidade palavras-chave como: acesso aberto, dados abertos, ciência 2.0, ciberciência ou a ciência em rede enfatizam a contribuição das novas tecnologias digitais para o compartilhamento, a colaboração na pesquisa e a conexão de diversos parceiros de cooperação e audiências. Pois a ciência aberta (ciência 2.0), caracteriza-se pelo uso intensivo dos ambientes digitais disponibilizados na *web* social, aplicados ao processo científico. Dessa forma, esta é também denominada de *web* participativa potencializada pelo uso de tecnologias abertas, tanto do ponto de vista da arquitetura da informação, quanto da multiplicidade de aplicações, que tem como uma de suas características basilares o trabalho coletivo realizado por meio de redes, de forma colaborativa e desinteressada.

Desse modo, o processo de produção de conhecimentos por meio da coautoria dos trabalhos científicos é mais fácil de organizar e mais comum do que há 20 anos, devido à disponibilidade das mídias sociais, como ferramentas eficazes no estabelecimento e gerenciamento de conexões pessoais e profissionais. Redes sociais acadêmicas e generalistas permitem formas mais flexíveis tanto de cooperação como de publicação mais rápidas e eficientes que os meios tradicionais, como conferências e revistas (HOFFMANN; LUTZ; MECKEL, 2016).

Modificam-se assim as “práticas infocomunicacionais, moldadas por ambientes que permitem a socialização com conexão ubíqua, memória *on-line* e partilhável, proporcionando desafios aos investigadores, organizações, governos e indivíduos” (SILVA; SILVA, 2012, p. 3427). Essas ações alteraram o modo como os profissionais se relacionam em suas comunidades científicas e sociais.

Tais fatos trouxeram à tona novas formas de comunicar a ciência, popularizada e entrelaçada em seus processos comunicacionais, ao adquirir um alcance público mais amplo, por meio de uma audiência constituída por profissionais interessados em ciência, configurando-se como numa nova composição de público, pela inserção de uma audiência própria da divulgação científica (PINHEIRO; RIBEIRO, 2005; DROESCHER; SILVA, 2014).

Destarte, a comunicação da ciência em rede proporciona um acesso mais alargado, sem limitação de fronteiras à informação e ao conhecimento não somente a um público especializado (difusão científica), mas também a um público mais amplo e diversificado (divulgação científica). Esse coletivo é formado por indivíduos pertencentes à sociedade, tornando o campo fértil por meio da exploração de ambientes *on-line*, para modificar padrões e comportamentos, bem como novas formas de diálogos entre as comunidades científicas e a sociedade em geral. Isso viabiliza também “aos cientistas se manterem atualizados quanto a novos descobrimentos, auxiliar pesquisadores a

encontrarem informações a respeito de um novo campo científico, além de mostrar as principais tendências em seu campo e dar importância ao seu próprio trabalho” (PINHEIRO; RIBEIRO, 2005; DROESCHER; SILVA, 2014, p.172 CARIBÉ, 2015).

Diante dessa ótica, a comunicação da ciência em rede, possibilitou a eliminação de etapas e de algumas práticas consagradas no processo de editoração das publicações científicas. Essas transformações permitem o estreitamento das relações entre os públicos da comunicação e a divulgação científica (PINHEIRO; RIBEIRO, 2005). Essas modificações são significativas para a aceleração do processo de geração e divulgação da ciência, desde a concepção da ideia da pesquisa até à geração do seu produto final (livros, capítulos de livros, artigos científicos, relatórios, teses, dentre outros). Esse campo aberto alarga também as oportunidades de “comunicação e transferência de informação entre o público acadêmico e o não acadêmico” (PINHEIRO; RIBEIRO, 2005, p.163).

Para tanto, a comunicação da ciência em rede, também denominada de digital/ eletrônica, é caracterizada muitas vezes como um provável paradigma, potencializando novas expressões, teóricas e empíricas, e modernizando as formas como os processos da comunicação se desenvolviam (GOMES, 2013). Julie M. Hurd, em seu artigo intitulado “*The transformation of Scientific Communication: a Model for 2020*”, apresenta as fases da evolução dos sistemas de comunicação científica, elencadas por gerações que compreendem da comunicação científica tradicional à comunicação científica em rede, detalhando os seus processos, as formas de geração e interações entre pesquisadores e os seus contributos para a geração e difusão do conhecimento científico.

O mesmo autor enfatiza que inicialmente Garvey e Griffith (1972) e Garvey (1979), descreveram o processo pelo qual a investigação era comunicada e forneceu pormenores sobre as várias fases que engloba desde o conceito inicial para a integração da pesquisa como um componente aceite do conhecimento científico. Nessa fase, o artigo científico foi considerado a unidade básica do processo de comunicação científica: formal e informal, levando à publicação da revista como o resultado esperado da pesquisa científica.

Outro aspecto relevante a ser destacado nesse processo foi desenvolvimento de um conjunto de editoras científicas que incluíram fins não lucrativos, associações e organizações comerciais que produziram as revistas e facilitavam o acesso ao conteúdo dessas revistas (HURD, 2000). Na década de 1970, visionários como FW Lancaster previu em tais desenvolvimentos um sistema de informação “sem papel” para o futuro. Mais recentemente, o *World Wide Web* adicionou novas funcionalidades não suportadas facilmente por um sistema baseado em papel, e levou ao desenvolvimento de recursos diferentes de todos os que existem em um sistema só de impressão. As bases tecnológicas para a transição de impressão para comunicação eletrônica estão em vigor, acompanhando as mudanças educacionais, econômicas, sociais e políticas em andamento (HURD,2000).

Assim, o surgimento de computadores poderosos ligados em uma rede de comunicação mundial (*Internet/ World Wide Web*) permite a comunicação instantânea entre pares, sem limites espaciais ou temporais. Estes, conectados aos instrumentos de apoio dispersos, aos *collaboratories*, promovem descobertas científicas por meio de grupos de cientistas integrantes do sistema de comunicação científico global, que se reúnem, trocam informações, e analisam os resultados da investigação em tempo real (HURD, 2000).

Esse cenário fez emergir um novo paradigma digital, em que surge o conceito de colaboração, originado do termo *collaboratory*, visualizado pela imagem de um laboratório ligado em rede, capaz de comportar a comunidade global de pesquisa. Essa coletividade é formada por cientistas otimizando o intercâmbio de dados e informações, ao acessar os recursos disponibilizados por bibliotecas digitais, repositórios institucionais, interagindo em espaços físicos distantes, como se estivessem partilhando o mesmo espaço (GOMES, 2013).

Essa comunicação científica em rede, facilitada pela velocidade e dimensão dos seus fluxos de informação, proporciona o internacionalismo da ciência cunhado por Ziman, tomando como base o princípio mertoniano da socialização do conhecimento. Visto de outra forma, o internacionalismo faz parte da natureza da ciência, que visa atingir públicos mais amplos, com o intuito de alcançar o seu objetivo que é socializar e difundir os conhecimentos científicos gerados, para fins de promover o reconhecimento e a visibilidade das comunidades científicas, por meio do estabelecimento das relações sociais da ciência, entre grupos de investigadores como meta obrigatória ao reconhecimento, e a representatividade científica (PINHEIRO; RIBEIRO, 2005).

Para a ciência, a representatividade e o reconhecimento de uma área é constituída pela expressividade e reconhecimento público entre pares da comunidade científica, após a publicação dos resultados, por meio da divulgação e publicação de um artigo científico. “A publicação dos resultados de uma pesquisa, como parte de um processo maior denominado comunicação científica, permite ao pesquisador divulgar suas descobertas científicas, proteger a propriedade intelectual e buscar o reconhecimento de seus pares. O mundo científico e acadêmico premia a publicação de resultados de pesquisa, criando para os autores a possibilidade de aumentar o seu reconhecimento profissional” (SILVA; PINHEIRO; REINHEIMER, 2013, p.145).

Desse modo, o conceito de visibilidade alcançou patamares significativos na “segunda metade do século passado”. Tal fato é atribuído a crescente valorização da ciência em escala internacional, bem como as políticas públicas implementadas pelos governos, focadas no “no desenvolvimento econômico, social, e político e na sociedade como um todo” (PACKER; MENECHINI, 2006, p. 238).

Assim, considera-se que para as comunidades científicas, palavras como representatividade e autoridade são condicionadas ao reconhecimento atingido pelos atores responsáveis pelo conhecimento científico gerado globalmente. Nesse sentido, a visibilidade “é determinada pelo reconhecimento persistente do seu público em

identificar o periódico como meio preferido para publicação, leitura e citação sistemática de resultados de pesquisa” (PACKER; MENEHINI, 2006, p. 241), conferindo a estes distinção e excelência pela qualidade e credibilidade do trabalho desenvolvido e publicado.

Agregando valor a todo esse processo, tem-se o comunalismo, no sentido mertoniano, este reflete a afirmação de que a boa ciência é aquela que é comunicada, visível e compartilhada livremente. Plataformas digitais como: *Blogs, Twitter e Facebook*, Redes sociais generalistas, acadêmicas e profissionais, como a *ResearchGate e a Academia.edu*, e a *LinkedIn* facilitam esse processo, o que vem possibilitar aos cientistas interagirem sem restrições temporais e espaciais. Porém, a concepção de Merton sobre a boa ciência é aquela que já passou por um rigoroso processo de revisão pelos pares. Levando em consideração, que uma das preocupações centrais da sociologia da ciência é contribuir para o desempenho científico, tradicionalmente medido pela produção científica (HOGAN; SWEENEY, 2013; HONG; ZHAO, 2016).

No entanto, observa-se que os canais de publicação tradicionais continuam a disseminar o conhecimento de forma convencional, e as mídias sociais têm o potencial de alterar o ponto em que o conhecimento é discutido ou promovido, uma vez que a multiplicidade de públicos da Internet não tem qualquer medida de seu valor científico, além do interesse social que gera. Embora os novos meios de comunicação possam promover o comunalismo, assegurando uma maior disponibilidade dos dados publicados, a transparência, a clareza e o mérito científico, neste contexto, devem ser protegidos (HOGAN; SWEENEY, 2013).

O desafio do cientista moderno é manter o controle de qualidade enquanto aproveita a facilitação do comunalismo que a fluidez da comunicação *on-line* permite. Pois, equilibrar a exigência de proteger a propriedade intelectual com o desejo de comunicar imparcialmente, através da Internet, representa um choque de incentivos que Merton não poderia ter antecipado. Infere-se, que os ambientes *on-line* “re(constroem) as identidades e os laços sociais nesse novo contexto comunicacional. Tais fatos geram, [portanto], novos valores, reforçam novas sociabilidades [...]. Esta dialética é geradora de novas práticas sociais”, centradas nos três pilares da e-Ciência/ Ciência 2.0, ou seja, compartilhamento de investigações, recursos e resultados (HOGAN; SWEENEY, 2013; OLIVEIRA, 2001, p.151; REBIUN, 2010).

Um desafio que se apresenta na contemporaneidade reside na disseminação da ciência “boa”, explorando os mais variados tipos de ferramentas tecnológicas existentes e a sua capacidade de tornar a ciência mais acessível e facilitar o comunalismo, o universalismo, o desinteresse e o ceticismo propostos por Merton. Como na maioria dos desafios, o primeiro passo para preservar a integridade da ciência e, por extensão da sociedade, é reconhecer que os avanços proporcionados pela evolução dos meios de comunicação estão tendo impactos significativos sobre a sociologia da ciência. Somente através da discussão aberta dessas questões, se pode aproveitar os benefícios proporcionados pelas tecnologias, preservando a qualidade em detrimento

da quantidade e modismos (HOGAN; SWEENEY, 2013).

Desse modo, novas oportunidades para avaliar o impacto científico surgem à medida que a comunicação científica evolui. Atualmente, métricas alternativas de impacto científico baseadas em mídias *on-line* estão sendo desenvolvidas e testadas. Ainda que em fase inicial, a abordagem altmétrica se constitui como um mecanismo necessário para avaliar o impacto acadêmico gerado com base nos usos dos mais variados recursos disponibilizados pelas mídias sociais, a exemplo das redes sociais acadêmicas e profissionais, como a *ResearchGate*, *Academia.edu* e a *LinkedIn* (BARROS, 2015).

Portanto, ao tornar visíveis as conexões e analisar os dados das mídias sociais, os cientistas ganham novas ideias sobre a estrutura e a dinâmica do trabalho acadêmico. Dados esses que permitem avaliar a reputação destes diante dos seus pares e das comunidades científicas, em escala global, pois considera-se que a visibilidade da produção científica, para fins de creditação universitária e posicionamento nos *rankings* internacionais é necessária para conhecer o impacto citacional de uma investigação (HOFFMANN; LUTZ; MECKEL, 2016; TURPO; MEDINA, 2013).

Métricas de impacto são descritas como construções multifacetadas, compostas de quatro pilares: uso, revisão por pares, citações, *altmetrics*. Comumente, *altmetrics* não são realizadas para substituir as tradicionais medidas bibliométricas de influência acadêmica. O serviço de *AltmetriaImpactStory*, por exemplo, coleta dados de meios de comunicações sociais, desde aplicativos de propósito geral como *Twitter*, *Wikipedia* e *Facebook*, até soluções acadêmicas específicas, como o *Mendeley*. Em seguida, cria um relatório incluindo estatísticas de todas as plataformas consideradas (*downloads*, citações, dentre outras). Esse serviço demonstra a natureza multifacetada da comunicação científica, da colaboração e do alcance do conhecimento científico gerado em larga escala (HOFFMANN; LUTZ; MECKEL, 2016).

Há, no entanto, várias suposições sobre a relação entre a produtividade científica e as redes. Uma delas é que a produtividade científica está correlacionada com as redes existentes que os estudiosos mantêm ao longo da sua carreira. Os resultados dos estudos sul- africanos apoiam-se na hipótese de que a produtividade de acadêmicos e cientistas (ou seja, a produção de livros editados, coprodução de artigos em revistas e coautoria de livros em particular) estão positivamente associadas com as suas Redes científicas (número total de redes, localização total das redes, rede nacional, redes locais, e redes internacionais) de todos os inquiridos na amostra (SOORYAMOORTHY, 2016).

Tais dados demonstram os benefícios das redes sociais especializadas como ferramentas de apoio ao desenvolvimento de investigações, tais como: aumento de produtividade e estabelecimento de parcerias fundamentais para o trabalho em equipe entre pares em linha, que possuem interesses de investigação em comum. Esses ambientes são caracterizados como verdadeiros laboratórios virtuais, colégios invisíveis, propícios a: compartilhamento de recursos, troca de experiências, análise

de conhecimentos prévios, avaliação do impacto científico, catálogo de indicadores bibliométricos, avaliação crítica de conteúdos disponibilizados e realização de fóruns de discussões (DAFONTE-GÓMEZ; MÍGUEZ GONZÁLEZ; PUENTES-RIVERA, 2015; ORDUÑA-MALEA; MARTÍN-MARTÍN; DELGADO-LÓPEZ-CÓZAR, 2016; REBIUN, 2010).

Para tanto, a dinâmica social da construção do debate acadêmico e científico *on-line*, representa uma *mais-valia* na construção social da comunicação científica em rede, na ressignificação do papel das comunidades científicas, por meio do desenvolvimento de trabalhos colaborativos, a partir do interesse por temas investigativos em comuns. Essas ações propiciam a formação de equipes sem limites de fronteiras geográficas, aproveitando assim todos os recursos disponíveis pelas mídias sociais para a efetivação da ciência aberta/ciência 2.0, priorizando os critérios éticos e de qualidade exigidos na academia.

Pois, a colaboração é uma marca existente nos ambientes que desenvolvem pesquisas, e privilegiam a comunicação científica, como uma maneira de socializar o conhecimento científico produzido. A exemplo, a “*Royal Society* que privilegiou em sua origem o trabalho colaborativo como uma maneira de fomentar novas investigações. Desde então, mantém-se a colaboração como marca distintiva entre pares (MEADOWS, 1999). Desse modo, desde meados do século XX, a produção de conhecimentos acontece cada vez mais dentro de uma alargada e heterogênea rede de investigadores que trabalham de forma cooperativa, estruturados em grupos de pesquisas nos quais os seus membros podem estar vinculados a diferentes instituições ou países (ALCAIDE; FERRI, 2014).

3 | METODOLOGIA

Este estudo centra-se no paradigma fenomenológico/interpretativo, com abordagem qualitativa. Pois, estudou-se as intenções, significações, percepções, opiniões e perspectivas dos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação pertencentes às IES públicas no Brasil, sujeitos desta investigação, em relação as suas ações e vivências relacionadas as temáticas internacionalização e visibilidade, com foco na comunicação da ciência em rede.

Para o recorte deste capítulo, de acordo com os objetivos traçados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, uma vez que procurou-se compreender em profundidade os conteúdos coletados por meio da realização de entrevistas, em conformidade a multiplicidade de respostas geradas dos inquiridos, relacionadas à categoria internacionalização e visibilidade e às subcategorias: publicações, projetos, grupos de pesquisas, e presença acadêmica *on-line* (QUADRO 1) (AMADO, 2014).

Dimensão Docentes/ Investigadores	Categoria Internacionalização e Visibilidade	Subcategorias Publicações; Grupos de pesquisas nacionais e internacionais; Projetos de pesquisas nacionais e internacionais; e Presença Acadêmica <i>On-line</i> / Partilha, colaboração e participação.
--------------------------------------	--	--

Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise

Fonte: As autoras.

A análise de conteúdo efetuada realizou-se em etapas, organizadas em conformidade com as diretrizes de Bardin (2014) e Amado (2014, 2017) (QUADRO 2). Assim com as devidas adaptações, procedeu-se a pré-análise, exploração do material, a categorização prévia, tratamento dos resultados, inferência e a interpretação a partir do corpus documental composto pelos conteúdos expressos coletados por meio das entrevistas.

PRÉ-ANÁLISE		
re (leituras) flutuantes e ativas dos conteúdos das entrevistas transcritas, em consonância com as regras de representatividade, homogeneidade e pertinência proposta por Bardin (2014).	Organização do corpus documental, de acordo com as categorias e subcategorias pré-estabelecidas, em consonância com as questões, objetivos, questões, conceitos e teorias que compõe a base teórica e metodológica do estudo.	Recortes dos discursos dos entrevistados, separando-os por categorias, subcategorias, unidades de registo (questões), e sujeitos identificados por letras.
EXPLORAÇÃO DO MATERIAL		
Tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação		
re (leituras) horizontais, tendo atenção as unidades de sentido, representadas pelas frases e palavras existentes nos conteúdos expressos.	Análise, inferência, e interpretação dos recortes do corpus documental, fazendo um contraponto com os conceitos e teorias que norteiam o estudo.	

Quadro 2 - Fases realizadas no processo de análise de conteúdo

Fonte: (AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2017; BARDIN, 2014).

Desse modo, a análise de conteúdo, enquanto “um conjunto de técnicas de análise de comunicações” nos possibilita estabelecer categorias e subcategorias de análise, bem como descrever e interpretar os discursos emitidos pelos sujeitos selecionados, neste caso quatro, dos quinze coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia brasileiros que fazem parte

do universo desta pesquisa (BARDIN, 2014, p.33).

Como instrumento de recolha de dados, utilizou-se uma entrevista semiestruturada, composta de 23 questões, das quais foram utilizadas quatro, para fins de construção desta análise. Dos quinze coordenadores, foram entrevistados oito no período de abril a agosto de 2016. Dessa forma, os critérios de inclusão utilizados para esta amostra, se deu de forma que: representassem as regiões, sul, nordeste, centro-oeste e sudeste do Brasil, terem reconhecimento nacional por estarem creditados pela Agência Nacional de formação pós-graduada no Brasil (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/www.capes.gov.br), corresponderem à maioria dos Programas existentes pertencentes a universidades públicas e por representarem a Ciência da Informação, e a Biblioteconomia brasileira.

O tempo de realização das entrevistas com esses coordenadores levou em média 40min a 1h e 20min, gravadas com um gravador digital. Foram realizados recortes na íntegra dos discursos emanados pelos coordenadores (FIGURAS 1 e 2) durante a realização das entrevistas referentes às questões selecionadas para este estudo que respondem às categorias e subcategorias de análise (QUADRO 1), assim como a questão de investigação e aos objetivos traçados.

A realização deste procedimento nos permitiu uma compreensão mais alargada do objeto em estudo, bem como a compreensão da multiplicidade de respostas geradas, atendendo aos detalhes das características que delas emergiam, de modo a obter uma visão holística acerca das percepções e usos que essas comunidades em análise fazem dos ambientes digitais como veículos de divulgação da produção científica, bem como mecanismos de interação entre pares das comunidades científicas das quais fazem parte, além de possibilitarem o estabelecimento de parcerias em escala nacional e internacional para a formação de grupos de pesquisas, gestão de projetos e geração de novos conhecimentos.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e as discussões apresentadas nesta seção foram organizados de acordo com as categorias e subcategorias anteriormente mencionadas.

Na categoria internacionalização e visibilidade, que envolve as subcategorias relacionadas a publicações, formação de grupos de pesquisas em parcerias com Instituições de Ensino Superior e/ou órgãos de fomentos (nacional/internacional) com o intuito de averiguar os níveis de representatividade dessas comunidades em análises, os inquiridos afirmaram conforme percebe-se nos trechos dos seus discursos elencados pelos entrevistados A, B, C e D (FIGURA 1), que os cursos de pós-graduação das universidades das quais são representantes possuem convênios com IES nacionais e internacionais, bem como com Institutos de pesquisas, principalmente localizados na França, Estados Unidos, Inglaterra e Espanha. Tais parcerias proporcionam

a internacionalização desses programas, assim como viabilizam parcerias para publicações em periódicos internacionais.

Outro mecanismo de internacionalização destacado pelos entrevistados é o incentivo aos docentes/investigadores para participarem como pareceristas de revistas estrangeiras, coordenadores de seções em eventos internacionais. Essas oportunidades são profícuas o estabelecimento de contatos com pesquisadores de universidades estrangeiras, com vistas a firmar acordo para virem proferir palestras nos eventos organizados pelos Programas, universo deste estudo, e ministrarem cursos de curta duração.

Sobre a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação (FIGURA 1), o aspecto destacado pelo respondente D, diz respeito à necessidade de viabilização do site em inglês tanto da Instituição, quanto do Programa, visto que os referidos sites, conforme ele afirma disponibilizam o edital do Programa para captarem estudantes estrangeiros. Destaca que estão em processo de convênios com universidades estrangeiras e afirma ainda, que essas são algumas das formas de internacionalização trabalhadas por esse Programa a médio e longo prazo. Buscam também com essa finalidade parcerias com professores e pesquisadores internacionais, que se concretizam por meio de co-orientação ou co-pitela.

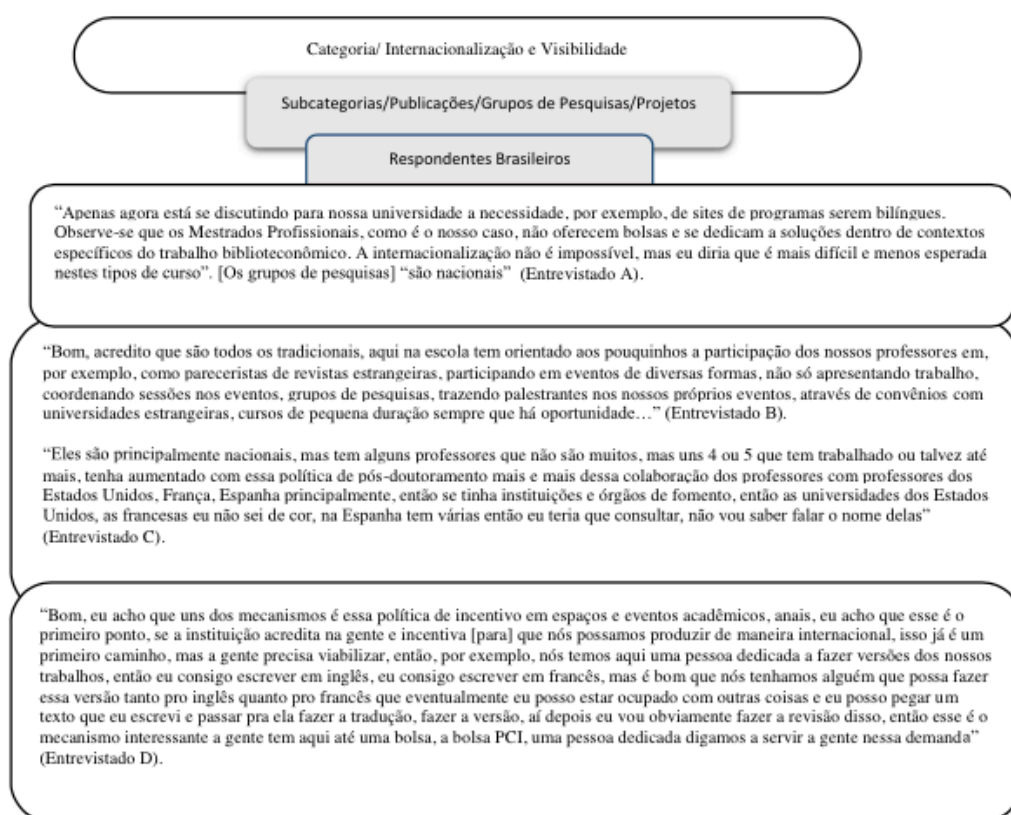


Figura 1- Categoria de análise referentes aos assuntos direcionados a internacionalização e visibilidade

Em relação à comunicação da ciência em rede que envolve a categoria

internacionalização e visibilidade, referente as subcategorias relacionadas à presença acadêmica *on-line*, ou seja, quais as finalidades e formas de utilização das ferramentas infocomunicacionais, como espaços de socialização, que têm como missão conectar pesquisadores para o compartilhamento de conteúdos, e o acesso aberto à ciência, conhecimento e experiência, os entrevistados A, B, C e D (FIGURA 2), afirmaram em uma análise geral que estes utilizam, sim, mas são iniciativas individuais, não existindo nenhuma política institucional para isso.

Dentre as redes acadêmicas citadas pelos referidos entrevistados tem-se a *ResearchGate* e *Google Scholar*. Foram citadas também redes sociais como o *Twitter*, o *Facebook*, e o *Instagram*, que são úteis para a criação de grupos específicos para a integração entre docentes/discentes da mesma instituição, bem como veículos para divulgação dos seus próprios artigos, assim como uma forma de comunicação mais rápida e eficiente.

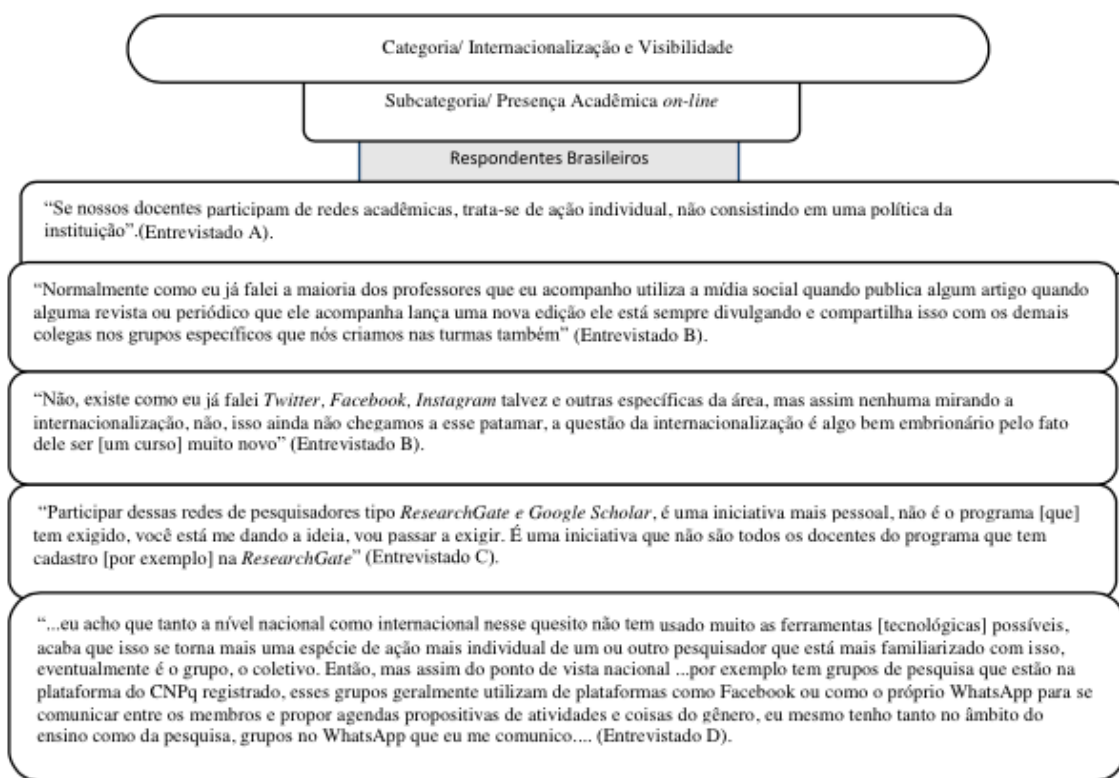


Figura 2- Categoria de análise referentes aos assuntos direcionados a presença acadêmica on-line.

Almoussa (2011) afirma que os profissionais estão empregando as Redes Sociais acadêmicas para divulgação da sua produção intelectual, aprender sobre seus pares e com os pares, localizar especialistas para resolver problemas, e encontrar potenciais colaboradores. Dentre esses usuários, especializados que utilizam Redes acadêmicas, estão os órgãos científicos ou acadêmicos, pois estes ambientes proporcionam a essas comunidades ferramentas de trabalho cooperativo, por meio das quais podem desempenhar um papel crítico na especificação de maneiras resolutivas de problemas

nesses ambientes, aumentar o nível de sucesso bem como fomentar a realização dos objetivos individuais e em grupo.

Considerando os argumentos desse contexto, um ponto importante é que atualmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) no Brasil, passou a adotar como um dos itens de avaliação: “as iniciativas de educação e divulgação científica realizadas pelos próprios cientistas”, pois se antes era valorizada somente a produtividade acadêmica na avaliação de desempenho, hoje o pesquisador necessita ter consciência da “importância de fazer divulgação *on-line* de seus produtos de pesquisa”. Isso nos leva a considerar que as mídias sociais são ferramentas indispensáveis à avaliação da representatividade e autoridade dos cientistas frente aos seus representantes quer sejam estes seus pares ou instituições que os representem ou que institucionalizem as suas pesquisas (BARROS, 2015, p.21).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou responder aos objetivos delineados referentes aos usos, finalidades, percepções e o contributo das ferramentas infocomunicacionais para a comunicação da ciência em rede nas comunidades em análise. Dessa forma, evidencia-se a relevância científica dessas ferramentas como mídias sociais a partir do olhar dos coordenadores dos quatro Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileiros selecionados, visando principalmente, apresentar as estratégias utilizadas para a visibilidade do trabalho científico desenvolvido por essas comunidades em nível nacional e internacional.

Considerando que este estudo é um recorte de uma pesquisa de doutorado concluída inferi-se, a partir dos resultados parciais apresentados neste capítulo, em especial os mestrados profissionais, que os representantes dessas Pós possuem consciência da importância da internacionalização e visibilidade para os mesmos, apesar de ser algo ainda distante de suas realidades.

Percebe-se também tanto em seus discursos quanto em Pesquisa realizada na Plataforma Sucupira (disponibiliza dados informações referentes aos Programas de Pós-Graduação Brasileiros vinculados às Instituições de Ensino Superior Públicas) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que os mesmos possuem grupos de pesquisas predominantemente nacionais, assim como seus parceiros, tanto os órgãos de fomento à pesquisa, quanto as outras Instituições.

Outro aspecto sublinhado pelos entrevistados é que encontram-se trabalhando a internacionalização dos seus Programas, por meio de parcerias estabelecidas com universidades estrangeiras, a exemplo das espanholas, assim como o incentivo para publicações em periódicos internacionais. As suas pesquisas enfatizam principalmente as demandas do mercado, por ser uma Pós que visa à atualização de Profissionais da área de Biblioteconomia.

Em relação às duas outras Pós analisadas, no que refere as representadas

pelos entrevistados C e D, por serem Programas que já possuem tradição em ensino e pesquisa na área, têm um maior número de parcerias internacionais. Entretanto, essas parcerias são advindas principalmente de ações individuais dos pesquisadores. Identifica-se, assim, a necessidade de um trabalho mais coletivo e colaborativo, para que cada vez mais um maior número de pesquisas e pesquisadores tenham reconhecimento e prestígio no Sistema Científico Global.

Na categoria comunicação da ciência/presença *on-line*, percebe-se que existe o uso das mídias sociais. Entretanto, são ações isoladas, pois ainda não existe a cultura do debate entre pares sobre os benefícios desses ambientes para a divulgação/difusão da produção científica gerada. Há também a utilização, sim, de algumas redes sociais e/ou redes sociais acadêmicas para partilha de informações e conteúdos entre pares, divulgação das suas publicações científicas, bem como agendamento das atividades a serem desenvolvidas pelos grupos de pesquisas.

É inegável que existe um trabalho no sentido de gerar a visibilidade e internacionalização dessas comunidades, mesmo que sejam esforços individuais. E essas ações podem ser percebidas por meio da formação de grupos de pesquisa com Instituições de Fomento à Pesquisa, Universidades Estrangeiras, Participação em eventos nacionais e internacionais, publicações em periódicos nacionais e internacionais com representatividade e fator de impacto, potencializado a ligação entre os investigadores, permitindo transformar as práticas de colaboração e cooperação, o que potencializa o aumento do capital social e científico destes indivíduos e cria valor no seio das comunidades científicas investigadas, acarretando avanços para a ciência e desenvolvimento das IES envolvidas.

Esse, é de fato, a essência do fazer científico no seio das universidades, existente desde a sua origem, que não se limita a gerar e inovar metodologias de ensino e investigação, e produzir conhecimentos, mais fazer com que a ciência circule propiciando benefícios sociais, culturais, tecnológicos, dentre outros que se revestirão em reconhecimento e prestígio aos atores responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico em escala global.

REFERÊNCIAS

ALCAIDE, G. G.; FERRI, J. G. La colaboración científica : principales líneas de investigación y retos de futuro. **Revista Española de Documentación Científica**, v.37, p.1-15, nov. 2014. Retrieved from <http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/viewArticle/865> Acesso em 10 jul. 2018.

AMADO, J. **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

AMADO, J.; COSTA, A. P.; CRUSOÉ, N. A técnica da análise de conteúdo. In: AMADO, J. (coord.). **Manual de investigação qualitativa em Educação**. 3.ed. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. p. 303-357.

ALMOUSA, O. Users' Classification and Usage-Pattern Identification in Academic Social Networks. **IEEE Jordan Conference on Applied Electrical Engineering and Computing Technologies**

(**AEECT**), 2011. Retrieved from <http://ieeexplore.ieee.org/document/6132525/?reload=true>. Acesso em: 3 nov. 2016.

AZEVEDO, J.; MOUTINHO, N. A comunicação da ciência em plataformas digitais: as implicações da cultura participativa e da convergência tecnológica. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA, INNOVACIÓN Y EDUCACIÓN, Buenos Aires. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2014.

BARROS, M. *Altmetrics* : métricas alternativas de impacto científico com base em redes sociais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.20, n.2, p.19-37, abr./jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362015000200019&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 3 nov. 2016.

CARIBÉ, R. de C. do V. Comunicação científica para o público leigo no Brasil. **Revista Ibero Americana de Ciência Da Informação**, v.8, n.2, 272–273. 2015. Retrieved from <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/15745/11448> Acesso em: 3 nov. 2016.

DAFONTE-GÓMEZ, A.; MÍGUEZ-GONZÁLEZ, M. I.; PUENTES-RIVERA, I. Redes Sociales Académicas : Presencia y actividad en Academia . edu y ResearchGate de los investigadores en comunicación de las universidades gallegas Academic Social Networks : Presence and activity in Academia . edu and ResearchGate of communication res. In: CISTI. 2015.

DROESCHER, F.D.; SILVA, E.L. da. O pesquisador e a produção científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.19, n.1, p.170-189, jan./mar. 2014. Disponível em:<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1899>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

FERREIRA, A. G. C.; CAREGNATO, S. E. Visibilidade de revistas científicas: um estudo no Portal de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **TransInformação**, v.26, n.2, p.177–190. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862014000200177&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GOMES, C. M. **Comunicação científica**: alicerces, transformações e tendências. Covilhã, Portugal: Livros LABCOM books, 2013. Disponível em:<http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20131206-201309_cristinamgomes_comunicacaocientifica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

HOFFMANN, C. P.; LUTZ, C.; MECKEL, M. A relational altmetric? Network centrality on ResearchGate as an indicator of scientific impact. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v.67, n.4, p.765–775. 2016. Disponível em:<<http://doi.org/10.1002/asi.23423http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23423/abstract>>. Acesso em 15 mar. 2015.

HOGAN, N. M.;SWEENEY, K. J. Social Networking and Scientific Communication : A Paradoxical Return to Mertonian Roots ? **Journal of The American Society for Information Science and Technology**, v.64, n.3, p.644–646. 2013. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.22842/full>>. Acesso em 15 mar. 2015.

HONG, W.;ZHAO, Y. How Social Networks Affect Scientific Performance : Evidence from a National Survey of Chinese Scientists. **Science, Technology, & Human Values**,v.41, n.2, p.243–273. 2016. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0162243915592020> >. Acesso em 20 ago. 2016.

HURD, J. The transformation of scientific communication: A model for 2020. ... of the **American Society for Information Science**, v. 51, Oct., p.1279–1283. 2000. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/1097-4571\(2000\)9999:9999%3C::AID-ASI1044%3E3.0.CO;2-1/abstract](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/1097-4571(2000)9999:9999%3C::AID-ASI1044%3E3.0.CO;2-1/abstract) >. Acesso em: 20 mar. 2016.

JORENTE, M. J. V. **Ciência da Informação**: mídias e convergência de linguagens na web. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MANCA, S.; RANIERI, M. Yes for sharing, no for teaching! Social Media in academic practices. **Internet and Higher Education**, v.29, p.63-74, Apr., 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1096751615300105>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Meadows, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

PACKER, A. L. ; MENEGHINI, R. Visibilidade da produção científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (org.). *Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação*. São Paulo, Brasil: Angellara, 2006. p.237–259.

PINHEIRO, P. M.V.; RIBEIRO, L. V. Da comunicação científica à divulgação. **Transformação**, v.20, n.2, p.159–169. 2005. Disponível em:<<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/28/1/Transinformacao2008Pinheiro.PDF>>. Acesso em: 3.05.2015.

OLIVEIRA, L. A Internet – A Geração de um Novo Espaço Antropológico. In: LEMOS, A.; PALACIOS, M. (Orgs). **Janelas do Ciberespaço**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001. p.151-171. Disponível em:<https://www.academia.edu/5803895/A_Internet_A_Gera%C3%A7%C3%A3o_de_um_Novo_Espa%C3%A7o_Antropol%C3%B3gico>. Acesso em: 30 mar. 2016. DOI: 10.13140/RG.2.1.1114.5122

ORDUÑA-MALEA, E.; MARTÍN-MARTÍN, A.; DELGADO-LÓPEZ-CÓZAR, E. ResearchGate como fuente de evaluación científica: desvelando sus aplicaciones bibliométricas. **El Profesional de La Información**, v.25, n.2,p.303. 2016.Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/299460397_ResearchGate_como_fuente_de_evaluacion_cientifica_desvelando_sus_aplicaciones_bibliometricas>. Acesso em: 10 maio 2017.

REBIUN. **Ciencia 2.0**: Aplicación de La Web Social A La Investigación. 2010.Disponível em:<http://eprints.rclis.org/3867/1/Ciencia20_rebiun.pdf>. Acesso em 30 set. 2016.

SILVA, E. L. da; PINHEIRO, L. V. ; REINHEIMER, F. M. Redes de conhecimento em artigos de comunicação científica: estudo baseado em citações bibliográficas de artigos de periódicos na área de ciência da informação no Brasil. **Inf. & Soc.:Est.**, v.23, n.1, 145– 160. 2013. Disponívem em:<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12484>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SILVA, L. L. da ; SILVA, A. M. Comportamento infocomunicacional em contextos de redes sociais online: proposta de investigação. In: CONTECSI - INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT, 9,**Actas...** 2012. p. 3184–3200. Disponível em:<<http://www.tecsi.fea.usp.br/9contecsi/index.php/envio/article/view/9CONTECSI2012%2FRF-389>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SOORYAMOORTHY, R. Scientific networks in the production of knowledge in South Africa. **South African Journal of Science**, v.11, n.2, p.5-18. 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.17159/sajs.2016/a0155http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0038-23532016000300008>. Acesso em 30 nov. 2016.

TURPO, J. E. ; MEDINA, G. E. Producción Intelectual Y Visibilidad Científica. **Apuntes Universitarios**, v.2, p.9–18. 2013. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=467646127001>>.Acesso em 30 nov. 2016.

VALEIRO, P. M.; PINHEIRO, L. V. R. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, v.20, n.2, p.159–169. 2008. Disponível em:<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000000486/774c5f55e18335ff65d6c5f893d1a192/>>. Acesso em 30 abr. 2015.

ZIMBA, H. F.; MUELLER, S. P. M. Colaboração internacional e visibilidade científica de países em desenvolvimento: o caso da pesquisa na área de medicina veterinária em Moçambique.

Informação & Sociedade: Estudos, v.14, n.1, p.45–68. 2004. Disponível em:< <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/search/advancedResults> >. Acesso em: Acesso em 30 abr. 2015.

CORTANDO GASTOS EM TEMPO DE CRISE: A BIOMETRIA SUBSTITUINDO O CARTÃO DE USUÁRIO

Rejane Maria Rosa Ribeiro

Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana-Bahia

Maria do Carmo Sá Barreto Ferreira

Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana-Bahia

Isabel Cristina Nascimento Santana

Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana-Bahia

Solange dos Santos Rocha

Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana-Bahia

Ana Martha Machado Sampaio

Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana-Bahia

Gerusa Maria Teles de Oliveira

Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana-Bahia

RESUMO: Relata a utilização do cartão com códigos de barras na identificação e atendimento dos usuários da Biblioteca Central Julieta Carteador. Mostra as medidas tomadas para a implantação do sistema de biometria e os procedimentos adotados para o cadastramento biométrico dos usuários e as vantagens da substituição do cartão do usuário pelo sistema de biometria que interage com o sistema Pergamum. A ideia de se

implantar o sistema biométrico surge com a necessidade de se admitir atitudes sustentáveis por garantir a minimização de custos. Além disso, a identificação dos usuários através das características biológicas individualiza a ação de cada usuário, tornando todo o processo de empréstimo bibliográfico mais seguro, esse recurso garantiu também mais agilidade, precisão e eficiência nas atividades, assim como, a diminuição no tempo de espera do atendimento.

PALAVRAS-CHAVE: Biometria. Biblioteca – Empréstimo. Tecnologia da informação. Medida de segurança. Sistema de autenticação.

ABSTRACT: Recounts use of the card with bar codes in identifying and meeting the users Central Library Julieta Carteador. Shows the measures taken to implement the biometric system and the procedures adopted for the biometric registration of users and the replacement of the advantages of the user card by biometrics system that interacts with the Pergamum system. The idea of deploying biometric system comes with the need to accept sustainable attitudes to ensure the minimization of costs. In addition, the identification of users through the biological characteristics individualize the action of each user, making the whole more secure bibliographic loan process, this feature also assured greater agility, precision and efficiency

in the activities, as well as the decrease in waiting time of care.

KEYWORDS: Biometrics. Library – Loan. Information technology. Security measure. Authentication system.

1 | INTRODUÇÃO

Há bem pouco tempo, começamos a assistir nos filmes de ficção o uso da biometria para identificação de pessoas através da leitura da digital, varredura de íris e retina, geometria da mão, padrões de voz, entre outros. Contudo, esse procedimento já está sendo utilizado na vida real. Muitas instituições já estão usando a biometria para identificar seus funcionários e clientes. Biometria é o uso de alguma característica biológica do ser humano com intuito de identificá-lo.

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) conta com um Sistema Integrado de Bibliotecas (SISBI) composto por uma Biblioteca Central e sete bibliotecas setoriais, com um universo de 26.208 usuários inscritos e cerca de 89.027 empréstimos efetuados por ano, dados referentes ao relatório anual de 2015.

Por semestre ingressam cerca de 1.300 alunos entre graduação e pós, também tem o ingresso de novos professores e funcionários, isto acarreta um investimento financeiro na confecção dos cartões da biblioteca, por empresa prestadora de serviços.

A adoção do cartão com código de barras vem dos anos 90, os cartões anteriores a esse período, eram confeccionados na própria biblioteca em uma ficha de papel com gramatura superior a do papel ofício e inferior a da cartolina, e assim funcionou por quase vinte anos. Os primeiros cartões com código de barras tinham a foto do usuário e perdurou por um tempo. Em 2002 foi substituído por outro modelo sem a foto o que barateou o valor do mesmo.

Para efetuar o empréstimo na biblioteca o usuário, seja ele aluno, professor ou funcionário, recebia um cartão com código de barras, sendo a primeira via gratuita para o usuário e a instituição pagava R\$ 2,10 por cada cartão.

Em 2013, a BCJC adquiriu leitores biométricos dando início à implantação da biometria para identificação do usuário nas transações de empréstimo. Essa medida proporcionou mais segurança na identificação, agilidade no atendimento, precisão na autenticação e reconhecimento do usuário, eficiência e redução do tempo de espera no atendimento. Inicialmente, o cartão da biblioteca era utilizado junto com a biometria, mas hoje não se faz mais necessário.

A partir de 2015 a UEFS teve sérios cortes orçamentários, afetando todos os setores da instituição, com isso, tornou-se necessário a redução de gastos e a Biblioteca Central Julieta Carteador (BCJC) como administradora do Sistema Integrado de Bibliotecas reforçou em sua política as práticas necessárias para sua sustentabilidade, dentre elas a substituição do cartão com código de barras, para a utilização do sistema de biometria que gerou uma economia significativa. Segundo a SINIFIC (2005) insight a Biometria traz uma série de vantagens.

As vantagens deste tipo de identificação e autenticação das pessoas são óbvias. Por exemplo, os elementos identificadores externos podem ser perdidos (cartões) ou esquecidos (palavras de passe, códigos, nomes de utilizador). De igual modo, podem ser utilizados facilmente por outras pessoas. Contrariamente, as características biológicas utilizadas pela biometria são pessoais e intransmissíveis (ou quase), além de exigirem a presença física da pessoa. De qualquer forma, também existem modos de contornar os sistemas biométricos.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Para a adoção da biometria a BCJC consultou a equipe de suporte do sistema de informatização da biblioteca, o Pergamum, que enviou as informações necessárias para a aquisição do equipamento e implantação da tecnologia listada a seguir:

- Homologado somente no equipamento da marca NITGEN;
- Para utilizar a biometria obrigatoriamente deve ser utilizado o navegador Internet Explorer versão 9 com Windows 7;
- Habilitar as permissões dos funcionários, em Parâmetros > Permissões de usuários > Acesso por usuário, no Módulo Circulação de Materiais;
- Cadastrar a biometria pela tela de empréstimo.

Nas versões mais atuais do Pergamum Web (versões a partir do dia 05/12/2014) foram disponibilizadas as opções de utilizar os leitores Nitgen Fingkey Hamster I e II DX, Suprema BioMini e Suprema BioMini Plus. Estes, homologados no Windows 7, 32 e 64bits com o Java instalado.

Inicialmente, a BCJC adquiriu 10 leitores biométricos. A tarefa mais difícil foi começar a cadastrar a biometria dos usuários veteranos, sem comprometer o atendimento de empréstimo. Ficou definido então, que o cadastramento biométrico para os professores e funcionários seria feito gradativamente, iniciando no recesso das atividades da universidade; para os alunos veteranos o cadastramento biométrico foi realizado no recadastramento, período de atualização de dados; e para os novos usuários o cadastramento da biometria ocorreu após o treinamento de usuário. Paralelo a isso, promoveu-se a divulgação nos meios de comunicação e redes sociais da instituição para informar os usuários sobre o novo serviço e a importância do uso biometria nos processos do empréstimo e as dúvidas que surgiam eram sanadas no atendimento pelos funcionários.

Vale ressaltar que para todas as categorias foi mantida no cadastro a senha numérica, pois ao utilizar os serviços da biblioteca externamente eles precisam da senha numérica.

Decidimos por utilizar o dedo indicador da mão direita para cadastrar a biometria do usuário, havendo algum impedimento faríamos o cadastramento do dedo indicador da mão esquerda. Para as pessoas que tem problemas na identificação de digitais, o funcionário colocou uma mensagem restrita, na conta do usuário, no Pergamum,

informando o não cadastramento biométrico do usuário, pois o sistema oferece a opção do empréstimo por senha. O usuário sempre terá no Pergamum duas senhas cadastradas: a biométrica que será usada no empréstimo e a numérica que será usada para entrar na página do usuário, Meu Pergamum, pela web.

3 | RESULTADOS PARCIAIS/FINAIS

O uso de novas tecnologias informacionais e a preocupação constante com a sustentabilidade, principalmente neste momento de crise orçamentária, foram fatores predominantes para a implantação da biometria na BCJC.

A biometria se adapta perfeitamente na conjuntura atual do uso de novas tecnologias no âmbito também das bibliotecas, a sua realização é feita através da leitura da impressão digital, para identificação e autenticação do usuário e da senha no serviço de empréstimo, modificando dessa forma, a concepção da biblioteca tradicional.

Constatamos que o uso desta ferramenta, possibilitou não apenas uma economia financeira, como também, garantiu mais segurança, agilidade no atendimento, precisão e eficiência nos serviços oferecidos, assim como, a diminuição do tempo de espera no atendimento e a satisfação dos usuários. Atualmente a biometria é utilizada sem maiores problemas e o uso do cartão do usuário não se faz mais necessário, só em casos extraordinários.

4 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS/FINAIS

A inserção da biometria no fluxo dos itens informacionais da Biblioteca Central Julieta Carteadó, é um mecanismo que vem trazendo inúmeros benefícios para os serviços promovidos pela biblioteca. O aspecto sustentável é um elemento de suma importância, já que garante minimização de custos. Além disso, esta utilização das características biológicas para identificação do usuário individualiza a ação de cada usuário, tornando todo o processo de empréstimo bibliográfico mais seguro.

A BCJC busca acompanhar os avanços tecnológicos, tendo em vista a melhoria dos seus produtos e serviços, garantindo comodidade ao usuário e procurando aperfeiçoar o atendimento das necessidades dos usuários.

A realização de todo o processo e a implantação da biometria em comunicação com o sistema Pergamum veio contribuir para a agilidade no atendimento, segurança na transação de empréstimo porque requer presença do usuário a cada transação efetuada e economia financeira. Verificamos que esses benefícios contribuíram para uma melhor sustentabilidade dos serviços ofertados pela BCJC, a satisfação do usuário e a modernização dos serviços.

REFERÊNCIAS

VANTAGENS e Problemas da Biometria. SINFIC insight: A newslettes semanal, n. 1, jan. 2005. Disponível em: <http://www.sinfic.pt/SinficNewsletter/biometria-vantagensProblemas.html>. Acesso em: 06 abr. 2016.

DIGITALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO ONLINE DA REVISTA LEPROSY REVIEW DE 1928-2001 – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andrea Cristina Bogado

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo,
Instituto Lauro de Sousa Lima
Bauru - SP

Alessandra Carriel Vieira

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo,
Instituto Lauro de Sousa Lima
Bauru - SP

Juliana Lourenço Sousa

Centro Latino-Americano e do Caribe de
Informação em Ciências da Saúde BIREME/
OPAS/OMS
São Paulo - SP

Marcos da Cunha Lopes Virmond

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo,
Instituto Lauro de Sousa Lima
Bauru - SP

RESUMO: Trata-se de um relato de experiência cujo objetivo é compartilhar o processo de execução da digitalização e disponibilização em meio eletrônico da Revista Leprosy Review e de dar visibilidade aos estudos sobre hanseníase em âmbito nacional e internacional. Constitui-se de um relato baseado na observação dos profissionais envolvidos na execução do projeto. Os resultados obtidos evidenciam que os principais objetivos do projeto foram alcançados, pois a revista já está operando em meio eletrônico, em caráter de acesso aberto

e apresenta níveis satisfatórios de acesso. As etapas foram concluídas dentro dos critérios estabelecidos inicialmente no projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Relato de experiência. Digitalização. Periódico científico. Biblioteca Virtual em Saúde Hanseníase. Hanseníase.

ABSTRACT: This is an experience report which main goal is to share the process of scanning and electronic availability of Leprosy Review Journal, and aims to give visibility to studies on leprosy on national and international levels. It is a report based on the observation of the professionals involved in the execution of the project. The results show that the main objectives of the project were achieved, since the journal is already operating online, in open access and has satisfactory levels of access. The stages of the project were completed within the criteria established initially.

KEYWORDS: Experience report. Scanning. Scientific journal. Virtual Health Library Leprosy. Leprosy.

1 | INTRODUÇÃO

O projeto de Textos Completos em Hanseníase, desenvolvido em parceria entre o Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo

e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS) teve como objetivo publicar e oferecer acesso aberto à parte da coleção científica sobre hanseníase que compõe o acervo da Biblioteca e Centro de Documentação Luiza Keffer – ILSL, criando um repositório da memória científica em hanseníase com vistas a promover o aumento da visibilidade, acessibilidade e uso da informação no Brasil e no exterior, através de uma coleção de títulos representativos do tema. (CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2007).

O Projeto teve início no ano de 2008 com o objetivo de fortalecer a Biblioteca Virtual em Saúde Hanseníase (BVS Hanseníase) como forma de acesso equitativo, online e integral a documentos sobre hanseníase, de forma a contribuir para sua disseminação e preservação de documentos. (CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2010a). Ao todo foram digitalizadas as coleções Hansenologia Internationalis (1976-2004); Livros, Monografias e Manuais do ILSL; Teses e Dissertações; Revista de Leprologia de São Paulo (1933-1935); Revista Brasileira de Leprologia (1933-1970), Revista International Journal of Leprosy (1978-2002) e Revista Leprosy Review (1928-2001).

Assim o presente relato de experiência descreve o trabalho de digitalização e disponibilização em meio digital da coleção impressa de 1928 a 2001 da revista Leprosy Review, último periódico processado no projeto. A revista Leprosy Review é uma revista acadêmica inglesa de grande impacto na área e de grande valor histórico nas esferas institucionais e sociais, que publica artigos originais sobre todos os aspectos da hanseníase, incluindo pesquisas sobre investigação dos aspectos médicos, físicos e sociais da doença e informações relevantes para o controle da hanseníase (LEPRA, c2016). Passou a ser publicada online a partir do ano de 2002 na página da revista¹, dessa forma tornou-se possível acessar parcialmente a coleção. Através da iniciativa do Projeto Textos Completos em Hanseníase foi possível resgatar toda a memória da revista, deixando-a disponível online integralmente.

Os objetivos principais desse trabalho consistem em compartilhar a experiência do processo de digitalização e disponibilização da Revista Leprosy Review e divulgar o Projeto Textos Completos em Hanseníase à comunidade científica, a fim de dar visibilidade aos estudos sobre a doença em âmbito nacional e internacional, tendo como objetivos específicos apresentar o processo de digitalização e disponibilização em meio eletrônico da revista Leprosy Review, e detalhar os critérios, políticas e procedimentos definidos para a formação e o desenvolvimento da coleção de obras digitalizadas.

De acordo com Ferreira (2014, p. 42),

no mundo e no Brasil, um grupo de doenças causadas por agentes infecciosos ou parasitas tem se destacado como doenças negligenciadas e são consideradas endêmicas em populações de baixa renda.

1. <https://www.lepra.org.uk/leprosy-review>

A hanseníase encontra-se nesse grupo de doenças negligenciadas que são caracterizadas por estarem associadas a regiões onde a população vive em condições de pobreza e apresentam precárias condições de vida, que contribuem para a manutenção do quadro de desigualdades sociais e representam um obstáculo ao crescimento dos países em desenvolvimento.

Segundo a World Health Organization – WHO (2017) a taxa de prevalência de hanseníase caiu consideravelmente no Brasil. Em 2002 era de 4,38 casos registrados a cada 10.000 habitantes, já em 2017 registrou 1,08 novos casos no mesmo grupo. No entanto, a WHO considera que o valor ideal para eliminação da doença é de menos de 1 novo caso a cada 10.000 habitantes, dessa forma o Brasil ainda está no grupo de países onde a hanseníase é um problema de saúde pública.

Os dados da WHO identificam que a região das Américas é a segunda no mundo a mais notificar novos casos de hanseníase, ficando atrás somente da Ásia, como exemplifica Tabela 1 no ranking mundial por regiões da OMS.

Região da OMS	Número de novos casos notificados									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
África	34.468	29.814	28.935	25.345	20.213	20.599	20.911	18.597	20.004	19.384
Américas	42.135	41.891	40.474	37.740	36.832	36.178	33.084	33.789	28.806	27.356
Mediterrâneo Oriental	4.091	3.938	4.029	4.080	4.357	4.235	1.680	2.342	2.167	2.834
Sudeste Asiático	171.576	167.505	166.115	156.254	160.132	166.445	155.385	154.834	156.118	161.263
Pacífico Ocidental	5.863	5.859	5.243	5.055	5.092	5.400	4.596	4.337	3.645	3.914
Europe									18	32
Total Global	258.133	249.007	244.796	228.474	226.626	232.857	215.656	2.013.899	210.740	214.783

Tabela 1 - Tendências na detecção de casos novos de hanseníase, por região da OMS, 2007-2016

Fonte: WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017. (tradução nossa)

Analisando os números do boletim da WHO publicado em 2017, é possível observar que os dados da região das Américas foram fortemente influenciados pelo número de casos notificados pelo Brasil, 25.218 novos casos em 2016. Dos 27.356 novos casos das Américas 92% são casos notificados no Brasil.

Dessa forma é de grande relevância a divulgação de ferramentas de pesquisa de acesso aberto e gratuito em meio digital e de conteúdos científicos que contribuam para estudos sobre a doença que levem o país a diminuir a incidência de novos casos e posteriormente à erradicação da hanseníase. Da mesma maneira, é fundamental que a experiência obtida através da realização do Projeto Textos Completos em Hanseníase seja compartilhada, para que profissionais de áreas afins conheçam como se deu o processo de trabalho e as dificuldades enfrentadas e possam através dessa experiência aplicar o conhecimento obtido no seu cotidiano.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Greenhagh (2011) cita a importância do processo de digitalização no atual contexto das evoluções tecnológicas, sendo ela uma alternativa para preservar e facilitar o acesso à informação, promovendo a difusão do conhecimento. A digitalização garante acesso ao conteúdo informacional sem a necessidade de manusear o original, fator importante principalmente quando se trata de acervos com exemplares únicos ou de difícil acesso na área, e também de documentos com alto valor histórico e cultural.

Da mesma maneira, conforme cita Nardino e Caregnato (2005, p. 383), o documento eletrônico deve ser considerado como “um novo suporte para o registro de informações, que surge não para substituir o livro impresso, mas para complementá-lo em suas limitações”. Portanto, é imprescindível que o documento original permaneça armazenado em local apropriado para sua preservação física, como também para que seja uma fonte de validação das informações dispostas em ambiente digital.

Os autores citam ainda que com o processo de digitalização o documento ganha novas formas de acesso e com sua disponibilização em bibliotecas digitais podem se lançar no espaço virtual, assim, a publicação em uma biblioteca digital possibilita buscar obras do passado, oferecendo a elas maiores perspectivas de uso no futuro.

Arms (2001) define biblioteca digital como uma coleção de informações gerenciada, organizadas sistematicamente, onde os dados são armazenados em formatos digitais e acessíveis por meio de redes de computadores. Assim, acompanhando as mudanças tecnológicas das últimas décadas, a BIREME/OPAS/OMS como medida estratégica evoluiu investindo na construção e desenvolvimento da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) que a partir de 1998, apresentou-se como “espaço comum de convergência do trabalho cooperativo de produtores, intermediários e usuários de informação”. Garantindo assim, “o desenvolvimento de uma rede de fontes de informação científica e técnica com acesso universal na internet, [...] e possibilidade real de acesso equitativo à informação em saúde”. (CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2010a, p. 11)

Dessa forma, ainda de acordo com CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (2010a, p. 12),

a BVS organiza a informação em uma estrutura que integra e interconecta bases de dados referenciais, diretórios de especialidades, eventos e instituições, catálogo de recursos de informação disponíveis na internet, coleções de textos completos, com destaque para a coleção SciELO (Scientific Electronic Library Online) de revistas científicas, serviços de disseminação seletiva de informação, fontes de informação de apoio à educação e a tomada de decisão, notícias, listas de discussão e apoio a comunidades virtuais.

No ano de 2007, da parceria entre a BIREME/OPAS/OMS e do Instituto Lauro de Souza Lima, foi criada a Biblioteca Virtual em Saúde Hanseníase, cujo objetivo é oferecer acesso a fontes de informação científica e técnica sobre hanseníase. (BIREME CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA

SAÚDE, 2010b).

A base para formação inicial da BVS hanseníase e do projeto Textos Completos em Hanseníase foi o acervo documental da Biblioteca e Centro de Documentação Luiza Keffer do ILSL. O acervo é considerado singular, pois registrou ao longo dos últimos 70 anos experiências de um país com diferentes políticas de controle e intervenções terapêuticas utilizadas no combate à hanseníase. (CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2010a).

Partindo do contexto de gestão e informação, o Projeto Textos Completos em Hanseníase foi considerado como marco precursor ao avanço e sucesso da BVS Hanseníase, pois possibilitou maior acessibilidade às produções científicas do ILSL, bem como de pesquisadores renomados na área por meio da disponibilização dos documentos, fazendo com que a BVS Hanseníase se tornasse uma importante ferramenta de informação e conhecimento para subsidiar processos de decisão em saúde na área (CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2010a).

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento do processo de digitalização e disponibilização em meio digital da revista *Leprosy Review*, ocorreu na biblioteca do ILSL e nas dependências das empresas contratadas para prestação de serviços específicos e teve início no ano de 2014.

A execução do projeto compreendeu as seguintes etapas: realização de inventário do acervo, obtenção de cessão dos direitos autorais, digitalização, processamento técnico, preservação dos arquivos digitalizados, preservação dos materiais impressos, disponibilização em meio eletrônico, indexação dos artigos em bases de dados e divulgação.

Baseado nas observações dos profissionais do ILSL e da BIREME/OPAS/OMS envolvidos na execução do projeto relata-se o seguinte processo de trabalho e a descrição das etapas realizadas:

- **Inventário do acervo da revista:** etapa de responsabilidade do ILSL. Foram localizados 281 fascículos, contendo 21.108 páginas, publicadas entre 1928-2001. Algumas páginas possuíam manchas amareladas causadas pela idade do documento, e constatou-se a ausência de sete fascículos. Através de pesquisa bibliográfica e contato com o editor da revista, foi identificado que o ILSL não possuía somente um fascículo dos sete não localizados, o restante eram números que não haviam sido publicados. O fascículo que faltava foi enviado pelo editor para completar a coleção do instituto.
- **Cessão de direitos autorais:** etapa de responsabilidade do ILSL. Foi realizado contato junto ao editor da revista para obtenção da cessão para direitos de publicação na Internet na modalidade acesso aberto, de acordo com a lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 que estabelece critérios sobre direitos autorais.

- **Digitalização:** através de processo licitatório, foi contratada empresa especializada. Os critérios para definição das características da empresa que realizariam o serviço e dos equipamentos que seriam adquiridos foi executado com a cooperação da BIREME/OPAS/OMS. As digitalizações foram realizadas, exclusivamente, no scanner Zeutschel, modelo Omniscan 12000, equipamento de alta resolução de propriedade do ILSL. Essa etapa teve duração de três meses. Por segurança das obras, todo o trabalho foi realizado nas dependências da biblioteca por um profissional designado pela empresa contratada. Parte do acervo se encontrava encadernado para fins de preservação, dessa forma, antes de ser encaminhado para o laboratório de digitalização, foi necessário que o material fosse encaminhado ao setor de encadernação do Instituto para desencadernação, e ao final do processo, reencaminhado para nova encadernação.
- **Processamento técnico:** a empresa contratada realizou tratamento das imagens, para retirada de manchas das páginas e efetuou o processamento de OCR no texto (Reconhecimento Óptico de Caracteres), para posterior conversão dos documentos em formato PDF pesquisável (Formato Portátil de Documento). Também, foi atribuído DOI (*Digital Object Identifier*) aos artigos.
- **Preservação dos arquivos digitalizados:** após a digitalização do acervo indicado foram gerados 57GB de imagens em formato JPEG com resolução 600x600 BPI e 9 GB de arquivos PDF, ambos disponibilizados no servidor de dados do Instituto. Para maior segurança desses arquivos foi realizado cópia de segurança em HD externo. Todos os arquivos gerados receberam nomenclatura de acordo com a Metodologia SciELO, a fim de evitar a utilização de caracteres inválidos e posterior perda dos arquivos. Os artigos foram nomeados de acordo com seu volume, número e sequência em que aparecem na revista (volume 29, número 1, artigo número 1 = v29n1a01.pdf).
- **Preservação do material impresso:** todos os fascículos impressos da revista foram encaminhados para a Seção de Acervo Retrospectivo da Biblioteca, onde foram armazenados em acesso restrito, com iluminação adequada e com controle de umidade par fim de preservação do material.
- **Disponibilização em meio eletrônico:** através de processo licitatório, foi contratada empresa especializada em desenvolvimento de página na Internet, para criação da página de repositório dos artigos. Essa etapa teve a duração de seis meses. Foi desenvolvida a página de Internet² que constitui o repositório dos artigos digitalizados, tem caráter de acesso aberto aos documentos e ferramenta de busca, que visa facilitar a recuperação do conteúdo no momento da pesquisa. Utiliza como fontes de busca os campos: título, autor, volume e ano de publicação. Permite também a utilização de operadores booleanos. A página foi desenvolvida em língua inglesa para ampliação do acesso.
- **Indexação:** etapa de responsabilidade do ILSL. Em andamento. Inicialmente foram previstos 12 meses para a conclusão da indexação, no entanto esta atividade demanda alto conhecimento técnico da Metodologia LILACS e análise minuciosa do conteúdo dos artigos, dessa forma este trabalho continua sendo desenvolvido pela equipe de bibliotecários do ILSL, sem previsão oficial de encerramento.

2. <http://leprev.ilsil.br/>

- **Divulgação:** de responsabilidade conjunta entre o ILSL e a BIREME/OPAS/OMS. Encontra-se em andamento, pois o portal de repositório já está ativo, sendo possível o acesso online e gratuito aos artigos.

4 | RESULTADOS

Os resultados evidenciam que os principais objetivos do projeto foram alcançados. Todo o acervo da revista *Leprosy Review* encontra-se digitalizado atendendo os critérios de qualidade previamente definidos e operando em meio eletrônico com acesso aberto, através do endereço <http://leprev.ilsl.br/>.



Figura 1 – Homepage da Leprosy Review

Fonte: Leprosy Review, 2019.

Desde a disponibilização da página de Internet³ em março de 2016 já foram contabilizados cerca de 29.000 acessos até dezembro de 2018 através do contador oficial da página, exemplificado no Gráfico 1.

3. <http://leprev.ilsl.br/>

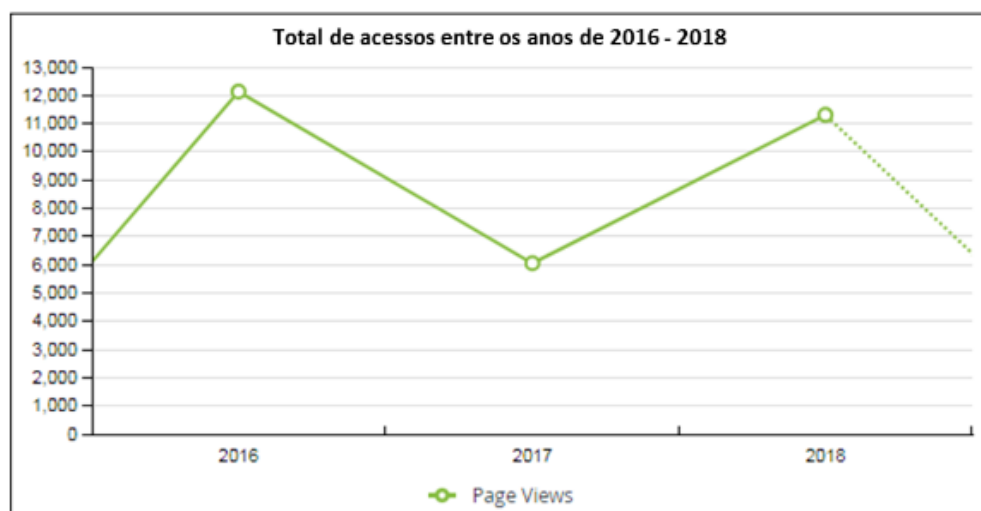


Gráfico 1 – Total de acessos ao repositório da Revista Leprosy Review entre os anos de 2016 - 2019

Fonte: StatCounter – Leprosy Review, 2019.

De acordo com a Figura 2 é possível observar que o objetivo de ampliar e democratizar o acesso ao conteúdo da Revista Leprosy Review de maneira global foi alcançado, pois a distribuição de visitas à página, na amostragem do mês de fevereiro de 2019, se dá de maneira amplamente distribuída no mapa.

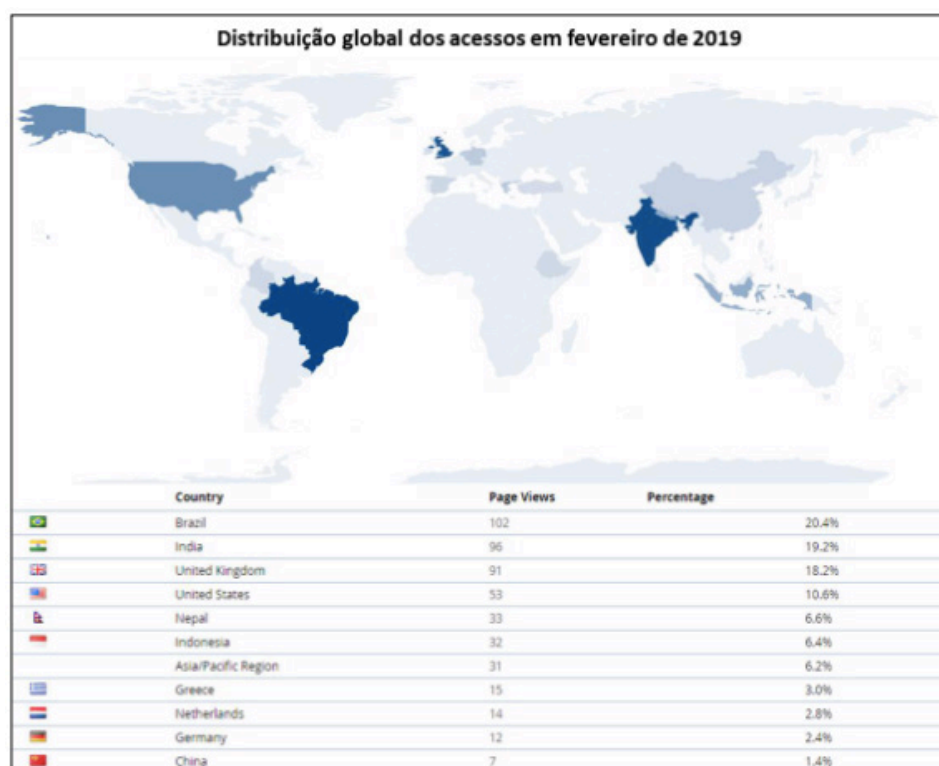


Figura 2 – Distribuição global de acessos ao repositório da Revista Leprosy Review em fevereiro de 2019

Fonte: StatCounter – Leprosy Review, 2019.

De acordo com o Quadro 1 é possível visualizar que a maior parte das etapas

do projeto foram concluídas em tempo hábil e de forma satisfatória. Para finalização restam somente as etapas de indexação dos documentos na BVS Hanseníase, que já conta com pessoal qualificado, e a etapa de divulgação, que teve início a partir da publicação do repositório digital da revista e não possui estimativa de término, pois será de ação contínua.

Etapas	Responsabilidade	Período de realização	Status
Realização de inventário do acervo	ILSL	out. 2013 a jan. 2014	Concluída
Obtenção de cessão dos direitos autorais	ILSL e BIREME	fev. 2014	Concluída
Digitalização	ILSL e BIREME	mar. 2014 a maio 2014	Concluída
Processamento técnico	ILSL e BIREME	jun. 2014 a jun. 2015	Concluída
Preservação dos arquivos digitalizados	ILSL	jul. 2015	Concluída
Disponibilização em meio eletrônico	ILSL	ago. 2015 a mar. 2016	Concluída
Indexação dos artigos em bases de dados	ILSL e BIREME	início em jun. 2016	Em andamento
Divulgação	ILSL e BIREME	início em mar. 2016	Em andamento

Quadro 1 – Etapas do projeto

Fonte: elaborado pelo autor.

5 | CONSIDERAÇÕES

A digitalização e disponibilização em meio eletrônico de uma coleção das proporções da Revista Leprosy Review é um processo longo, trabalhoso, de alto investimento e que necessita do forte envolvimento da equipe de trabalho para sua realização e conclusão de forma satisfatória. No caso do Projeto Textos Completos em Hanseníase a parceria com a BIREME/OPAS/OMS, instituição com expertise na área de informação em saúde, foi um diferencial para o sucesso do projeto.

Durante a execução do processo de digitalização o fato de parte do acervo da revista estar encadernado tornou essa etapa mais lenta, pois foi necessário encaminhar o volume para desencadernar e a partir desse momento manuseá-lo de forma muito cuidadosa, uma vez que com as páginas soltas a possibilidade de misturá-las ou perdê-las era grande. Dessa forma, após a digitalização foi necessário que um profissional conferisse as páginas uma a uma para tornar a encaderná-las.

Outra dificuldade encontrada ocorreu com a contratação da empresa responsável pelo desenvolvimento da página de repositório dos arquivos digitalizados. A empresa selecionada no processo de licitação nunca havia trabalhado com periódicos científicos, dessa forma, não conhecia sua estrutura e particularidades. Para contornar

essa dificuldade foi necessário o envolvimento direto dos bibliotecários e analista de sistemas do ILSL, conferindo as informações publicadas e oferecendo suporte técnico direto a empresa contratada.

Para os profissionais da informação diretamente envolvidos com o projeto, foi um momento de aprendizado teórico e prático únicos, pois possibilitou contato com excelentes profissionais e instituições na área de informação científica, tornando possível seu aprendizado e crescimento profissional.

Dessa forma, se conclui que a digitalização e publicação em meio eletrônico de coleções com o valor científico, cultural e social da *Leprosy Review* é de extrema importância para a comunidade científica, pois democratiza o acesso ao conteúdo que antes atingia um pequeno grupo de pesquisadores e também contribui para a preservação e integridade do material original impresso.

REFERÊNCIAS

ARMS, W. An introduction to digital libraries. In: _____. **Digital libraries**. Cambridge: MIT, c2000. Disponível em: <<http://www.cs.cornell.edu/wya/diglib/MS1999/Chapter1.html>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia para o controle da Hanseníase**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde. **Projeto BVS Hanseníase 2010**: informe técnico final: resultados obtidos no período de março a julho de 2010. São Paulo, 2010a. Informe Técnico: BIR IT 042.

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. Textos completos em Hanseníase: proposta de projeto de evolução da BVS Hanseníase. São Paulo, 2007.

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. BVS Hanseníase: manual de procedimentos para digitalização de documentos: versão 4. São Paulo, 2010b.

FERREIRA, N. I. A hanseníase no contexto das doenças negligenciadas. In: ALVES, E. D.; FERREIRA, T. L.; FERREIRA, I. N. **Hanseníase: avanços e desafios**. Brasília: NESPROM, 2014. p.41-44. Disponível em: <<http://www.morhan.org.br/views/upload/hanseniasseavancoes.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

GREENHAGH, R. D. Digitalização de obras raras: algumas considerações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 159-167, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362011000300010>>. Acesso em 28 fev. 2018.

INSTITUTO LAURO DE SOUZA LIMA. **Leprosy Review**. Bauru, 2016. Disponível em: <http://leprev.ils.br/>. Acesso em: 14 abr. 2016.

LEPRA. *Leprosy Review*. England, c2016. Disponível em: <https://www.lepra.org.uk/leprosy-review>. Acesso em: 14 abr. 2016.

NARDINO, A. T. D.; CAREGNATO, S. E. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital

contribuindo na preservação e acesso às obras raras. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126/84>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

STAT COUNTER. **Leprosy Review**. Dublin, c2019. Disponível em: <https://statcounter.com/p10758690/summary/?account_id=5364050&login_id=4&code=ba533f2833ac53742d8670121b4658f5&guest_login=1>. Acesso em: 28 fev. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global leprosy update, 2016: accelerating reduction of disease burden. **Weekly epidemiological record**, Genebra, v. 92, p. 201-520, 2017. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/258841/WER9235.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

IDEOLOGIA E UTOPIA DO DISCURSO NA WIKIPÉDIA

Marcio Gonçalves
Elaine Vidal
Fabiana Crispino

INTRODUÇÃO

A utopia do texto aberto é uma visão das mais fascinantes da Wikipédia, pois para Demo (2009) “apanha em cheio a dinâmica disruptiva do conhecimento, que não é pacote, mera informação, coisa armazenada, mas gesto incessante de desconstrução e reconstrução”. Apanha igualmente a energia infindável e profunda, suave e forte, da autoridade do argumento que, ao apresentar-se, constitui uma “força sem força”. É o tipo da autoridade não autoritária porque sua autoridade é de mérito do argumento mais bem fundamentado, tão bem fundamentado que pode sempre ser reconstruído. Inicialmente, pelo menos, “a Wikipédia tinha esta visão de seus textos: em progresso infindável, sem formato final, aberto à reconstrução de todos sem peias” (DEMO, 2009).

Na visão de Demo (2009), uma coisa é entender a enciclopédia como repositório do que já se fez – por isso, não cabe pesquisa original, mas compilar o que está disponível -, outra

coisa é entender como referência de incessante reconstrução do conhecimento, na qual o repositório disponível é infinitamente recriado. Um dos traços mais atraentes da Wikipédia é a desconstrução da academia como dona da verdade e do método científico. No surgimento da era moderna (por volta do século XVI) a descoberta mais incisiva foi a da “autoridade do argumento” - o discurso científico se mantém, não pendurado em autoridades (por exemplo, religiosas, tradicionais, políticas), mas por força de sua argumentação (DEMO, 2009; BURKE, 2003). “E a argumentação começa sempre com um questionamento”, completa González de Gómez (2009, p. 131).

A Wikipédia, para Demo (2009), não pretende desconstruir rigores formais ou formalização como método, mas satirizar a pretensão inatacável dos cientistas, em especial a venda fácil do argumento de autoridade como autoridade do argumento. O critério maior de cientificidade nessa enciclopédia é a “discutibilidade” dos textos em nome da **autoridade do argumento**. O exercício do aprimoramento das edições, desde que feito sob a égide da autoridade do argumento, é a dinâmica de rara beleza pedagógica, porque não só promove a habilidade de produzir conhecimento, como promove, ainda mais, um

estilo de cidadania capaz de negociar consensos aprimorados, ainda que nunca finais (DEMO, 2009).

Ao substituir a linearidade da escrita pela proliferação textual e imagética, obriga a nossa cultura a um decisivo afastamento relativamente aos padrões usuais da cultura visual tipográfica em que estávamos inseridos (POMBO, 2013). As pesquisas nacionais sobre dicionários e enciclopédias são mais voltadas para a questão terminológica (principalmente as que se referem aos dicionários). Cabe dizer, sempre, é “que a Wikipédia não substitui outros formatos de enciclopédia” (DEMO, 2009).

ARGUMENTAÇÃO BASEADA EM CONSENSO

A razão comunicativa pensada por Jürgen Habermas, sobretudo em um mundo cada vez mais globalizado, adequa-se à atual sociedade por caracterizar-se como a capacidade humana de criar argumentos em discursos que podem ser desenvolvidos em quaisquer tipos de espaços sociais públicos e democráticos. Neste contexto, amplia-se a participação interdisciplinar e superam-se as visões unilaterais da ciência, da técnica e da informação.

O conteúdo produzido e compartilhado sem custos por um misto de usuários híbridos (produtores e consumidores de informação e de conhecimento) derruba o paradigma existente antes do surgimento de uma sociedade em que os contatos passam a ser mediados por tecnologia digital. A comunicação de muitos para muitos amplia a produção de conhecimento e coloca a sociedade civil global em destaque que passa a ser ouvida por meio do discurso que se estabelece nesses meios.

A Internet permite a globalização da comunicação e, com isso, a filosofia da linguagem ganha destaque porque passa a ser considerada o fenômeno linguístico a ser valorizado nesse espaço de veiculação de discursos. No ciberespaço navegam discursos e a arena deve ser ocupada por todos. Mesmo que os comentários caiam no vazio armazenado dos dispositivos, enquanto a estrutura técnica estiver disponível pela Wikipédia, por exemplo, haverá a chance de voltar ao discurso e segui-lo a partir do ponto em que parou.

No ciberespaço amplia-se a possibilidade de construção de opiniões públicas, de certa forma com maior liberdade, por meio da comunicação que é estabelecida pelos atores da sociedade civil. Espera-se que a sociedade ganhe com a ampliação de uma comunicação mais horizontal, com plena interatividade, mediada, de certa forma, pelas tecnologias e os dispositivos criados de agora em diante.

A internet abriga um ambiente capaz de fornecer o discurso prático que Habermas sugere. Na Wikipédia conclui-se que mesmo em artigos controversos o consenso é obtido a partir de um certo tempo em discussão. Em uma sociedade interconectada e ligada por redes de tecnologias de informação e comunicação, pensa-se que as relações entre sujeitos sejam as verdadeiras produtoras do conhecimento.

As atuais dinâmicas comunicacionais mudam a forma de validação da informação, pois é possível visualizar e discutir essa dinâmica uma vez que prevalece a autoridade do argumento e, não, o argumento da autoridade (DEMO, 2009). Essa mudança é parte de processos na esfera cultural que variam de acordo com a época em que se vive e das tecnologias disponíveis em cada sociedade.

A racionalidade comunicativa em maior medida, por sua vez, amplia no interior de uma comunidade de comunicação o espaço de ação estratégica para a coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação (desde que estes remontem a dissonâncias cognitivas, em sentido estrito (HABERMAS, 2012, p. 43). Em contextos de comunicação, não chama-se de racional apenas quem faz uma asserção e é capaz de fundamentá-la diante de um crítico, tratando de apresentar as evidências devidas. Também é assim chamado de racional quem segue uma norma vigente e se mostra capaz de justificar seu agir em face de um crítico, tratando de explicar uma situação dada à luz de expectativas comportamentais legítimas (HABERMAS, 2012, p. 44).

Argumentação é o tipo de discurso em que os participantes tematizam pretensões de validade controversas e procuram resolvê-las ou criticá-las com argumentos. Para Habermas, verdade é uma pretensão de validade (HABERMAS, 2012, p. 48). Um argumento contém razões que se ligam sistematicamente à pretensão de validade de uma exteriorização problemática. A “força” de um argumento mede-se, em dado contexto, pela acuidade das razões. Esta se revela, entre outras coisas, pelo fato de o argumento convencer ou não os participantes de um discurso, ou seja, de o argumento ser capaz de motivá-los, ou não, a dar assentimento à respectiva pretensão de validade. Em face disso, também pode-se julgar a racionalidade de um sujeito capaz de falar e agir segundo sua maneira de comportar em cada caso enquanto participante da argumentação (HABERMAS, 2012, p. 48).

O discurso teórico constitui o *medium* em que essas experiências negativas podem ser elaboradas de modo produtivo e, por conseguinte, a forma de argumentação na qual pretensões de verdade controversas podem ser transformadas em tema. Considera-se racional a pessoa capaz de justificar suas ações perante contextos normativos existentes (HABERMAS, 2012, p. 49).

Argumentos são meios com os quais é possível obter o reconhecimento intersubjetivo de uma pretensão de validade levantada pelo proponente de forma hipotética; com eles pode-se formar opinião em saber (HABERMAS, 2012, p. 61-62). Uma pretensão de validade pode ser manifestada por um falante diante de (no mínimo) um ouvinte (HABERMAS, 2012, p. 82). Uma pretensão de validade equivale à afirmação de que as condições de validade de uma exteriorização tenham sido cumpridas. Não obstante o falante manifestar uma pretensão de validade implícita ou explicitamente, o ouvinte só tem a opção de aceitá-la, rejeitá-la ou adiá-la temporariamente (HABERMAS, 2012, p. 83).

IDEOLOGIA E UTOPIA DO DISCURSO

Na busca de uma ideologia ou utopia do discurso na construção coletiva na Wikipédia, visões de Habermas e de Paul Ricœur contribuem para o entendimento dos diálogos na rede: “o que está em jogo na dialética dominação/servidão é a luta não pelo poder, mas pelo reconhecimento” (RICŒUR, 2015, p. 267-268). Habermas enxerga, nesse esquema do reconhecimento, um modelo da relação entre sujeitos. Na visão deste filósofo alemão, importa que, afinal, o problema não é aniquilar o inimigo, mas chegar a um acordo para além das diferenças (RICŒUR, 2015, p. 267-268).

Ricœur (2015, p. 268) destaca que o esquema do reconhecimento é importante para Habermas, pois ele situa a teoria da interação como relação dialógica.

Devemos nos perguntar se há diferenças significativas entre a situação analítica e as posição crítica nas ciências sociais. E para terminar, vou vincular essa questão a uma das preocupações fundamentais que me fizeram ler Habermas: não é com base na utopia que podemos levar a cabo uma crítica? (RICŒUR, 2015, p. 279).

A questão de Habermas, portanto, é a seguinte: como pode-se compreender o diálogo que nós somos, se não for através da utopia de uma comunicação sem fronteiras e sem coações? (RICŒUR, 2015, p. 294). O modo de validação ao qual recorre-se depende da natureza do interesse de cada um. Não busca-se verificar ou infirmar preposições históricas: valida-se, antes, em função de sua capacidade de estender a comunicação dos indivíduos (RICŒUR, 2015, p. 276).

“A utopia não é unicamente um elemento transcendental e a-histórico: ela é uma parte de nossa história”, afirma Ricœur (2015, p. 295). A imaginação utópica é a de um ato ideal de linguagem, de uma situação ideal de comunicação: a ideia de uma comunicação sem fronteiras e sem coações. “É possível que esse ideal constitua nossa verdadeira ideia do gênero humano”, completa (2015, p. 297).

Habermas compreende o ideal do Iluminismo como uma defesa em favor da racionalidade utópica, como a promoção de uma esperança racional. “As ideias de uma filosofia das Luzes provêm do fundo das ilusões historicamente transmitidas (RICŒUR, 2015, p. 289-290). Como o processo do Iluminismo – a Aufklärung – orienta a crítica de Habermas, crítica cujo interesse é a emancipação? Em que medida o “esclarecimento” – entendido como emancipação – é um elemento utópico no coração da crítica da ideologia? (RICŒUR, 2015, p. 286). Trata-se de uma construção utópica, de uma situação ideal de linguagem ou de fala, que abre a possibilidade de uma comunicação não deformada (RICŒUR, 2015, p. 294). “É sempre a partir das profundezas da utopia que pode-se falar da ideologia” (RICŒUR, 2015, p. 294).

Ricœur concluir com algumas palavras relativas à estrutura da utopia. Para o autor, considera-se a própria utopia como uma rede complexa de elementos de origens diversas. Longe de ser homogênea, ela é uma reunião de forças que operam em conjunto. A utopia é sustentada inicialmente pela noção de autorreflexão. Trata-se do coração da utopia e da componente teleológica de toda crítica, de toda análise, de toda

restauração da comunicação (RICŒUR, 2015, p. 294). Ele a denomina componente transcendental. Esse elemento mantém a unidade entre a crítica da ideologia e o idealismo alemão, mas também, afinal, a unidade entre a crítica da ideologia e toda a tradição filosófica, embora Habermas pretenda que se rompa com a teoria, a fim de salvar a práxis (RICŒUR, 2015, p. 295).

CONFLITOS NO DISCURSO NA WIKIPÉDIA LUSÓFONA

Conhecidos como editores ou “Wikipedistas”, os usuários cadastrados no sistema mantém contato quando acessam a página *wiki* por meio de *login* individual. O contato também é mantido por meio da discussão no que denomina-se Café. Entre as categorias criadas estão Café dos novatos; Café dos categorizadores; Café dos tradutores; Café dos administradores; Café dos mediadores; Café dos burocratas; Coordenação robótica; Café dos programadores; Café do OTRS; Café dos eliminadores; Café dos salvadores e Contato/Fale com a Wikipédia.

A Wikipédia não é organizada em grupos isolados que contribuem com conteúdos específicos. Todos os interagentes do ambiente pertencem a uma grande comunidade e são capazes de intervir em diversos artigos. Modificações recentes na dinâmica de gerenciamento adicionaram aspectos de hierarquia ao ambiente digital, pois antes o trabalho acontecia por meio de auto-organização. Insere-se, portanto, a partir de agora, processos de meritocracia, privilegiando escalas de acordo com o grau de consistência das intervenções realizadas, além da reputação adquirida perante a comunidade de “wikipedistas” (CAMPOS, 2010, p. 140-141).

A Wikipédia em português, Wikipédia em língua portuguesa ou Wikipédia lusófona foi fundada em 11 de maio de 2001. Simultaneamente com outras línguas foi a terceira edição da Wikipédia a ser criada. Em 2005 houve uma proposta de dividir a Wikipédia nesta língua e criar uma versão em português brasileiro. A comunidade ligada à Wikimedia, porém, não aceitou. Dois anos depois nova proposta surge para criar a Wikipédia em português europeu, mas esta também foi recusada. Em finais de 2009, aparece nova proposta para se ter uma Wikipédia com português do Brasil, mas foi novamente recusada e desta vez segundo as novas políticas para propor projetos em outras línguas.

Desde o final de 2004 cresce exponencialmente o número de verbetes na versão em português. No fechamento desta pesquisa são contados exatos 801.035 artigos levando-a a décima segunda colocada em número de verbetes quando comparada com as em outras línguas. Desde a criação, em 11 de maio de 2001, até 31 de outubro de 2012, as origens das edições correspondem a 81,3% do Brasil, 13,3% de Portugal, 0,6% da Alemanha, 0,5% dos Estados Unidos e 4,3% de outros países. De acordo com dados de atualizados de julho de 2013 tem 39 administradores e contém mais de 1 milhão de usuários registrados e entre estes cerca de 5 mil são ativos.

A Wikipédia em língua portuguesa é composta de falantes dos diversos países e

territórios lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). Nesta versão, ficam estabelecidas algumas regras de participação: (i) Os artigos devem respeitar as normas do português culto e formal; (ii) Regionalismos, africanismos, brasileirismos ou lusismos devem ser evitados a fim de não criar obstáculos à compreensão do texto por parte de um falante de português de outra região ou país; (iii) Os artigos devem apresentar ortografia a mais homogênea possível; (iv) Os artigos com forte afinidade a um dado país lusófono devem ser redigidos na variante da língua em uso nesse país.

Na Wikipédia qualquer leitor com acesso à internet pode acrescentar ou retirar informações de um verbete, independente de qual seja a instrução formal, titulação ou vínculo à academia. Para a edição dos verbetes o relacionamento entre os usuários logados (ou não) é regido por uma série de normas e princípios editoriais. Os usuários são organizados em categorias definidas em função do grau de acesso às ferramentas do sistema. Quem não está logado é identificado pelo número do IP da máquina que faz o acesso. Os que estão logados são identificados pelo nome de usuário registrado no cadastro (ESTEVES; CUKIERMAN, 2012).

Há uma diversidade de cargos no ecossistema da Wikipédia. Entre os grupos de usuários, a partir do grau de envolvimento nas atividades, os mesmos são eleitos para ocupar cargos com funções variadas, como usuários anônimos, usuários novos, autoconfirmados, usuários com endereço eletrônico confirmado, robôs, autorrevisores, reversores, isentos de bloqueio de IP, eliminadores, administradores, burocratas, verificadores, oversighters, Stewards e desenvolvedores. Quanto à classificação dos robôs - ou bots – estes “são ferramentas computacionais programadas por humanos que realizam tarefas autônomas, como combater vandalismos ou criar links entre artigos equivalentes nas diferentes versões da Wikipédia” (ESTEVES; CUKIERMAN, 2012).

CONTROVÉRSIAS NA DISCURSIVIDADE EM REDE

Para entender as dinâmicas sociais das controvérsias na Wikipédia parte-se da indagação proposta por Latour (2011, p. 30) quando o mesmo pergunta: “O que acontece quando alguém não acredita numa sentença?” Latour (2011, p.11) propõe que se escolham as controvérsias como porta de entrada, mas que também é preciso acompanhar o modo como essas controvérsias se encerram. Segundo o autor, “a construção do fato é tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos” (LATOURE, 2011, p. 60).

Esteves e Cukierman (2011) esclarecem acerca da aplicabilidade da Teoria Ator-Rede (TAR) no entendimento de como tais controvérsias podem ser tratadas em ambiente sócio-técnico:

Por ser capaz de descrever em sua complexidade o desenrolar das controvérsias

da ciência, a Teoria Ator-Rede oferece uma perspectiva adequada também para descrever a forma como essas controvérsias são postas em cena num fórum sócio-técnico por excelência – o espaço de escrita colaborativa da Wikipédia (ESTEVES; CUKIERMAN, 2011).

“A TAR oferece uma perspectiva conceitual apropriada para descrever como pontos de vista divergentes estão sendo negociados para a construção do consenso” (ESTEVES; CUKIERMAN, 2011). Como sugere Latour, de acordo com Demo (2012, p. 93), “o mundo das tecnologias também é feito de caixas-pretas, na linguagem da TAR”:

[...] quando muitas entidades são levadas a agir como uma só, quando são homogeneizadas de modo determinista numa superfície linear, quando dinâmicas são aprisionadas por estruturas forçadas, cria-se uma caixa-preta. A metáfora sugere que podem abrigar-se dentro dela um explosivo, a situação forçada não se mantém, apenas encobrendo dinâmicas ambíguas e rebeldes. Rastreamos fios da meada entre atores humanos e não humanos que parecem unificados e soltos, pesquisadores na TAR desembrulham redes de alianças, muitas vezes redespertando controvérsias (DEMO, 2012, p. 93).

Latour (2011) expõe que “a expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexa demais”. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual é preciso saber nada, a não ser o que nela entra e o que dela sai. Por mais controvertida que seja sua história, por mais complexo que seja seu funcionamento interno, por maior que seja a rede comercial ou acadêmica para a sua implementação, a única coisa que conta é o que se põe nela e o que dela se tira (LATOUR, 2011, p. 4).

Latour (2011, p. 24) afirma que:

Afora as pessoas que fazem ciência, que a estudam, que a defendem ou que se submetem a ela, felizmente existem algumas outras, com formação científica ou não, que abrem as caixas-pretas para que os leigos possam dar uma olhadela. Estas podem apresentar-se com vários nomes diferentes (historiadores da ciência e da tecnologia, economistas, sociólogos, professores de ciências, analistas de política científica, jornalistas, filósofos, cientistas e cidadãos interessados, antropólogos cognitivos ou psicólogos cognitivos), tendo na maioria das vezes em comum o interesse por algo que é genericamente rotulado “ciência, tecnologia e sociedade”.

Demo (2012) contextualiza a TAR na construção não linear de fatos controversos:

A TAR, cuja referência maior tem sido Latour (2005), ao lado de Law (2005) e Callon (1999), é vista como projeto aberto e incompleto destinado a tomar como ponto de partida da realidade suas dinâmicas não lineares, ao contrário do positivismo, e que são as mesmas de todos os seres, apesar de especificidades em cada caso. A realidade é considerada uma malha infinda de redes de atores, postulando-se uma ontologia tipicamente complexa na qual todos os seres – humanos e não humanos – estão em pé de igualdade, interagindo incessantemente e, com isso, formando a realidade como entidade em evolução infinda (DEMO, 2012, p. 28).

Como a mobilização de textos que reforçam uma alegação científica ajuda a constituí-la como fato, uma afirmativa na Wikipédia é reforçada quando ratificada por uma fonte externa. A verificabilidade é um requisito fundamental para a inclusão de uma afirmação na Wikipédia. “Incluir uma referência é um meio de trazer à cena

pesquisadores, políticos, órgãos de imprensa, ONGs e outros aliados que fortaleçam uma afirmativa” (ESTEVES; CUKIERMAN, 2012, p. 3).

“A resolução das controvérsias na ciência costuma envolver a decisão sobre o caso de uma entidade – um mineral, uma proteína, um fato histórico – existir ou não”. (ESTEVES; CUKIERMAN, 2012). Como resultado da resolução de uma controvérsia, uma afirmação se torna um fato científico indiscutível e se estabiliza como uma caixa-preta, de acordo com Latour. A estabilização dos fatos científicos configura a realidade e produz a impressão de que ela é definida, singular, independente do observador e anterior à observação (ESTEVES; CUKIERMAN, 2012).

Alguns autores argumentam que uma controvérsia deve versar sobre alguma crença em torno da qual se abre um debate público – oral ou escrito – de argumentos e contra-argumentos, permitindo que qualquer pessoa, a qualquer momento, tendo acesso aos argumentos dos diferentes adversários, possa se envolver no debate.

Latour (2011) fala de como deve ser o comportamento diante de uma caixa-preta:

Confrontados com uma caixa-preta, tomamos uma série de decisões. Pegamos? Rejeitamos? Reabrimos? Largamos por falta de interesse? Robustecemos a caixa-preta apropriando-nos dela sem discutir? Ou vamos transformá-la de tal modo que deixará de ser reconhecível? É isso o que acontece com as afirmações dos outros em nossas mãos, e com as nossas afirmações nas mãos dos outros (LATOUR, 2011, p. 42).

Para Esteves e Cukierman (2012), de acordo com as ferramentas conceituais da TAR, “a prevalência de um ponto de vista numa controvérsia pode ser entendida em termos do fortalecimento de uma rede sócio-técnica de elementos que o sustentam”. Tais redes abarcam não só os pesquisadores e seus objetos de estudo, mas também órgãos de financiamento, instituições do governo, entidades químicas e biológicas e uma grande diversidade de atores humanos e não humanos. “Em outras palavras, os atores não são descritos em termos de quem são, mas do que fazem e do que fazem outros atores fazer” (ESTEVES; CUKIERMAN, 2012).

ATAR oferece uma perspectiva conceitual apropriada para descrever a negociação do consenso no ambiente de edição colaborativa da Wikipédia e permite investigar a forma como as controvérsias da ciência são postas em cena num espaço com critérios de autoridade próprios, diferentes dos da academia. (ESTEVES; CUKIERMAN, 2012).

A TAR já foi adotada para descrever o funcionamento da Wikipédia. Destacando o papel dos bots, Niederer e Dijck (2010, p. 3), citados por Esteves e Cukierman, apresentaram-na como um ambiente em que “as contribuições de humanos e máquinas são partes complementares de um sistema sócio-técnico que está no âmago de muitas plataformas da web 2.0” (ESTEVES; CUKIERMAN, 2012, p. 3).

Ao abordar o problema da verdade das alegações científicas, Latour propõe que factualidade e ficcionalidade não são propriedades intrínsecas de uma afirmativa, mas dependem de seu destino nas mãos de outros atores. “O destino das coisas que dizemos e fazemos está nas mãos de quem as usar depois” (LATOUR, 2011, p. 42).

Se essa proposição vai ou não se consolidar como fato científico depende do que

será feito dela quando em mãos de outros atores. Da mesma forma, podemos avaliar a negociação do consenso nos artigos da Wikipédia em termos da permanência de uma afirmativa. Se a “realidade [...] é o que resiste”, a estabilização de um verbete pode ser entendida nos termos da resistência de suas proposições às intervenções dos wikipedistas (ESTEVES; CUKIERMAN, 2011; 2012).

Bem depressa a controvérsia torna-se tão complexa quanto à corrida armamentista: mísseis (argumentos) têm a oposição de mísseis antibalísticos (contra-argumentos), que, por sua vez, são contra-atacados por outras armas mais aperfeiçoadas (argumentos) (LATOUR, 2011, p. 38). O status de uma afirmação depende das afirmações ulteriores. Para Latour (2011), seu grau de certeza aumenta ou diminui, dependendo da sentença seguinte que a retomar; essa atribuição retrospectiva se repete na nova sentença, que, por sua vez, poderá ser tornada mais fato ou mais ficção por força de uma terceira, e assim por diante (LATOUR, 2011, p. 40).

“Não devemos procurar as qualidades intrínsecas de qualquer afirmação, mas, sim, todas as transformações por que ela passa mais tarde em mãos alheias” (LATOUR, 2011, p. 88-89). Afinal, “quando uma disputa oral fica acalorada demais, os discordantes, pressionados, logo farão alusão ao que outras pessoas escreveram ou disseram” (LATOUR, 2011, p. 45). Um ator-rede é rastreado sempre que se toma a decisão de substituir atores de qualquer tamanho por sítios e locais conectados, em vez de inseri-los no micro e no macro.

As duas partes são essenciais, daí o hífen, explica:

A primeira parte (o ator) revela o minguado espaço em que todos os grandiosos ingredientes do mundo começam a ser incubados; a segunda (a rede) explica por quais veículos, traços, trilhas e tipos de informação o mundo é colocado dentro desses lugares e depois, uma vez transformado ali, expelido de dentro de suas estreitas paredes. Eis por que a “rede” com hífen não está aí como presença sub-reptícia do Contexto, e sim como aquilo que conecta os atores.

Em outras palavras, Freire (2006, p. 56) interpreta que a utilização do hífen entre os termos ator e rede busca demarcar a intenção de seguir a circulação das entidades micro e macro, tomando o ator e rede como duas faces do mesmo fenômeno:

Entretanto, o par ator-rede, incluindo o hífen, é para Latour insuficiente para dar conta da ação que se distribui em rede, dos processos de fabricação do mundo, por ser muitas vezes tomado como o par indivíduo-sociedade. De todo modo, o que na TAR está sendo designado por “rede” refere-se muito mais ao modo de descrever esse movimento circulatório do que a caracterizar seus elementos (FREIRE, 2006, p. 56).

“Há um ponto nas discussões orais em que invocar outros textos não é suficiente para levar o oponente a mudar de opinião” (LATOUR, 2011). O próprio texto deve ser apresentado e lido. O número de amigos externos com que o texto vem acompanhado é uma boa indicação de sua força, mas há um sinal mais seguro: as referências a outros documentos. A presença ou ausência de referências, citações e notas de rodapé é um sinal tão importante de que o documento é ou não sério que um fato

pode ser transformado em ficção ou uma ficção em fato apenas com o acréscimo ou a subtração de referências (LATOUR, 2011, p. 48).

Com a TAR, as controvérsias científicas são descritas como um jogo de assimetrias entre elementos humanos e não humanos das redes nas quais se faz a ciência – uma malha de indivíduos, máquinas, objetos, instituições, construções discursivas. A preponderância de um determinado grupo de alegações sobre a natureza em relação a outro se explica em termos da força, coesão e amplitude de sua rede. O conceito de verdade não mais dá conta de explicar o triunfo de um ponto de vista: é preciso mostrar como as alegações conquistam adesões e se cristalizam como fatos. Elas se naturalizam, fecha-se o que se parece com uma caixa-preta e apaga-se o árduo trabalho de convencimento operado para a consolidação daquele fato (ESTEVES; CUKIERMAN, 2011).

A Wikipédia é, portanto, um espaço de discussão (LANIADO et al, 2011, p. 1) tipicamente sócio-técnico, regido por uma dinâmica própria e no qual interagem atores com diferentes graus de poder e de conhecimento. É nesse fórum que as controvérsias científicas serão novamente postas em cena em vários verbetes à medida que os usuários acrescentam e removem alegações. Nesse ambiente, a voz dos diferentes atores tem peso distinto, mas o critério que rege a hierarquia é próprio desse fórum. Titulação, vínculo institucional e outros fatores que dão força a um ator na rede científica em que ele se insere não têm efeito na Wikipédia. O que confere força é o envolvimento com o próprio projeto: “o usuário com número suficientemente grande de contribuições torna-se elegível para postular o cargo de administrador a partir do julgamento feito entre os demais usuários” (ESTEVES; CUKIERMAN, 2011).

A TAR é, nesse sentido, uma ferramenta adequada para descrever a negociação de pontos de vista na construção colaborativa dos verbetes. [...] “Postulamos que as reversões e bloqueios – dois tipos de eventos facilmente identificáveis no histórico – podem servir como indicadores da manifestação da controvérsia, por se tratar de eventos que evidenciam um choque de pontos de vista” (ESTEVES; CUKIERMAN, 2011). Afinal, “um dos principais problemas é interessar alguém o suficiente para chegar a ser lido; em comparação com este, o problema de ser acreditado é, digamos, de menos” (LATOUR, 2011, p. 60).

Pedro (2008) argumenta que pensar as redes implica também pensar com a rede. Para isso a autora considera como possibilidade pensar a cartografia de controvérsias como um método “que apresenta grande afinidade com aspectos que parecem singularizar as redes, tais como complexidade, fluidez, heterogeneidade”. A mesma ainda explica que a noção de tradução é o conceito-chave para este método, pois designa a apropriação singular que cada ator faz da rede e na rede (PEDRO, 2008, grifo do autor).

Cartografar as controvérsias, portanto, aproxima-se do que propõe Latour como principal diretriz metodológica para o estudo prático das redes, que é “seguir os atores”, pois possibilita apreender a rede “tal como ela se faz” (PEDRO, 2008). Para a autora,

seguir os atores é acompanhar suas ações e suas práticas por meio da evidência da relevância da cartografia de controvérsias. “Ao longo das controvérsias, os atores envolvidos interagem e constituem alianças que se configuram como pequenas redes, locais e transitórias, em nome das quais passam a falar” (PEDRO, 2005).

Para que os atores da sociedade entrem em um ambiente discursivo e argumentativo, o espaço digital, que orienta para a participação coletiva, parece contribuir com as vozes da sociedade em busca de um agir comunicativo. Se as mídias e fontes de informação mais tradicionais deixavam a interação limitada à participação, é em um ambiente discursivamente emancipatório, como na Wikipédia, que se vê a utopia e a ideologia em consonância com os ideais mais libertários na busca de uma comunicação argumentativa.

Urge, portanto, reconhecer os argumentos acerca da construção da discursividade à luz de Jürgen Habermas aplicada na comunidade de editores da Wikipédia. Vale destacar que a validação da informação ocorrida na enciclopédia online acontece por meio de discursos e da autoridade do argumento provocando, neste sentido, que as interações dialógicas possam ser consideradas utópicas de acordo com as teorias de Ricoeur.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento – I: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAMPOS, Aline de. Escalada do conflito em processos colaborativos online: uma análise do verbete web 2.0 da Wikipédia. **Intexto**, Porto Alegre; v. 1, n. 22, p. 134- 150, jan./jun. 2010.

DEMO, Pedro. **Conhecimento rebelde e enquadrado**: novas epistemologias virtuais à luz da história da Wikipédia. Disponível em <<http://pedrodemo.blogspot.com.br/2012/04/conhecimento-rebelde-e-enquadrado.html>>. Acesso em 23 de jul. 2009.

_____. **Ciência rebelde**: para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se. São Paulo: Atlas, 2012.

ESTEVES, Bernardo; CUKIERMAN, Henrique. A controvérsia sobre as causas do aquecimento global em 15 artigos da Wikipédia lusófona. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2012.

FREIRE, Letícia de Luna. **Seguindo Bruno Latour**: notas para uma antropologia simétrica. *Comum*, Rio de Janeiro, v.11, n.26, jan./jun., 2006. p. 46-65.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **Habermas, informação e argumentação**. In: PINZANI, A.; LIMA, C. R. M.; DUTRA, D. V. O pensamento vivo de Habermas: uma visão interdisciplinar. Florianópolis: NEFIPO, 2009. p. 115-138.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. V.1

LANIADO, D. et al. When the Wikipedians talk: network and tree structure of Wikipedia Discussion Pages. IN: INTERNATIONAL CONFERENCE ON WEBLOGS AND SOCIAL MEDIA, 5., 2011, [Madrid].

Anais... [Madrid]: Imagina Building, 2011.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2011.

PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Redes e Controvérsias: ferramentas para uma cartografia da dinâmica psicossocial. In: ESOCITE – JORNADAS LATINO- AMERICANAS DE ESTUDOS SOCIAIS DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS, 7., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias – ESOCITE.BR, 2008.

_____. Tecnologias de vigilância: um estudo psicossocial a partir da análise de controvérsias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2005.

POMBO, Olga. **O hipertexto como limite da ideia de enciclopédia**. [Lisboa]: [s.n, 201-]. Não paginado. Disponível em <<http://goo.gl/OEDLgY>> Acesso em: 8 ago. 2013.

RICŒUR, Paul. **A ideologia a e a utopia**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO DIGITAL

Francisco Carlos Paletta

Universidade de São Paulo

Luara Martins Oliveira Ramos

Universidade de São Paulo

Projeto de Pesquisa com apoio do Programa Unificado de Bolsas de Estudos para Apoio e Formação de Estudantes de Graduação da Universidade de São Paulo que integra a Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil. Projeto: PUB-USP 963

RESUMO: As constantes mudanças nas formas de organização tradicional da informação presentes em ambientes informacionais digitais são reflexos da incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como no caso das bibliotecas e repositórios digitais, que armazenam, preservam, disseminam e permitem o acesso a produção científica e intelectual agregando recursos que possibilitam o processo de construção do conhecimento, a partir da participação colaborativa aplicada em diferentes ambientes. Este trabalho é resultado de projeto de pesquisa conduzido na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e tem por objetivo analisar os avanços proporcionados pelo uso dos recursos computacionais aplicados à preservação e conservação da informação digital e a interdisciplinaridade do tema com seus desafios tecnológicos, capacitação profissional e

investimento em infraestrutura de tecnologia da informação capaz de proporcionar à Biblioteca Digital a atuação em garantir o acesso e a disponibilidade da informação. A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão sistemática da literatura e dos principais autores que investigam o tema preservação e conservação de acervo. Como resultado principal da pesquisa pode-se afirmar que a preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação permaneça acessível, interpretável e autêntica, permitindo a sua transferência para gerações futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Informação. Documento Digital. Preservação e Conservação de Documento. Biblioteca Digital. Gestão de Dispositivos.

PRESERVATION OF DIGITAL INFORMATION

ABSTRACT: The constant changes in the traditional forms of information organization present in digital information environments are a reflection of the incorporation of Information and Communication Technologies (ICTs), as in the case of digital libraries and repositories, which store, preserve, disseminate and allow access the scientific and intellectual production aggregating resources that make possible the process of knowledge construction, from the collaborative participation applied in different

environments. This work is the result of a research project conducted at the School of Communications and Arts of the University of São Paulo and aims to analyze the advances provided by the use of computational resources applied to the preservation and conservation of digital information and the interdisciplinarity of the theme with its technological challenges, professional qualification and investment in information technology infrastructure capable of providing the Digital Library with the task of guaranteeing access to and availability of information. The methodology used in this study was the systematic review of the literature and the main authors that investigate the theme conservation and conservation of the collection. As the main result of the research, it can be said that digital preservation consists of the ability to guarantee that the information remains accessible, interpretable and authentic, allowing its transference to future generations.

KEYWORDS: Information. Digital Document. Preservation and Conservation of Document. Digital Library. Systems Management.

INTRODUÇÃO

As bibliotecas sempre foram, historicamente, instituições que concentram a informação num lugar físico para servir a uma comunidade de usuários. Como as bibliotecas eram físicas, o alcance de seus serviços ficava restrito às comunidade que a elas conseguiam ter acesso. Com o surgimento da Internet, esta situação evolui de forma drástica: não apenas o potencial de coletar e concentrar informações dispersas aumentou enormemente, como se tornou expressiva a capacidade de atender ao público no sentido mais amplo possível. As bibliotecas digitais tornam-se, desse modo, um instrumento poderoso de distribuição, cooperação e acesso ao conhecimento, atendendo e podendo servir de foco agregador a uma comunidade segmentada e distribuída geograficamente.

Reconhecendo os avanços proporcionados pelo uso dos recursos computacionais aplicados à preservação e conservação da informação digital e a interdisciplinaridade do tema com seus desafios tecnológicos, formação profissional adequada, e investimento em infraestrutura de tecnologia da informação capaz de proporcionar à Biblioteca Digital a atuação capaz de garantir o acesso e uso da informação às gerações futuras. Um projeto de gestão da informação digital deve estar estruturado em seis etapas fundamentais:

- Conceito de Informação
- Informação Digital: Preservação e Conservação
- Conceitos sobre Bibliotecas Digitais e Repositórios
- Recursos Computacionais Aplicados a Biblioteconomia
- Biblioteca 3.0: Busca, Acesso, Recuperação e Apropriação da Informação
- Projeto de Implantação Biblioteca Digital

É de fundamental importância estimular os especialistas no tema à investigação, planejamento, e execução de políticas e estratégias associadas a preservação e conservação da informação digital.

1 | INFORMAÇÃO

Segundo Capurro e Hjørland, a informação é o processo de transformação do conhecimento e, particularmente, à seleção e interpretação dentro de um contexto específico. (CAPURRO, HJORLAND, 2007). Trata-se da disseminação de uma ideia com o objetivo inteirar grupo ou pessoa. Possui assim um emissor e um receptor, que interagem por algum canal, podendo interagir através da escrita, fala, por uma imagem, enfim existem infinitas formas de apresentar essa informação.



Figura 1: Dimensões de Estudo da Informação.

Fonte: Projeto de Pesquisa do Autor

A informação alcança seis vertentes: científica, tecnológica, industrial, mercatória, estratégica e social. A científica consiste em um conjunto de métodos de investigação e experiência, que buscam solucionar um problema. Quando a ciência se relaciona com a engenharia, surge a informação tecnológica, que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas. A tecnologia engloba desde invenções primitivas, como a escrita, até às atuais telecomunicações, ligadas à informação e a comunicação, Figura 1, (PALETTA, 2016).

Por meio da comunicação e seu processo de troca, o comércio passa a negociar seu produto com um cliente, produto que possui diversos processos para sua formação. Assim a informação industrial e mercatória estão diretamente relacionadas.

A Informação Estratégica contribui para a tomada de uma decisão através de dados e informações. Significa a identificação de um problema e os diferentes métodos para resolvê-lo, que requer criatividade, originalidade e inovação. Realizado o estudo escolhe-se a melhor solução para a questão. Futuramente pode auxiliar na identificação de riscos emergentes, além do reconhecimento de novas oportunidades.

A gestão de uma cidade exige conhecimento sobre a região, população local, legalidade, situação econômica e entre outras informações; que auxilia o que é mais necessário para aquele município dado o momento. Surge assim a necessidade de uma Informação Social, que associasse justamente aos indivíduos e suas relações.

2 | DOCUMENTO DIGITAL VS OBJETO DIGITAL

Durante muito tempo a ideia de documento esteve principalmente associada ao material em que eram fixados os registros de informação, o suporte.

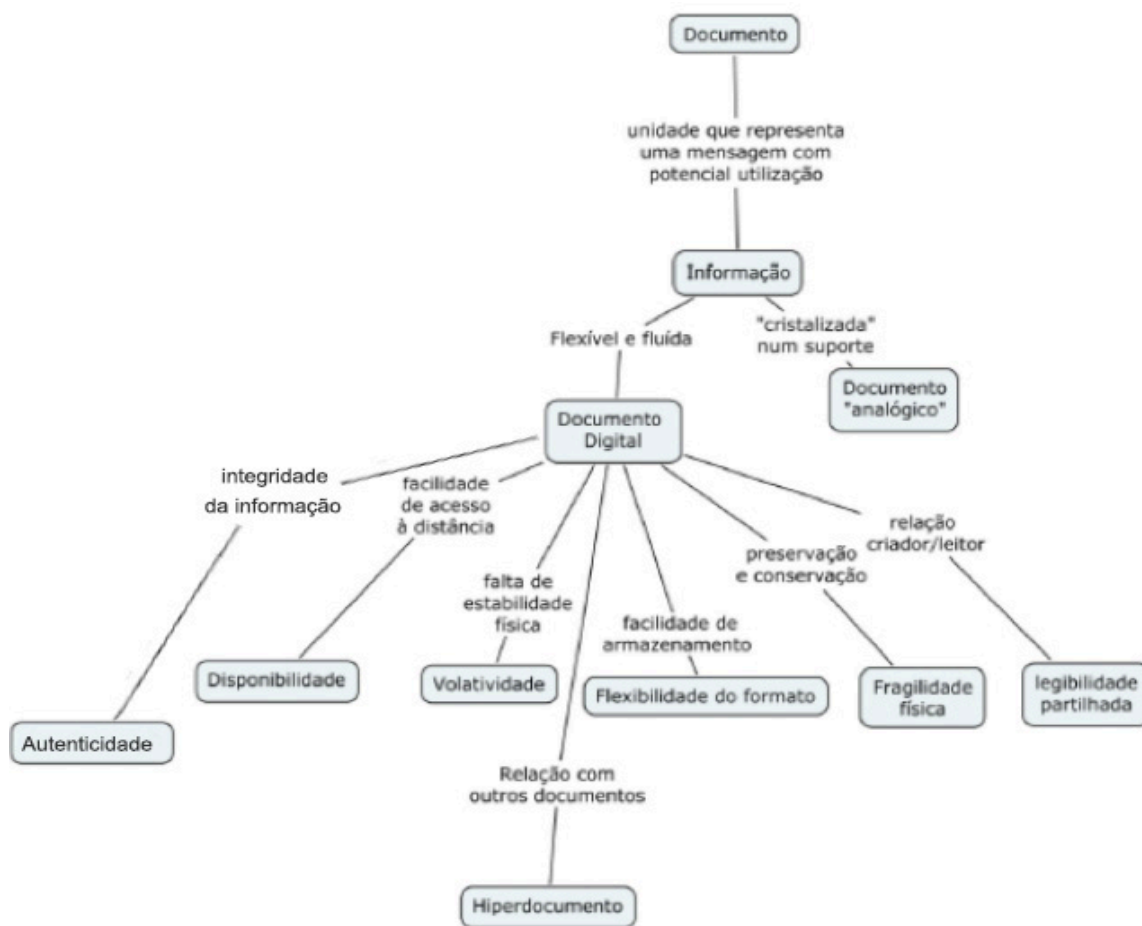


Figura 2: Fluxo do Documento: Fluides Fonte: Siqueira,2012 – Adaptado pelo Autor

Contudo, com os avanços tecnológicos e o desenvolvimento de outros tipos de suportes informacionais, com destaque para o meio digital, observou-se o surgimento de outra propriedade documental, a fluidez, como mostra a Figura 2 (Siqueira,2012). O documento deixa então de ser apenas analógico e passa a ser digital, expandindo do ambiente físico que normalmente era caracterizado pelo papel, para formatos de arquivos (pdf, jpeg, png, entre outros).

As organizações públicas e privadas e os cidadãos vêm cada vez mais transformando ou produzindo documentos arquivísticos exclusivamente em formato digital, como textos, bases de dados, planilhas, mensagens eletrônicas, imagens fixas ou em movimento, gravações sonoras, material gráfico, sítios da internet, dentre muitos outros formatos e apresentações possíveis de um vasto repertório de diversidade crescente(CONARQ,2005).

Segundo Innarelli (2007), o documento digital possui três elementos como sua base: o hardware, o software e a informação armazenada em um suporte. Podem ser

gerados através de meios informatizados, processos de digitalização e/ ou pelo uso de um software ou sistema específico.

3 | PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO DIGITAL

A informática está presente diariamente em nossas vidas, desde dos afazeres pessoais aos profissionais. Cada indivíduo produz uma grande quantidade de informação virtual, da forma individual ou em grupo. As gerações atuais geram e registram mais conhecimento que todas as anteriores. A preocupação é se no futuro teremos acesso a esse material ou na pior das hipóteses, contar com alguma forma de recupera-lo. A preservação tenta exatamente garantir que esse conteúdo sempre esteja disponível, desde o ambiente físico ao meio propriamente digital.

No meio físico, o livro como principal componente de um acervo bibliográfico, tem o papel como o principal elemento da sua composição. O papel, por sua vez, sofre a degradação por três agentes: físico (humidade, temperatura, luz), químico (poluição) e biológico (insetos, microrganismos, roedores) (CORADI; EGGERT-STEINDEL, 2008, p.350).

Conservação reparadora é um conjunto de ações destinadas à correção de danos causados ao objeto. Já conservação preventiva refere-se à um conjunto de medidas que visam a guardar, manusear e retardar degradação da obra (ANTUNES, 2010). A Figura 3 mostra essa relação:



Figura 3: Preservação de Acervo. Fonte: Autores

Para evitar que algum agente haja sobre a obra, existem métodos que preservam e conservam. Preservar trata-se de toda ação destinada à salvaguarda dos registros documentais. Do que se diz respeito a conservar trata-se de um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais, que se divide em dois grupos: reparadora e preventiva. (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011, p. 4).

A higienização, refere-se a um processo preventivo que remove a poeira, organismos e objetos danosos do acervo bibliográfico (CORADI; EGGERT-

STEINDEL, 2008). Submetem-se a esse procedimento - cliques oxidados, dejetos de insetos, marcadores de páginas, entre outros. Esses fatores implicam muitas vezes na danificação da obra, só a higienização nesse caso não basta. Para o objeto que já sofreu algum dano, a única alternativa é a restauração - processo muito árduo e complexo, que nem sempre consegue os resultados esperados.

A digitalização surge e prolonga a vida do material, garantindo que a obra seja acessada por uma grande quantidade de pessoas sem danificá-la. Muitos pensam que dessa maneira o objeto digital torna-se “eterno” ou “indestrutível”. Porém é errada essa afirmação, uma vez que o veículo que o armazena (CDs, disquetes, pen drives) podem também se deteriorar, além de sofrer obsolescência tecnológica. Como FERREIRA diz:

[...] o material digital carrega consigo um problema estrutural que coloca em risco a sua longevidade. Embora um documento digital possa ser copiado infinitas vezes sem qualquer perda de qualidade, este exige a presença de um contexto tecnológico para que possa ser consumido de forma inteligível por um ser humano. Esta dependência tecnológica torna-o vulnerável à rápida obsolescência a que geralmente a tecnologia está sujeita (FERREIRA, 2006, p.17).

Muitas fontes de backups já se tornaram obsoletas, sua pequena quantidade de memória não satisfazia mais o consumidor. Com o grande volume de informação produzida, buscava-se um veículo que armazenasse tudo em um só lugar. As mídias que possuíam uma capacidade maior de memória e uma forma compacta, continuaram a serem utilizadas, como é o caso do pen drive e do cartão de memória. Podemos observar a obsolescência tecnológica agindo na Figura 4 e Tabela 1.

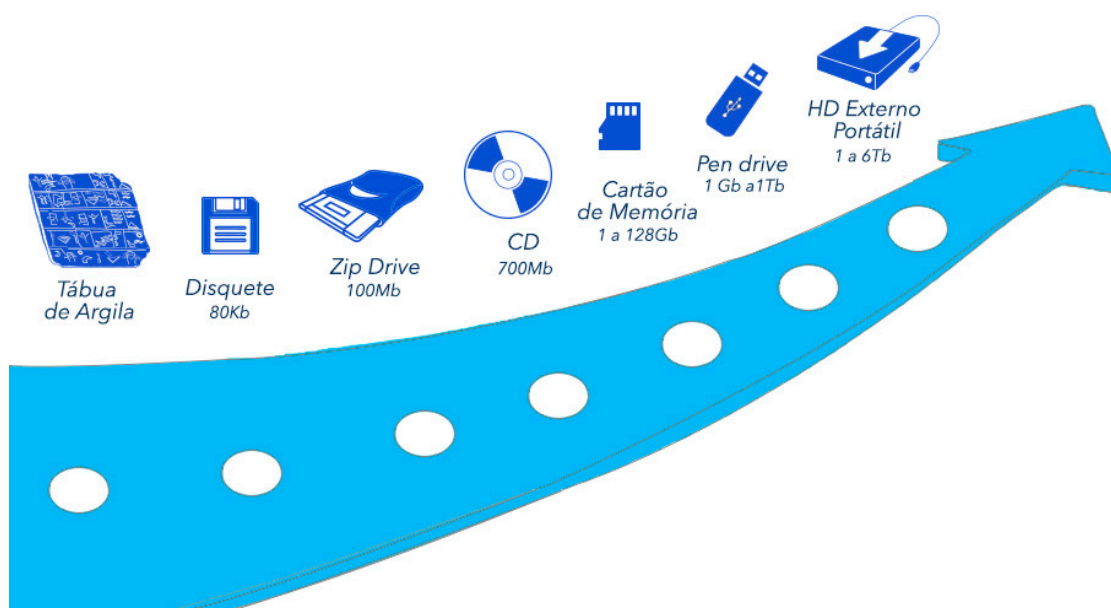


Figura 4: Evolução da Capacidade de Armazenamento da Informação.

Fonte: Autores

ANO	DISPOSITIVO	CARACTERÍSTICAS
3500 a.C	Tábua de Argila	Criada pelos Sumérios na antiga Mesopotâmia
Anos 70	Disquete	Suas primeiras versões mediam 8 polegadas e disponibilizavam apenas 80Kb de espaço para armazenamento, depois surgiu o modelo de 5,25 polegadas.
Anos 80	CD	Com qualidade de som superior, com 12 cm de diâmetro e com capacidade de armazenamento de até 700 Mb, o equivalente a 486 disquetes.
1994	ZipDrive	Originalmente tinha capacidade de armazenar 100 Mb, com tamanho de 3,5 polegadas, sendo robusto.
Anos 90	Cartão de Memória	Atualmente, um cartão de memória, mesmo medindo milímetros, pode dispor de até 128 Gb de espaço e velocidade de transferência de dados de 45 Mb por segundo, em média. Os primeiros lançados, suportava apenas 128 Mb.
2000	Pen drive	Atualmente é possível encontrar pen drives com aproximadamente 100 mm, com armazenamento de 1Tb, capacidade surpreendente para seu tamanho.
1957	HD Externo Portátil	Surgiu com seus 152 cm de comprimento e 174cm de largura. Na época possuía capacidade de armazenar 5 Mb, um valor ínfimo comparado aos modelos feitos a partir do ano 2000. Na versão portátil, um HD pode comportar até 6Tb.

Tabela 1: Evolução do Armazenamento Móvel

Fonte: <http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/04/do-disquete-ao-pendrive-veja-evolucao-do-armazenamento-movel.html>

Já existem mídias que encontramos grande dificuldade de acesso. Os computadores atuais não dispõem das entradas necessárias para sua leitura. Assim, é dever do usuário migrar o conteúdo do objeto digital para um novo meio, antes que esse se torne inacessível.

A obsolescência atinge também os softwares, que se sofisticam constantemente. Muitos entram em desuso, quando substituídos por outros mais potentes e úteis. Em consequência é alterado também o formato do documento digital. Assim o material corre o risco de ser perdido, um dano irreparável no conhecimento.

[...]a humanidade ainda não tem prática e nem experiência para a memória digital. Memória que está sendo perdida a cada dia em virtude da obsolescência das tecnologias, da deterioração das mídias digitais e principalmente pela falta de políticas de preservação digital (Innarelli, 2007, p.28).

Um profissional, especializado na salvaguarda de materiais, é responsável em analisar a melhor solução para o documento. Soluções que podem auxiliar na identificação de materiais com mesmo contexto e como se comportar com esse arquivo.

4 | GESTÃO DO OBJETO DIGITAL

Grácio (2012) assenta, assim como Fernández-Molina e Guimarães (2007) que

a preservação da informação digital acarreta mais dificuldades que a preservação de obras físicas. Com a grande massa de informação no ambiente digital, existe uma grande falta de interesse em preservá-las. Muitos desses arquivos são jogados na rede como única e original cópia do documento.

O ambiente digital com sua linguagem binária frágil, exige grandes cuidados. Segundo Fernández-Molina e Guimarães(2007), existem três tipos de fragilidades no meio digital: técnicas, económicas organizacionais e legais. A primeira relativa à deterioração das mídias, a obsolescência do hardware e do software (já referida no item 2.2.2 Preservação e Conservação - Conceitos), incluindo também a rápida mudança dos formatos digitais. Notemos que a preservação acarreta custos altos, assim a situação financeira das instituições é importante, também requer uma mudança no seu modelo de negócios.

A parte legal do documento digital, acarreta problemas de legitimidade. Os direitos autorais sobre quem produziu tal informação. A autenticidade, dessa infinidade de formatos, é facilmente quebrada por malfeitores. As evidências das ações realizadas pelo emissor, são uma das formas de garantir a legitimidade, porém muitas vezes são falhas. Dessa forma, os documentos digitais tem que ser administrados de uma forma diferenciada.

A preservação digital deverá primeiramente executar a manutenção da integridade e da autenticidade dos documentos digitais, posto a necessidade de garantir que o patrimônio será mantido sob custódia é autêntico e permanecerá íntegro ao longo do tempo (SANTOS, FLORES, 2015). Deverá responder o “porquê”, “quando”, “onde” e “por quem” foi desenvolvido o objeto digital. Para garantir sua legitimidade é fundamental registrar a proveniência do objeto, sua existência, descrever o percurso que foi submetido e atestar principalmente que sua integridade não foi comprometida (FERREIRA,2006).

Muitos documentos analógico já estão sendo migrados para o digital, em muitos casos só existe o virtual em decorrência do estado frágil do original. Não existe dúvida que em algum momento o digital será substituído por um novo modelo, cabendo assim aos profissionais da informação garantir que o digital seja transferido para recente meio (Innarelli,2007).

5 | BIBLIOTECA DIGITAL

As tecnologias digitais têm um impacto profundo sobre a maneira que muitos pesquisadores das áreas das ciências humanas realizam e compartilham os resultados de seus estudos. Uma vez que um texto é digitalizado, mesmo as mais simples ferramentas de busca permitem aos usuários interagir com os textos de maneiras totalmente novas. Os meios digitais abrem novos modos de divulgação e novas formas de apropriação da informação contida nestes textos, que são muito diferentes da proposta impressa. Ao mesmo tempo, esses recursos digitais podem mudar

radicalmente a audiência e o alcance do trabalho realizado pelos pesquisadores das áreas das ciências humanas (RYDBERG-COX, 2006).

Segundo Maia (2001), as ciências exatas desenvolveram as tecnologias e recursos computacionais hoje disponíveis, cabe às Humanidades aproveitá-la da melhor forma possível. Porém, vários desafios ainda se fazem presentes, como a falta de acesso aos recursos computacionais e tecnológicos, a fragilidade na formação dos profissionais da área, a necessidade de maior publicação científica relacionada ao tema, a dificuldade encontrada nas modelos de gestão de mudanças em função do “status quo”, a necessidade de inovação nos currículos universitários formando profissionais preparados para lidar com as Humanidades Digitais.

Para muitas bibliotecas digitais, a crescente disponibilização das tecnologias tem demonstrado uma ambiguidade em seu gerenciamento. No aspecto positivo, estas novas tecnologias têm ajudado a aumentar a produtividade operacional da biblioteca, aprimorar o processo de tomada de decisão, desenvolver novos serviços informacionais, e melhor atender o usuário nas suas as necessidades de busca, acesso e apropriação de informação. A gestão consolidada do ambiente de trabalho exige que as bibliotecas digitais adotem uma abordagem holística orientada a pessoas, processos, resultados e tecnologia em todo o ambiente tecnológico.

As constantes mudanças nas formas de organização tradicional da informação presentes em ambientes informacionais digitais são reflexos da incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como no caso das bibliotecas e repositórios digitais, que armazenam, preservam, disseminam e permitem o acesso a produção intelectual agregando recursos que possibilitam o processo de construção do conhecimento, a partir da participação colaborativa aplicada em diferentes ambientes.

O desing tecnológico de uma biblioteca digital deve ser concebido com foco em maximizar o uso dos recursos computacionais agregando valor aos usuários de suas bases de dados. O principal desafio enfrentado pelos profissionais de bibliotecas digitais é construir sistemas que ofereçam ferramentas alinhadas com as demandas de acesso, apropriação e usos da informação e seja capaz de atender as mais diferentes comunidades de usuários.

No contexto da Biblioteca 2.0 a maior parte dos pesquisadores concordaria que muito do que as bibliotecas desenvolveram na primeira revolução da Web foi estático. Por exemplo, catálogos online de acesso público (OPAC) exigem que os usuários busquem a informação. Do mesmo modo, a primeira geração de biblioteca online foi elaborada através de textos tutoriais estáticos e que não respondiam às necessidades dos usuários, nem permitiam que interagissem uns com os outros. As bibliotecas, porém, tem começado a evoluir numa estrutura mais interativa, meios de comunicação social e rico em tutoriais, programação e animação com o uso de banco de dados mais sofisticados. A Web Semântica nas bibliotecas pode ser uma ferramenta que possibilite a gênese de uma base de conhecimento a partir da inteligência coletiva, como também ferramenta para a gestão do conhecimento que facilite, de maneira

interativa, a descoberta dos mesmos. Passamos de uma biblioteca para o usuário para uma biblioteca com o usuário.

Para Rydberg-Cox (2006), biblioteca digital não pode ser confundida com as redes de acesso aberto de dados não estruturados como as que encontramos na Web. A literatura acadêmica apresenta diversas definições e focamos neste trabalho duas abordagens: uma que se concentra no contexto institucional da biblioteca e seus usuários e outra que foca em seus conteúdos. Em 1998, o Digital Library Federation apresentou a seguinte definição sobre biblioteca digital:

“...Bibliotecas Digitais são organizações que fornecem recursos, incluindo pessoal especializado, para selecionar, estruturar, acessar, interpretar, distribuir, preservar, e garantir disponibilidade das coleções digitais ao longo do tempo às comunidades de usuários.” (WATERS, 1998).

“Uma biblioteca digital é concebida como uma coleção organizada de informação, uma coleção focada de objetos digitais, incluindo texto, vídeo e áudio, juntamente com métodos de acesso e recuperação, seleção, organização, e manutenção das coleções.” (WITTEN, BAINBRIDGE, 2003).

A humanidade vive em um daqueles raros momentos de oportunidades de transformação histórico-cultural onde temos o potencial de desempenhar um papel criativo em apoiar as humanidades digitais na era da informação em rede.

Segundo Burduick (2008), Humanidades Digitais representa uma importante expansão das ciências humanas, precisamente porque traz os valores, as práticas de representação e de interpretação, as estratégias, complexidades, e ambiguidades do ser humano em todos os domínios da experiência, do conhecimento e do significado. Humanidades Digitais está associada a novos modos de aprendizagem, colaboração institucional, pesquisas transdisciplinar e computacionalmente envolvidas, ensino, e publicação científica. Humanidades Digitais é menos um campo unificado e mais um conjunto de práticas convergentes que exploram um universo no qual a impressão não é mais o meio no qual o conhecimento é produzido e disseminado.

METODOLOGIA

O pesquisador utiliza a metodologia científica para a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. A elaboração e o desenvolvimento da pesquisa necessitam, para que os resultados sejam satisfatórios, estarem baseadas em planejamento cuidadoso, reflexões conceituais sólidas e alicerçados em conhecimentos existentes.

Para Gil (1999, p.42), a pesquisa deve ser pragmática, um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Tendo em vista o objeto deste trabalho conforme descrito inicialmente, é importante, estabelecer a relação entre a metodologia científica e a utilização desta

para estudar os fenômenos associados à Ciência da Informação.

Entende-se por Metodologia Científica um conjunto de etapas ordenadamente dispostas que o pesquisador deve executar na investigação de um fenômeno. Inclui a escolha do tema, o planejamento da investigação, o desenvolvimento metodológico, a coleta e a tabulação de dados, a análise dos resultados, a elaboração das conclusões e a divulgação de resultados.

Método Científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Partindo dessas concepções, é possível então apresentar a metodologia utilizada neste estudo por meio de revisão sistemática da literatura e dos principais autores que investigam o tema preservação e conservação de acervo.

CONCLUSÕES

O projeto de pesquisa teve como principal objetivo elaborar revisão da literatura sobre o tema preservação digital da informação, seus principais autores e suas conexões de colaboração conforme sintetizados na Tabela 2 e Figura 5.

De acordo com os autores, podemos considerar os seguintes tópicos relevantes a serem avaliados no processo de preservação digital da informação:

- A preservação digital requer procedimentos específicos e técnicas apropriadas para cada tipo de formato e mídia
- Com a preservação digital, pretende-se garantir a inalterabilidade dos registros digitais
- O Brasil precisa de canais oficiais para a identificação, comunicação e avaliação na área de preservação digital de longa duração
- A preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível, interpretável e autêntica, mesmo na presença de uma plataforma tecnológica diferente
- Apesar do número de estratégias de preservação ser crescente, nenhuma dessas foi, até o momento, universalmente aceita
- Preservar é uma medida de segurança que permite a transferência da informação para gerações futuras

Autor	Principais Tópicos Discutidos
Sonia Araújo Boeres	<ul style="list-style-type: none"> • Como preservar, qualificação do pessoal, recursos financeiros e tecnológicos entre outros para a preservação. • Obsolescência Tecnológica
Coradi Eggert-Steindel	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação do Papel • Deterioração mecânica e química • Técnicas de conservação de acervo
Innarelli	<ul style="list-style-type: none"> • A “inundação “das novas Tecnologias • Obsolescência Tecnológica • Memória Digital • Carta CONARQ
Thomaz Soares	<ul style="list-style-type: none"> • Obsolescência Tecnológica • Modelo OAIS • Estratégias Estruturais e Operacionais
Arellano	<ul style="list-style-type: none"> • Obsolescência Tecnológica • Preservação Física, Lógica e Intelectual • Estratégias Estruturais e Operacionais • Modelo OAIS
Baggio	<ul style="list-style-type: none"> • Carta CONARQ • E-ARQ • Sigad • Modelo OAIS • Os Dez Mandamentos da Preservação • Obsolescência Tecnológica
Carta CONARQ	<ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio Arquivístico Digital • Políticas para Proteger o Patrimônio Digital • Autenticidade • Tipos de Documentos Digitais • Obsolescência Tecnológica • Custos da Preservação
Baggio Flores	<ul style="list-style-type: none"> • Obsolescência Tecnológica • Carta da CONARQ • e-ARQ • Legitimidade
Pereira Mota	<ul style="list-style-type: none"> • Leis Preservação • Política de Preservação Digital
Sonia Boeres Arellano	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento da Preservação • Política de Preservação Digital • Obsolescência Tecnológica
Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação Digital • Objeto Digital • Emulação, migração encapsulamento • Obsolescência Tecnológica
Chilvers	<ul style="list-style-type: none"> • Obsolescência Tecnológica • Recursos financeiros para a preservação • Gestão de Doc. Digitais • Criadores, Editores, Prestadores de serviços, agências, usuários finais, repositórios

Tabela 2: Principais autores estudados na pesquisa.

Fonte: Autores

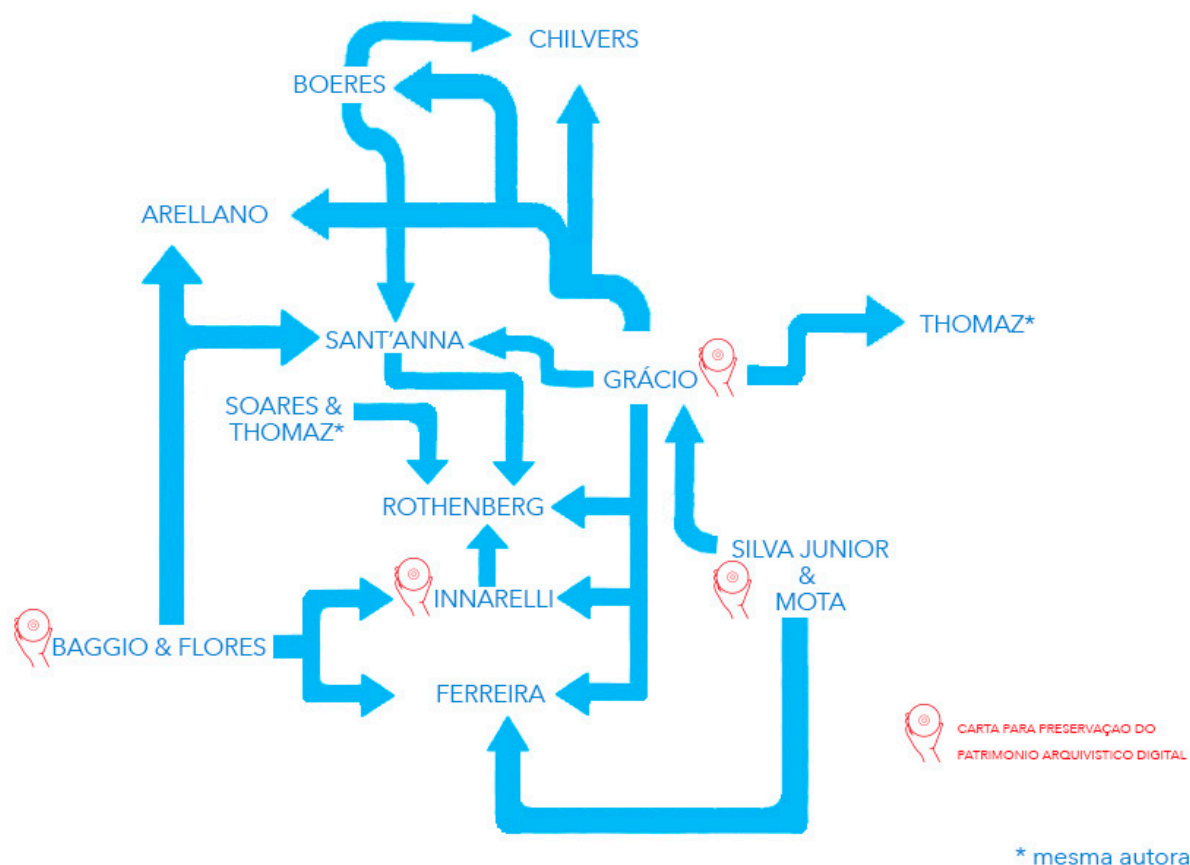


Figura 5: Autores Estudados e suas Conexões.

Fonte: Autores

Há uma necessidade de uma mudança na ênfase que abraça a natureza fluida de tais objetos e soluciona os problemas multifacetados envolvidos na obtenção desse acesso

No mundo de hoje é diariamente produzido um volume gigantesco de informação, registrada e/ou transmitida sobre diversos suportes e formatos

Preservação digital, garante que a “comunicação entre um emissor e um receptor é possível, não só através do espaço, como também através do tempo

A preservação digital está relacionada com a cultura organizacional, pois sua implantação envolve, além dos aspectos relacionados anteriormente, mudanças na rotina, no comportamento, nos valores e nas atividades das pessoas e dos grupos inseridos nas IESs

A preservação digital demanda elaboração de estratégias e políticas, estabelecimento de normas, e promoção do conhecimento. Uma política de preservação digital serve como orientação legal para a gestão da preservação e para o acesso permanente aos objetos digitais produzidos, selecionados e armazenados por suas respectivas empresas ou instituições, e visa à superação da obsolescência tecnológica tanto dos objetos como dos seus próprios suportes.

AGRADECIMENTOS

Projeto FAPESP: Processo 2016/07358-6

Projeto 963 PUB-USP

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Margaret Alves. **Pequenos Reparos em material bibliográfico**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 2010.

ARELLANO, Miguel Angel. Ciência da Informação. Preservação de Documentos Digitais, Brasília, v. 33, n. 2, p.15-27, ago. 2004. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1043> >. Acesso em: 12 jan. 2018.

BAGGIO, Claudia Carmem; FLORES, Daniel. Documentos Digitais: preservação e estratégias. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 1, n. 27, p.11-24, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/2654/2395>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BAGGIO, Claudia Carmem; FLORES, Daniel. Estratégias, critérios e políticas para preservação de documentos digitais em arquivos. Ci. Inf, Brasília, v. 41, n. 2/3, p.58-71, dez. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/2043/1968>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

BODÊ, Ernest C.; MANINI, Miriam P. Formatos de arquivo para preservação de documentos digitais. In: ENANCIB, Não use números Romanos ou letras, use somente números Árabicos., 2008, São Paulo. **Encontro Nacional de Pesquisa**. São Paulo: Ancib, 2008. p. 01 - 11. Disponível em:<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3120/2246>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

BOERES, Sonia Araújo de Assis. Política de preservação digital em bibliotecas universitárias brasileiras. 2004. 180 f. Tese (Mestra) - Curso de Ciência da Informação, Departamentode Ciencia da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1693/1/Dissertacao_Sonia.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BOERES, Sônia Araújo de Assis; ARELLANO, Miguel Angel MÁrdero. Políticas e Estratégias de Preservação de Documentos Digitais. 2005. Disponível em: <http://www.cinform-nteriores.ufba.br/vi_anais/docs/SoniaMiguelPreservacaoDigital.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BURDICK, Anne et al. Digital Humanities. Cambridge: MIT Press, 2012. 153 p. ISBN 978-0-262-01847-0.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 12, n. 1, p.148-207, jan. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

CHILVERS, Alison. **The super-metadata framework for managing long-term access to digital data objects**. *Journal Of Documentation*. Burnley, p. 146-174. 19 out. 2001. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/00220410210425430>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CONARQ (Brasil). **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**. 2005. Disponível em: <<http://www.conarq.gov.br/publicacoes-ctde/18-carta.html?highlight=WYjYXJ0YSJd>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CORADI, Joana Paula; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Técnicas básicas de conservação e preservação de acervos bibliográficos. 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_578b4f5f13_0011086.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.

Gameleira da. **Políticas de preservação digital no Brasil**: características e implementações. Ciência da Informação, Brasília, v. 41, n. 1, p.51-64, 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DbVO9_y0xm4J:revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/2123/1806+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SIQUEIRA, Jessica Câmara et al. **A Noção de documento digital: uma abordagem terminológica**. em Questão, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p.125-140, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/24172/19793>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

SOARES, Antonio José; THOMAZ, Katia P. DataGramZero. A Preservação Digital e O Modelo de Referência Open Archival Information System (oais), Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.01-06, 01 fev. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_01.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual Técnico de Preservação e Conservação**: Documentos Extrajudiciais CNJ. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <<https://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p-folha.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

UNESCO. Constituição (2003). **Charter On The Preservation Of The Digital Heritage**. EUA, Disponível em: < http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17721&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html >. Acesso em: 16 mar. 2018.

WATERS, Donald J. et al. **What Are Digital Libraries**: Council on Library and Information Resources Issues 4. Disponível em: <<https://www.clir.org/pubs/issues/issues04.html>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

WITTEN, Ian H.; BAINBRIDGE, David; NICHOLS, David M. **How to Build a Digital Library**. San Francisco, Ca: Morgan Kaufmann Publishers, 2003. 656 p.

A BIBLIOTECA MARECHAL RONDON E SEUS ACERVOS DIGITAIS

Rodrigo Piquet Saboia de Mello

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) do
Estado do Rio de Janeiro

was the creation of the Marechal Rondon Virtual Library.

KEYWORDS: Museum of the Indian, Marechal Rondon Library, Indigenism.

RESUMO: O presente trabalho abordará alguns aspectos do repositório que detém uma das maiores coleções bibliográficas sobre os povos indígenas brasileiros: a Biblioteca Marechal Rondon, localizada no Museu do Índio/FUNAI. Nos últimos tempos, a instituição tem realizado esforços para uma maior disponibilização dos seus acervos em meio virtual. Um dos projetos realizados recentemente foi a criação da Biblioteca Virtual Marechal Rondon.

PALAVRAS-CHAVE: Museu do Índio, Biblioteca Marechal Rondon, Indigenismo.

THE MARECHAL RONDON LIBRARY AND ITS DIGITAL COLLECTIONS

ABSTRACT: The present work will address some aspects of the repository that holds one of the largest bibliographic collections on Brazilian indigenous peoples: the Marechal Rondon Library, located in the Museum of the Indian / FUNAI. In recent times, the institution has made efforts for greater availability of its collections in a virtual environment. One of the recent projects

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo abordará algumas características do repositório digital da Biblioteca Marechal Rondon localizado no Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio (MI/FUNAI). Informações sobre a situação dos povos indígenas ganham importância em um panorama de conflito entre a sociedade envolvente e os povos indígenas, acrescido a um panorama político instável e econômico problemático, resultando em um aumento dos problemas sociais e das tensões enfrentados no campo brasileiro.

Ao se abordar os acervos indígenas depositados e geridos pelo Estado brasileiro, se faz necessário realçar o papel que o Museu do Índio, instituição técnica-científica da FUNAI, tem desempenhado nos últimos anos em promover as culturas e línguas indígenas no Brasil. Sua missão é “atingir o grande público e despertar seu interesse pelas questões indígenas.” (PAULA; GOMES, 1983, p. 10)

A Biblioteca Marechal Rondon tem o início das suas atividades em 1953, ano

de inauguração do Museu do Índio, atualmente localizado na Rua das Palmeiras, 55 - Botafogo, Rio de Janeiro. Sua missão, enquanto unidade de informação, é a salvaguarda e disseminação de informações de natureza etnológica, sendo um dos setores da instituição que teria o papel de cumprir a missão institucional para qual o Museu do Índio foi criado. Ainda sobre a formação da coleção, é importante informar que: “A Biblioteca foi formada a partir do acervo particular do Marechal Rondon, sendo enriquecida por novas aquisições ao longo dos anos.” (RONDINELLI, 1997, p. 18)

A concepção do Museu do Índio era inovadora para o seu tempo, buscando aproximar as populações que habitavam na cidade a obter um melhor entendimento da realidade indígena. O Marechal Rondon tinha o entendimento que o Museu seria uma “nova instituição [que] daria maior brilho às comemorações do Dia do Índio.” (FREIRE, 2009, p. 113). Já Darcy Ribeiro expunha que:

Outro feito meu muito bonito foi a criação, no Rio de Janeiro, do Museu do Índio, saudado internacionalmente como o primeiro museu voltado, especificamente, contra o preconceito. Montado para desmoralizar e erradicar a ideia de que os índios são violentos e sanguinários, selvagens e brutais, malvados e astuciosos, que são alguns dos estereótipos que a população brasileira comum guarda com respeito a eles. (RIBEIRO, 2010, p. 92)

Quanto ao acervo físico da instituição, em números absolutos dos últimos inventários realizados, o Museu do Índio possui cerca de: 18.026 peças etnográficas, 19.341 publicações bibliográficas nacionais e estrangeiras especializadas em Etnologia indígena e áreas afins, 76.821 registros audiovisuais e, aproximadamente, 500 metros lineares do acervo textual de valor histórico para os povos indígenas e da ação indigenista realizada pelo Estado brasileiro. (MELLO, 2018)

Existe também uma documentação mais recente produzida a partir dos registros no âmbito do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (PROGDOC) (2008-2015) desenvolvido pelo Museu do Índio em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e os povos indígenas. E ainda, aquelas produzidas atualmente pelo Programa de Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica. Destarte:

Tanto o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (PROGDOC) quanto a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica são iniciativas do Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O primeiro tinha por função precípua qualificar os povos indígenas como principais parceiros na promoção de seus registros culturais. Sua principal característica era instrumentalizar tais grupos na realização de trabalhos de cunho documentário e gerenciamento de centros de documentação em suas terras indígenas. Esse Programa é marcado pela captura digital de registros culturais pelos próprios indígenas, depois de treinados por meio de oficinas promovidas pelo Museu do Índio. Os documentos produzidos pelo Programa são posteriormente inseridos na documentação do Museu e nos centros de documentação indígena gerenciados pelos próprios indígenas. (MELLO; COUTO, 2017, p. 91)

Os acervos que compõem o Museu do Índio e as informações de natureza etnológica que são disseminadas acabam por refletir a diversidade cultural dos povos indígenas no país. Assim, a documentação de natureza etnológica produzida pelo Estado brasileiro subsidia uma série de ações que venham a contemplar as especificidades culturais assim como demandas de natureza judicial na sedimentação de povos em territórios indígenas do país.

Quanto às últimas demandas, há de se destacar as contendas na criação dos territórios indígenas. Em muitos casos, a documentação produzida sobre os povos indígenas em tempo outrora pode sinalizar para a possibilidade da vitória em tribunais na permanência no território em litígio. Esta afirmação é de suma importância visto que um dos critérios da permanência de grupos indígenas em determinado território é a memorialidade confirmada em função da produção documental que, por definição, possui caráter probatório. (DELMAS, 2010)

2 | METODOLOGIA

A pesquisa realizada se baseou em pesquisa bibliográfica e na experiência adquirida pelo autor por meio de reflexões acadêmicas, no processamento técnico de informações de natureza etnológica, assim como também na aplicação de técnicas arquivísticas e biblioteconômicas no tratamento documental dos acervos da instituição. Deste modo, realçamos algumas particularidades da documentação depositada no Museu do Índio e da experiência na realização de ações de guarda, preservação e disseminação de informações de natureza etnológica no Museu do Índio e dos seus acervos digitais.

3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a realização da pesquisa aqui apresentada foram utilizados alguns pensadores que realizaram reflexões nos últimos tempos com o objetivo de compreender a natureza do fenômeno informacional etnológico no contexto brasileiro, assim como de outros debates e estudos que tem por fito a compreensão da dinâmica dos povos indígenas e da criação de repositórios virtuais, assim como da ação documentária empreendida.

Os primeiros autores que fundamentam teoricamente este texto são Mello e Souza (2015) que fazem uma discussão sobre a natureza da documentação depositada no Museu do Índio e as especificidades dos povos indígenas. Também são destacadas as particularidades da informação de natureza etnológica que perfazem as peculiaridades que os povos indígenas detêm no contexto da sociedade brasileira. Neste sentido:

As peculiaridades encontradas em cada um dos povos indígenas e, conseqüentemente, nos acervos culturais do Museu do Índio, representam a

diversidade cultural brasileira e a dos próprios povos indígenas. Pela ação realizada hoje na instituição, é possível que muitos povos indígenas possam recontar a sua história, estabelecendo paralelos entre as ações do presente com o passado, construindo assim um futuro melhor para estes povos. (MELLO; SOUZA, 2015, p. 16)

Outro ponto que merece ser elencado se refere ao modo como a informação em museu é produzida. Há uma especificidade deste tipo de surgimento informacional, em comparação com outras instituições de memória, como bibliotecas e arquivos. Portanto, ao se deter a este tipo de constituição da memória, uma problematização específica se faz salutar com o objetivo de compreender a dinâmica informacional produzida. Portanto:

A Informação em Museus situa o encontro entre Ciência da Informação e Museologia, sobretudo e em especial, na informação enfocando, assim, tanto coleções (armazenadas, expostas, representadas e/ou citadas em edições etc.) quanto a elementos e espaços. Ambos se referem às múltiplas disciplinas que se conectam ao campo sob os efeitos das relações quer das aplicações disciplinares, quer da interdisciplinaridade e, ainda, da multidisciplinaridade, expressando tipologias que, de forma geral, caracterizam os múltiplos modos pelos quais se apresentam os museus. É do processo de identificação descritiva a que são submetidas variadas coleções, elementos e espaços, tanto sob o aspecto formal como da relação contextual agregando numerosas fontes de referência, que se originam os catálogos dos acervos museológicos. (LIMA; COSTA, 2007, p. 6)

A problematização sobre as informações produzidas pelo indigenismo oficial do Estado brasileiro é elencada por Maciel (2017) que destaca o valor e o lugar que ocupam os profissionais da informação nas narrativas produzidas pelas práticas indigenistas e da própria política desenvolvida pelo Estado brasileiro ao longo do século XX até os dias de hoje. Importante considerar as consequências e sedimentações das práticas informacionais indigenistas:

Ou seja, é preciso atentar para as operações e mediações que transformaram cadernetas de campo, notas esparsas, fotografias e outros registros necessários ao desempenho das funções da Comissão em “acervos” que “registram” e “contam” uma história e preservam uma dada memória dos indigenismo. Cabe indagar o lugar de oficiais, do próprio Rondon e posteriormente de antropólogos, bibliotecários e museólogos, nesse processo. (MACIEL, 2017, p. 272)

Ao se tratar de informação de natureza etnológica disseminada em museus etnográficos que conta com uma biblioteca especializada no assunto, as particularidades são mais presentes, pois configuram novos desafios na relação sujeito-objeto existentes, ou seja, o usuário que acessa a esses acervos sobre os povos indígenas, digitais ou não, podem ser sujeitos da história da produção documental do tempo presente. Essa relação dialética, a partir da concepção de uma teoria engajada (GADOTTI, 1990), é um componente enriquecedor na qualificação de acervos, pois os mesmos possuem energia e expressividade, visto serem informações em transformação e diálogo permanente com a sociedade e de luta por direitos sociais.

Marchiori (1997) problematiza sobre a conceituação de biblioteca virtual para a compreensão do fenômeno da era digital em repositórios alocados em instituições.

O fomento da virtualização de bibliotecas requer também maiores investimentos e tecnologias de informação e comunicação (TICs). Assim, usuários de diferentes lugares terão a possibilidade de acessar documentos completos, rompendo barreiras físicas de acesso à informação, gerando um processo de aprofundamento da democratização da sociedade e, conseqüentemente, do acesso à informação sobre os povos indígenas brasileiros. Deste modo:

Ou seja, qual é o real alcance que a base de dados adquire quando disponibilizada na rede mundial de computadores? Significa que qualquer interessado sobre os repositórios depositados no Museu do Índio podem ser acessados em qualquer lugar do mundo. Isto representa um campo significativo de possibilidades para que pesquisadores e, principalmente, os próprios povos indígenas possam utilizar informações para a efetivação de direitos e para promover discussões sobre a chamada questão indígena. (MELLO, 2017, p. 37)

Uma estratégia adotada para disponibilidade dos acervos digitais, por meio remoto, foi a partir da instalação da base de dados no Museu do Índio. Deste jeito, os usuários da instituição que tenham por objetivo a busca de informações acerca da temática indígena começaram a se utilizar de modernos instrumentos informacionais, com o uso da *internet*:

A primeira base de dados utilizada no Museu do Índio foi o software brasileiro Ortodocs, implementado no ano de 1996. Inicialmente sua aquisição foi destinada à catalogação e indexação de acervos bibliográficos, iniciando a sua informatização. Com a experiência adquirida na indexação da coleção de livros da Biblioteca Marechal Rondon, iniciativas foram tomadas de modo a expandir a base de dados para os demais acervos institucionais, como os acervos arquivístico e museológico. (MELLO; PIRES; COUTO, 2015, p. 9)

Posteriormente, o Museu do Índio buscando atualizar a base de dados e diminuir custos, realizou a migração de seu sistema de informação. Desta maneira, no ano de 2007, a instituição adotou o PHL - Personal Home Library. Na atualidade, o Museu do Índio tem realizado esforços com o objetivo de concretizar novas ferramentas informacionais, por exemplo, com a futura instalação do *software* livre de código aberto chamado Koha Integrated Library Management System, mais conhecido como Koha. Ainda sobre esta nova ferramenta informacional:

O Koha é um software de licença open source destinado a automatizar as bibliotecas. Para isso, dispõe de uma interface administrativa composta de módulos para catalogação, cadastro de usuários, circulação e ferramentas como inventário, importação de registros em formato ISO, controle de periódicos (kardex) e relatórios. Para o usuário final, dispõe de um OPAC - Online Public Access Catalog onde é possível ver o acervo multicampi e o histórico de circulação e pesquisa, além de permitir a inserção de listas, sugestões, tags e comentários das obras. (FIGUEIREDO; TORQUATO, 2017, p. 149)

As mudanças de sistemas de informações na instituição sempre são positivas quando bem planejadas. As necessidades de informação dos usuários são transmutadas ao longo do tempo e os *softwares* passam por processos de obsolescência ou de aumento de custos, fazendo com que as organizações de memória executem novos caminhos com o objetivo sempre de melhorar o atendimento e o relacionamento com

o público da instituição.

Ainda dentre as estratégias realizadas em disseminar as informações de natureza etnológica, vale citar a criação da Biblioteca Virtual Marechal Rondon no ano de 2017, a partir de uma prestação de serviço de digitalização do acervo bibliográfico e da instalação de um *software* de visualização e pesquisas. Por meio deste novo instrumento de pesquisa, os usuários já podem consultar remotamente diversas coleções de grande importância para e sobre os povos indígenas. Em sequência, será explanada uma conceituação de biblioteca virtual para a compreensão do alcance da tecnologia disponível:

A **biblioteca virtual** é conceitualizada como um tipo de biblioteca que, para existir, depende da tecnologia da realidade virtual. Neste caso, um *software* próprio acoplado a um computador sofisticado reproduz o ambiente de uma biblioteca em duas ou três dimensões, criando então um ambiente de total imersão e interação. (MARCHIORI, 1997, p. 15, grifo nosso)

Os itens bibliográficos da Biblioteca Virtual Marechal Rondon possuem a seguinte estrutura disponível: capa, sumário, introdução, referências e índice. Este trabalho é inovador no que tange a construção de repositórios digitais com acesso ao documento remotamente. Isto porque o usuário poderá da sua casa acessar partes relevantes de qualquer obra que compõe o acervo bibliográfico da instituição. Se antes os usuários tinham a necessidade de vir ao Museu do Índio, muitas vezes vindo de locais de difícil acesso, como das terras indígenas, na atualidade esta barreira espacial foi rompida, visto a realidade impressa pela tecnologia presente.

A partir dos dados obtidos, da experiência no campo da Documentação à luz do referencial teórico utilizado, há de se complexificar sobre a importância que a informação de natureza etnológica possui para os povos indígenas, assim como a disseminação dessas informações são de importância para a garantia do modo de vida e mesmo da sobrevivência de grupos muitas vezes vulneráveis frente ao desenvolvimento econômico nos dias de hoje em curso no país.

Um aspecto a ser abordado quando da problematização da documentação salvaguardada pelo Museu do Índio sobre os povos indígenas é quanto à ação de documentação. Para este intento, é importante a ilustração de uma abordagem clássica, para que se possa entender o porquê da sua existência e sua funcionalidade. Desta maneira:

A Documentação é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes. O autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual. A Documentação acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro de leitor. (OTLET, 1964, p. 285-286)

Na hodiernidade, com o processo informacional em curso, como o pautado pelos povos indígenas, se faz necessário explorar a era digital. Os novos modelos informacionais produzidos no âmbito deste cenário ganharam uma velocidade e

dinamicidade única, relevando aspectos de potencialidades para grupos antes excluídos das tecnologias de informação e comunicação. Assim:

Ora, o digital encontra-se no início de sua trajetória. A interconexão mundial de computadores (a extensão do ciberespaço) continua em ritmo acelerado. Discute-se a respeito dos próximos padrões de comunicação multimodal. Tácteis, auditivas, permitindo uma visualização tridimensional interativa, as novas interfaces com o universo dos dados digitais são cada vez mais comuns. (LÉVY, 1999, p. 24)

Por último, as ações atuais de documentação dos povos indígenas realizadas pelo Museu do Índio em parceria com a UNESCO representa um novo patamar no processo de documentação sobre os povos indígenas. Nesta nova empreitada documentária, os povos indígenas se qualificam a partir das ações de registro, com o objetivo de manter repositórios étnicos e o registro de sua cultura, com apoio técnico-científico de instituições que detêm a *expertise* no campo informacional. E com o advento da intitulada era digital, outros elementos importantes na disseminação de tradição das culturas indígenas se fazem presentes, visto que: “A tradição pode ser vivenciada digital e virtualmente por meio do computador, além do contato visual, gestual, auditivo e físico.” (LUVIZOTTO, 2015, p. 15)

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das pesquisas sobre a informação de natureza etnológica consolidada em repositórios estatais, com destaque para aqueles depositados no Museu do Índio, ainda estão em curso visto o desenvolvimento dos projetos de documentação em andamento e da possibilidade de uso das novas ferramentas informacionais. O que se pode depreender das investigações até aqui feitas é que as informações produzidas são de importância para uma melhor compreensão dos povos indígenas, principalmente quanto as suas especificidades culturais, assim como também para a garantia de direitos sociais e dos territórios indígenas ameaçados por projetos econômicos de grande impacto.

Outro ponto também de reflexão quanto às informações aqui em discussão diz respeito às projeções alcançadas quando da digitalização de acervos e da disseminação de informações na rede mundial de computadores. Bibliotecas virtuais criam possibilidades múltiplas no desenvolvimento de práticas documentárias que venham aproximar os sujeitos-objetos da documentação produzida pelo Estado. Ou seja, povos indígenas podem acessar documentos de seu povo e antepassados, reconfigurando o uso da documentação quando do seu tempo.

As bases de dados em uso na instituição e a Biblioteca Virtual Marechal Rondon, à disposição para qualquer interessado sobre a temática indígena, também representa um avanço no processo de democratização do acesso às informações públicas de natureza indigenista. Cabe destacar, conforme já mencionado, que o Museu do Índio realizou uma ação pioneira, ainda nos anos 1990, de disponibilização de informação

em linha na rede mundial de computadores, quando organizações congêneres ainda iniciavam no assunto.

Importante mencionar também que novas empreitadas estão em curso para uma melhoria na gestão dos acervos digitais e do atendimento ao público. Dentre as iniciativas no âmbito informacional, há as discussões realizadas sobre a instalação do Koha, um *software* de automatização de bibliotecas. Mais uma vez, um dos desafios reside na complexidade da informação no âmbito de museus (LIMA; COSTA, 2007) visto que o sistema de informação deverá integrar a coleção bibliográfica, arquivística e museológica, para uma maior dinamização e disseminação dos acervos.

A democratização de informações etnológicas ainda nos anos 1990 pelo Museu do Índio antecipou a discussão que, em tempos atuais, está em voga, como da transparência e não opacidade da informação pública. (JARDIM, 2008). Quando da efetuação da Lei de Acesso à Informação (LAI), no ano de 2011, o Museu já tinha a experiência e ferramentas informacionais para o atendimento das demandas que estavam por vir. Portanto, mais uma vez, a instituição museal dedicada aos povos indígenas se configura como uma instituição de caráter público que tem a responsabilidade de trazer transparência aos seus acervos a quaisquer interessados sobre a temática indígena.

Portanto, por meio de novas iniciativas no âmbito da Documentação, o Museu do Índio cumpre o seu papel de divulgar as culturas indígenas para os próprios povos indígenas e demais interessados. A democratização da informação em curso no país a partir de iniciativas governamentais, como a Lei de Acesso à Informação, está em consonância com as diretrizes executadas no Museu do Índio nos últimos anos. A luta agora é transformar os acervos digitais a disposição em mecanismos de combate pela melhoria das condições de vida dos povos indígenas nas mais diversas localidades do território brasileiro.

REFERÊNCIAS

DASP. **Diretrizes da documentação**. [Brasília, DF?]: DASP, 1964.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon**: a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília, DF: Abravideo, 2009.

DELMAS, Bruno. **Arquivos pra quê?** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FIGUEIREDO, Márcia Feijão de; TORQUATO, Lehy Chung Baik. Cenário pós-implantação do software Koha no Colégio Pedro II. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 146-158, jul./dez. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1990.

JARDIM, José Maria. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Diana Farjalla Correia; COSTA, Igor Fernando Rodrigues da. Ciência da Informação e Museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos – subsídios à linguagem documentária. In: CINFORM, 7., 2000, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Ciência da Informação, Escola Politécnica, UFBA, 2007. Não paginado. 1 CD.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 14-27, maio 2015.

MACIEL, Laura Antunes. Sobre centenários, memórias e testemunhos da Comissão Rondon: pontos para reflexão. **Projeto História**, São Paulo, v. 58, p. 270-297, jan./mar. 2017.

MARCHIORI, Patricia Zeni. “Ciberteca” ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 12-25, 1997.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A Biblioteca Marechal Rondon e a disseminação de informações de natureza etnológica. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 16, n. 2, p. 29-43, jul./dez. 2017.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A documentação de natureza etnológica como recurso estratégico para os povos indígenas. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p.[1-14], jan./jun. 2018. No prelo.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; COUTO, Ione Helena Pereira. A metamorfose da memória indígena no âmbito dos projetos de documentação da UNESCO. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 90-104, ago. 2017.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; PIRES, Andrea Maia Gonçalves; COUTO, Ione Helena Pereira. A implementação da base de dados do Museu do Índio. In: ENANCIB, 16. 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015. p. 1-17.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; SOUZA, Rosale de Mattos. As novas configurações político-institucionais do Estado brasileiro: demandas de acesso à informação para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 2014 a 2015. **RACIn: Revista Analisando em Ciência da Informação**. João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 34-52, jul./dez. 2015.

MUSEU do Índio. **Museu do Índio: 30 anos (1953-1983)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1983.

OTLET, Paul. Documentos e Documentação. In: DASP. **Diretrizes da documentação**. [Brasília, DF?]: DASP, 1964. p. 285-293.

PAULA, Ruth Wallace de Garcia; GOMES, Jussara Vieira. O Museu do Índio: 1953-1983. In: MUSEU do Índio. **Museu do Índio: 30 anos (1953-1983)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1983. p. 9-22.

RIBEIRO, Darcy. **Meus índios, minha gente**. Brasília, DF: Fundação Darcy Ribeiro; Editora da UNB, 2010.

RONDINELLI, Rosely Curi (Elaboração e coordenação). **Inventário analítico do arquivo permanente do Museu do Índio – FUNAI: documentos textuais 1950 a 1994**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1997.

REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: PROMOVENDO O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA AGENDA 2030 DA ONU

Layde Dayelle dos Santos Queiroz

Instituto Federal do Amazonas

Manaus – Amazonas

RESUMO: No mundo contemporâneo muitas são as formas de se produzir e compartilhar conhecimento, uma vez que a necessidade de comunicar – informar e se informado – sempre existiu para o homem e a disponibilidade de trocas de mensagens em tempo real, possível graças ao desenvolvimento tecnológico, muito tem contribuído para tornar públicos os saberes gerados. Desta forma, é notório que os repositórios institucionais tornam-se ferramentas que concorrem para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável expostos pela IFLA (International Federation of Library Associations) baseado na Agenda 2030 da ONU, onde dos 17 objetivos, os citados a seguir (4, 9 e 11) estão relacionados às práticas da biblioteca no que diz respeito aos repositórios.

PALAVRAS-CHAVE: Repositório institucional; Agenda 2030; ONU; Biblioteca.

ABSTRACT: In today's world there are many ways of producing and sharing knowledge, since the need to communicate - inform and be informed - has always existed for man and the availability of real-time message exchanges,

made possible by technological development. has contributed to make public the knowledge generated. Thus, it is well known that institutional repositories become tools that contribute to the achievement of the goals of sustainable development set out by IFLA (International Federation of Library Associations) based on the UN Agenda 2030, of the 17 objectives mentioned below (4, 9, and 11) are related to library practices with respect to repositories.

KEYWORDS: Institutional repository; Agenda 2030; UN; Library.

1 | INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo muitas são as formas de se produzir e compartilhar conhecimento, uma vez que a necessidade de comunicar – informar e se informado – sempre existiu para o homem e a disponibilidade de trocas de mensagens em tempo real, possível graças ao desenvolvimento tecnológico, muito tem contribuído para tornar públicos os saberes gerados.

Os resultados de pesquisas devem ser confiáveis, para isto, a análise realizada pelos pares obedece a critérios que afirmam sua legitimidade. De acordo com Stumpf (2000), a comunicação da ciência possibilita o fluxo de ideias entre aqueles que geram e os que

recebem informação por meio de um canal, qual adquire a forma de um produto para que seja possível disseminar o trabalho de pesquisa realizado.

No contexto atual, a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação para oferecer visibilidade aos saberes favoreceu este processo e a utilização de repositórios institucionais, como forma de ampliar a visibilidade, salvaguardar a produção e disseminar o conhecimento é apontada por estudiosos como o principal instrumento de promoção do acesso aberto.

Para Café et al. (2003), um repositório institucional deve possuir um conjunto avançado de serviços relativos à organização, tratamento, acesso e disseminação do conteúdo digital produzido por uma instituição e sua comunidade com um conteúdo bastante heterogêneo, tanto no que diz respeito à tipologia dos documentos como em relação à multidisciplinaridade.

Desta forma, é notório que os repositórios institucionais tornam-se ferramentas que concorrem para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável expostos pela IFLA (International Federation of Library Associations) baseado na Agenda 2030 da ONU, onde dos 17 objetivos, os citados a seguir estão relacionados às práticas da biblioteca no que diz respeito aos repositórios e seus benefícios:

- a. objetivo 4: promover acesso à informação e a pesquisa para estudantes em todo o mundo, por meio de espaços inclusivos onde o custo não seja uma barreira para adquirir novos conhecimentos e habilidades;
- b. objetivo 9: ser uma ferramenta de tecnologia da informação e comunicação, onde a instituição fomentadora ofereça acesso à *Internet* de alta velocidade e,
- c. objetivo 11: promover a inclusão e o intercâmbio cultural, divulgando informações confiáveis, analisadas pelos pares e documenta-las, promovendo a conservação do patrimônio cultural e intelectual para as futuras gerações.

2 | MÉTODO DA PESQUISA

Utilizou-se análise qualitativa, por meio do método de análise do discurso com intuito de examinar as recomendações da Agenda 2030 em relação aos conceitos de repositórios institucionais, com enfoque exploratório-descritivo, já que os elementos que caracterizam essa ferramenta foram observados, analisados, e interpretados sem a interferência do pesquisador, buscando conhecer com maior precisão os fatores que corroboram ou poderão corroborar para o atendimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU.

A coleta de dados foi documental e as variáveis de análise foram elaboradas visando identificar os objetivos de um repositório dentro de uma instituição de ensino e como a biblioteca contribui, compreendendo:

- I. Levantamento e análise da leitura da literatura acerca da estrutura dos repositórios institucionais;
- II. Leitura e análise dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU;
- III. Exame dos elementos subjacentes aos itens lidos e estudados, bem como o estabelecimento de uma relação entre ambos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das leituras acerca de repositórios institucionais e das recomendações da ONU foi possível estabelecer a seguinte relação de acordo com os objetivos:

- a. objetivo 4: este objetivo visa assegurar a educação inclusiva, igualitária e de qualidade. As bibliotecas devem cooperar com a sociedade, escolas, universidades e institutos em todos os países do mundo a fim de proporcionar aos pesquisadores a utilização de dados e informações confiáveis para gerar novos conhecimentos.

Neste âmbito, para que as potencialidades dos repositórios institucionais sejam alcançadas, visando bons níveis de comunicação científica, é necessário definir estratégias para a divulgação de documentos e intercâmbio de experiências entre a comunidade científica, tanto no país como internacionalmente. Desta maneira, a divulgação e promoção do repositório são efetivadas, mediante a própria instituição e a sociedade.

- b. objetivo 9: Consta em construir infraestruturas que fomentem a inovação. As bibliotecas, enquanto órgão responsável pela pesquisa dentro das instituições, deve empenhar-se para propiciar acesso à internet de alta velocidade, infraestrutura de pesquisa e profissionais capacitados para orientar e instruir quanto à troca de informações.

Neste ponto, os repositórios são estabelecidos por meio das novas tecnologias e as ferramentas oferecidas pela *Internet* oferecem mais que um sistema de publicação científica, tais ferramentas permitem que novas formas de organização da produção científica existam, promovendo a integração entre as comunidades acadêmicas.

Estes institutos que promovem acesso a repositórios, também disponibilizam acesso gratuito à *Internet*, haja vista que no contexto atual, a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação para oferecer visibilidade aos saberes age em conjunto para ampliar a visibilidade, salvaguardar a produção e disseminar o conhecimento em acesso aberto.

De fato, o movimento pelo Acesso Aberto (Open Access), “[...] implica na disponibilização na *Internet* da literatura acadêmica e científica permitindo que seja lida, descarregada, distribuída, impressa, pesquisada” (ROSA; GOMES, 2010), o qual viabilizou o surgimento dos repositórios institucionais e o atendimento das orientações da Agenda 2030.

- c. objetivo 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis. As bibliotecas por muitos anos tiveram o papel primordial de preservar o patrimônio cultural inestimável de um povo, em todas as suas formas para as futuras gerações. A partir dos grandes avanços e revoluções pelas quais as civilizações passaram, atravessar a barreira do tempo e preservar informações sobre a cultura de povos da antiguidade ou transmiti-la a outros povos, tornou-se possível. Na atualidade, esse papel permanece, mas de diversas formas.

Uma delas é por meio dos repositórios que, como meios de divulgação da produção científica, devem ser bem elaboradas, atraindo pesquisadores já que estes “[...] são promovidos e obtêm financiamento com base no desempenho de pesquisa, no qual o impacto (a citação) constitui um importante indicador” (LEITE, 2009, p. 88), é de interesse dos pesquisadores que suas publicações estejam disponibilizadas na web, sejam textos completos para leitura, cópia, distribuição, impressão, busca e criação de links para todo e qualquer usuário que esteja conectado à Internet, de forma livre e pública.

Observa-se então que os repositórios tornam-se um mecanismo capaz de favorecer a pesquisa acadêmica de livre acesso, aproximando pesquisadores da produção científica gerada em instituições ou somente recolher e preservar documentos em particular, fomentando a inovação e promovendo a inclusão.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos propostos pela ONU, a literatura abordada e a relação mantida, é possível estabelecer que os repositórios são ferramentas positivas no âmbito das bibliotecas, dando suporte ao crescimento da comunicação científica, preservação digital, disponibilização de informações confiáveis e garantia de acesso à informação digital.

A intenção do repositório não é que a instituição se aproprie da produção intelectual depositada, pelo contrário, é dar o devido reconhecimento ao autor quanto aos aspectos legais de direitos autorais, já que os repositórios possuem a custódia do documento com o objetivo de disseminação.

Partindo do exposto, compreende-se que os repositórios atendem esses objetivos, considerando que a produção científica gerada deve ter um compromisso social, ser conhecida e útil para a comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

CAFÉ, L. et al. **Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na rede.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, 2003, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: INTERCOM, 2003.

LEITE, F. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: Ibict, 2009.

ONU. **Agenda 2030**. Disponível em: < https://www.bu.ufmg.br/bu/files/Papel_das_bibliotecas_na_Agenda_2030.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ROSA, F.; GOMES, M. J. (Orgs.). **Repositórios Institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador/BA: EdUFBA, 2010. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/123456789/616/3/Repositorios%20institucionais.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2017.

STUMPF, I. R. C. **Comunicação da ciência na universidade: o caso da UFRGS**. In: MUELLER, S. P. M. P., E.J.L. (Ed.). *Comunicação Científica*. Brasília: UNB, 2000.

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DO ACERVO RAIMUNDO JINKINGS, INTEGRANTE DO MEMORIAL DO LIVRO MORONGUÊTÁ DA UFPA

Elisangela Silva da Costa

Universidade Federal do Pará, Memorial do Livro
Moronguêta
Belém-Pará

Suelene Santana Assunção

Universidade Federal do Pará, Biblioteca Central,
Coordenadoria de Projetos e Convênios
Belém-Pará

RESUMO: Tem como objetivo geral: elaborar uma análise bibliométrica do acervo que pertenceu a Raimundo Jinkings; e como objetivos específicos: a) identificar os autores mais frequentes no *corpus* em estudo; b) investigar as editoras que mais produziam as obras prediletas de Jinkings; c) averiguar os anos das publicações estudadas; d) verificar quais as temáticas predominantes no acervo em análise. Trata-se de uma pesquisa do tipo biobibliográfica, com recorte quanti-qualitativo e para torná-la exequível, foram feitas consultas ao Inventário do Acervo supracitado composto por 1.714 livros. Constatou-se que: a) Os autores mais lidos por Jinkings pertenciam a diferentes áreas de atuação; mas em sua grande maioria militavam a ideologia socialista; b) houve grande recorrência de casas publicadoras cujas linhas editoriais eram voltadas às áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas e que por conseguinte eram

editoras tiveram muitas obras confiscadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); c) a idade do acervo incidiu sobre as décadas de 60, 70 e 80 do século XX; e, d) As temáticas Ciência Política, as Ciências Sociais e a Economia foram as mais frequentes. Entretanto percebe-se que o Jornalismo ocupa um lugar de destaque na coleção. Conclui-se que apesar do assunto ser centrado na seara biblioteconômica, nota-se que outras áreas do conhecimento, que também podem fazer uso de técnicas bibliométricas a fim de selecionar literatura clássica pertinente aos seus estudos, principalmente se considerarmos um acervo tão rico e eclético como o de Raimundo Jinkings.

PALAVRAS-CHAVE: Raimundo Jinkings. Livreiros – Belém (PA). Acervos Particulares. Bibliometria. Pensamento socialista.

ABSTRACT: It has as general objective: to elaborate a bibliometric analysis of the collection that belonged to Raimundo Jinkings; and as specific objectives: a) to identify the most frequent authors in the *corpus* under study; b) to investigate the publishers who produced the works of Jinkings loved; c) ascertain the years of the publications studied; d) check what the predominant themes in the collection under analysis. It was a biobibliographical research, with a quantitative-qualitative cut and to make it feasible, consultations were made with the

aforementioned inventory of the collection, composed of 1,714 books. It was verified that: a) The authors most read by Jinkings belonged to different areas of performance; but in their great majority militated the socialist ideology; b) there was a great recurrence of publishing houses whose editorial lines were directed to the areas of Human Sciences, Letters and Arts and Applied Social Sciences and that consequently were publishers had many works confiscated by the Department of Political and Social Order (DOPS); c) the age of the collection focused on the decades of 60s, 70s and 80s of the twentieth century; and, d) Political Science, Social Sciences and Economics were the most frequent topics. However it is noticed that Journalism occupies a prominent place in the collection. It is concluded that although the subject is centered on the Library Science, it is noted that other areas of knowledge, which can also make use of bibliometric techniques to select classical literature pertinent to their studies, especially if we consider a collection as rich and eclectic like that of Raymond Jinkings.

KEYWORDS: Raimundo Jinkings. Bookstores - Belém (PA). Private collections. Bibliometrics. Socialist thinking.

1 | INTRODUÇÃO

Raimundo Jinkings foi um eminente livreiro, jornalista e ativista político, responsável pela propagação do pensamento de esquerda no Pará. O presente capítulo se propõe a fazer um breve retrospecto de sua vida e um estudo bibliométrico de sua biblioteca particular, a fim de identificar suas inspirações literárias, autores prediletos, livrarias influentes e assuntos que retratam uma época muito marcante da história do Brasil – os *Anos de Chumbo* e seu consequente período de abertura.

Em Turumim, distrito de Santa Helena, na comarca de Pinheiros, região do rio Turiaçu, no Maranhão, nascia, no dia 05 de setembro de 1927, o terceiro de oito filhos do casal Raimundo Jinkings e Francisca Leite Jinkings, registrado como Raimundo Antônio da Costa Jinkings (BRASIL, 1995).

Alfabetizou-se em uma escolinha e continuou a estudar com o pai em casa. Após a morte de sua mãe, foi morar na casa de seus avós em Pinheiros, com o objetivo de estudar. Um amigo da família levou Jinkings e seu irmão mais velho, Hércules, para morar em São Luiz, eles vendiam quadros durante o dia e estudavam à noite. Através da ajuda deste mesmo amigo, Jinkings vem para Belém se aventurar na vida.

Em outubro de 1948, viu pela primeira vez Isa Tavares, que futuramente seria sua esposa e companheira. No dia 02 de maio de 1953, casou-se com a professora Maria Isa Valente Tavares, com quem teve 5 filhos: Nise, Leila, Antônio, Álvaro e Ivana.

Foi aprovado, em 1951, para o concurso do Banco de Crédito da Amazônia S/A, atualmente Banco da Amazônia (BASA). Em 1952, começou a escrever artigos para os jornais de Belém, “Folha do Norte”, o “Flash” e o “Estado do Pará”, iniciando sua carreira de jornalista. Foi colaborador nos jornais “A Província do Pará”, “O Liberal” e “Diário do Pará”, “Resistência”, que era contrário à Ditadura Militar, e em um jornal

de circulação clandestina, a “Voz na Unidade”, assinava-os como R. A. Jinkings. (OLIVEIRA, 2012).

Com o Golpe Militar de 1964, Jinkings decidiu entrar na clandestinidade, abrigoando-se na casa de familiares e amigos. Raimundo Jinkings foi preso em 29 de abril de 1964, pelo oficial da Polícia Militar, José de Azevedo Bahia Filho, o Capitão Bahia, recebendo a acusação de organizar uma guerrilha para lutar contra a Ditadura. Combinou entregar-se à polícia para não ser demitido pelo BASA por abandono de emprego.

Com base no Ato Institucional nº 1, aprovado pela Ditadura em 1967, que consistia em cassar os direitos políticos dos opositores do regime político por um período de 10 anos, Jinkings foi destituído de suas prerrogativas políticas em 1979. Voltou, então, ao Banco da Amazônia, onde trabalhou por 2 anos e depois se aposentou.

Para sustentar a família, montou uma barraca na feira de Batista Campos, onde vendia gêneros alimentícios ajudado pela mulher. A seguir, decidiu oferecer livros didáticos em colégios e até de porta em porta, descobrindo a sua habilidade para essa profissão (OLIVEIRA, 2012, p. 246).

Jinkings comprava os livros por reembolso postal, pois, nos ditos Anos de Chumbo os estabelecimentos literários de Belém daquela época não vendiam as obras de esquerda, literatura preferida de Raimundo Jinkings. As editoras do Rio de Janeiro e de São Paulo já conheciam este cliente fiel e, por isso, lhe concediam crédito para comprar, via reembolso postal, e revender em Belém os livros didáticos. Assim, Jinkings começou a atuar como representante comercial da Editora Brasiliense.

No dia 22 de outubro de 1965, nasceu a “R.A. Jinkings Comércio e Representações”. Na sala de visitas de sua residência, na rua dos Mundurucus, nº 1567, Jinkings recebia seus primeiros clientes: professores, jornalistas e companheiros de luta.

A intelectualidade de Belém correu a frequentar a “Jinkings” e a consumir o seu variado estoque de livros. Virou, inclusive, alvo da vigilância permanente do Serviço Nacional de Informações (SNI) em ação desde 13 de junho de 1964. Várias vezes teve obras apreendidas pela Polícia Federal, sempre consideradas “subversivas” pelos censores da Ditadura (OLIVEIRA, 2012, p. 247).

A visita da polícia era frequente ao estabelecimento comercial dos Jinkings para procurar obras consideradas subversivas, principalmente as que tinham a capa vermelha. Os policiais levaram os seguintes livros: Vermelho e o Negro, do Stendhal; Reunião, do Carlos Drummond de Andrade, pois tudo referente à reunião naquela época era proibido. Confiscaram até livros sobre cubismo, por acharem que estava relacionado a Cuba. Para evitar que os livros de cunho socialista fossem apreendidos, Jinkings construiu um balcão com fundo falso para armazenar os “livros proibidos” e oferecê-los apenas aos clientes de sua confiança (JINKINGS, 2013).

Existiam filiais da Livraria Jinkings no Shopping Iguatemi, no Colégio Moderno, nos municípios de Santarém, Castanhal e até no estado do Amapá. A qualidade da Livraria Jinkings é reconhecida e enaltecida por Elizabete Vidal e Germana Sales no

comentário abaixo:

O livreiro Jinkings ofereceu a Belém, dos anos de resistência, “a melhor literatura de que poderíamos dispor”, e que era devorada pelos leitores pelos mais diversos objetivos e, um deles, como esforço na reivindicação dos seus direitos, valores e cidadania, o que nos faz reafirmar o livro como um dos instrumentos mais grandiosos da vida humana (VIDAL; SALES, 2009, p. 67).

Em virtude de uma enfermidade, faleceu no dia 05 de outubro de 1995. Em 13 de dezembro de 2011, concedeu-se uma homenagem intitulada de “Cidadão do Pará Post Mortem” a Raimundo Jinkings. O filho, Álvaro Jinkings, recebeu a homenagem das mãos do deputado Edmilson Rodrigues, autor da honraria, e do deputado Manoel Pioneiro, presidente da Câmara Municipal de Belém.

2 | MÉTODO DA PESQUISA

A pesquisa em tela é do tipo biobibliográfica, com recorte quanti-qualitativo e para torná-la exequível, foram feitas consultas ao Inventário do Acervo da Biblioteca de Raimundo Jinkings, disponível no Memorial do Livro Moronguetá.

O Memorial do Livro Moronguetá é um projeto da UFPA que objetiva recolher, organizar e disponibilizar para consulta materiais bibliográficos e objetos pessoais que pertenceram a intelectuais paraense ou de atuação destacada na cena intelectual paraense (para obter maiores informações sobre o projeto, consulte o blog, disponível na URL: <http://moronguetaufpa.blogspot.com.br/>).

O objetivo geral deste estudo foi: elaborar uma análise bibliométrica do acervo que pertenceu a Raimundo Jinkings. E teve como objetivos específicos: a) identificar os autores mais frequentes no *corpus* em estudo; b) investigar as editoras que mais produziam as obras prediletas de Jinkings; c) averiguar os anos das publicações estudadas; d) verificar quais as temáticas predominantes no acervo em análise.

A ferramenta analítica utilizada foi a Bibliometria, que é uma técnica de pesquisa que já vem sendo usada com muito êxito no âmbito da Biblioteconomia, mas que trabalha com a quantificação de indicadores científicos e, por isso, pode ser igualmente aplicada a outras áreas do conhecimento humano (GLANZEL, 2009).

O acervo é composto por 1.714 livros. A escolha deste *corpus* se deu pelos seguintes motivos: a) o material selecionado serviu de subsídio à feitura do Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará de uma das autoras deste trabalho; b) o acervo é bastante consultado por pesquisadores e precisa ser estudado em detalhe para que possamos atender mais satisfatoriamente nossos clientes.

Em relação aos procedimentos foi feita a migração dos dados do Acervo Raimundo Jinkings do editor de texto word para excel; os dados foram agrupados em diferentes planilhas cada uma ordenada por: autor, editora, ano de publicação e assunto. Após a contagem dos dados recorrentes foram confeccionados os gráficos também fazendo

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação aos autores mais presentes no acervo estudado, destacam-se: Literatos, como: (Vitor Hugo (42), Monteiro Lobato (11), Lima Barreto (17), Ilya Ehreburg (7), Jorge Amado (7), Stefan Zweig (7), e Emile Zola (5); Políticos (Lenin, Gorbachev, Fidel Castro, Stalin), e Filósofos (Marx, Engels, Gramsci); ou seja, autores emblemáticos do pensamento de esquerda.

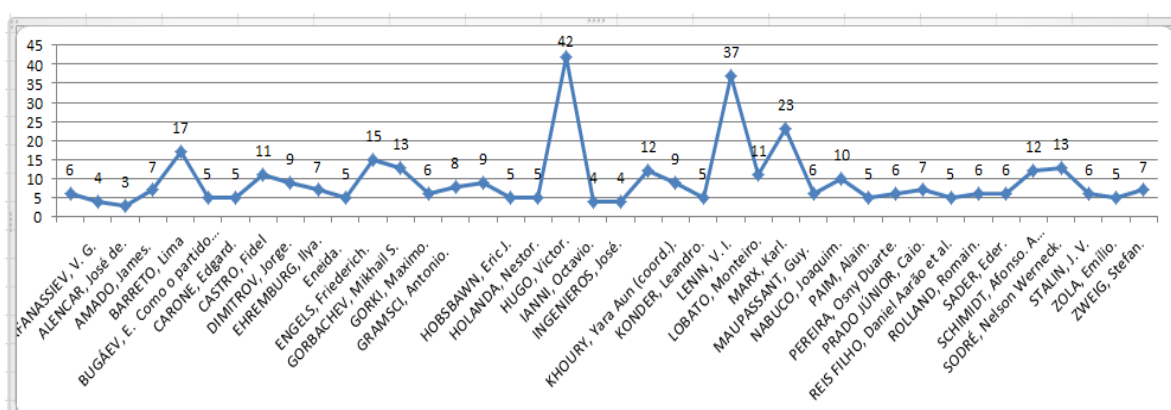


Gráfico 1 – Autores mais frequentes no Acervo Raimundo Jinkings.

Fonte: Pesquisa de campo jan. 2018.

No que se refere às editoras, as obras constantes no acervo Jinkings pertencem às editoras: Brasiliense (148), à Progresso (109), à Alfa-Omega (61), à Global (60) dentre outras, percebe que o eixo aglutinante deve-se ao fato destes estabelecimentos possuírem suas linhas editoriais voltadas às áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas, que por conseguinte eram editoras que frequentemente recebiam visita do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e também tiveram muitas obras confiscadas (Ver Gráfico 2).

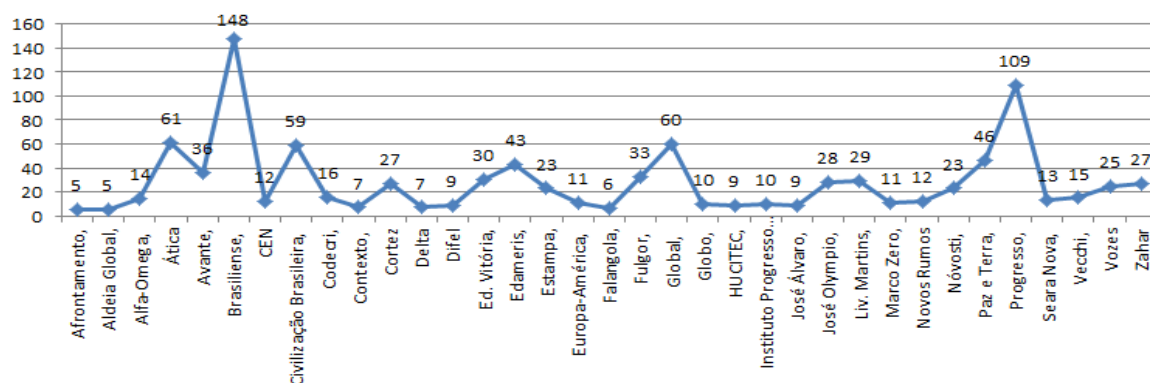


Gráfico 2 – Editoras mais presentes no Acervo Raimundo Jinkings

Fonte: Pesquisa de campo jan. 2018.

Do ponto de vista cronológico (Ver gráfico 3), a pesquisa identificou que os anos de publicações mais frequentes se concentraram entre as décadas de 60,70 e 80, que historicamente compreendem ao período da Ditadura Militar brasileira e seu consequente período de abertura política.

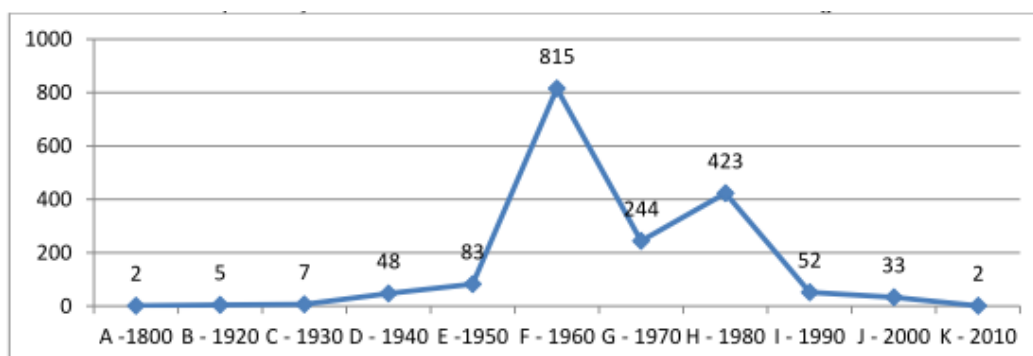


Gráfico 3 – Anos de publicações mais recorrentes no Acervo Raimundo Jinkings

Fonte: Pesquisa de campo jan. 2018.

Quanto às temáticas predominantes, destacam-se: a Ciência Política, as Ciências Sociais e a Economia. Entretanto percebe-se que o Jornalismo ocupa um lugar de destaque na coleção, infere-se que Jinkings cultivava obras nesta área porque ele era o editor do jornal *A Voz da Unidade*, por meio do qual ele atualizava os operários sobre seus direitos e as mudanças no mundo do trabalho.

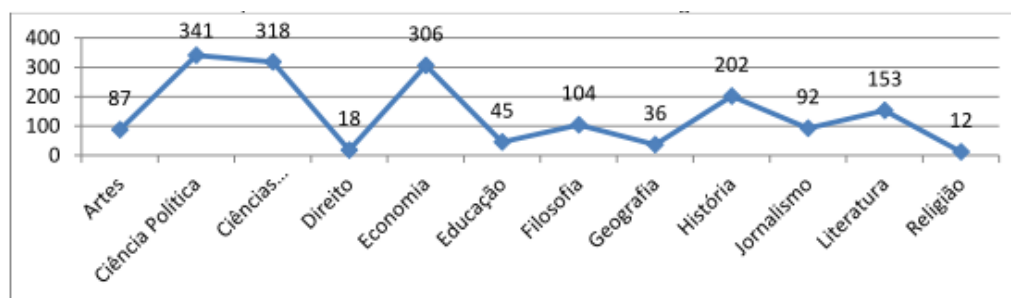


Gráfico 4 – Temáticas predominantes no Acervo Raimundo Jinkings

Fonte: Pesquisa de campo jan. 2018.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto percebe-se que o estudo sobre o acervo particular do ativista Raimundo Jinkings foi bastante elucidativo, pois pontuou alguns aspectos basilares para a compreensão do arcabouço intelectual deste eminente livreiro, responsável por inocular o pensamento esquerdista no norte do Brasil.

Apesar do assunto ser centrado na seara biblioteconômica, nota-se que outras áreas do conhecimento, tais como: Ciências Políticas, Ciências Sociais Economia,

Educação, Letras e Jornalismo também podem fazer uso de técnicas bibliométricas a fim de selecionar literatura clássica pertinente aos seus estudos, principalmente se considerarmos um acervo tão rico e eclético como o de Raimundo Jinkings.

Ressalta-se que o bibliotecário precisa permanentemente fazer estudos dessa natureza em coleções especiais, para que possa se familiarizar ainda mais sobre a vida e a obra dos antigos proprietários do material bibliográfico que está sob sua gerência, possibilitando um atendimento mais customizado aos futuros consulentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Jocelyn. **Entre as letras e as baionetas**. Rio de Janeiro: Jotanesi Edições, 1995.

GLÄNZEL, Wolfgang. **History of bibliometrics and its present day tasks in research evaluation**. 2009. Disponível em: www.kawax.cl/observatorio/Indicadores_20060116/ppt/WolfgangGlanzel.ppt. Acesso em: 18.05.2017. 50 slides

JINKINGS, Isa. **Seminário “Raimundo, relato de vida”**. Belém: XVII Feira Pan-amazônica do Livro, 04 maio 2013.

OLIVEIRA, Alfredo. **Cabanos & Camaradas**. Belém: [s.n.], 2012.

PEREIRA, João Carlos. Um amigo dos livros e um livro perdido. **O Liberal**, Belém, 22 fev. 2010. Caderno Magazine, p. 1.

VIDAL, Elizabete de Lemos; SALES, Germana Maria Araújo. Entre livros e leitores: o livreiro de Belém. In: SALES, Germana Maria Araújo; FURTADO, Marlí Tereza. (Orgs.). **Linguagem e Identidade Cultural**. João Pessoa: Idéia, 2009.

QUALIDADE, PRODUTIVIDADE E ESTRATÉGIAS DE OPERAÇÕES: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Raissa Cristina Pereira

Educadora Física. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão - GO

Renata Alessandra Evangelista

Enfermeira. Pós-doutoranda da Unidade de Investigação em Ciências da Saúde da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Portugal.
Catalão – GO

Lucas Augusto de Carvalho Ribeiro

Psicólogo. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão – GO

Liliane Guimarães Rabelo

Administradora. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão – GO

Jackeliny Dias da Silva

Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão – GO

Vanessa Bitencourth dos Santos

Administradora. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional

da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão – GO

Lucas Chagas Gomes

Graduando em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão – GO

Aline Mirian da Silva

Educadora Física. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão - GO

Luan Aparecido Oloco de Oliveira

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão – GO

Ingride Chagas Gomes

Graduada em Letras Português/Inglês. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão - GO

Marcos Alves Gomes

Administrador. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.
Catalão – GO

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma revisão bibliométrica sobre qualidade, processos e estratégia de operações. Utilizou-se as palavras-chave: qualidade; produtividade; estratégias de operações, nas seguintes fontes para consulta: Revista de Administração Contemporânea; International Journal of Operations Management; The Quaterly Journal of Economics; California Management Review; Gestão & Produção; Journal of Marketing; Journal of Retailing; anais do XIV e XV Seminários em Administração, e Harvard Business Review. Constatou-se que, a implementação de políticas que visem o desempenho e desenvolvimento de ações estratégicas irá garantir uma maior vantagem competitiva, e uma diferenciação em relação ao que é oferecido aos clientes, estando acima da média das outras empresas, sendo mais valorizada no mercado. Deste modo, estas estratégias devem abranger o sistema de produção, a forma de gerenciar os custos e também as fusões e aquisições, almejando sempre um crescimento econômico e financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade. Produtividade. Estratégias de Operações.

QUALITY, PRODUCTIVITY AND OPERATING STRATEGIES: A BIBLIOMETRIC REVIEW

ABSTRACT: This paper presents a bibliometric review of quality, processes and operations strategy. The following keywords were used: quality; productivity; operational strategies, in the following sources for consultation: Revista de Administração Contemporânea; International Journal of Operations Management; The Quaterly Journal of Economics; California Management Review; Gestão & Produção; Journal of Marketing; Journal of Retailing; annals of the XIV and XV Seminários em Administração, and Harvard Business Review. It was verified that the implementation of policies aimed at the performance and development of strategic actions will guarantee a greater competitive advantage, and a differentiation in relation to what is offered to the clients, being above the average of the other companies, being more valued in the market. Therefore, these strategies must cover the production system, the way to manage costs and also mergers and acquisitions, always aiming for economic and financial growth.

KEYWORDS: Quality. Productivity. Operations Strategies.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente o conceito de qualidade dentro de uma organização significa o que é melhor e atende as necessidades dos clientes, ou seja, não segue um padrão único e

estático. Desta forma, a gestão da qualidade evolui para atender a esse novo modelo, não estando voltada apenas para a empresa, mas sim para a organização como um todo (SANTOS, KOERICH, 2011).

Observa-se que ao adotar uma gestão que priorize a qualidade em todos os setores da organização, resultará em uma maior satisfação dos clientes, de tal forma que os produtos são mais valorizados.

Nesse contexto, nota-se que, cada organização adota um conjunto de estratégias com o intuito de garantir uma vantagem competitiva. Sendo que, estratégias são posições genéricas as quais pessoas responsáveis após realizarem análises determinam como sendo viáveis e articuláveis, configurando-se em ações que irão orientar a organização em relação ao desempenho e concorrência frente a outras organizações (PINTO, TORRES JUNIOR, 2012).

A vantagem competitiva engloba muitos aspectos no que concerne à produção, envolvendo o tempo, baixo custo, pouco desperdício, criatividade, inovação, qualidade, flexibilidade, e o fundamental que é atender os anseios do consumidor (PINTO, TORRES JUNIOR, 2012).

Deste modo, no Sistema Toyota de Produção a vantagem competitiva é alcançada através de atividades operacionais específicas, gradativas e integrativas, em que há uma melhoria constante na produção, eliminando atividades sem valor agregado, valorizando a multifuncionalidade, visando uma integração em toda a cadeia de suprimentos (PINTO, TORRES JUNIOR, 2012).

Na produção enxuta prioriza-se muito a qualidade total, fazendo com que haja uma continuidade na produção, trabalhando de acordo com as demandas, diminuindo os custos e mantendo a qualidade. Ou seja, se trabalha com o princípio de diminuir os estoques, valorizando somente o necessário (PAULA et al., 2011).

Observa-se que, na produção enxuta há uma lógica da produção voltada para o cliente, o que significa ter a quantidade de produto necessário no tempo necessário, ou seja, há um estoque mínimo, e se trabalha de acordo com as demandas, o que caracteriza o termo *just-in-time*. Assim, o que determina a produção são as vendas. Não há uma produção exagerada, mas também não há falta de produtos, percebe-se assim um equilíbrio entre o que se faz e o que se vende, visando sempre uma melhoria na qualidade em todos os processos (PAULA et al., 2011).

2 | DESENVOLVIMENTO

A evolução do conceito de qualidade pode ser elucidada em quatro momentos: qualidade sendo a adequação ao padrão, que remete a uma conformidade com as necessidades dos clientes. Qualidade como adequação ao uso, a qual tem o foco na satisfação da necessidade do cliente. Qualidade como adequação ao custo, a qual visa a alta conformidade com as necessidades dos clientes, porém com baixo custo.

E por fim adequação às necessidades latentes, a qual visa satisfazer as necessidades que os clientes ainda não tem consciência que possuem (SANTOS, KOERICH, 2011).

Diante esse novo conceito de qualidade, as organizações que passaram a adotar uma gestão pela qualidade total conseguem competir com vantagem em relação as outras empresas, pois conseguem antecipar as aspirações de seus clientes (SANTOS, KOERICH, 2011).

Seguindo como base o modelo de gestão pela qualidade total das empresas norte-americanas, japonesas e europeias, podemos observar que o principal objetivo de ambas é satisfazer os *stakeholders*, ou seja, seus clientes, fornecedores, acionistas, empregados e a sociedade como um todo. Sendo que cada um desses grupos possuem necessidades distintas (SANTOS, KOERICH, 2011).

A gestão pela qualidade total relaciona os micro e macroprocessos dentro da empresa, abrangendo desde o nível estratégico até o nível operacional dentro da organização, gerindo as diretrizes, a rotina da produção, os processos e agregando valores positivos a satisfação dos *stakeholders* (SANTOS, KOERICH, 2011).

Nota-se que apesar de implementar tal modelo de qualidade, não significa que, os indicadores de desempenho serão coerentes e irão eficazmente medir a satisfação desses sujeitos. Desta forma, não basta apenas adotar novos conceitos de qualidade dentro da organização, mas também deve-se estipular os indicadores de desempenho que irão melhor corresponder à avaliação da qualidade total (SANTOS, KOERICH, 2011).

Tradicionalmente os indicadores de desempenho se preocupavam somente com os resultados referentes aos recursos, investimentos e custos. No entanto, com os avanços tecnológicos se torna necessário adotar novas formas e critérios para medir o desempenho, em que além de controlar, também irá diagnosticar os pontos positivos e as lacunas que a empresa está perpassando (MARTINS, COSTA NETO, 1998).

Deste modo, ao adotar um indicador de desempenho é preciso que este seja realmente importante para a organização. E para que a aferição seja eficiente é preciso delimitar alguns aspectos como: qual será a forma de calcular o índice; qual o período de coleta; quem irá coletar; o que irá acontecer após os resultados serem obtidos; e como serão expostos esses resultados, de tal forma que todos os funcionários conheçam esses índices para que seja feito algo para melhorar ou manter o desempenho a partir de alguns padrões estabelecidos (MARTINS, COSTA NETO, 1998).

Os indicadores de desempenho são fundamentais para o modelo de gestão pela qualidade total, pois auxiliam a diagnosticar a satisfação dos *stakeholders* e o que é preciso fazer para melhorá-la. Sendo uma forma de reparar aspectos ruins da organização, além de atingir uma eficácia maior e prevenir problemas que possam acontecer no futuro (MARTINS, COSTA NETO, 1998).

Assim, o aspecto qualidade deve abranger os diferentes serviços oferecidos por uma organização, não somente o produto final deve ser considerado, mas sim o que se fez para chegar até ele, atribuindo assim, maior valor a tal resultado (SANTOS,

KOERICH, 2011).

O termo serviço remete a uma ação e não necessariamente está ligado a um produto físico, ou seja, é a prestação de algo para um determinado fim. Desta forma, a qualidade de serviços vai muito além do produto, abrangendo as ações globais adotadas em todas as operações que irão agregar valor ao que chega para o cliente (SANTOS, KOERICH, 2011).

Assim, ao avaliar como está a qualidade de serviços, podemos perceber que são inúmeros os fatores que influenciam o posicionamento das pessoas frente a tal assunto, dentre eles estão a acessibilidade (produto de fácil acesso, valores adequados, espaço em boas condições, pouco tempo de espera); diálogo (saber as necessidades dos clientes, ter uma relação direta e empregar uma linguagem condizente com o público); mostrar competência ao que se propõe fazer; ter respeito e valorizar cada indivíduo; mostrar credibilidade e transmitir confiança; cumprir aquilo que se disse oferecer; ser criativo na solução de problemas, e demonstrar segurança e eficiência no serviço prestado (SANTOS, KOERICH, 2011).

Para Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985) os clientes elaboram sua visão da qualidade do serviço a partir do que adotam como expectativa e em comparação com o que possuem na realidade. Assim, quanto mais próximo o que foi ofertado estiver da expectativa do cliente, mais satisfeito ele estará com o serviço. De tal modo, o que se espera e o que se experimenta que irá definir a amplitude de qualidade do serviço, e o que difere uma organização de outra é tentar superar os anseios dos clientes, almejando um índice maior de satisfação (SANTOS, KOERICH, 2011).

Nesse sentido, como exemplo de instrumento a ser utilizado para mensurar a qualidade de serviços, podemos citar a escala SERVQUAL, a qual foi desenvolvida e aperfeiçoada por Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985;1988). Essa escala irá avaliar como o cliente percebe a qualidade do serviço, destacando o que está bom e o que precisa melhorar. Essa escala é composta por cinco dimensões que se dissolvem em 44 questões. A escala calcula esse gap, que é a diferença entre a expectativa e as percepções após a utilização do serviço (SANTOS, KOERICH, 2011).

Observa-se então que, assim como a sociedade evolui a percepção dos sujeitos também se altera, adotando novos modelos de qualidade e novos anseios frente a prestação de serviços. Desta forma, nesse novo contexto as empresas precisam evoluir em sua produção, procurando atender ao máximo as expectativas dos clientes, através da redução dos custos e do tempo de fabricação do produto, porém sem diminuir a qualidade e aumentando a produção consideravelmente (SANTOS, KOERICH, 2011).

Womack e colaboradores citados por PAULA et al. (2011) apontam três modelos de produção inicialmente desenvolvidos na indústria automobilística, sendo eles: a produção artesanal, em massa e enxuta.

A produção artesanal foi mais utilizada até a Primeira Guerra Mundial, em que os produtos eram feitos por operários bem qualificados, eram peças únicas e com alto valor, desta forma não haviam estoques (PAULA et al., 2011).

Devido ao alto custo e elevado tempo da produção artesanal, Henry Ford e Sloan da General Motors criaram o modelo de produção em massa, na qual há uma produção em grandes escalas, ou seja, há uma padronização dos produtos e armazenagem de estoques, permitindo uma redução dos preços estipulados aos produtos (PAULA et al., 2011).

Com a produção em massa, os trabalhadores precisam saber somente realizar sua tarefa, ou seja, não se exige tamanha qualificação. Percebe-se uma divisão das tarefas, e uma especialização em determinada função, não havendo alterações e nem novas motivações (PAULA et al., 2011).

Na década de 1970 uma indústria automobilística no Japão desenvolveu o modelo de produção enxuta, também chamada de Sistema Toyota de Produção (STP), para tentar contornar os problemas de altos salários e baixa jornada de trabalho. Nesse modelo mescla tanto princípios da produção artesanal, quanto da produção em massa, pois na produção enxuta os trabalhadores são bem qualificados, porém também são multitarefas, conseguindo realizar muitas funções que lhe são incumbidas (PAULA et al., 2011).

Deste modo, através da manufatura enxuta, podemos perceber que a organização consegue uma maior vantagem competitiva no mercado, pois há uma diminuição de tempo, custo, e desperdícios, em que os níveis de estoques são baixos, devido a produção ser puxada pelo cliente. A manufatura enxuta adota o sistema *just-in-time* que é justamente produzir de acordo com as demandas, ou seja, não há falta e nem exagero na produção, fabricando somente o necessário (PINTO, TORRES JUNIOR, 2012).

Diferentemente da produção puxada (*just-in-time*), a produção empurrada (*just-in-case*) trabalha na lógica de estoques, em que se produz uma determinada quantidade de produto que será estocado até que o cliente solicite por ele. Desta forma, há um maior desperdício, pois não se consegue controlar o que é produzido, não seguindo os princípios de demanda dos clientes (PAULA et al., 2011).

Na produção enxuta há uma diminuição na necessidade de estoques, os prazos para a entrega dos produtos também são menores, há um aumento na produtividade e colaboração de todos os funcionários na busca por uma agilidade na produção com vistas a garantir uma elevada qualidade ao produto. Ou seja, objetiva a lucratividade por meio da eliminação de desperdícios e redução de gastos, diminuindo a margem de erros, através de uma economia de tempo e espaço (PAULA et al., 2011).

Diante isso, cada matéria-prima é armazenada no seu respectivo local de uso, não ficando armazenada em grandes almoxarifados, ou seja, se armazena somente o que se irá utilizar naquele determinado tempo, garantindo maior aproveitamento e qualidade (PINTO, TORRES JUNIOR, 2012).

Podemos observar que o estoque é importante, pois garante o suprimento entre o que é previsto e o que se tem como demanda. Além, de garantir um aproveitamento de transportes e preço baixo, precavendo as incertezas do mercado consumidor (PINTO,

TORRES JUNIOR, 2012).

Observa-se que até mesmo no STP os estoques são necessários, pois cumprem funções estratégicas, por exemplo, ter a pronta entrega um produto irá garantir a satisfação e fidelidade do cliente. Nota-se que um planejamento estratégico no que se diz respeito aos estoques podem garantir uma vantagem competitiva (PINTO, TORRES JUNIOR, 2012).

O STP é um sistema de produção puxada pelo cliente, em que se produz de acordo com o que se vende, buscando atender ao que se tem como demanda naquele momento. Assim, o lead time deve ser reduzido ao máximo, evitando tarefas que sejam desnecessárias e encurtando o tempo de espera dos clientes para receber o produto. Sendo que, lead time é o tempo gasto desde o recebimento do pedido até o término da fabricação do produto e sua entrega (PINTO, TORRES JUNIOR, 2012).

E para que haja uma integração e bom funcionamento de toda a cadeia há alguns elementos que servem como facilitadores, os quais são o *kanban* o qual sinaliza visualmente o que se deve produzir; o *heijunka box* que visa padronizar a produção nivelando as etapas; o *milk run* que acelera a entrega de materiais através de uma entrega única advinda de muitos fornecedores, o *cross dock* que é transportar cargas de diversos fornecedores em um único momento (PINTO, TORRES JUNIOR, 2012), e o *kaizen* em que é a busca por uma melhoria estável e contínua em toda a organização, desde os funcionários até a satisfação dos clientes (PAULA et al., 2011).

O *kaizen* visa eliminar o exagero de produção, valorizando o que se produz a um custo baixo, então há um monitoramento de todas as etapas administrativas, desde o planejamento até o resultado final (PAULA et al., 2011).

Percebe-se assim que, há uma valorização da qualidade do produto, preocupando com essa qualidade em todas as etapas do processo de fabricação, ou seja, nos remete ao conceito de qualidade total, em que não se prioriza somente o resultado final, mas sim todas as etapas da produção, desde a gestão até o chão da fábrica (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

E ao priorizar todas as etapas de produção prezando pela qualidade total do serviço a organização acaba passando por reestruturações em que se deve adotar novos modelos de Gestão da Cadeia de Suprimentos e novas Estratégias de Operações, condizentes com esse novo cenário (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

A gestão da cadeia de suprimentos pressupõe que as organizações da cadeia adotem estratégias que as impulsionem no mercado competitivo, gerando lucros para ambas as partes (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

E a estratégia de operações abrange todos esses aspectos da gestão da cadeia de suprimentos, pois são medidas que visam descrever como a organização funcionará, como os recursos serão investidos em cada operação, além de direcionar as estratégias de planejamento, investimentos e execuções, também redefine missões de acordo com as competências e os recursos da organização (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

Nesse sentido, a estratégia de operações deve sustentar a estratégia competitiva da empresa, em que o sistema de produção irá se comportar segundo essas estratégias, as quais são conhecidas como prioridades competitivas, podendo ser subdivididas em custo, qualidade, entrega, flexibilidade e serviço (GARVIN, 1993).

Percebe-se que, essas prioridades mudam de acordo com cada empresa, e conforme cada tomada de decisão. Sendo que, essa tomada de decisão é chamada de *trade-offs*, o qual pode ser visto de maneira tradicional, cumulativa ou integrativa (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

Skinner (1969) aponta que o *trade-offs* na visão tradicional resulta em escolher uma prioridade competitiva em detrimento de outra. Já para Ferdows e De Meyer (1990) o *trade-offs* é cumulativo, ou seja, as capacidades competitivas podem ser acumuladas e uma ir construindo a outra. E por fim, Da Silveira e Slack (2001) apontam a visão integrativa do *trade-offs*, em que, ambas as capacidades competitivas se complementam e o aumento de uma gera um aumento da outra.

A estratégia de operações envolve então as decisões e o gerenciamento das estratégias dentro da empresa, a fim de atender as necessidades dos consumidores, garantindo um serviço de qualidade (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

Deste modo, a estratégia de operações é muito relevante no que concerne à gestão da cadeia de suprimentos. Sendo que cadeia de suprimentos são todos os negócios interligados que vai desde a matéria-prima ao produto entregue para o cliente (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

Uma boa gestão da cadeia de suprimentos resulta no aumento da satisfação dos seus clientes. Isso porque o produto chega até o consumidor dentro do prazo, na quantidade certa e da maneira como ele espera, sem frustrar suas expectativas (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

Como são muitas empresas que fazem parte da produção, há um desafio no que tange à gestão, pois o processo produtivo não está mais centralizado em um único local. Diante esse novo contexto a Gestão da Cadeia de Suprimentos objetiva integrar as empresas participantes da cadeia, agregando valor ao longo de todos os processos. Percebe-se que a uma coordenação entre todos os componentes da cadeia, e não apenas em uma organização isolada, fazendo uma integração desde os fornecedores até os clientes (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

Apesar de cada empresa da cadeia de maneira isolada ter seus respectivos clientes, a função da Gestão da Cadeia de suprimentos é aumentar a eficiência e o valor do produto final, através da maior sinergia possível entre todos os componentes da cadeia, diminuindo os custos, o tempo de entrega, reduzindo estoques e melhorando a qualidade do serviço, pois a satisfação do cliente é o foco primordial (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

Uma falha ou má comunicação em um componente da cadeia irá afetar todo o resto, então o bom relacionamento e cooperatividade entre as empresas é essencial. Ressaltando que as escolhas que forem feitas irão refletir no futuro, e nas estratégias

a serem tomadas (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

Portanto, em uma organização deve-se priorizar a produtividade com vistas a satisfação de seus *stakeholders*, agregando valor em todas as etapas da produção, visando a redução de custos e desperdícios, diminuição de tempo, e atendimento das necessidades dos clientes, fazendo valer uma gestão pela qualidade total, em que as estratégias adotadas por cada empresa da cadeia de suprimentos sejam complementares e integrativas, reverberando positivamente no produto final (MAIA, CERRA, ALVES FILHO, 2005).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a implementação de políticas que visem o desempenho e desenvolvimento de ações estratégicas irá garantir uma maior vantagem competitiva, e uma diferenciação em relação ao que é oferecido aos clientes, estando acima da média das outras empresas, sendo mais valorizada no mercado.

Percebe-se, então que toda forma de desperdício afeta a qualidade e o valor do produto, assim, a manufatura enxuta visa abolir qualquer prática que afete a cadeia produtiva. Deste modo, evita-se superprodução, produtos defeituosos, tempo de espera, estoques inapropriados, transporte ineficiente, dentre outros fatores.

Assim sendo, cada vez mais as organizações precisam adotar estratégias que aumentem sua vantagem competitiva no mercado, melhorando a satisfação dos *stakeholders*. E estas estratégias devem abranger o sistema de produção, a forma de gerenciar os custos e também as fusões e aquisições, almejando sempre um crescimento econômico e financeiro.

REFERÊNCIAS

CAMARGOS, M. A de.; COUTINHO, E. S. A Teoria da Firma e a Fundamentação Teórica para Fusões e Aquisições: uma Análise de suas Interfaces. **RAC-Eletrônica**, v. 2, n. 2, 2008.

DA SILVEIRA, G.; SLACK, N. Exploring the trade-off concept. **International Journal of Operations Management**, v. 21, n. 7, p. 949-964, 2001.

FERDOWS, K.; DE MEYER, A. Lasting improvements manufacturing performance: in search of a new theory. **Journal of Operations Management**, v. 9, n. 2, p. 168-194, 1990.

FIRTH, M. Takeovers shareholders returns, and the theory of the firm. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 94, n. 2, p. 235-260, 1980.

GARVIN, D. A. Manufacturing Strategy Planning. **California Management Review**, v. 35, n. 4, p. 85-106, 1993.

MAIA, J. L.; CERRA, A. L.; ALVES FILHO, A. G. Inter-relações entre estratégia de operações e gestão da cadeia de suprimentos: estudos de caso no segmento de motores para automóveis. **Gestão & Produção**, v. 12, n. 3, p. 377-391, 2005.

MARTINS, R. A.; COSTA NETO, P. L. de O. Indicadores de desempenho para a gestão pela qualidade total: uma proposta de sistematização. **Gestão & Produção**, v. 5, n. 3, p. 298-311, 1998.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, Valarie A.; BERRY, Leonard L. A conceptual model of service quality and its implications for future research. **Journal of Marketing**, v. 49, p. 41-50, 1985.

_____. SERVQUAL: A multi-item scale for measuring consumer perceptions of service quality. **Journal of Retailing**, v. 64, n. 1, p. 12-40, 1988.

PAULA, A de.; CRUZ, A. F da.; PIMENTA, D. P.; CUNHA, M. F da. **Produção Enxuta x Produção em Massa: Um Estudo Comparativo em Empreendimentos Imobiliários no Distrito Federal**. XIV SemeAd, Seminários em Administração, 2011, 15 p.

PINTO, R. A. Q.; TORRES JUNIOR, A. S. **Do TOC à Manufatura Enxuta: Um Estudo De Caso De Mudança Estratégica**. XV SemeAd, Seminários em Administração, 2012, 17 p.

SANTOS, L dos.; KOERICH, G. J. **Qualidade dos serviços de uma indústria têxtil na percepção de seus clientes varejistas: uma aplicação do modelo SERVQUAL**. XIV SemeAd, Seminários em Administração, 2011, 13 p.

SKINNER, W. Manufacturing – Missing Link in Corporate Strategy. **Harvard Business Review**, v. 47, n. 3, 1969.

A FOTOGRAFIA NOS ARQUIVOS: UM BREVE ESTUDO SOBRE A NECESSIDADE DE UMA GESTÃO DOCUMENTAL

Luciene de Castro Braga

Arquivista e Bibliotecária pela Escola de Ciência da Informação (UFMG).

Belo Horizonte - Minas Gerais

Alessandro Ferreira Costa

Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte - Minas Gerais

RESUMO: O presente artigo versa sobre a legitimação da fotografia enquanto documento arquivístico, passível e necessário de todos os cuidados dispensados aos chamados documentos “tradicionais”. Para tanto, apresentamos estudo de caso sobre materiais fotográficos em espaços arquivísticos, baseando-nos tanto nos procedimentos operacionais observados no arquivo de uma instituição especialista na geração e no comércio de conteúdos fotográficos e editoriais, quanto na literatura da área. Considerados os óbices ora identificados e amparados pelo contexto teórico, apresentamos conjunto de quatro ações práticas que objetivam otimizar o trabalho arquivístico da instituição e do setor de arquivo, elaboradas e desenvolvidas no decorrer do ano de 2015, vinculadas ao trabalho de conclusão do curso de graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Minas Gerais. O resultado final das ações desenvolvidas na

empresa alcançou uma dimensão institucional de grande valia ainda que, bem o sabemos, muito há que se percorrer no encontro daquilo que é perseguido como ideal.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia. Arquivo. Gestão arquivística.

PHOTOGRAPHY IN THE ARCHIVES: A BRIEF STUDY ON THE NEED FOR DOCUMENT MANAGEMENT

ABSTRACT: The present article is about the legitimacy of the photograph as document archival, liable and required of all care provided to so-called “traditional” documents. Therefore, we present a case study on photographic materials in archival space, based on both operational procedures observed in the file of a specialist institution in the generation and trade of photographic and editorial content, as in the literature. Considered now identified obstacles and supported by theoretical context, we present set of four practical actions aimed at optimizing the archival work of the institution and the file sector, prepared and developed during the year 2015, related to the work of completing the degree course Archivology in the Universidade Federal de Minas Gerais. The end result of the actions developed in the company reached an institutional dimension of great value though, as

we know, there is much to go in meeting what is pursued as ideal.

KEYWORDS: Photography. Archives. Records Management.

1 | INTRODUÇÃO

Em sua prática diária, arquivistas vêm se deparando com a presença de novos formatos e tipos de documentos nos ambientes de arquivos. Neste contexto, o presente trabalho versa sobre a legitimação da fotografia enquanto documento arquivístico, passível e necessário de todos os cuidados dispensados aos chamados documentos “tradicionais”. Para Marilena Paes (2004), os acervos fotográficos compõem aquilo que se convencionou chamar de arquivos especiais, constituído por documentos de formas físicas diversas e, “[...] por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc.” (PAES, 2004, p.22). Neste sentido, o presente artigo pretende expor conjunto de reflexões decorrentes da vivência profissional em meio a arquivos fotográficos e a sintonia desta atividade com a literatura da área. Para tanto, apresentamos breve estudo de caso sobre a fotografia nos arquivos, baseando-nos nos procedimentos operacionais observados na empresa X Imagens e em seu arquivo fotográfico (natodigital). No intuito de se salvaguardar o direito de imagem da Instituição onde fora realizado esse trabalho, optamos por aqui suprimir a primeira parte do seu nome, então grafado apenas por *X Imagens*.

Este relato, devidamente fundamentado por pesquisa teórica, é consequência do trabalho realizado junto ao Estágio Supervisionado em Arquivologia, no curso de graduação homônimo, ofertado pela Escola de Ciência da Informação da UFMG, no decorrer do ano de 2015.

2 | A EMPRESA

Sediada na cidade de Belo Horizonte - Minas Gerais, a empresa X Imagens foi fundada no ano de 2003 e inserida no seguimento de mercado responsável pela geração e comércio de conteúdos fotográficos e editoriais. Com ampla atuação no mercado fotográfico documental, editorial e corporativo brasileiro, a X Imagens colabora com os principais veículos da imprensa nacional, mantendo também, a sua própria editora. Sua estrutura organizacional conta com um acervo fotográfico constituído por mais de 800 mil imagens (dados referentes ao ano de 2015), além de outras 20 mil fotografias disponíveis online, passíveis de consulta e compra. Para a pesquisa do material fotográfico, tanto por parte dos usuários internos (sócios, empregados e colaboradores) como dos usuários externos (clientes), a empresa faz uso da plataforma de criação de sites *Photoshelter*, que permite a catalogação das imagens produzidas e o seu gerenciamento comercial.

A empresa conta com uma equipe multidisciplinar responsável pelas atividades de fotografia, manutenção de banco de imagens e do arquivo audiovisual, atendimento, administração, integração de conteúdo às mídias digitais e planejamento de grandes projetos autorais; além dos parceiros que realizam trabalhos para a agência. Especificamente em seu arquivo, à época, apenas uma bibliotecária ali atuava, sendo esta responsável pelo recebimento, organização, identificação e acesso às imagens do arquivo da empresa, e ainda, pela gestão do próprio banco de imagens... Uma evidente sobrecarga de atividades dada a complexidade de sua natureza.

2.1 O arquivo

A partir do trabalho/pesquisa realizado na X Imagens foi-nos possível perceber que o seu arquivo era resultado de um processo natural institucional: não fora criado a partir de um planejamento deliberadamente preconcebido e os documentos ora guardados são, em sua quase totalidade, de origem natodigital. O setor de arquivo é um dos poucos que tem uma área exclusiva na rede interna de computadores e o seu conteúdo possui acesso restrito ao responsável pelo acervo e a um dos sócios. Isso se deve a problemas anteriores com perdas de documentos fotográficos, o que motivou a empresa a limitar o acesso à base digital de conteúdo visual somente àqueles que trabalham diretamente com a sua gestão, evitando assim o descarte irresponsável - por vezes irreparável - de documentos representativos.

Além dos documentos fotográficos e também videográficos (extensões JPG, DNG, CR2, TIFF e MOV), o arquivo possui ainda uma pequena, mas, importante parte do seu acervo formado por cromos e negativos (cerca de 900 unidades, segundo a responsável), DVDs (aproximadas 790 mídias aguardando o descarte visto que o seu conteúdo já fora transferido para fitas LTO) e autorizações de uso de imagem (ano de referência: 2015). Conceitualmente, o arquivo pode ser assim estruturado:

- a. INSTITUCIONAL: subdividido em arquivo pregresso, que responde pelas fotografias mais antigas produzidas antes da política de gestão de documentos e legendamento (fase de descrição de metadados nos campos obrigatórios das fotografias - autoria, título, data, local, contextualização da imagem, etc -. Essa etapa é essencial no processo produtivo da empresa e do arquivo, principalmente na busca e recuperação de informações das imagens) e o arquivo corrente, referente às fotografias mais recentes (que já possuem legendamento padrão e estão dentro da nova política de gestão);
- b. COMERCIAL: Banco de Imagens (BDI). Disponibilizado para a busca e *download* online, é uma grande coleção de fotografias que retratam o Brasil em seus aspectos sociais, culturais e naturais. Possui um legendamento mais detalhado e tradução para a língua inglesa.

Apesar de possuir um fluxo de trabalho bem definido, a empresa não segue um padrão de descrição de materiais fotográficos reconhecido pela literatura do campo,

elaborando a sua própria metodologia (arquivamento, descrição e nomeação dos documentos) a partir das necessidades dos seus clientes, bem como a sua.

3 | PROBLEMA & OBJETIVO

A falta de obediência a qualquer padrão ou princípio arquivísticos, no que compete à gestão dos seus conjuntos documentais, reflete no arquivo da X Imagens uma constante que ainda persiste por entre as instituições produtoras de conteúdo disponível em imagens fixas e/ou em movimento: a ideia simplista de que procedimentos de guarda documental surgem espontaneamente. Neste sentido, o estudo aqui relatado evidencia uma série de óbices que serviram de ponto de partida para a análise e prospecção de ações arquivísticas passíveis de serem implementadas na instituição, enquanto fator de competitividade estratégica:

- Número reduzido de profissionais disponíveis ao setor de arquivo;
- Uso ainda incipiente de vocabulário controlado;
- Falta de estabelecimento de uma política de indexação padronizada;
- Falta de padronização nos campos de descrição das fotografias que identifiquem as propostas das imagens;
- Identificação e nomeação ineficiente das fotografias pelos fotógrafos;
- Duplicação de fotografias na rede;
- Inexistência de uma política de preservação ou tratamento dos cromos e negativos da empresa que representam parte da história da instituição e ainda utilizados;
- Falta de um estudo pormenorizado de migração das fotografias natodigitais para o tipo DNG (*digital negative*);
- Armazenamento impróprio das fitas LTO (*linear tape-open*) de backup, o que pode acarretar em perda de dados em médio prazo;
- Inexistência de uma norma-padrão para a quantidade de fotografias a serem mantidas no servidor, o que acarreta sobrecarga do sistema e, por vezes, ocupação desnecessária de espaço na rede;
- Inexistência de uma política de descarte: muitas fotos são excluídas aleatoriamente.

Considerando o acima descrito, entendemos que a base do problema de pesquisa é a dificuldade de se gerenciar, de forma plena e responsável, o acervo fotográfico da instituição para os seus devidos fins. Neste contexto, o objetivo do trabalho realizado no decorrer do Estágio Supervisionado em Arquivologia foi a elaboração e a aplicação de ações pontuais que contribuíssem na melhora consistente de métodos e processos que garantiriam amparo ao trabalho arquivístico naquele arquivo.

Na oportunidade, cabe-nos ressaltar que a busca por informações que

fundamentassem a elaboração desse trabalho revelou-nos uma literatura ainda escassa e incipiente sobre arquivos fotográficos (em especial os natodigitais), o que implica no inexorável esforço da comunidade arquivística no desenvolvimento de trabalhos que possam, a seu devido tempo, subsidiar de maneira mais concreta aquele campo de atuação do profissional.

4 | REFERENCIAL TEÓRICO

Como ponto de partida à nossa reflexão, lembremos o que cita Theodore Roosevelt Schellenberg acerca do conceito de documentos arquivísticos:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias, ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2000, p.41).

Segundo Ana Cristina de Albuquerque (2006) o documento fotográfico é “a representação de uma época e reflexo do desenvolvimento da sociedade” (ALBUQUERQUE, 2006, p.38). Ainda, de acordo com a autora:

Apresentando-se em forma de registro de uma realidade humanizada pela presença do ser humano no ato fotográfico - sua referencialidade versus subjetividade - a fotografia apresenta seu caráter contraditório, ambíguo e até mesmo precário, como aponta Scharffer (1996). Sua produção e recepção de um lado nos levam a uma abordagem subjetiva e de outro, prático, o que a faz agir de vários modos na história, sendo uma delas como documento, transpondo para um suporte bidimensional a realidade e atestando fatos e pessoas (ALBUQUERQUE, 2006, p.48).

Complementando, Vera Bocatto e Mariângela Fujita (2006) citam que:

A palavra fotografia tem origem no idioma grego e significa escrever com a luz (foto = luz e grafia = escrita). Nesse sentido, o significado da própria palavra já a nomeia como documento. A fotografia registra um momento, um instante do passado, do presente de nossas vidas, constituindo a construção da história, da cultura, da educação de uma sociedade (BOCATTO e FUJITA, 2006, p.86).

Por fim, para a pesquisadora Maria Eliza Linhares Borges (2005):

[...] Tomada em espelho do real, a fotografia dispensa o emprego de metodologias capazes de fazê-la falar. Assim concebida, o tratamento dado à fotografia é o mesmo que os historiadores do século XIX davam aos documentos por eles considerados como fonte de pesquisa histórica (BORGES, 2005, p.16).

Desde a sua criação, a fotografia mostrou-se um meio distinto com que indivíduos expressam as suas narrativas, suas próprias histórias, mantendo “vivas” as suas lembranças. Voluntário ou involuntariamente, esse comportamento acabou por conferir à fotografia uma característica - ou valor - documental, carregada de informações passíveis de leitura, interpretação e geração (ou não) de novos conhecimentos. Para

Bocatto e Fujita (2006):

Nesse sentido, os documentos imagéticos como fonte de informação cumprirão o ciclo informacional, isto é, a partir da produção intelectual, a informação passará por um processo que abrange várias etapas como a edição, a seleção, a aquisição, o processamento técnico, a armazenagem e a estocagem, a disseminação, a recuperação e a utilização da informação (BOCATTO e FUJITA, 2006, p.88).

Não há como questionar que os documentos fotográficos representam, como afirma Albuquerque (2006):

um elemento quase que indispensável para pesquisas. É usado para observações de culturas e povos juntamente a diários de campo pela antropologia, para diagnosticar doenças com fotografias científicas no caso da medicina, verificar as mudanças numa cidade, suas construções e urbanização na arquitetura, como objetos de valor histórico pela sociologia e historiografia. Estes são apenas alguns exemplos da importância do documento fotográfico para, junto à textos escritos, ajudar a entender fatos do presente ou do passado (ALBUQUERQUE, 2006, p39).

Ainda que consideradas todas as questões anteriormente expostas, o caráter/natureza arquivístico da fotografia não é ainda uma unanimidade por entre especialistas da área. Aline Lacerda (2008) cita em sua tese de doutorado que:

Para dar conta da tarefa de discutir a fotografia defendendo a sua natureza arquivística, passível de ser compreendida por meio do contexto de produção desses documentos em situações originárias específicas, procuramos construir um diálogo com estudos que se voltaram, às vezes de forma tangencial, outras vezes de forma direta, à problemática das fotografias nos arquivos, à defesa ou negação de seu caráter de documento arquivístico, à discussão de suas diferenças - sua constituição como registro, sua forma de expressão, os limites de sua contextualização - em relação aos documentos "típicos" de arquivo. Esses estudos mais recentes se desenvolveram a partir da perspectiva teórica e metodológica que a análise diplomática oferece como instrumento válido para se entender o estatuto documental de registros no mundo contemporâneo, no qual a própria materialidade dos documentos não se apresenta mais nos moldes tradicionais, como é o caso dos documentos eletrônicos (LACERDA, 2008, p.79).

Nesse contexto, expressa a autora que a ascensão da fotografia ao status de documento de arquivo:

seria consequência da extensão do conceito de arquivo, proveniente da perspectiva francesa de incluir, no conceito tradicional dos testemunhos de gestão e atividade institucional, qualquer testemunho da memória coletiva e individual (LACERDA, 2008, p.88-89).

De qualquer maneira, como o citam José Antonio Moreira Gonzáles e Jesús Robledano Arillo (2003), não há como desconsiderar o exponencial aumento do volume deste tipo de documento, para fins de armazenamento, em centros especializados na sua guarda e difusão. Neste sentido, cabe o esforço coletivo na busca por respostas que atendam o cerne da questão: como lidar com este cenário?

A acumulação progressiva dos documentos com o passar do tempo, a falta de critérios de seleção documentária que permitam manter um volume equilibrado de fundos e a necessidade de adaptação desses centros à demanda de informação gráfica em contínuo crescimento explicam tal fato. A imagem apresenta cada dia maior importância como meio de expressão em nossa sociedade, o que provoca

5 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A vivência no arquivo fotográfico da empresa X Imagens provou-se importante ferramenta tanto no processo de reflexão sobre a condição de acervos documentais fotográficos natodigitais no mercado produtor, como também, na elaboração e proposição de ações práticas que possam estabelecer um direcionamento para a reversão do cenário observado. Neste sentido, propusemos uma linha metodológica de trabalho executada entre os meses de abril e dezembro de 2015, abaixo detalhada.

No período de abril a junho foi realizado trabalho *in loco* no qual foi-nos possível o melhor entendimento sobre a instituição em seus pormenores. Mesmo possuindo experiência anterior junto àquela empresa (já atuara profissionalmente ali em outra oportunidade), esse novo contato mostrou-se de suma importância para que pudéssemos traçar um perfil amplo e complexo da instituição, considerando o olhar dos seus sócios, colaboradores e clientes. Para o início dos trabalhos, foi realizada uma pesquisa sobre a X imagens e o seu percurso histórico, reunindo informações relevantes sobre a sua estrutura administrativa e física, áreas de atuação, atividades e serviços prestados, segmento de mercado; oportunizando-nos compreender os caminhos e as decisões tomadas pela empresa e o impacto deste todo complexo sobre o seu arquivo, em todas as suas variáveis. Considerando a realidade do arquivo, foram sugeridas ações arquivísticas que pudessem melhorar o desempenho das atividades atribuídas ao setor, a partir de critérios harmônicos entre prática e teoria.

Durante o período de julho a dezembro do mesmo ano, iniciamos os procedimentos práticos propriamente ditos, junto à instituição. Para tanto, realizamos ampla pesquisa teórica que fundamentasse o percurso histórico da fotografia, as características intrínsecas e extrínsecas do documento fotográfico, a inserção da fotografia como objeto de trabalho em arquivos, e os cuidados específicos demandados para o tratamento e gestão adequados a materiais fotográficos natodigitais. Em um segundo momento, a vivência prática no arquivo fotográfico permitiu-nos o acesso a dados estratégicos que revelaram uma face importante da empresa e do arquivo, a partir de um estudo de usuários realizado pela responsável direta do setor que tão bem caracterizou o perfil dos consulentes e de suas demandas em relação ao arquivo.

Ao estudado, pôde-se concluir sobre a necessidade de projetos/ações que garantissem melhor desempenho nos procedimentos de recuperação dos documentos ora solicitados. Para tanto, foi escolhido um conjunto de quatro ações práticas que pudessem, ao menos, se caracterizar como um embrião de procedimentos no contexto organizacional da X Imagens.

6 | RESULTADO FINAL: AÇÕES PRÁTICAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Considerando todo o exposto até o momento e com o suporte irrestrito da profissional responsável pelo arquivo, conforme supracitado, quatro foram as ações escolhidas nesta fase de desenvolvimento de trabalhos. A primeira destas ações foi a reestruturação e atualização do **manual básico de padronização do legendamento de imagens**, seguida pela criação da chamada **caderneta de campo** e o **treinamento** dos fotógrafos e parceiros da X Imagens. Foi realizada, ainda, em conjunto com a responsável pelo setor, uma última ação prática a qual chamamos **pauta BDI**, que tem como foco estratégico a melhora do conteúdo disponível no banco de imagens da empresa.

6.1 Manual básico de padronização do legendamento de imagens

Podemos compreender o conceito de manual enquanto documento que dispõe de informações necessárias à operacionalização de equipamentos ou mesmo a realização de tarefas as mais diversas. Seja ele sucinto ou descrito minuciosamente, tem o intuito de delinear métodos, procedimentos, bem como a própria organização de áreas de uma empresa, apresentando ao usuário aspectos relacionados à sua rotina.

Considerada a importância deste tipo de documento, realizamos a reformulação daquele já existente na instituição, adequando-o às novas demandas do arquivo e de seus usuários. O “manual básico” passou a apresentar, passo a passo, os procedimentos mais adequados para a transferência, nomeação e padronização do legendamento das fotografias para os servidores do arquivo, tornando mais fácil e ágil a recuperação de documentos fotográficos ali guardados.

Este manual foi elaborado com o principal objetivo de fornecer informações sobre o processo de captura e legendamento das imagens. Mostrando as melhores formas para que o processo seja mais prático e ágil, deste modo evitando problemas como os identificados abaixo: • Identificação inadequada dos trabalhos realizados (introdução de caracteres especiais na descrição das fotos, pouca informação, falta de um padrão na nomenclatura dos arquivos, entre outras falhas); • Separação de imagens em muitas subpastas; • Pouca comunicação com os arquivistas; • Falta de controle do material arquivado; • Sobreposição de pastas; • Acúmulo de pastas no servidor (X IMAGENS, 2015, p.3).

Ainda, segundo o documento

As pessoas responsáveis pela captura e identificação das imagens devem seguir alguns procedimentos, estes são citados abaixo. Obrigações dos fotógrafos parceiros: • Sempre que possível o fotógrafo parceiro deverá manter seus dados atualizados na **X Imagens**, email, Skype, telefone e etc.; • Fazer a utilização correta da caderneta de campo; • Fazer o legendamento das fotos e a marcação do material que integrará o Banco de Imagens [...] (X IMAGENS, 2015, p.3. Grifo nosso).

Sobre o legendamento das fotografias, define o manual que:

O campo “Caption” é destinado para a descrição completa da imagem. Na primeira linha, deve constar a localidade (cidade e estado) e a data com o dia, o mês por extenso, e o ano. Na segunda linha, o cliente e o trabalho em questão,

separados por underline. Em seguida deve-se inserir a descrição detalhada com informações que esclareçam o conteúdo da imagem. Esta descrição deve conter vírgulas e pontos finais, mas aspas e outros elementos de texto (caracteres especiais) não devem ser usados. No caso de utilizar um nome próprio, de um local ou de espetáculo, por exemplo, usar Maiúscula no início das palavras. O fotógrafo deverá, obrigatoriamente, inserir o contato dos personagens fotografados quando houver, na caderneta de campo e inserir no campo “Special Instruction” o número da proposta que está relacionada com a foto. Na última linha, deve ser colocado o crédito da imagem, com a palavra Foto em Caixa Alta e Caixa Baixa, e o nome do fotógrafo, sempre em Caixa ALTA (X IMAGENS, 2015, p.11).

6.2 Caderneta de campo

A caderneta de campo é uma ferramenta criada para auxiliar o fotógrafo em seu trabalho diário. Inicialmente projetada para o uso em formato digital, de maneira a facilitar anotações e transferência de dados, acabou sendo mantida no formato impresso por solicitação direta dos fotógrafos. Conceitualmente, a caderneta é a “memória” registrada das informações mais relevantes referentes a uma fotografia capturada, acessível a qualquer momento, e importante auxiliar na identificação desses documentos quando da transferência ao banco de dados.

Sua concepção visa atender um conjunto de demandas como sistematização, organização e armazenamento de informações provenientes de levantamentos de campo. [...] A caderneta de campo é uma ferramenta essencial às interpretações realizadas nas etapas de captura fotográfica e na identificação das imagens após a conclusão do trabalho. Ao se preparar uma caderneta, deve-se sempre ter em mente que ela é feita para auxiliar não só quem a preencheu, mas também outros profissionais que irão ter acesso ao material [...] (X IMAGENS, 2015, p.17).

A caderneta é um documento, portanto, deve conter informações críveis, precisas e detalhadas, atendo-se ao que há de mais representativo para a descrição do produto e do momento fotográfico, como nomes de indivíduos, locais e contatos pessoais. As anotações são feitas à tinta, preferencialmente nas cores azul ou preto, resistente à água, de forma a garantir o máximo de sobrevivência dos dados ora registrados; e com grafia legível. Deve-se a todo o custo evitar quaisquer tipos de rasuras que possam gerar margem de incerteza durante a oportuna leitura do documento.

6.3 treinamento

É notório que a promoção de ações de treinamento - bem como a sensibilização da instituição sobre a importância do arquivo enquanto espaço privilegiado de informação - deve atingir não apenas o corpo de pessoal diretamente envolvido nas atividades inerentes ao arquivo, mas também, todos aqueles que direta ou indiretamente fazem uso dos serviços ali prestados. Observada esta orientação, o treinamento foi realizado, no ano de 2015, em duas etapas: a primeira com os fotógrafos da empresa e a segunda com os fotógrafos parceiros, apresentando de forma detalhada o método de utilização do *Manual básico de padronização do legendamento de imagens*, da *caderneta de campo* e da *pauta BDI* (definida a seguir). Apesar de a proposta original contar apenas com duas etapas de treinamento, registramos aqui que muitos dos

problemas operacionais observados durante a realização do estágio seriam facilmente sanados com a manutenção de uma rotina destas atividades na empresa, ampliando o seu escopo aos demais funcionários/usuários do arquivo. Contudo, antes se faz necessária a mudança do comportamento organizacional e visão de negócio da própria instituição.

6.4 pauta BDI

A *pauta BDI* é um documento produzido pela equipe do arquivo diante da necessidade de melhores aquisições fotográficas para o banco de imagens (BDI) da empresa. Resumidamente, ao ser informado por um fotógrafo de sua agenda de viagens, o arquivo elabora uma pesquisa detalhada sobre o(s) local(is) visitado(s) pelo profissional orientando o mesmo sobre possíveis espaços físicos, elementos visuais ou eventos de potencial interesse fotográfico ao setor e para o BDI da X Imagens. Com estas informações em mãos, o fotógrafo realiza a coleta de conteúdos para a sua posterior transferência à empresa.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho evidenciou-nos a crescente importância das fotografias no contexto dos arquivos: não podem ser relegadas a meros documentos acessórios e necessitam de estudos específicos, com metodologias próprias de gestão, que garantam a sua preservação e acesso contínuo. A vivência prática na X Imagens possibilitou-nos a compreensão efetiva daquilo que Miriam Paula Manini (2008) expressa:

A existência de materiais fotográficos nos arquivos coloca a fotografia numa dupla perspectiva: em primeiro lugar, deve ser tratada como qualquer outro gênero documental no que tange às regras, métodos e técnicas de Arquivística, sem perder de vista, contudo - e principalmente - suas características diferenciadoras enquanto forma de registro, conteúdo imagético e não escrito e linguagem que usa para narrar o fato/pessoa/local que documenta (MANINI, 2008, *in* BARTALO e MORENO, 2008, p.180).

Tal como cita Andrea Moreno e Verona Campos Segantini (2013):

A fotografia, assim, não é reprodutora, mas produtora de muitas realidades. Ao ser interrogado, esse documento não pode responder ao “o que aconteceu”, mas o que foi escolhido para representar um tempo e um espaço. Não um tempo contínuo, mas um tempo “congelado”. Não um espaço extensivo, mas um fragmento (MORENO e SEGANTINI, 2013, *in* LINHARES e NASCIMENTO, 2013, p.104).

Políticas de descarte, conservação e guarda, entre outras práticas arquivísticas aplicadas aos documentos fotográficos, merecem o devido destaque nas pautas de reuniões e eventos do campo. Ainda que a literatura sobre as fotografias no contexto dos arquivos - em especial as de origem digital - ainda caminhe “timidamente” em meio a outros conteúdos, percebemos uma preocupação crescente por parte de

pesquisadores sobre o futuro desse tipo de documento nos espaços arquivísticos. Ensejo para novos estudos e trabalhos sobre o tema.

O resultado final das ações desenvolvidas na empresa X Imagens alcançou uma dimensão institucional de grande valia, porém, bem o sabemos que ainda há muito que se percorrer no encontro do ideal. A tomada de consciência de que todo trabalho arquivístico começa na geração do documento ainda é tarefa árdua de se fazer compreendida, mas é aquilo que também, paradoxalmente, nos mantêm motivados ao ofício.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2006.

BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (Org.). **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica**. Cadernos BAD, Lisboa, n. 2, p. 84-100, 2006.

BORGES, Maria Elisa Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GONZÁLEZ, José Antonio Moreira; ARILLO, Jesús Robledano. **O conteúdo da imagem**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2008.

LINHARES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um centro de memória**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.103-115.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

X IMAGENS. **Manual básico de padronização do legendamento de imagens**. Belo Horizonte: X Imagens, 2015.

A MEMÓRIA É REFLETIDA EM UM ACERVO OU UM ACERVO REFLETE A MEMÓRIA? A QUESTÃO DA MEMÓRIA NO ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT

Bárbara Cristina Barbosa Pinto da Silva

RESUMO: O presente trabalho visa discutir as questões em torno da memória, tendo como base o Arquivo Pessoal de Santos Dumont. A intenção é trazer algumas discussões ocorridas em sala de aula, durante a disciplina *Arquivo, Memória e Patrimônio*, tendo como base alguns dos textos lidos. Importante ressaltar que o foco será discutir memória a partir do acervo do pai da aviação, ou seja, que memória é esta que pode ser vista, a partir das fotografias e dos recortes de jornal presentes no acervo? Qual seria o desejo de Santos Dumont ao reunir estes documentos?

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Arquivo Pessoal. Santos Dumont

ABSTRACT: The present work aims to discuss the issues around memory, based on the Personal Archive of Santos Dumont. The intention is to bring some discussions that occurred in the classroom, during the discipline File, Memory and Heritage, based on some of the texts read. It is important to emphasize that the focus will be on discussing memory from the aviation father's collection, that is, what memory is this that can be seen from the

photographs and newspaper clippings present in the collection? What was Santos Dumont's desire to gather these documents?

KEYWORDS: Memory. Personal archive. Santos Dumont

Para darmos início a discussão¹, apresentaremos o acervo e como este foi organizado. Apresenta-se a seguir, portanto, a história do arquivo ou a trajetória da gestão física e do movimento dos documentos ao longo do tempo. De acordo com Millar

A história dos arquivos, talvez mais precisamente denominada de proveniência, seria a história dos próprios documentos: como foram criados e utilizados; quem tinha a sua posse e quando; para onde foram deslocados e por que; se algum documento foi perdido e ou transferido, aprimorado e alterado, incluindo o motivo, e o tempo em que foram recolhidos à custódia. (MILLAR, 2015, p. 14)

Durante o período em que estive na França, mais precisamente nos anos de 1898 a 1904, Santos Dumont contratou os serviços de empresas especializadas em reunir matérias de jornais. As empresas contratadas estavam sediadas em três países: França, Estados e

1. Todas as informações referentes ao acervo de Santos Dumont foram fornecidas por familiares. Nas referências, será possível encontrar a publicação mais recente da família sobre tal acervo.

Inglaterra.² Qualquer artigo, ilustração ou notícias de jornais de Paris, Nova Iorque e Londres sobre assuntos aeronáuticos ou sobre a vida particular dele eram coletados e enviados ao brasileiro. Eram-lhe enviadas, principalmente pelo *Courrier de La Presse*. A maioria destas matérias continha notícias sobre as atividades do próprio Santos Dumont, principalmente nos anos de 1901 e 1902.

Dessa forma, diversos documentos foram reunidos. Não só os jornais, mas ainda algumas outras espécies documentais, e Santos Dumont trouxe a referida documentação para o Brasil, mais precisamente sua residência em Petrópolis, a Encantada. Este arquivo permaneceu lá até o seu falecimento. Ao eclodir a Revolução Constitucionalista de 1932, a parte da família que residia em São Paulo, cidade que foi mais duramente atingida, recebeu uma invasão e extravio dos pertences pessoais que se encontravam na casa de Petrópolis, pois ela ficava desguarnecida de segurança. O Sr. Jorge Toledo Dodsworth, casado com a sobrinha de Santos Dumont, Sophia Dumont, e pai de Sophia Helena, preocupado, trouxe os referidos pertences, e dentre eles, um baú de vime fechado com os “papéis” de Santos Dumont, que foi depositado no porão da sua residência no Flamengo – RJ, e lá permaneceu por mais de 30 anos.

Com o falecimento do Dr. Jorge Toledo Dodsworth, sua viúva, a Sra. Sophia Dumont, sobrinha de Santos Dumont, resolveu desfazer-se da residência. Nesta ocasião, em 1969, o baú foi reencontrado e deixado sob a guarda do Exmo Sr Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley, casado com a filha do Sr. Jorge Toledo, Sra. Sophia Helena.

“Após o falecimento do meu avô, minha avó começou a desmontar a casa. Pedi então a meu pai que fosse ao porão ver um cesto de vime que continha, segundo ela, uma série de papéis antigos. Era para ele ver o que prestava e jogar fora o que não prestasse”, conta Alberto Dodsworth Wanderley, filho do brigadeiro e de Sophia Helena e sobrinho-bisneto de Santos-Dumont. “Quando meu pai viu que aquilo não era papel velho, que ali havia recortes de jornal do mundo inteiro com notícias relacionadas a Santos-Dumont, ele disse à minha avó que ia recolher tudo. Como historiador que era, reconheceu aquele material como documentos históricos e se interessou em fazer ele mesmo sua classificação.” (Depoimento do Sr. Alberto Dodsworth ao Estadão)

Ainda de acordo com depoimento do Sr. Alberto, o Ten Brig Lavenère, seu pai, separou e limpou o material e passou a organizá-lo em ordem cronológica, dividido por assuntos. “Depois meu pai encadernou todo esse acervo e botou à disposição de pesquisadores.” Entusiasta dos feitos de Santos-Dumont, o Ten Brig Lavenère deixou em páginas datilografadas detalhes de seu trabalho de coleta, organização e manutenção do acervo: “Nos três anos que se seguiram, fiz a limpeza, a recuperação, nova colagem dos recortes de jornais nas respectivas etiquetas e a sua arrumação por ordem cronológica e por assuntos”, escreveu, conforme registro em documento, disponível na coleção Santos Dumont. “A coleção de recortes de jornais que se achavam na casa *A Encantada*, em Petrópolis, depois do falecimento de Santos-Dumont, abrange os anos de 1899 a 1903, isto é, o período em que Santos Dumont

2. É interessante destacar que cada um desses países trata Santos Dumont de forma distinta. E mesmo que houvesse algum deboche publicado sobre ele, este não foi desconsiderado e reunido por ele.

se dedicava aos seus balões. A referida coleção não cobre o período em que o grande inventor brasileiro estava dedicado à resolução do problema do voo do mais pesado que o ar.” No total, o brigadeiro Lavenère-Wanderley encontrou nas malas esquecidas no casarão do Flamengo 133 recortes de jornal de 1899, 203 de 1900, 7.689 de 1901, 3.995 de 1902 e 608 de 1903. O aumento da quantidade em 1901 e 1902 se explica pela sequência de feitos de Santos-Dumont no período que o oficial definiu como o “mais glorioso de sua carreira, quando a população de Paris, da França e de todo o mundo civilizado acompanhava, empolgada, as suas sensacionais experiências sobre a dirigibilidade dos balões”. (Depoimento do Sr. Alberto Dodsworth ao Estadão)

O Brigadeiro, nos três anos subseqüentes, cuidou dos documentos, organizando-os em cinco volumes encadernados que juntos possuem em torno de 2200 unidades documentais, testemunhos da trajetória de Santos Dumont durante os anos de 1899 a 1903. Os registros posteriores a essa data foram conseguidos e reunidos pelo Exmo Sr Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley, enriquecendo o acervo.

“Já a seleção da documentação preservada nos arquivos pessoais é evidentemente marcada pela subjetividade de seus produtores, afetada ainda, em boa parte dos casos, pela intencionalidade desses – e de todos que manipularam a documentação antes de sua organização arquivística. Por meio de tais documentos, os produtores promovem a construção de uma memória “desejada”, garantindo assim a transferência à posteridade de determinados fatos ou visões legitimados por essa documentação” (ABELLÁS, 2012, p. 76)

É interessante destacar que, mesmo com a manipulação do acervo por parte de familiares de Santos Dumont, mesmo as matérias de jornal que poderiam, por exemplo, ter algo de comprometedor ao aviador, como as reportagens com um certo tom de chacota dos jornais americanos, estas não foram retiradas do acervo. Mesmo esses documentos fazem parte da memória do aeronauta. Entendo que este era realmente o desejo de Santos Dumont, construir e disseminar a memória dele como realmente foi construída.

Destaca-se a importância de se realizar novas entrevistas com os doadores de acervos, independentemente de o arquivista ter certeza do tratamento dado ao acervo, previamente a doação. Sempre haverá informações relevantes a serem apresentadas e destacadas que poderão, ainda, fechar um quebra cabeças com lacunas. Como eu cheguei ao Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) apenas em 2014 e o arquivo pessoal já havia sido doado há 10 anos, eu não tinha tantos detalhes com relação ao acervo previamente a doação, a não ser o conhecimento adquirido com a leitura da biografia do produtor, documentos do Projeto Acervo Santos Dumont e artigos publicados sobre o produtor em apreço. Porém, com a realização da entrevista do Sr. Alberto Dodsworth, sobrinhos bisneto de Santos Dumont ao Jornal O Estadão, em 2015, pude verificar que a grande maioria dos documentos foi retirada do acervo, visto que o Ten Brig Lavenère contabilizou os documentos por período e verificou que no baú de vime havia em torno de mais de 10.000 unidades documentais. Porém, conforme lido no parágrafo anterior, nos cinco álbuns montados pelo Ten Brig

Lavenère, encontrou-se pouco mais de 2.000 documentos, e mais um álbum, chamado de avulsos. “Contudo, essa organização acabou por criar um conjunto de documentos avulsos que não utilizados nos álbuns: No total, os documentos considerados avulsos são em torno de 1473 unidades.” (DE SOUZA, 2012, p.51).

O sexto volume, chamado de avulsos, nada tinha de especial, apesar de a família ter solicitado, em Termo de Doação, um tratamento especial ao mesmo. Ao analisarmos os avulsos, percebemos que os mesmos não foram utilizados por haver matérias e/ou fotografias muito similares as contempladas nos cinco volumes. Não haveria por que não utilizá-las. O Brigadeiro Lavenère fez uma seleção no acervo, e determinou quais recortes de jornal fariam parte ou não. No Termo de Doação consta uma cláusula que caracterizaria esse álbum como especiais, pois foi o único álbum que a família pediu ao CENDOC uma relação completa de todos os itens documentais e que, ainda conforme o Termo, caso algum familiar julgasse necessário, retirariam documentos e estes não mais fariam parte do acervo doado. É importante “tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram.” (Camargo, 2007: 35-36).

Importante destacar que, até aquele momento, o acervo não havia recebido qualquer tipo de organização. Mesmo após a entrevista com o Sr Alberto Dodsworth Wanderley, filho do Exmo Sr Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley, ficou constatado que os documentos foram simplesmente depositados no baú de vime, por Santos Dumont, sem qualquer tratamento.

Outro ponto a ser exaltado trata-se da interferência familiar no fundo³. Ao realizar este exame da proveniência, verifica-se que a família interferiu composição do fundo de duas maneiras: Uma⁴ porque incorporaram ao fundo original uma parcela de arquivo, porém esta não supriu a outra interferência, realizada pelo Ten Brig Lavenère, com a retirada de documentos que poderiam, por exemplo, constranger o produtor. De acordo com Heymann, (1997, p. 45) pensando-se na categoria do produtor, “Após sua morte, ocorre a interferência de familiares, que geralmente reduzem o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses.” Não havia, até então, qualquer registro claro desta interferência, sabida graças a entrevista ao Jornal O Estadão pelo Sr. Alberto e ao tratamento dado ao acervo.

O Exmo Sr Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley encontrou o velho baú em péssimas condições e, como lembrava Sra. Sophia Helena, naquela época não existia, ainda, o Aterro do Flamengo e o mar ficava a poucos metros da casa, invadindo o porão, por algumas ocasiões. O baú se desmanchou ao ser aberto e os jornais estavam bastante úmidos, tanto que alguns jornais perderam-se definitivamente. O trabalho do Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley foi de grande determinação: separava os jornais por

3. O referido parágrafo trata das primeiras das interferências familiares no arquivo pessoal.

4. Importante destacar que houve sim uma interferência positiva, pois caso esta não ocorresse, não encontraríamos no acervo documentos da data de seu nascimento até a data de seu falecimento.

lotes para recuperá-los. Em seguida, procedeu à organização, recortando cada artigo e colocando o cabeçalho apropriado, mantendo as referências do jornal de origem e permitindo a identificação completa de cada fonte.

O arquivo de Santos Dumont é formado por documentos retidos a partir de buscas junto à família de Santos Dumont e às pessoas que, possivelmente, mantinham algum documento. Fato que pode ser comprovado por intermédio das cartas escritas pelo Exmo Sr Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley aos amigos e familiares, e também na realização de um Concurso patrocinado por uma famosa empresa de reprografia para auxiliar o Exmo Sr Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley na localização de outros documentos sobre Santos Dumont.

“Assim, a intencionalidade é, em boa parte dos casos, o critério principal para guarda e descarte de documentos, desenhando o arquivo segundo a visão particular de seu produtor e / ou daqueles que tiveram tal documentação sob seus cuidados. E é essa manipulação inicial, plena em valores subjetivos, em grande parte a responsável por estabelecer o que “merece” ser lembrado e o que “pode” – ou “deve” ser esquecido, em uma pré-seleção documental que foge ao controle do arquivista e de seus métodos”. (ABELLÁS,2012,p.76).

O arquivo pessoal de Santos Dumont é, primordialmente, um conjunto de fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional. Essa consciência permeou personalidades chaves para sua manutenção até os nossos dias: Sr. Jorge Toledo Dodsworth (casado com a sobrinha de Santos-Dumont, Sra. Sophia Dumont e pai da Sra. Sophia Helena), o Exmo Sr Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley (casado com a sobrinha-neta de Santos-Dumont, Sra. Sophia Helena) e Sra. Sophia Helena Dodsworth Wanderley. Todos vinculados à história de Santos Dumont por laços familiares cumpriram com carinho, com extrema reverência e muita dignidade a tarefa de conservar os papéis. Porém, uma qualidade foi fundamental à família de Santos Dumont: a tenacidade com a qual lutaram para não deixar o tempo esmaecer os papéis e a memória. Tenacidade que era própria de Santos Dumont⁵.

Para discutirmos memória tomando como base o Arquivo Pessoal de Santos Dumont, a partir do que se discorreu sobre o acervo, alguns trechos serão discutidos através do viés da memória. Para começarmos a nossa discussão sobre memória, vamos introduzir uma definição para temática, a qual foi apresentada por Le Goff, que diz que a memória é a propriedade de conservar certas informações (LE GOFF, 1990, p. 366). Logo no início da apresentação do acervo, já se tem uma ideia da documentação reunida por Santos Dumont. Quando Santos Dumont começou com suas criações e seus testes, Santos Dumont solicitou os clippings a empresas em três países. O que queria Santos Dumont, ao solicitar os clippings? O que leva um homem a solicitar os serviços de *clipping* a uma empresa? Ousadia? Ego? Necessidade de reconhecimento? Auto afirmação? Talvez um pouco de tudo, mas o principal, Santos Dumont era um homem a frente de seu tempo. Mal sabia ele que sofreria contestações

5. Extrato de foro íntimo retirado da página do CENDOC, texto que fora escrito por alguns militares da Organização Militar (OM).

inúmeras, tanto com relação a inventos como aos experimentos realizados. Toda notícia que saia sobre este homem era recortada...toda notícia mesmo, inclusive fofocas! Santos Dumont iniciou seu acervo pessoal com notícias e fotos sobre si e daí desencadeou uma avalanche de informações. O mais interessante é, ao analisar cada jornal, por diferentes países, vê-se a idolatria francesa a Santos Dumont e o deboche dos americanos. Mas Santos Dumont, em nenhum momento, deixa de defender suas raízes e seus inventos, mostrando-se firme e decidido a ir em frente, até o fim⁶.

“Resumindo”, conclui Perec, “eu me arrumo como posso.” Z Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros. Analisar esse “arrumar-se” é “interrogar o que parece ter deixado para sempre de nos espantar.” (ARTIÈRES, 2001, p. 10).

Pode-se concluir, diante do exposto, que Santos Dumont queria comprovar as realizações que teve na época e todos os seus feitos e conquistas. Seria uma espécie de auto afirmação visto que, durante o período citado, muitas corridas aérea estavam ocorrendo. Além disso, percebe-se que Santos Dumont, independentemente do julgamento que tivera sido feito a seu respeito, pensou em, literalmente, construir uma imagem de si próprio, com toda e qualquer opinião sobre ele ali reunida.

“O estudo da vida de Santos-Dumont no período de 1899 a 1904, tendo como fonte uma ampla amostra iconográfica, afirma-se como uma rica oportunidade de compreender os diversos elementos que fundamentaram leituras posteriores. As várias formas de se capturar todo o processo de construção e desenvolvimento dos dirigíveis apresentam os pontos fundamentais da imagem de Santos-Dumont perante a sociedade da época.” (SOUZA, 2012, P. 54 e 55)

Analisando os recortes de jornal colecionados pelo inventor, destacam-se os posicionamentos contrários das imprensas francesa e americana. Nos jornais franceses, percebe-se o quanto o aeronauta era aclamado e elogiado. Santos Dumont era destacado como esportista e balonista, o qual apresentava algo diferente e que poderia solucionar a questão da dirigibilidade. Percebe-se ainda que, mesmo com as charges que saíam a seu respeito, estas não tenham cunho satírico. Poderíamos julgar, portanto, que Santos Dumont decidiu por guardar esses recortes pelo fato de a imprensa francesa tanto o enaltecer, talvez por este ter a nacionalidade francesa também.

Já a imprensa americana tratava de maneira debochada a trajetória do inventor brasileiro. Parecia ainda, que os jornais americanos desejavam afastar Santos Dumont do público, visto que as notícias que eram publicadas tinham o costume desmentir afirmações feitas pelo aeronauta. As caricaturas americanas foram as mais críticas e desconstruíram por completo a imagem de Santos Dumont. Mais se criticou Santos Dumont do que se destacou sua conquista. Se Santos Dumont julgasse os recortes americanos como julgamos os recortes franceses anteriormente, estes não estariam no acervo.

Isto que entendo ser o mais interessante no acervo: Santos Dumont, ao preservar

6. Opinião da autora, após a análise do acervo de Santos Dumont.

todos estes recortes, independentemente do que a imprensa noticiou a respeito de suas criações ou as desconstruções dele próprio, preservou um panorama geral de como era visto mundialmente. E é curioso perceber como uma mesma pessoa é vista por diferentes vieses.

“Mesmo em sua forma histórica mais séria e legítima, a memória do Holocausto se estrutura de modo bem diferente no país das vítimas e no país dos perpetradores, e também diverso nos países da aliança ante nazista.” (HUYSEN, 2000, p. 80)

Este extrato do texto de Huyssen representa exatamente o que aconteceu com Santos Dumont àquela época: o mesmo homem visto de maneira distinta por dois países, assim como a recordação do Holocausto para países distintos tem significados distintos. Este texto relacionou-se muito bem com que se pretende apresentar sobre memória relacionada ao acervo de Santos Dumont, pois essas diferenças justamente são as formadoras do que hoje conhecemos como a história de Santos Dumont. Com isso preservado, podemos ter um conhecimento completo de como ele era visto, conhecido e reconhecido.

“Essa fratura múltiplada memória do Holocausto em diferentes países e a sedimentação em diversas camadas de imagens e discursos que variam desde o documentário até a telenovela, ... contra congelamento da memória numa imagem traumática ou no enfoque embotador dos números.” (HUYSEN, 2000, p. 81 e 82)

Dando continuidade a análise do Arquivo Pessoal de Santos Dumont, percebeu-se que a família, mais especificamente o marido da sobrinha neta de Santos Dumont, o Exmo Sr Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley, prosseguiu a ação anterior ao do pai da aviação, com a guarda de recortes de jornal sobre o inventor. Curiosamente, o Brig Lavenère manteve em seus arquivos documentos de todos os gêneros e espécies possíveis, através dos quais ele pôde contar a História da FAB, e com a vida de Santos Dumont ele fez o mesmo: Montou álbuns que, organizados tematicamente, contavam a trajetória de Santos Dumont.

“Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.” (HOBSEBAWM, 1984, p. 9)

A partir das leituras sobre tradições e analisando os feitos da família, pode-se considerar que a ação de colecionar recortes de jornal é uma prática que foi perpetuada na família e pela família, algo feito até os dias atuais. Julga-se que a família deu continuidade a ação primeira de Santos Dumont com a ideia de manter viva a memória do inventor, de pai da aviação, inclusive para justificar os seus feitos sobre os dos Irmãos Wrigthe.

Pode-se concluir que a questão da memória está intimamente ligada ao Arquivo Pessoal de Santos Dumont. Desde a reunião dos documentos, a organização dada pelo Ten Brig Lavenère, até a doação do acervo ao CENDOC, percebe-se que a intenção, não só do inventor quanto a de sua família, conforme o próprio termo de

doação previa, era que toda e qualquer pessoa pudesse conhecer Santos Dumont e, sempre que possível, pudesse perpetuar sua memória, e que o povo brasileiro pudesse jamais esquecê-lo. De acordo com Santos, a “amnésia coletiva” nada mais é do que o esquecimento de determinados aspectos para que outros sobrevivam (2002, p. 141). Talvez, para a família principalmente, já se esteja mais do que na hora de resgatar e fazer com que Santos Dumont sobreviva, em meio ao esquecimento frequente de sua existência, importante e destaque no cenário mundial, um verdadeiro herói da nação brasileira.

REFERÊNCIAS

ABELLÁS, José Benito Yárritu. Arquivos Pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak. In: Arquivos Pessoais: História, preservação e memória da ciência. Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192p.

ARTIÈRES, Phillipe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, n. 21. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2001. p. 9-34.

DE SOUZA, Renato Vilela Oliveira. Santos Dumont e as caricaturas: uma história cultural da aviação. In: Arquivos Pessoais: História, preservação e memória da ciência. Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192p.

HOBSBAWN, E; RANGER, T. (Orgs.). Introdução. In.: *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HUYSEN, Andreas. Monumentos e memórias do Holocausto. In.: _____. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JORNAL O ESTADO. A redescoberta de Santos Dumont. Jornal O Estado. São Paulo. < <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/a-redescoberta-de-santos-dumont/>> Acesso em: maio de 2017.

LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 1996.

MILLAR, Laura Agnes. A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-162, jan./jun., 2015

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de sociomuseologia*, v. 19, n.19. 2002. p. 139-171.

ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA ASSOCIADO À REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ACERVO INTERMEDIÁRIO DO IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA

Gregório Goldman dos Santos Felipe

Universidade Federal da Paraíba - UFPB,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação (PPGI).

João Pessoa – Paraíba.

Anna Carla Silva de Queiroz

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Curso
de Bacharelado em Arquivologia.

João Pessoa – Paraíba.

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é apresentar as contribuições da aplicação do Princípio da Proveniência junto a Representação da Informação Arquivística. Constitui-se como pesquisa de campo com abordagem qualitativa de natureza aplicada, quanto aos objetivos, descritiva. Os Métodos utilizados foram: levantamento bibliográfico sobre a temática, leitura da bibliografia selecionada, observação participante e estudo prático na Coordenação de Arquivo Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, Campus João Pessoa. Construiu-se a pesquisa no período de 2017-2018. O resultado obtido dar-se na representação efetiva das informações contidas nos dossiês de alunos do fundo arquivístico CEFET-PB. Essa representação construída promoveu a inserção de informações representativas em modelos de etiquetas para documentos. Sendo

assim, existem contribuições técnico-científicas arquivísticas tangíveis nessa associação, uma vez que se fará essa vinculação entre teoria arquivística e prática em um acervo de documentos. Conclui-se que, a atividade de Representação da Informação Arquivística agregada ao Princípio da Proveniência em um acervo de documentos, possibilita ao profissional a realização de adequações em modelos de etiquetas, sejam esses modelos para frentes de caixa ou para representar informações de um dossiê de aluno. Essas modificações podem resultar numa representação mais significativa das informações dos documentos, podendo esse profissional inserir na etiqueta informações que representem princípios da Arquivologia, como o Princípio da Proveniência. Dessa forma, associar as atividades arquivísticas técnicas aos conhecimentos científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação é contribuir na busca de soluções tangíveis para sanar problemas encontrados em arquivos.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia. Princípio da Proveniência. Ciência da Informação. Representação da Informação Arquivística.

ANALYSIS OF THE APPLICABILITY OF THE PRINCIPLE OF THE PROVENIENCE ASSOCIATED WITH THE REPRESENTATION OF ARCHIVAL INFORMATION IN THE INTERMEDIATE ACQUIS OF THE IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA

ABSTRACT: The purpose of this paper is to present the contributions of the application of the Principle of Provenience together with the Representation of Archival Information. It is constituted as field research with a qualitative approach of applied nature, regarding the objectives, descriptive. The methods used were: bibliographic survey on the subject, reading the selected bibliography, participant observation and practical study in the Central Archive Coordination of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba - IFPB, João Pessoa Campus. The research was built in the period of 2017-2018. The result obtained is given in the effective representation of the information contained in the student dossiers of the CEFET-PB archival fund. This built-in representation promoted the insertion of representative information into document label templates. Thus, there are tangible archival-scientific and technical contributions to this association, since this linkage between archival theory and practice in a collection of documents will be made. It is concluded that the activity of Representation of Archival Information added to the Principle of Provenience in a collection of documents, allows the professional to make adjustments in label templates, whether these templates for cash fronts or to represent information from a dossier of student. Such modifications may result in a more meaningful representation of the information in the documents, and that professional may insert information on the label that represents the principles of Archivology, such as the Principle of Provenience. In this way, associating the technical archival activities with the scientific knowledge of the Archives and Information Science is to contribute in the search of tangible solutions to solve problems found in archives.

KEYWORDS: Archive Science. Principle of Provenience. Information Science. Representation of Archival Information.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo de caso realizado na Coordenação de Arquivo Central do IFPB, campus João Pessoa, sendo desenvolvido durante parte da experiência do autor desse trabalho como estagiário de Arquivologia desse setor de arquivo. A pesquisa foi realizada no período de 2017-2018. O objeto de estudo é o modelo de etiqueta do Arquivo Central – IFPB.

Essa pesquisa é aplicada, de campo, caráter descritivo, com abordagem qualitativa, fundamentada em autores da Arquivologia e Ciência da Informação brasileira que de alguma forma contribuíram para formulação do que está sendo exposto nesse trabalho. As etapas para elaboração deste estudo são, a saber: 1ª Etapa – levantamento bibliográfico; 2ª Etapa - seleção da bibliografia; 3ª Etapa – leitura e fichamentos da bibliografia selecionada.

Esse trabalho apresenta definições, conceitos, argumentos sobre o Princípio da

Proveniência, esse que é aplicado e aceito pela maioria dos teóricos da Arquivologia como um princípio arquivístico, procurando na medida do possível associa-lo a Representação da Informação Arquivística. O presente trabalho mostra a convergência entre o Princípio da Proveniência e a Representação da Informação Arquivística, que se encontra em desenvolvimento e adaptações no campo da Arquivologia. O objetivo geral do trabalho é apresentar as contribuições da relação do Princípio da Proveniência com a Representação da Informação Arquivística para o fazer técnico.

Os objetivos específicos se resumem em três: 1. Abordar os conceitos do Princípio da Proveniência e da Representação da Informação Arquivística para compreensão da aplicação desses no fazer técnico; 2. Analisar os resultados obtidos com a modificação das informações contidas no antigo e no atual modelo de etiqueta de representação das informações contidas nos dossiês dos alunos do fundo arquivístico CEFET-PB; 3. Enfatizar a importância do conhecimento científico para o fazer técnico.

Antes de apresentar a problematização da pesquisa, define-se o dossiê do aluno como o conjunto de documentos que contém as seguintes espécies e tipologias documentais: ficha de matrícula, cópia dos documentos pessoais (RG, CPF, Certidão de Nascimento), Histórico Escolar, Certificado de conclusão do ensino médio ou ensino fundamental II, Dispensas de disciplina ou Aproveitamento de estudos, Cópia do diploma de graduação ou certificado do curso técnico.

A problematização consistiu na falta de elementos significativos que representassem de forma efetiva as informações contidas dentro do dossiê do aluno. A ausência de informações representativas no modelo de etiqueta anterior a aplicação do P.P e da R.I.A dificultava uma recuperação da informação mais precisa, que pudesse informar aquele que realizava a busca do dossiê uma maior quantidade de informações; limitava a pesquisa do dossiê do aluno, pois as informações disponibilizadas sobre o dossiê na etiqueta eram genéricas. Essa problematização pode ser resumida em três perguntas problema: 1. A Recuperação da Informação? 2. O manuseio do dossiê do aluno? 3. Como identificar o fundo da documentação? Essas perguntas serão respondidas no decorrer do trabalho.

Dependendo da solicitação realizada pelos usuários internos do Arquivo Intermediário do IFPB, as informações contidas nas etiquetas são suficientes para responderem tal solicitação, levando assim o não manuseio da documentação do dossiê, dessa forma, a ação de não manuseia os documentos do dossiê do aluno pode ser vista como uma prática prol preservação de documentos do acervo, mesmo que esses sejam relativamente novos, tenham cerca de 10 anos da sua produção à sua chegada ao Arquivo Intermediário. Outro problema encontrado foi a inexistência de um elemento que representasse o fundo arquivístico que pertence o dossiê do aluno.

A pesquisa justifica-se quando analisa uma aplicação do conhecimento teórico em um fazer prático no Arquivo Intermediário do IFPB, ora, essa aplicação resultou-se em uma representação da informação arquivística no modelo de etiqueta. Essa representação é exequível para os outros fundos do próprio acervo do Arquivo Central.

Outras atividades técnicas do gênero em arquivos podem ser influenciadas por essa aplicação apresentada nesse trabalho.

O aprimoramento realizado na etiqueta pode ser aplicado, especialmente, nos acervos que trabalhem com dossiês de colaboradores, ou em instituições de ensino. Trabalhos como esse podem despertar outros olhares acerca da representação da informação nos profissionais atuantes em arquivos, teóricos da Arquivologia e estudantes pesquisadores.

Finalizada a Introdução, o artigo aborda sucintamente pontuações acerca do princípio da proveniência na Arquivologia brasileira mais a origem da documentação custodiada pelo Arquivo Intermediário do IFPB. Realiza uma breve exposição definições e conceitos de Representação da Informação Arquivística. Expõe os resultados da análise e aplicação do princípio da proveniência vinculado à representação da informação arquivística na Coordenação de Arquivo Central - IFPB. Terminando com as considerações finais e com as devidas referências desse trabalho.

2 | BREVES PONTUAÇÕES ACERCA DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA

A Gestão Documental consiste em um conjunto de procedimentos com aspectos técnicos que propiciam a eficiência na gestão da produção, uso, tramitação e destinação dos documentos para guarda permanente ou eliminação. O conceito estabelecido para esse fazer é conhecido e reproduzido nas publicações em Arquivologia, sendo essa síntese apresentada suficiente para que se compreenda os argumentos posteriores.

Os Arquivistas que provaram o “desgosto” ou “frustração” de gerenciar um acervo repleto de massa documental acumulada com uma complexidade administrativa imensurável (no primeiro contato com a documentação) sabem como é importante além das técnicas de Gestão Documental saber identificar as características dos documentos e os Princípios que de alguma maneira lhes direcionem para resolução de problemas tão complexos.

Dentre os princípios arquivísticos que podem direcionar o fazer prático em acervos está o Princípio da Proveniência. Esse princípio estabelece a identidade do documento junto ao seu órgão produtor, de maneira que esse documento não pode ser misturado com documentos de outras ordens. Por intermédio desse princípio faz necessário garantir a individualidade do documento dentro do contexto/conjunto orgânico de documentos que esse documento faça parte.

O uso do termo respeito dos Fundos ou princípio da Proveniência depende da linguagem de cada país, como afirma Duchein (1992, p.7), “A maioria das definições do respeito dos Fundos fazem apelo a esta noção ao ponto que a equivalente da expressão respeito “respeito dos Fundos” nos países de linguagem germânica, e de outros mais, é o “princípio de proveniência”. Convergingo com o autor a autora Rodrigues afirma o seguinte:

Mais tarde, os alemães definiram dois outros princípios que refletem o respect des fonds: o princípio de proveniência, que costuma ser tratado como sinônimo do princípio de respeito aos fundos, e o de manutenção da ordem original. Mais recentemente é definido como o princípio de integridade ou indivisibilidade. (RODRIGUES, 2006, p.106, grifo nosso.).

Na pesquisa empreendida não se aprofundará em questões do Princípio da Proveniência. Optou-se fazer o uso do termo Princípio da Proveniência, usado pelas autoras Kuroki e Marques (2015), Rodrigues (2006) para definir e apresentar o Princípio da Proveniência. No Princípio da Proveniência está o reflexo do organismo que deu origem ao documento por uma necessidade administrativa. As funções, competências e atividades desse órgão estarão descritas no documento, sendo essencial para o Arquivista esses elementos que comporão o contexto de produção desse documento. As autoras Marques e Kuroki (2015) dissertam na mesma linha de pensamento quando pontuam sobre a relação do Princípio da Proveniência com as atividades da organização que o produziu:

Destarte, o Princípio da Proveniência, como um dos basilares da organicidade, acompanhado do Respeito aos fundos e do Respeito à ordem original, orienta a Arquivologia como disciplina, no âmbito da teoria aplicada na identificação do contexto de produção e acumulação de documentos, bem como na organização externa e interna dos fundos, de forma que reflitam as funções que representam e cumpram o seu papel de prova perante a sociedade. (MARQUES; KUROI, 2015, p.317).

A partir da visão das autoras, percebe-se como o Princípio da Proveniência constitui-se como um elemento fundamental para o gerenciamento dos documentos de uma instituição, pois nele estão refletidas as atividades administrativas cumuladas durante a existência da organização. O Princípio da Proveniência é o que se pode chamar de espelho da administração que é pertencente. O Princípio da Proveniência é consagrado pela maioria dos autores da Arquivologia como Princípio Arquivístico, assim afirma Rodrigues (2004, p,20, grifo nosso), “A análise da literatura revela, também, que os **princípios de proveniência**, manutenção da ordem original e indivisibilidade são sempre considerados apenas princípios por todos os autores analisados.” Em linha de pensamento semelhante, pontua as autoras Marques e Kuroki (2015, p.316, grifo nosso), “Dessa maneira, entendemos que o **Princípio da Proveniência é o princípio corolário da Arquivologia** ainda que sua aplicação tenha variações e abordagens diferentes.” Ainda sobre esse pensamento, Ducrot (1997, p. 152, grifo nosso), “**o princípio fundamental** da arquivística, que é o do respect des fonds, ou princípio da proveniência [...]”. Através da visão das autoras, esse princípio está consolidado como princípio arquivístico na Arquivologia, e sua importância para a gerenciamento de documentos por intermédio da Gestão Documental. Esse princípio pode ser visto como simples ou complexo para tornar-se aplicável, isso dependerá do olhar do pesquisador ou arquivista e ainda da complexidade do acervo onde o princípio será aplicado.

O autor Cook apresenta em seu livro intitulado, uma nova concepção para o conceito de fundo arquivístico bem como uma nova perspectiva para a aplicação

do Princípio da Proveniência, segundo o autor, “A chave da questão é ver o fundo não como entidade física, mas como um conceito abstrato. Como bem sabem os arquivistas de documentos eletrônicos, a realidade muitas vezes é lógica e funcional, e não física.” (COOK, 2017, p. 49).

Vale ressaltar que quando não se consegue identificar o fundo da documentação e o produtor do documento ou as informações que levem a identificação do órgão e setor responsável pela produção de determinado documento arquivístico, dificilmente o documento poderá ser recuperado, sendo arquivado em muitas instituições na seção chamada de “diversos”.

O denominado “documento diverso” é uma forma de representação inviável e equivocada, ora, todo documento arquivístico tem uma origem, um órgão produtor. Criar essa representação é ignorar o Princípio da Proveniência e os demais princípios e propriedades dos documentos arquivísticos. Assim como não se pode separar autor de obra, é inseparável o documento de seu órgão produtor. Tendo em vista a relevância de compreensão e aplicabilidade do Princípio da Proveniência para as atividades práticas e técnicas nos arquivos, utiliza-se desse para melhor associar a Representação da Informação Arquivística.

2.1 A origem dos documentos arquivísticos da coordenação de arquivo central – IFPB

Esta subseção dispõe resumidamente de informações sobre a localização, origem dos documentos custodiados pela Coordenação e o papel dela no IFPB. Os documentos recebidos pela Coordenação de Arquivo Central – IFPB são oriundos das unidades, coordenações, departamentos e direções do Instituto do campus de João Pessoa, localizado no bairro de Jaguaribe.

A documentação é de uso intermediário e algumas são de caráter permanente, logo, precisam ser recolhidas pela Reitoria do instituto, local onde o IFPB dispõe dos arquivos permanentes. Os documentos do acervo acadêmico possuem o seu devido setor de origem juntamente com o fundo que pertencente a documentação. O IFPB possui 6 (seis) fundos arquivísticos, sendo cada um desses a representação de um período do tempo em que foi chamado o instituto, além disso cada Fundo possui relação acréscimos de novas atribuições recebidas pela instituição do governo federal ou com a expansão do ensino com a criação de novos cursos. Com isso a cada mudança foi gerada uma nova razão social, um novo CNPJ, sendo uma nova instituição, com novas competências ou com atribuições aprimoradas.

Para melhor se entender essas mudanças de fundos (instituições), realiza uma breve síntese com a principal função de cada escola em sua época:

Fundo 1: Conceder um ofício para as classes mais humildes do Brasil;

Fundo 2: Propagar novos cursos profissionais;

Fundo 3: Formar profissionais especializados em atividades do ramo industrial;

Fundo 4: Habilitar indivíduos em cursos Técnicos

Fundo 5: Diplomar alunos em cursos Técnicos, e Superiores de curta duração (os cursos Tecnológicos, voltados para áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação);

Fundo 6: Fornecer o conhecimento científico e a formação acadêmica-profissional através de cursos de licenciatura, especialização e mestrado. A cada nova transformação deu-se um novo nome para a instituição de ensino.

A Coordenação está localizada no Bloco de Designer, um tanto distante dos setores da administração de apoio e geral. Sua principal função é receber dos setores da instituição documentação que estão em desuso, geralmente estimula-se o prazo de 5 (cinco) anos, desse modo os setores devem ficar com seus documentos no setor com o prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

O setor do IFPB que mais realiza solicitação ou faz transferência de documentos para o Arquivo Central é a Coordenação de Controle Acadêmico. A CCA realiza o preenchimento de documentos como a ficha de matrícula do aluno, além de fornecer declarações com o tempo, ano e curso realizado por determinado aluno.

Existem funções adicionais inerentes a Coordenação de Arquivo Central do IFPB, dentre essas tem a promoção de políticas arquivísticas que visem a criação e execução de cursos de capacitação; realização de orientações técnicas nos setores ou acompanhamento das atividades arquivísticas realizadas em cada setor (arquivos em fase corrente). Ela encontra-se vinculada hierarquicamente ao Departamento de Apoio a Administração.

Apresentou-se brevemente nessa subseção informações sobre o ambiente onde está custodiada e gerenciada a documentação estudada nesse trabalho. Essa apresentação teve como finalidade facilitar a compreensão do leitor sobre o contexto da produção e proveniência dos documentos recebidos e gerenciados por essa Coordenação ou Arquivo Intermediário.

3 | APRESENTAÇÃO SUCINTA DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A Representação da Informação Arquivística está presente na maior parte das atividades que envolvem classificação ou arranjo dos documentos. Essa terminologia Representação da Informação mais o termo Arquivística já é utilizado em artigos, periódicos, dissertações e teses publicados na área de Ciência da Informação que possuam problematizações e objetos de estudo da Arquivologia, exemplo de autores que usam essa terminologia, Rodrigues (2003), Leão (2006), Andrade (2007), Aguiar (2013), Barros (2014), Oliveira (2014) e Dantas (2015), ou ainda utiliza a terminologia representação arquivística da informação (SANTOS NETO, 2017).

A Representação da Informação Arquivística nos acervos arquivísticos se constitui do simples ato de escrever a espécie documental contida em determinado

objeto de armazenamento de documento ou a exemplo da classificação e organização de todo um acervo através do Método Variadex. Nessa perspectiva, os autores Felipe, Silva e Santos (2017) apresentam a aplicação desse método no Acervo Corrente do IFPB. Sem a Representação da Informação Arquivística, os acervos arquivísticos não tem uma recuperação da informação eficaz, pois a representação é essencial para a viabilização do uso de instrumentos de pesquisa e de outras ferramentas que facilitem a busca de informações em tempo hábil.

Representar Informações Arquivísticas é dar um novo nome ou nova forma de representação para o documento arquivístico, atribuir algo que melhor possa recuperar esse documento. Segundo Novellino (1996, p.38), “A principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade lingüística longa e complexa - o texto do documento - por sua descrição abreviada”. Percebe-se que a atividade de representar um documento ou o texto do documento deve ser resumida, breve e sucinta, de modo que possa viabilizar a recuperação do documento. Cada acervo arquivístico possui suas especificidades, ninguém melhor que o profissional que lida com a documentação desse para representa-la de modo objetivo. De acordo com Rodrigues (2003, p.216) “A prática de representar as informações orgânicas, ou arquivísticas, sempre existiram, sob as mais diversas formas e seguindo roteiros diversos”

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA ASSOCIADO À REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA CAC-IFPB

O estudo de caso foi realizado na Coordenação de Arquivo Central – IFPB, sendo originado das atividades técnicas realizadas no acervo acadêmico dessa coordenação pelo autor deste trabalho na função de estagiário da CAC-IFPB. O objeto analisado é a etiqueta usada como representação dos documentos contidos nos dossiês de alunos do período CEFET-PB. Segue na **Figura 1** o objeto estudado nesse trabalho.

NOME DO ALUNO
NOME DA MÃE DO ALUNO
MODALIDADE DO CURSO – ANO

Figura 1: Modelo de etiqueta antes da associação do P.P com a R.I.A

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Percebe-se na **Figura 1** as informações dispostas na etiqueta estão divididas em

três seções, se referindo a primeira ao nome do aluno, a segunda o nome da mãe do aluno, e a terceira e última compõe todos os cursos realizados pelo aluno no decurso da sua vida acadêmica no período CEFET-PB. Antes da chegada do autor desse trabalho como estagiário da Coordenação de Arquivo Central os colaboradores do setor utilizavam o modelo de etiqueta para representação as informações dos dossiês, inserido na **Figura 1**. Esse modelo não possuía a aplicação do Princípio da Proveniência associado à Representação da Informação Arquivística. Essa afirmação é vista nos elementos utilizados na seção da etiqueta de nome modalidade do curso, assim como na falta de um símbolo que representasse o fundo pertencente da documentação que representava a etiqueta.

É possível perceber que a etiqueta mostrada na **Figura 1** possui três elementos (ou classes de informações) para representar as informações do dossiê de aluno, sendo essas o nome completo do aluno, a nome da mãe desse, e a modalidade de curso que ele cursou no Centro, estando essas modalidades divididas em: Superior (cursos para formação de tecnólogos e bacharéis), Subsequente (cursos pós ensino médio) e Integrado (ensino médio integrado a algum curso técnico).

As modalidades de cursos apresentadas nesse modelo de etiqueta da **Figura 1** mesmo que a modalidade dos cursos seja dividida em superior, subsequente e integrado, essas divisões constituem-se como representações genéricas, pois no CEFET-PB possuía pelo menos 10 (dez) cursos em cada modalidade dessa, assim sendo, esse modelo de etiqueta constituía-se a partir de uma representação muito simplista e até mesmo uma forma vaga para representar as informações dos documentos contidos nos dossiês dos alunos. Essas etiquetas constituíam-se de informações repletas de subjetivas ou com dados pouco representativos, informações incompletas.

O estagiário analisou a possibilidade de melhorar essa etiqueta através de elementos mais representativos para o conjunto documental inserido na caixa arquivo. Após a realização de um diálogo com a Coordenadora do setor, ela concordou com a proposta. A proposta se consistiu em mudar o modelo e padrão de etiqueta utilizada nos documentos do período CEFET-PB. A proposta resumiu-se em aprimorar a etiqueta com elementos que pudessem melhor representar a documentação do aluno. Sendo proposto e aceito o modelo mostrado na **Figura 2**:

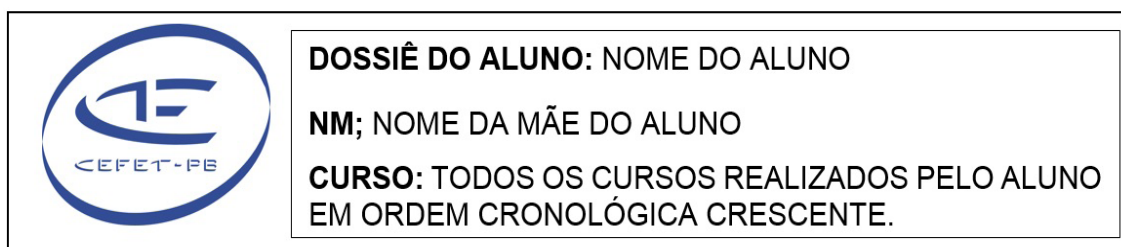


Figura 2 - Modelo de etiqueta após a associação do P.P com a R.I.A

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

O novo modelo ilustrado na Figura 6 possui dois elementos da etiqueta anterior, são esses o nome do aluno e o nome da mãe, o terceiro elemento foi aprimorado, não tendo apenas a modalidade do curso, diferentemente, da etiqueta anterior a atual apresenta os cursos realizados pelo aluno durante sua vida acadêmica na instituição, e os respectivos anos em que o aluno se matriculou nesses, estando os nomes dos cursos em ordem cronológica crescente, para definir está representação da informação utilizou-se o método chamado Desnudação associado ao Sistema Facetado de representação da informação. Esse método é utilizado em aplicações práticas associado a Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan (1967). O método de Desnudação caracteriza-se por precisar as informações que serão representadas, exigindo assim uma especificação dos termos que representação determinada informação. (ALBUQUERQUE et al, 2012).

A seção de cursos apresentada no novo modelo de etiqueta é mais específica, além de possuir maior capacidade para representar as informações contidas no Dossiê do aluno. Outra mudança desse modelo foi a inserção do slogan da instituição, ou do fundo arquivístico no qual se refere a documentação. Nesse caso ao fundo do período CEFET-PB.

Essa mudança na etiqueta que inseriu o slogan foi fundamental para identificar a proveniência dos documentos, uma vez que na CAC-IFPB não custodia apenas a documentação do fundo CEFET-PB, mas, de todos os fundos que o antecedeu. Dessa forma, mesmo que venha ocorrer a mistura de documentos de fundos distintos a partir do slogan contemplado nessa nova etiqueta poderá identificar a mistura de documentos de outra proveniência e inseri-los na sua devida proveniência.

Portanto, somente a partir da relação do Princípio da Proveniência com a Representação das Informações Arquivísticas, que foi possível trazer um aprimoramento significativo na forma de representação das etiquetas dos dossiês de alunos do período CEFET-PB. A aplicação do P.P com a R.I.A nessas etiquetas possibilitou uma maior eficácia na recuperação da informação, diminuição da probabilidade de misturar documentos de ordens diversas. Mesmo que venha ocorrer a mistura de documentos de diferentes proveniências, a partir do slogan do período CEFET-PB, que consiste na identificação desse fundo arquivístico, o profissional que encontrar esse erro poderá identificar o problema e corrigi-lo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho utilizou-se do princípio da proveniência da Arquivologia brasileira e a Representação da Informação Arquivística muito utilizada e melhor aprofundada em áreas como a Ciência da Informação. Esse trabalho constitui-se da associação de estudos teóricos baseados no Princípio da Proveniência e na Representação da Informação Arquivística com atividades técnicas realizadas no acervo acadêmico do

período CEFET-PB. A pesquisa constata que é possível representar informações partindo dessa vinculação do Princípio da Proveniência com a Representação da Informação Arquivística.

As visões de acadêmicos que procuram distanciar a prática da teoria se tornam um equívoco em pesquisas como essa pesquisa, pois se apresentou justamente o contrário. Ressalta-se que é relevante as graduações e pós-graduações no campo da Arquivologia abordarem relações entre o conhecimento técnico e científico que contribuam de modo eficaz para o desenvolvimento das atividades técnicas nos ambientes de custódia e gerenciamento de documentos arquivísticos.

Essa interação entre o conhecimento científico e prático pode possibilitar aos Arquivistas e Técnicos de Arquivo a capacidade para propor soluções viáveis para problemas técnicos nos acervos, sejam essas soluções de pequeno alcance, (para o acervo que gerencia) ou de grande dimensão (intervenções nas políticas voltadas para a gestão eficiente dos arquivos da Instituição).

Conclui-se que para uma Arquivologia que está em busca da sua cientificidade, pesquisas como essa tendem ser mais uma pedrinha para a construção desse campo arquivístico científico tão interdisciplinar e repleto de desafios que podem ser superados com uma associação efetiva da teoria arquivística com a prática vivenciado pelos profissionais que gerenciam informações arquivísticas.

Esse trabalho também pode contribuir ou ser uma “pequena gota d’água” para o despertar outros estudos técnico-científicos voltados questões sobre a Terminologia Arquivística, pois foi apresentado rapidamente nessa pesquisa que a terminologia Representação da Informação mais o termo Arquivística vem sendo utilizada recentemente por teóricos da Arquivologia e da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andressa Furtado da Silva de. **Representação da Informação Arquivística: Diálogos e conexões interdisciplinares**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/859>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Representação da informação: um universo multifacetado**. Editora da UFPB: João Pessoa, 2012. 364p.

ANDRADE, Ricardo Sodré. **Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub**. Ponto de Acesso, v. 1, n. 2, p. 70-100, 2007. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1589>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A representação arquivística: uma análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos espanhol, canadense e brasileiro**. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Marília. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110391>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial**. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. 68p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Terry%20Cook%20publicacao_tecnica%20593.pdf.

Acesso em: 15 ago. 2017.

DANTAS, Célia Medeiros. Representação da informação arquivística: uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/5430>. Acesso em: 08 nov. 2017.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>. Acesso em: 15 ago. 2018.

DUCROT, Ariane. **A classificação dos arquivos pessoais e familiares**. Revista Estudos Históricos, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998. Disponível em: <http://biblio.tecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059>. Acesso em: 26 out. 2017.

FELIPE, Gregório Goldman dos Santos; SANTOS, Eliete Correia dos; SILVA, Cleber Ferreira da. **As contribuições do estudo da semiótica aplicada ao método variadex através da representação da informação arquivística**. Archeion Online, v. 5, n. 4, p. 122-137, 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/36259/pdf_1. Acesso em: 26 out. 2017.

KUROKI, Ívina Flores Melo; MARQUES, Angélica. **O princípio da proveniência à luz da filosofia e sociologia da ciência: contribuições para a configuração da arquivologia**. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 10, n. 2, 2015, 15p. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/26838>. Acesso em: 26 out. 2017.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD (G)**. 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. Disponível em: www.pos.eca.usp.br/index.php?q=pt-br/node/3773. Acesso em: nov. 2017.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Instrumentos e metodologias de representação da informação**. Informação & Informação, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603>. Acesso em: 08 nov. 2017.

OLIVEIRA, Cacilene Toscano. **O Gerenciamento Eletrônico de Documentos Sob a Ótica da Representação da Informação Arquivística**. Archeion Online, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion/article/view/21463>. Acesso em: 08 nov. 2017.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publ. House, 1967.

RODRIGUES, Georgete Medleg. **A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística**. 2003, p. 210-219. Disponível: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1442> Acesso em: 26 out. 2017.

SANTOS NETO, Laurindo dos. **Os cinejornais da agência nacional no sistema de informações do arquivo nacional (sian) e no portal zappiens: contribuições para análise, descrição e representação arquivística da informação**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2872/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Antonio%20Laurindo%20dos%20Santos%20Neto.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017.

INOVAÇÃO NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL NO ÂMBITO DOS RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Lucina Ferreira Matos
Juliana Christina do Carmo Silva

RESUMO: O trabalho apresenta os primeiros resultados e avanços do empreendimento de analisar as tipologias documentais produzidas pelo segmento de Recursos Humanos da Fundação Oswaldo Cruz. O projeto está sob a coordenação e implementação do Núcleo de Arquivo (Narq), vinculado à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), que tem como atribuição operar a dinâmica da gestão de documentos na unidade. O projeto, em curso, nasceu da necessidade de adequação e solução de não-conformidades levantadas, inicialmente, nas Oficinas de Aperfeiçoamento de Processos Administrativos, realizadas entre 2013 e 2015. E, também contou com a compilação de observações oriundas da rotina administrativa com a gestão de documentos. Há resultados primários que merecem destaque, como a reformatação de formulários e documentos de comunicação, a valorização da gestão de documentos e o desenho de um procedimento institucional para a produção documental. O processo está em curso, mas já é possível vislumbrar desafios que escapavam da perspectiva inicial: agregação de parceiros institucionais que possuem competência na área e a tradução em um projeto de pesquisa

acadêmico/científico são os principais. A reflexão oriunda do exercício de investigar a tipologia documental refere-se à multiplicidade de oportunidades que a atividade da gestão documental possibilita. Este trabalho é um exemplo importante para a equipe incumbida de realizá-lo.

PALAVRA-CHAVE: Tipologia documental. Recursos Humanos. Fiocruz.

INNOVATION IN THE RECORDS MANAGEMENT: THE PROPOSE FOR IMPLEMENTATION OF DOCUMENTAL TYPOLOGY UNDER THE CONTEXT OF HUMAN RESOURCES OF THE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ABSTRACT: The study presents the first results and advances of the project of analyzing documental typology produced by the Human Resources segment of the Fundação Oswaldo Cruz. The project is under the coordination and implementation of the Núcleo de Arquivo (Narq), linked to the Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), which operate the records management's dynamics at the company. The project, currently underway, was born of the need for adequacy and solution of non-conformities initially raised in the Oficinas

de Aperfeiçoamento de Processos Administrativos, held between 2013 and 2015. In addition, it also has a compilation of observations from the administrative routine with the records management. There are primary results worth mentioning, as the reformatting of forms and communication documents, the appreciation of records management and the design of an institutional procedure for documentary production. The process is ongoing, but it is possible to envision the challenges that were beyond the initial perspective: aggregation of institutional partners that have expertise in the area and the translation in an academic/scientific research project are the key. The reflection from the exercise of investigating the documental typology refers to the multitude of opportunities that enables from record management activity. This work is an important example to the team responsible for it.

KEYWORDS: Documental typology. Human Resources. Fiocruz.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo expor e ponderar sobre os primeiros reflexos do projeto de implantação da sistemática de produção documental do campo de recursos humanos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O trabalho, em desenvolvimento, tem como meta o mapeamento dos documentos produzidos pelas diversas áreas que compõem a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe) e os Serviços de Recursos Humanos (SRHs) da Fiocruz, de modo a desenhar os padrões e criar o glossário de tipologias.

O projeto em execução, e aqui apresentado, foi motivado pela percepção da inexistência de sistemática de elaboração, controle e revisão dos modelos de documentos em vigor. Além disso, as áreas produziam documentos de modo diverso, seguindo, apenas, a necessidade das rotinas administrativas. Alguns expedientes, inclusive, eram criados em múltiplas vias, sem data, sem referência de produtor e, menos ainda, sem qualquer procedimento de protocolo ou apontamento de classificação documental. A primeira iniciativa da equipe responsável pela gestão de documentos da Cogepe, foi a constituição do Núcleo de Arquivo (Narq), em 2008, que passou a ser responsável pelas atividades relacionadas aos documentos de recursos humanos. A medida inicial, que se relaciona com as questões presentes neste texto, foi a conformação dos padrões de memorandos, ofícios, atas e apontamentos de reunião, que tiveram como apoio os critérios estipulados pelo Manual de Redação da Presidência da República. Os modelos e definições de competências de produção e guarda formaram o Procedimento Operacional Padrão (POP), em vigor, e usado pelos departamentos da Cogepe. Esse foi o passo mais importante e que permitiu que a equipe, em outro momento, avançasse para a proposta de análise e implantação de uma metodologia que operasse com as bases da tipologia documental.

Alguns pontos favoreceram o desenho do estudo da tipologia de RH. O primeiro foi a realização das oficinas de revisão de processos administrativos, espaço de

encontros que permitiram observar e coletar as dificuldades no trâmite de processos e a indicação da existência de padrões distintos de documentos, causando atrasos na concessão de direitos e benefícios, além, claro, da insegurança nos procedimentos. Outro ponto foi a observação de que novas equipes técnicas criavam documentos sem seguir nenhum padrão e arquivavam em ambientes diferentes, atrapalhando o acesso das demais equipes e dos usuários/trabalhadores. Ambos evidenciavam a descoordenação e desordem existente, permitindo a produção de documentos sem padrão e o uso de formulários sem valor, por não estarem em vigor. Em função desse quadro foi desenhado um Plano de Ação (PA), realizado um diagnóstico, elaborado planilhas de descrição documental (mapa documental). Além disso, foram realizadas reuniões com as equipes técnicas das áreas da Cogepe, com sua diretoria e com os chefes dos respectivos departamentos. Paralelamente, debruçou-se sobre o estudo de bibliografias que operam com conceitos e/ou que apresentam resultados de trabalhos relativos a tipologia de documentos. Neste ponto, percebe-se que é preciso avançar, dando maior substância acadêmica e reflexiva sobre o trabalho em curso. Nesse sentido, a participação neste Congresso é de suma importância para colocar o trabalho à crítica de especialistas e, também, coletar referências que possam ter escapado do levantamento inicial, a qual esteve submetido o projeto em execução.

O conteúdo deste texto apresenta o esforço de buscar metodologias e operações para levantar e padronizar o enorme volume de documentos produzidos no âmbito dos recursos humanos. E, sendo este esforço o início de um trabalho, demonstra-se dados parciais, ainda em construção, mas que já podem ser apontados como uma evolução no corpo da Fiocruz e no âmbito da gestão de documentos contemporânea.

1.1 Aproximação teórica

O trabalho conta com o estudo de referências bibliográficas na área da tipologia documental. Alguns autores acionados são conhecidos na academia como pensadores clássicos, que têm promovido reflexões importantes na arquivologia nacional. Neste quadro encontra-se autores como Heloisa Liberalli Belloto e Ana Maria de Almeida Camargo, no contexto nacional. No contexto internacional, tem-se estudado a autora Luciana Duranti, que se consagrou por ter reacendido o debate sobre a Diplomática e a Paleografia. Outros autores também têm sido consultados para a proposição do trabalho em apreço.

Segundo Bellotto (2008), Camargo (2008) e Maria Celina Soares Mello e Silva (2013), os estudos sobre tipologia documental ainda são pouco difundidos na Arquivologia, sobretudo, no âmbito brasileiro. Silva (2013) afirma que o desenvolvimento de estudos voltados para esse campo ainda se encontra em fase embrionária, no Brasil. Ainda não se caracterizam como uma atividade regular para a área, mesmo que nos últimos anos, o assunto venha estimulando interessantes discussões, acerca da sua construção teórico-prático, principalmente em nível acadêmico. A autora considera a questão de suma importância para a gestão de documentos e, principalmente, para

a difusão da informação arquivística, por meio dos instrumentos de pesquisa.

Buscando embasamentos teórico-metodológicos que ajudassem a alcançar os objetivos traçados encontramos os trabalhos desenvolvidos pelos arquivistas paulistas. O estudo desenvolvido por Bellotto explica a tipologia documental como uma ampliação da Diplomática em direção à arquivística, tendo como objeto principal o “tipo documental”. Para a autora, este adquire a configuração a partir da configuração que a espécie documental assume, em consonância com a atividade que o gerou (2008, p. 7 e 8). Percebe-se, então, que o estudo tipológico dos documentos deve ser desenvolvido tomando por base, teorias e práticas ligadas a análise diplomática.

No contexto fluminense, temos como principal referência os trabalhos e reflexões promovidas por Maria Celina Soares Mello e Silva sobre tipologia documental em arquivos pessoais de cientistas e em arquivos de ciência e tecnologia. A autora ressalta que:

O estudo da tipologia documental visa a analisar o documento, considerando sua estrutura física e as informações constantes do documento, como cabeçalhos, forma de introduzir o texto, margem, linguagem, etc. A forma como a informação está configurada permite melhor representação da informação, tornando a recuperação mais eficiente. Mas, para além dessas características, o estudo da tipologia também visa à identificação das atividades que deram origem aos documentos. Cada atividade tem uma maneira própria de expressar suas ações, que tomam forma nos documentos, caracterizando tipos documentais diferenciados. (SILVA, 2013, p. 161)

Ainda com base nos estudos de Silva (2013), é possível conectar as características analisadas em um estudo tipológico dos documentos aos preceitos que norteiam a análise diplomática. Percebe-se, assim, que a Arquivística vem se utilizando de bases teóricas voltadas para os chamados arquivos históricos e aplicando-as na gestão dos documentos administrativos. A retomada e apropriação da Diplomática para o estudo e análise das espécies e dos tipos documentais, deu origem a corrente atual de estudos na Arquivologia, no qual o detalhamento das características documentais é somado ao seu conteúdo e a sua função, sem perder de vista as atividades da instituição/empresa que o geraram. Torna-se fundamental para a realização dos processos de avaliação e descrição, principalmente no caso dos documentos eletrônicos¹. Como diz a autora:

A Arquivística vem utilizando a Diplomática por meio da tipologia documental, nos processos de organização de documentos de arquivo e na construção de séries orgânicas. Segundo Bellotto (2008, p. 93), o laço que se firmou entre a Arquivística e a Diplomática resultou na “diplomática arquivística” ou “tipologia documental”, que só veio enriquecer a metodologia e a prática de ambas as áreas. Assim, a tipologia documental é o estudo mais detalhado do documento e suas características físicas, tais como formato, escrita e matéria, vinculadas à atividade que lhe deu origem. Esta composição permite compreender melhor a lógica orgânica dos conjuntos documentais, relacionando-os às suas competências, sejam elas administrativas, jurídicas ou outras. (SILVA, s/d, p. 185)

1. Segundo definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2008, p. 75), documento eletrônico é um gênero documental composto por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos.

Além dessas referências bibliográficas, que articulam a teoria e a prática, é importante citar a definição constante do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. O instrumento define tipo documental como uma divisão da espécie documental, que reúne as características comuns da fórmula diplomática, conteúdo e técnica do registro (2008, p. 163).

As citações utilizadas são apenas uma demonstração do esforço de embasar teoricamente o trabalho em desenvolvimento. Obviamente, será necessário o aprofundamento das questões conceituais, sobretudo, se há a intenção de sofisticar e ampliar o projeto, dando-lhe uma perspectiva analítica de base acadêmica. Portanto, são pequenos apontamentos teóricos que não esgotam o conjunto de referências do campo. Sendo a análise tipológica um terreno pouco explorado nos estudos arquivísticos, este trabalho se coloca como uma colaboração importante, mesmo contendo dados prematuros. O resultado que se pode alcançar poderá apresentar reflexões relevantes para o campo e para a extensão desta prática aos arquivos de caráter administrativo voltados para a gestão de recursos humanos.

No segmento do Recursos Humanos, sobretudo, no âmbito da administração pública federal, não foi localizado debates teóricos, metodologias e/ou caso que tenha executado ações sobre tipologia de documentos. O levantamento foi preliminar e novos esforços serão realizados, no decorrer do trabalho, para identificar experiências que possam ajudar na consolidação desta prática.

2 | CONHECENDO A INSTITUIÇÃO E A INSERÇÃO DO ARQUIVO

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição de ciência e tecnologia vinculada ao Ministério da Saúde, que este ano completa 118 anos. Seu passado está ligado à fabricação de soros e vacinas em combate a peste bubônica. Ao longo da sua história sofreu diversas mudanças na sua estrutura e ampliando o seu compromisso com a sociedade. Fundada como Instituto Soroterápico, foi transformada em Fundação pela junção de outros institutos congêneres, na década de 1970. Atualmente, tem por missão:

Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais. (FIOCRUZ, Carta de Serviços da Fiocruz, 2014)

Hoje, a instituição é constituída como uma organização administrativa complexa que conta com 16 unidades Técnico-Científicas, com objetivos específicos de: ensino, pesquisa, inovação, assistência, desenvolvimento tecnológico e extensão em saúde. Onze dessas unidades situam-se no Rio de Janeiro, e cinco em demais estados: Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco. Também existe as

unidades técnico-administrativas, vinculadas diretamente à presidência e servem à administração da complexidade institucional: Coordenação-Geral de Administração (Cogead), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), Coordenação-Geral de Infraestrutura do Campi (Cogic), Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico (Cogeplan), uma representação em Brasília (Fiocruz Brasília). Conta também com os escritórios regionais: Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rondônia. Vale lembrar que a instituição possui uma estrutura significativa no corpo da própria presidência do órgão. (FIOCRUZ, Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020, 2016)

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), inicialmente nomeada por Diretoria de Recursos Humanos² (Direh), foi criada em 1992, com a tarefa de formular e implementar as políticas e estratégias da gestão do trabalho “integrando ações de administração de pessoal, de desenvolvimento de pessoas e de saúde do trabalhador” para toda a Fiocruz. Tem a atribuição de cuidar e acompanhar a vida funcional e a carreira dos servidores, bolsistas, terceirizados e aposentados vinculados à Fiocruz. Para dar conta das suas atribuições, está dividida em quatro macro departamentos: Departamento de Administração de Recursos Humanos (DARH); Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH); Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST) e Creche, subdivididos em núcleos e seções. Além das áreas de assessoria, que apoiam diretamente a Direção. A Creche atende os filhos dos servidores e possui um conjunto diverso das documentações comuns às atividades de RH. A estrutura de recursos humanos existente na instituição obedece a lógica descentralizada. As demais unidades possuem áreas específicas de RH, denominadas de Serviços de Recursos Humanos (SRHs), que possuem a ordenação de atender as demandas dos trabalhadores locais, uma espécie de atendimento especializado. Um ponto importante e que cria certa dificuldade na gestão é que os SRHs possuem autonomia e estão submetidos à hierarquia da unidade. Em função disso, a Cogepe precisa de um esforço importante para congregar decisões de forma coletiva e buscar o alinhamento permanente no cumprimento dos procedimentos. A esta situação não escapa as questões de padrão documental. Por mais que a Cogepe desenhe os formulários básicos, é possível que os SRHs produzam expedientes paralelos e aleatórios.

O Núcleo de Arquivo (Narq) constitui o organograma da Cogepe e foi instituído em 2008. Tem por objetivo principal implementar a política de gestão documental voltada para o segmento específico dos registros oriundos dos processos de trabalho que subsidiam a Coordenação-Geral e demais SRHs. Antes da estruturação do setor, a atividade de tratamento do acervo dos setores estava vinculada ao Sistema Integrado de Gestão de Documentos e Arquivos (Sigda), da Casa de Oswaldo Cruz (COC). Era sustentado por meio de um projeto de pesquisa e realizado por bolsistas contratados

2 Por meio do Decreto nº8.932, de 14 de dezembro de 2016, que aprova o novo Estatuto da Fundação Oswaldo Cruz e dá outras providências, a Diretoria de Recursos Humanos passa a ser denominada por Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

para esse fim. Após a criação do Narq, o que antes era pensado como um projeto, foi transformado em uma estrutura física com compromissos e metas alinhadas ao planejamento da Cogepe.

O Narq, inicialmente, realizou um levantamento de toda a documentação acumulada nas áreas e setores, e também no arquivo intermediário, para elaboração de um plano de atuação. À época, o acervo intermediário encontrava-se acumulado em local de guarda hierarquicamente vinculado à Cogead, de competência do Setor de Arquivo e Microfilmagem (SAM). O acúmulo trazia prejuízos ao acesso rápido e confiável às informações. Após exaustivo trabalho, houve ganhos significativos para a Coordenação-Geral, como: processo de transferência controlado; tratamento documental com base na conservação preventiva; acondicionamento adequado; instrumentos de controle de documentos; procedimento de atendimento ao usuário; acompanhamento e avaliação do processo de atendimento; elaboração de POPs; organização de massa documental acumuladas nas áreas; alinhamento com diretrizes e procedimentos estipulados pelo Arquivo Nacional e pela COC. Por fim, a inserção e o reconhecimento por partes das demais áreas de RH do trabalho executado pela equipe da gestão de documentos. As citações exemplificam um pedaço do trabalho que tem sido desenvolvido e serve para introduzir o contexto de onde nasce a proposta de ação voltada para o estudo das tipologias documentais de RH. Para a execução do seu trabalho, o Narq conta com a parceria da SAM/Cogead para a guarda do acervo intermediário, após tratamento e correto procedimento de transferência. Também participa da Comissão de Avaliação Permanente, vinculada à COC.

Além disso, a estrutura do Narq está dividida em dois espaços físicos: um voltado para toda a Coordenação-Geral e outro que atende especificamente o Arquivo Médico, vinculado à área de Saúde do Trabalhador. É preciso citar ainda, que o Narq administra diretamente conjuntos documentais como: dossiês funcionais de aposentados; acervo de concursos públicos; prontuários médicos dos trabalhadores e auxilia todo o tratamento do acervo da Creche. As ações destacadas conformam as principais atuações do Narq. Escapa deste contexto as atualizações permanentes realizadas por meio de visitas a arquivos e capacitações técnicas; a participação em outras instâncias institucionais com vistas a aprimorar o trabalho cotidiano; a participação em comissões técnicas voltadas para a Lei de Acesso à Informação e para a implantação de políticas de comunicação institucional. A realização de capacitações técnicas, cursos, visitas técnicas (dentro e fora da Fiocruz) e a elaboração de um conjunto de atividades exigidas pela administração de um legado importante para a Fiocruz e que atinge diretamente a vida de mais de seis mil trabalhadores, que formam a força de trabalho da instituição.

Um empreendimento importante em desenvolvimento e que merece destaque diz respeito à implantação do Assentamento Funcional Digital. Projeto desenhado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), visa transformar o acervo físico que constituem os dossiês funcionais da força de trabalho ativa e inativa

em documentos eletrônicos. O objetivo é a otimização, a segurança, a celeridade e preservação do volume gigantesco de documentos que constitui o Executivo Federal,

3 | A TIPOLOGIA DOCUMENTAL NA COGEPE/FIOCRUZ

Pretende-se, neste capítulo, relatar a experiência propriamente dita de execução do estudo das tipologias documentais produzidas no âmbito dos recursos humanos. Lembra-se que o trabalho está em desenvolvimento, portanto, aqui estão expostos apenas dados e reflexões primárias.

Como descrito na apresentação, algumas não-conformidades e/ou considerações a respeito da produção e uso de formulários na Cogepe contribuíram de forma incisiva para a proposta em curso. De início, o Narq começou a operar com a revisão de procedimentos que envolviam a instrução, trâmite, guarda e acesso dos processos administrativos sob responsabilidade das áreas de RH ou que por elas circulavam. Em função disso, foram realizadas, em 2013, 2014 e 2015, as Oficinas de Aperfeiçoamento de Processos Administrativos. Constituíam-se de uma agenda de encontros com as áreas da Cogepe e com os SRHs, cujo propósito era repensar a forma de trabalho com esses expedientes. Desses encontros saiu um volume considerado de críticas, apontamentos e dificuldades inerentes tanto ao processo de trabalho, quanto aos documentos. Foi apontado, por exemplo, que os formulários vinculados ao Manual do Servidor³ encontravam-se despadronizados e sem uma sistemática de produção, controle e revisão. Portanto, por diversas vezes, os usuários (áreas da Cogepe, SRHs e trabalhadores) utilizavam documentos fora de uso. A referência às Oficinas é emblemática e trouxe aprendizados e inovação ao *módus operandi* da Coordenação-Geral. É, com frequência, citada pelas diversas áreas como um modelo de sucesso que deve ser retomado e ampliado. Porém, aqui serve de amostra para explicar de onde nasce a ideia de implantar a complexa tarefa de estudar os modelos documentais de RH.

No primeiro semestre de 2015, diante do quadro exposto, e, também, na iminência das revisões dos POPs da unidade, o Narq debruçou-se sobre a investigação da real situação da produção dos documentos da Cogepe. Começou a observar os formulários eletrônicos, vinculados ao Manual do Servidor, e identificou divergências entre diversos documentos, ora pela despadronização, ora pela desatualização. Além da existência de múltiplos lugares de arquivamento, confirmando a situação relatada durante as Oficinas.

Assim, empenhado em ampliar seu compromisso na melhoria da gestão documental da Cogepe, o Narq deu início a tarefa de revisar os documentos produzidos pelos diversos setores da unidade. Preliminarmente, definiu como recorte

3. O Manual do Servidor configura-se em uma página da Web, localizada no site da Cogepe, cujo objetivo é o acesso direto do servidor Fiocruz a matérias de seu interesse, com informações a respeito de benefícios a serem requeridos e com área destinada aos formulários eletrônicos para tais requisições.

os formulários do Manual do Servidor, por estes servirem de base para a solicitação de direitos e benefícios pelos servidores da Fiocruz e impactarem, sobremaneira, a vida funcional. Além disso, os formulários estão estreitamente ligados às funções e atividades desenvolvidas cotidianamente pelas áreas e setores da Cogepe e SRHs. A proposta de iniciar pelos formulários atendia a precaução de estipular um recorte possível de trabalho. Uma espécie de projeto-piloto, a partir do qual se expandiriam para demais documentos, após devidos ajustes oriundos desse passo. Ademais, era uma experiência nova que requeria fôlego, parceria constante com os usuários e produtores documentais e sustentação de longo prazo. Ou seja, a negociação e a cooperação podem ser citadas como um dos maiores ganhos, até o momento, deste trabalho.

Após a determinação em atuar na questão, a equipe definiu um conjunto de atividades, como: elaboração de plano de ação, diagnóstico, criação de instrumentos para acompanhamento e registro das metas, definição de responsável e estabelecimento de rotina específica. Entre os resultados definidos previamente estava a eliminação de duplicidades, atualização dos formulários, eliminar desperdícios, otimizar o esforço das equipes e servidores, além, claro, de dar maior confiança e qualidade ao universo dos recursos humanos.

3.1 Desenvolvimento do trabalho

Inicialmente, foi traçado o objetivo de instituir a padronização dos formulários produzidos pelas áreas e serviços da Cogepe e pensou-se como produto final o “Mapa documental de Recursos Humanos”. A proposta estava alinhada à Oportunidade de Melhoria (OM): “Definir matriz sobre os tipos de documentos geridos pelo Narq e o período que cada um deles deve permanecer na área de origem”. A OM é oriunda da auditoria de qualidade realizada na Coordenação-Geral, cujo controle é de responsabilidade da área de Qualidade da unidade.

Estabeleceu-se, assim, que o estudo da produção documental de RH iniciaria pela análise dos formulários eletrônicos do Manual do Servidor, visto que era de fácil mapeamento, por estarem acessíveis na Intranet da unidade e, alguns, alinhados aos POPs, facilitando a vinculação a atividade e função originadora.

O Plano de Ação (PA) tem caráter dinâmico, pois é necessária a revisão e adaptação constante, considerando as etapas desenvolvidas e a realidade das áreas envolvidas. Entre as atividades constantes no PA, encontra-se: Elaborar formulários para o levantamento documental; Levantar as áreas da Cogepe⁴; Elaborar agenda e realizar reuniões com as diversas equipes; Realizar reuniões de pactuação com a diretoria e chefes dos departamentos; Analisar os formulários; Validar e atualizar os formulários; Absorver a tarefa de desenhar os formulários (inicialmente desenvolvida pela equipe de Tecnologia da Informação – TI); Divulgar alterações realizadas.

4. A Cogepe possui um organograma oficial, mas múltiplas equipes operam como áreas/setores e não configuram no documento oficial. Por isso, a necessidade de contrapor o organograma com a realidade da unidade.

Na fase do Diagnóstico situacional, a equipe identificou que haviam três espaços distintos nos quais eram arquivados os formulários. Dois deles eram espaços virtuais. Um estava submetido à intranet da unidade e ligado ao Manual do Servidor. Outro, pertencia ao repositório eletrônico da unidade. E, por fim, o terceiro eram os próprios setores que mantinham modelos/matrizes impressas sob sua guarda. Assim, foi necessário a análise de todos esses lugares de acesso e guarda. A seguir, a descrição dos espaços de modo mais explicativo:

Manual do Servidor – acessível pelas páginas da web e intranet da Fiocruz e da Cogepe, sendo o único espaço que permite o acesso total, tanto pelos diversos setores e trabalhadores de RH, quanto pelos servidores da Fiocruz. Esse lugar deveria representar o acesso ao documento atual e padronizado conforme normas estabelecidas;

Repositório de rede Cogepe (I:) – local que contém a réplica dos formulários; repositório eletrônico, de acesso interno dos funcionários da Cogepe, e que permite o uso no caso de inaccessibilidade da rede Web. Os modelos são dispostos em uma “pasta pública”, pois há na Cogepe o controle de acesso a documentos eletrônicos por meio de senhas de acesso e controle de usuário. Trabalho desenvolvido pela Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia de Informação (Cogetic), em parceria com o Narq;

Departamento/setores da Cogepe – locais de guarda física, nos quais foram realizadas visitas/reuniões com as equipes com o objetivo de confrontar/validar os formulários (físicos e eletrônicos) e definir a versão atual dos formulários.

Realizada a primeira análise, foram diagnosticados os seguintes problemas:

1. Inexistência de procedimento ou sistema eletrônico que registre o número de formulários produzidos pela Cogepe e suas respectivas versões; como uma lista mestra por departamento, por exemplo;
2. Ausência de área responsável pela produção, controle e formatação de formulários/documentos, com atribuição específica;
3. Inexistência de procedimento ou sistemática definida relativa à criação de novos formulários/documentos. Algumas áreas solicitam ao setor de informática, e outras produzem no próprio setor;
4. Falta de definição de periodicidade de revisão/atualização de formulários/documentos. Os setores alteram conforme as suas necessidades e tempos;
5. Existência de formulários inacessíveis ao usuário no Manual do Servidor. Alguns links de acesso apresentaram-se corrompidos ou com o formulário inexistente;
6. Desatualização de formulários. Existência de link disponível na Intranet/Fiocruz que remetia à uma versão desatualizada do Manual do Servidor;
7. Despadronização de formulários. Havia formulários disponíveis na Intranet/Fiocruz e no repositório de rede com elementos, nomenclaturas e versões distintas;

8. Divergência do quantitativo de formulários no repositório de rede em contraposição com os acessíveis no Manual do Servidor;
9. Inexistência de acesso direto aos formulários junto à descrição/explicação dos direitos e benefícios constantes no Manual do Servidor. Quando o trabalhador, SRHs e demais usuários acessam o Manual, encontram uma espécie de tutorial, com uma lista explicativa sobre os atos administrativos/jurídicos. Exemplo: abono de permanência, férias, titulação, etc. É necessário entrar na parte denominada “Formulários” para ter acesso aos mesmos.

Posteriormente, foi realizado um levantamento quantitativo dos formulários armazenados no repositório eletrônico “Cogepe_Publica”. Lá, foram levantados o total de 167 formulários. O número, porém, representava o triplo de formulários existentes no Manual do Servidor. Isso indicava a duplicidade de vias, salvas ora em Word, ora em PDF e Excel; e, a manutenção de versões fora de uso. De modo a exemplificar, ilustra-se o levantamento realizado utilizando o termo “Adicional Noturno”. A pesquisa retornou nove (9) resultados diferentes, no que, teoricamente, se configuraria em um único documento.

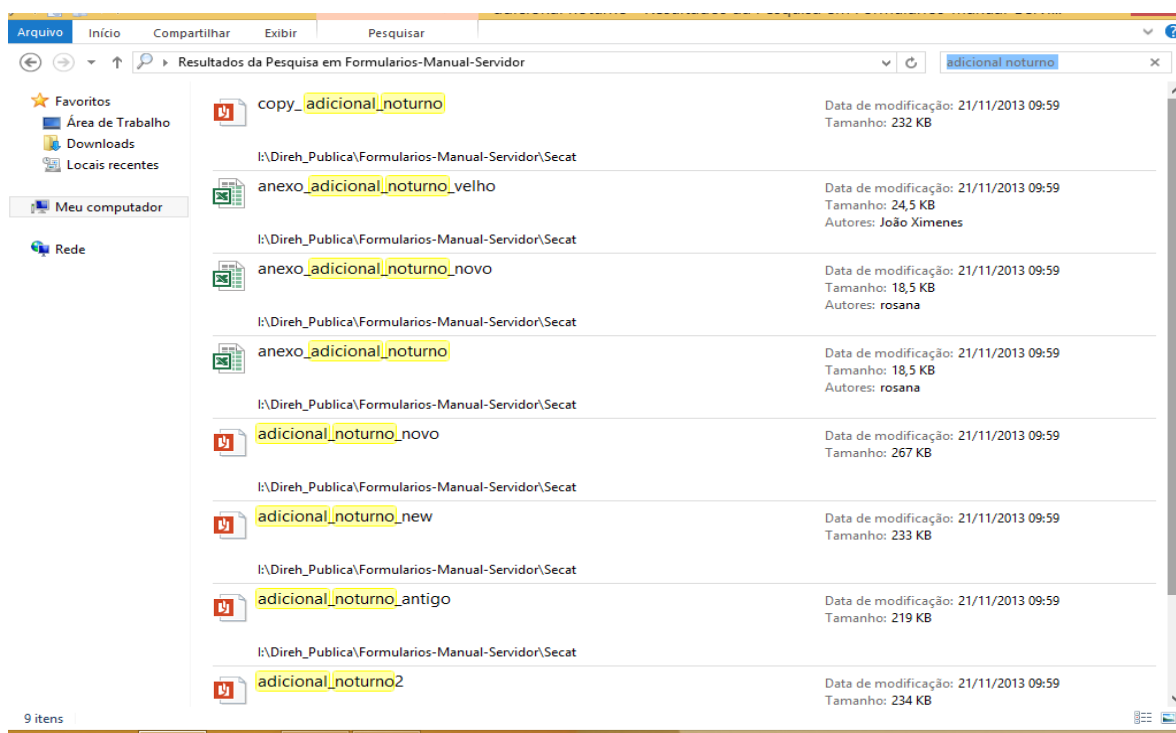


Figura 1 – Resultados encontrados em busca pelo termo “Adicional Noturno” em diretório de rede

Fonte: Diretório de rede “Cogepe_Publica”

O quadro apresentado é reproduzido para outros documentos. O panorama torna o uso e trabalho com os formulários/documentos um elemento sensível para a gestão eficiente. Além de transmitir insegurança aos múltiplos usuários e emperrar, em alguns casos, a concessão de direitos e benefícios.

Um ponto de divergência, relatado pelas equipes técnicas das áreas/setores

durante as reuniões com o Narq, foi a insegurança promovida após a perda de documentos eletrônicos em função de um sinistro (incêndio) no repositório de rede da Fiocruz, ocorrido em 2012. Em função disso, a recuperação eletrônica, realizada pela TI, permitiu a inclusão de formulários obsoletos. Algumas áreas começaram a manter uma via em suas máquinas, sobretudo os SRHs, e passou-se a utilizar o repositório de rede “Direh_Publica”, subpasta “Formularios-Manual-Servidor”, para armazenar outra via. Portanto, uma situação permissa e favorável a duplicidade e insegurança.

Como citado no item 6 dos problemas diagnosticados, o Manual de Servidor possuía duas versões, uma acessível pela página da Fiocruz, na web, e o outra pelo portal da Cogepe, que à época, ainda era denominada por Direh. A versão antiga datava de 2005, em extensão de arquivo em PDF, como apresentada na Figura 2, o que impedia o acesso aos formulários.



Figura 2 – Imagem demonstrativa de versão obsoleta do Manual do Servidor

Fonte: site da Fiocruz

A versão em vigência havia sofrido atualizações no ano de 2014 e tem um padrão distinto, como demonstra a Figura 3.

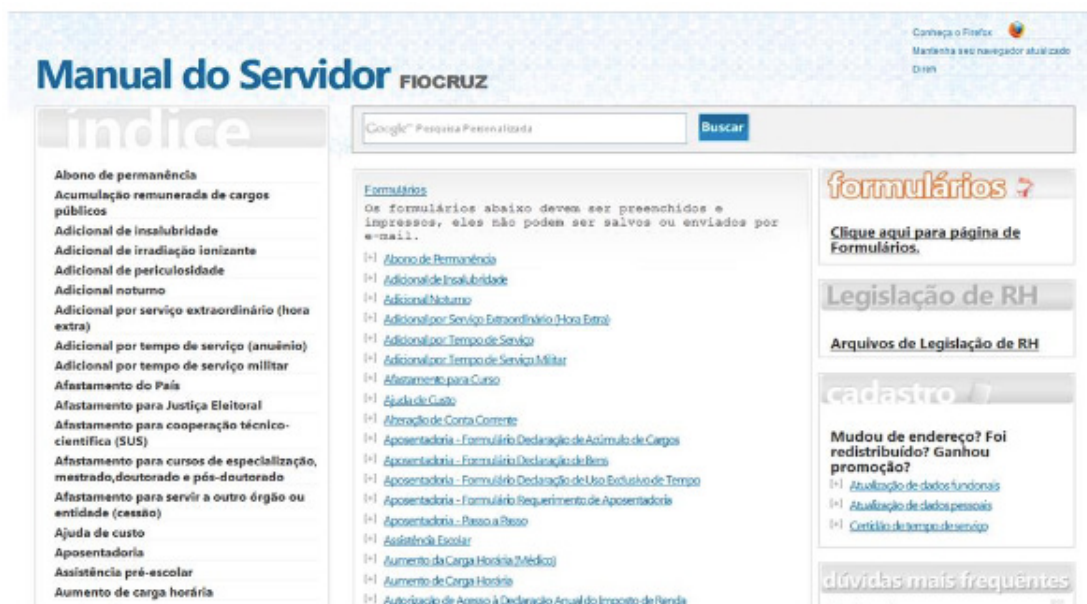


Figura 3 – Imagem demonstrativa de versão atualizada do Manual do Servidor/Fiocruz

Fonte: Site da Cogepe

Imediatamente após identificação do erro, o Narq solicitou a devida correção junto à Assessoria de Comunicação (Ascom). Este é outro exemplo do desequilíbrio promovido pela inexistência de controle documental.

Diante da situação levantada, o Narq definiu como ações prioritárias:

1. Alterar o *template* dos formulários eletrônicos, com a finalidade de definir o padrão Cogepe, adequando os documentos às orientações arquivísticas e funcionais;
2. Realizar estudo com base nas referências da área da tipologia documental (Diplomáticas e Paleografia);
3. Atualizar todos os formulários disponíveis no Manual do Servidor;
4. Organizar as versões existentes no repositório eletrônico, mantendo apenas a cópia idêntica da existente no Manual;
5. Instituir uma sistemática de produção e controle de formulários/documentos na Cogepe, definindo responsáveis e procedimentos;
6. Transformar o Narq na área responsável pela implantação e acompanhamento da sistemática estabelecida;
7. Estabelecer parcerias com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), área responsável pela TI na Fiocruz, com a Ascom, responsável pelo controle do Manual do Servidor e, com o Serviço de Legislação e Análise (Selap), da Direh, responsável pela avaliação dos itens legislativos dos formulários;
8. Criar um plano de comunicação e divulgação do trabalho realizado;
9. Elaborar mapa documental de recursos humanos, que subsidiará a construção do glossário de tipologia documental de RH;

3.2 Resultados primários

Como já explicado, o texto apresenta um trabalho em curso. Assim, tem-se apenas relatos primários para demonstrar o andamento, dificuldades, ganhos, e as consequências já observadas. A investigação exigiu o trabalho de levantar todas as áreas da Cogepe, associando-as à produção de cada formulário investigado e, conseqüentemente, das funções e atividades que motivavam a sua criação. Além disso, foi preciso a definição prévia da sistemática de produção de documentos, o alinhamento com as áreas envolvidas e os arranjos institucionais para iniciar a operação atual de produção de documentos na unidade.

Como resultado, obteve-se o total de quatro (4) áreas produtoras principais, sendo elas: Serviço de Cadastro de Ativos (Secat), Setor de Benefícios (Seben), Seção de Aposentadorias e Pensões (Secap) e Serviço de Gerenciamento de Carreiras (Segec).

O cenário existente na Cogepe envolvia diversas áreas na gestão dos formulários, como a Ascom, o Seplat, a Cogetic, a Qualidade e seus diversos setores. A ação primordial ordenava para a negociação com todos esses entes, na definição e implantação da sistemática proposta. De forma escalonada, foi desenhado o modelo de produção e controle de formulários/documentos, a sistemática em si, e combinado com as áreas como seria implantada. Assim, o Narq assumiu a tarefa de administrar a produção, o controle, a guarda e as revisões dos formulários, além, da permanente divulgação, para toda a Fiocruz, das mudanças ocorridas. O fluxo desenhado pelo Narq segue a seguinte lógica: a área demanda a produção de um novo formulário/documento ao arquivo e encaminha a matriz. O Núcleo analisa e verifica se a versão respeita a identidade visual da Coordenação-Geral e se os elementos tipológicos estão conformes. Após aprovação, elabora a versão eletrônica no sistema adequado e anexa ao Manual do Servidor. Paralelamente, inclui o documento no mapa documental da Cogepe. A partir dos ajustes realizados, o formulário/documento recebe uma codificação específica contendo: o Código de Classificação Documental da Fiocruz (aprovado pelo Arquivo Nacional em 2007), o código relativo ao POP, com número de formulário, e o número da revisão. Exemplo: Requerimento de Abono de Permanência – codificação: CCD.024.112_FRM-DARH-07.1_R00.

Posteriormente, em 9 de agosto de 2016, após a concordância das áreas, apresentou-se a proposta à equipe gestora da Cogepe (composta pelo Coordenador-geral de RH, chefes de Departamentos/Coordenação e Creche, e alguns assessores), que prontamente subscreveu a proposta.

Em outro momento, um conjunto de reuniões foram realizadas com as equipes envolvidas, responsáveis pelos respectivos formulários. Ao todo foram feitos 20 encontros, iniciados em 9 de novembro de 2015, que serviram como momento de ajuste dos expedientes, e, também, como espaço de pactuação e alinhamento da implantação

da sistemática em curso. Nessas reuniões, foram definidos os responsáveis de cada área que fariam a interlocução com o Narq, para a avaliação e ajuste dos formulários.

Posteriormente, já com o trabalho de atualização dos formulários em andamento, foram inseridos ao Manual do Servidor três (3) novos formulários, relativos ao Núcleo de Perícia e Avaliação Funcional em Saúde (Nupafs), da CST. Este setor não tinha sido mapeado no levantamento inicial como uma área produtora de formulários ao Manual. Os formulários do Nupafs, já seguindo a nova orientação de produção documental, foram enviados diretamente ao Narq, onde passaram pela análise e configuração de formato.

O quadro abaixo (Tabela 1), contém um compilado de dados quantitativos resultantes das primeiras etapas do trabalho:

Realizado no período de Nov/15 à Jan/16	ÁREAS	QUANTITATIVO DE FORMULÁRIOS (Pasta “Cogepe_Publica”)	Nomenclaturas encontradas (Exemplos)
DARH	Secat	88 formulários	Redução de Carga Horária, Marcação/ Alteração de Férias, Requerimento de Abono de Permanência, Termo de Posse, Adicional Noturno, entre outros.
	Seben	35 formulários	Cadastro de Dependentes, Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, Declaração de União Estável, entre outros.
	Secap	10 formulários	Declaração de Bens, Declaração de Tempo de Serviço, Aposentadoria, Termo de Opção, entre outros.
DDRH	Segec	10 formulários	Afastamento para Curso de Capacitação, Reenquadramento no Cargo Anteriormente Ocupado, Estágio Probatório, entre outros.

Tabela 1 – Levantamento de formulários do Manual do Servidor em pastas de rede

Fonte: Diretório de rede “Cogepe_Publica”

Além do quantitativo apresentado por área na Tabela 1, foram também encontrados vinte e quatro (24) formulários avulsos (fora das pastas destinadas a cada área), totalizando 167 formulários analisados.

Durante o período delimitado na Tabela 1, o quantitativo de formulários revisados

foram de 20, no Manual do Servidor, enquanto que, em relação aos documentos de gestão, o quantitativo ficou em 14 modelos de documentos.

3.3 Novas perspectivas

Em janeiro de 2017, com a alteração da denominação de Diretoria de Recursos Humanos (Direh) para Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), os formulários do Manual do Servidor e os documentos de comunicação oficial da unidade (Memorandos, ofícios, portarias, entre outros) passaram novamente por atualização, recebendo a nova identidade visual (logomarca) proposta pela Coordenação de Comunicação Social da Presidência da instituição (CCS-Presidência). Neste contexto de transição, além do retrabalho com a padronização dos formulários do Manual e os documentos de comunicação citados, surgiram demandas não previstas para esta fase inicial, relativas aos documentos de gestão das áreas, adiantando assim, parte da segunda etapa do projeto de mapeamento documental, com a revisão e, também, a padronização desses expedientes.

Em julho de 2017, o Núcleo de Arquivo da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Narq-Cogepe) realizou uma Oficina com os SRHs da Fiocruz e demais áreas de sua unidade, para o retorno dos resultados obtidos com o projeto de padronização de formulários do Manual do Servidor. Nesta Oficina, foi reafirmada a posição do Narq como o agente condutor de todo o processo de padronização e mapeamento de expedientes produzidos no âmbito dos recursos humanos desta instituição, como também a importância da parceria entre este Núcleo e estas áreas para o desenvolvimento, alinhamento e continuidade deste trabalho.

Ainda nesta Oficina, foi apresentado e pactuado o fluxograma de trabalho que oficializou o Narq como o centro operacional para alteração/elaboração de formulários do Manual do Servidor e demais documentos de gestão. Com este fluxo estabelecido e divulgado aos SRHs/áreas da Cogepe, o Núcleo passa a sistematicamente revisar e atualizar os formulários no Manual do Servidor, atendendo as demandas apontadas pelas próprias áreas, ficando responsável pela análise e adequação dos modelos enviados ao padrão estabelecido e também pactuado neste mesmo momento.

Concluindo o trabalho de padronização dos formulários do Manual do Servidor, com o total de oitenta (80) formulários padronizados e codificados, traçou-se a próxima etapa para o aprimoramento do projeto de mapeamento dos documentos de RH. Considerando-se os apontamentos feitos pelo grupo participante da Oficina, sobre o preenchimento dos dados do servidor em cada formulário, sendo apontado como algo repetitivo, pensou-se como uma melhoria dos modelos já disponíveis no Manual, a automatização no preenchimento dos campos de informação do servidor. Com os dados alimentados pelo SGA-RH, ficou definido pelo grupo, que os melhores campos para a pesquisa e extração desses dados de preenchimento automático seriam a matrícula SIAPE e o CPF do servidor.

Em ação conjunta com a Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia de Informação (Cogetic), foi elaborado o primeiro protótipo de um formulário automatizado. Escolhido para este primeiro teste, o formulário de “Licença-Prêmio” ganhou seus campos de preenchimento automático, e após submetido à aprovação da área responsável pelo desenvolvimento do processo, este formulário ficou disponível no Manual do Servidor para utilização e avaliação dos SRHs. Por questões operacionais internas da Cogetic, a extensão deste projeto para os demais formulários do Manual do Servidor ficou prejudicada, e atualmente, apenas três (3) formulários estão sob este formato. Cada produção de formulário solicitada passou a ser realizada por Plano de Atendimento (PA), o que acarretou em um emperramento da dinâmica de trabalho, estendendo o prazo para a conclusão da conversão dos modelos disponíveis em modelos automatizados.

A capacitação na ferramenta de edição dos formulários (Adobe LiveCycle Designer ES4) e também a permissão de *upload* direto dos modelos para o Manual do Servidor, foram ganhos importantes para a otimização deste processo e para o estabelecimento do Narq como o ponto central deste trabalho. Porém, por tratar-se de um trabalho que em determinados momentos demanda parceria com outras unidades/setores, algumas questões fogem ao controle e acabam impactando negativamente nos resultados almejados.

Outro ponto, ocorrido também neste mesmo ano de 2017, e que merece uma menção como mais um fato que impactou no trabalho com os formulários automatizados, foi a implantação de um módulo para requerimentos do servidor dentro do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe). Este Sistema, implantado pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SGP/MPDG), está alinhado ao projeto do Assentamento Funcional Digital (AFD), do mesmo Ministério, e já em fase de execução na Cogepe. Visando gerar e gerenciar os requerimentos dos servidores de forma eletrônica, este módulo contempla alguns formulários que estão disponíveis no Manual do Servidor da Fiocruz (Exemplos: Autorização de acesso à declaração de ajuste anual do IRRF, Auxílio Transporte, Cadastro de Dependentes). Ainda em estudos sobre a operacionalização do Sistema na Cogepe, ficou pactuado que os formulários do Manual permaneceriam em uso e apenas as novas demandas de formulários seriam elaboradas neste modelo automatizado.

Em processo de Certificação da Norma NBR ISO 9001/2015, ainda no ano de 2017, a Cogepe passou por uma visita de verificação de procedimentos, sendo uma das etapas principais a checagem dos documentos e do trâmite documental descritos nos POP's apresentados para cada área. Isto gerou o aumento da demanda para a análise e padronização dos documentos de gestão, além da elaboração de novos formulários para o Manual do Servidor. Dando segmento ao processo, no início de 2018, a Cogepe passa novamente por auditoria de supervisão da Norma, para a revisão dos processos de trabalho. Foi observado um salto qualitativo na conformidade dos processos realizados na unidade, proporcionado pelo alinhamento dos documentos/

formulários aos procedimentos operacionais. O que ajudou a compor a percepção da eficiência e eficácia destes processos de trabalho desenvolvidos pela Cogepe, firmando assim a importância do trabalho desenvolvido pelo Narq.

Um ganho substancial do trabalho tem sido o reconhecimento do Narq como área estratégica e definidora de orientações de cunho institucional. Há muito ainda a ser feito, mas, observa-se que o trabalho é possível e permitirá ganhos importantes para a gestão documental, preservação e acesso aos documentos.

4 | POTENCIALIDADES E DESAFIOS

No dia 27 de outubro de 2016, foi realizada uma visita técnica ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) para iniciar uma conversa com a pesquisadora Maria Celina Soares de Mello e Silva. Desse encontro resultou a sugestão de transformação do trabalho em uma investigação científica e acadêmica.

O trabalho em execução já apresentou ganhos substanciais ao Narq e à equipe envolvida. Porém, ainda é uma experiência embrionária que precisa ser submetida à crítica para avançar na construção sustentável de uma proposta real de estudo tipológico. Manter o foco e o objetivo, diante de uma enormidade de tarefas é um dos maiores desafios. Porém, ter o trabalho como o objeto de interesse da Cogepe e estipulado como meta junto ao processo de avaliação de desempenho da equipe do Narq, permitirá o sucesso do trabalho. O volume de documentos produzidos pela administração dos processos de RH demandará um trabalho árduo, porém, se bem executado poderá se tornar referência para o sistema público brasileiro, assim como poderá ser replicado para outros segmentos da Fiocruz.

Um desafio ainda em análise, é a inserção de outros agentes institucionais, envolvidos com a administração de acervos arquivísticos, como parceiro deste trabalho.

Uma prospecção é a realização de um convênio com o Mast que permita refletir analiticamente sobre o trabalho, e, também, construir uma metodologia baseada nas experiências já desenvolvidas pelas equipes dessa organização.

Um potencial importante, que tem sido alvo de reflexão da equipe, é a transformação deste trabalho em um objeto de pesquisa, de cunho acadêmico e científico. Pequenos passos já estão sendo dados nessa direção, como a participação neste Congresso; e a conversa com a Casa de Oswaldo Cruz (COC) para convergência de interesses e desdobramentos. Há uma perspectiva de que o trabalho se torne referência de estudos, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da instituição.

Fechamos a descrição deste projeto com a certeza de que grandes avanços ainda estão por vir, subsidiados pela reflexão teórica e pela crítica construtiva.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).

_____. **Diplomática e tipologia documental**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996

DURANTI, L. **Diplomática aplicada a documentos convencionais e digitais**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FIOCRUZ. **Carta de Serviços da Fiocruz**. 3^a ed. Rio de Janeiro, outubro de 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020**. Rio de Janeiro, março de 2016

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258f. Tese (Doutorado em Historia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013.

_____. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1-88, jul./dez. 2013.

NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM REGISTROS FOTOGRÁFICOS: O ACERVO DA UFPE, A CIÊNCIA E OS CIENTISTAS

Emanuela Sousa Ribeiro
Ana Cláudia de Araújo Santos

RESUMO: Este trabalho visa apresentar reflexões de natureza teórica e metodológica acerca do patrimônio de ciência e tecnologia no acervo fotográfico da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O acervo de fotografias da UFPE é composto por aproximadamente vinte mil fotografias, a sua maioria em preto e branco, produzidas no contexto institucional, entre 1946 e 2002. São fotografias que registram os momentos que a instituição considerou significativos para sua história, abrangendo inaugurações, eventos, construções, festividades, solenidades, entre outras vivências que foram consideradas relevantes para serem perenizadas através do registro fotográfico. Após o tratamento físico deste acervo realizou-se uma seleção de imagens que foram consideradas, pelas autoras, como relativas ao patrimônio de C&T, sendo possível identificar alguns padrões no tipo de fotografia produzida, que indicam o predomínio de determinados recortes do patrimônio de C&T, seja por áreas do conhecimento, seja pela forma de representação dos cientistas, seja pela exclusão de determinadas áreas do conhecimento. Percebe-se, portanto, que este acervo, apesar de ter sido produzido durante cerca de meio

século, e por duas dezenas de fotógrafos diferentes, apresenta construções imagéticas que criam uma representação idealizada da ciência e dos cientistas, se distanciando da ideia de ciência como atividade de trabalho cotidiano, mesmo em uma universidade. Este trabalho dialoga especialmente com o referencial teórico proposto por RIEGL (1999), DELICADO (2008, 2015), PANESE (2007), LOUREIRO (2009), GRANATO (2009) e MANINI (2002), autores que versam sobre a comunicação científica, identificação e registro do patrimônio de C&T, como também os que propõem metodologias específicas para o tratamento informacional da fotografia. Desta forma, o trabalho visa contribuir com a ampliação da discussão acerca do Patrimônio de Ciência e Tecnologia partindo do documento fotográfico, compreendido como o próprio objeto de C&T.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio de C&T; Patrimônio Universitário; Fotografia; UFPE

ABSTRACT: This paper presents theoretical and methodological reflections about science and technology heritage in the photographic collection of the Federal University of Pernambuco (UFPE). The UFPE photo collection consists of about twenty thousand photographs, mostly in black and white, produced in the institutional context, between 1946 and 2002. They are photographs that record the moments that the institution

considered significant for its history, covering inaugurations, events, buildings, festivals, ceremonies, and other experiences that were considered relevant to be eternalized through the photographic record. After the physical treatment of this collection took place a selection of images that were considered by the authors as related to S & T heritage, it is possible to identify some patterns in the type of photography produced, indicating the predominance of certain cuts of the equity of S & T heritage, or by areas of knowledge, either by way of representation of scientists, is the exclusion of certain areas of knowledge. It is clear, therefore, that this collection, although it was produced for about half a century, and two dozen different photographers, presents imagery buildings that create an idealized representation of science and scientists, shunning science idea as daily work activity, even at a university. This work dialogues especially with the theoretical framework proposed by RIEGL (1999), DELICATE (2008, 2015), PANESE (2007), LOUREIRO (2009), GRANATO (2009) and MANINI (2002), authors who deal with science communication, identification and registration of S & T assets, as well as those who propose specific methodologies for informational treatment of photography. Thus, the work aims to contribute to expanding the discussion of Science and Technology Heritage starting from the photographic document, approached as the S&T object itself.

KEYWORDS: S & T heritage; University heritage; Photographs; UFPE

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa contribuir com a ampliação da discussão acerca do Patrimônio de Ciência e Tecnologia partindo do documento fotográfico, compreendido como o próprio objeto de C&T. Para tanto, são realizadas reflexões de natureza teórica e metodológica acerca da identificação do patrimônio de ciência e tecnologia no acervo fotográfico da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), utilizando-se estas fotografias como casos exemplares de situações em que o processo de patrimonialização e o processamento técnico, através de métodos de documentação em museus, implicam no reconhecimento das fotografias como patrimônio cultural de C&T.

O acervo de fotografias da UFPE é composto por aproximadamente vinte mil fotografias em papel, a sua maioria em preto e branco, produzidas no contexto institucional, entre 1946 e 2002. Trata-se de fotografias que foram produzidas por diversos órgãos de imprensa universitária, que se sucederam também na guarda do acervo, o qual até 2013 esteve sob a guarda da Assessoria de Comunicação da UFPE, passando no mesmo ano para a responsabilidade do Memorial Denis Bernardes, órgão de preservação da memória institucional vinculado ao Sistema de Bibliotecas da Universidade.

Entre 2013 e 2016 o acervo foi tecnicamente tratado, através de metodologias de documentação e conservação em museus, período em que se assistiu um renovado

interesse institucional pelas mesmas, bem como, pôde-se perceber novas atribuições de sentido em torno do acervo.

Durante o processamento técnico das fotografias buscou-se identificar representações do patrimônio cultural de ciência e tecnologia nas fotografias dos diversos Centros Acadêmicos da UFPE, motivando a seleção, pelas pesquisadoras, de um conjunto de imagens, que estão sendo descritas em formulário individualizado e deverão ser objeto de trabalhos de pesquisa e comunicação museais.

Durante o processo de seleção destas fotografias percebeu-se que há uma unidade em torno de como a UFPE se representa enquanto instituição produtora de ciência, seja no tocante à composição imagética das fotos, seja no próprio quantitativo de imagens relativas às ciências, fazendo-se uma grande separação entre as ciências ditas duras e as demais ciências.

O ACERVO DE FOTOGRAFIAS DA UFPE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE C&T

Os registros fotográficos são parte indissociável da sociedade contemporânea, estando fortemente presentes na produção da ciência, inicialmente, no século XIX, com o status de prova documental e reprodução fiel da realidade e, posteriormente, já com seus aspectos probantes relativizados, conforme nos lembra Guran (2012, p.65): “o sentido de uma imagem para as ciências sociais depende de como seu conteúdo é percebido à luz dos pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos que presidem a reflexão científica deste campo do conhecimento”.

O mesmo autor reforça a ideia de que as fotografias nunca reproduzem asceticamente uma realidade, e sim produzem realidades que, por sua vez, são interpretadas pelos diversos observadores da imagem, em um processo de contínua polissemia:

Embora seja precisa, por reproduzir mecanicamente o referente, é também ambígua, uma vez que é sempre um recorte que resulta de uma série de escolhas do autor a partir das quais esse referente é construído como informação, construção essa que se realiza de fato na leitura do observador, portanto fora do processo de produção da imagem propriamente dito. A imagem é também polissêmica, justamente por se realizar, de fato, na recepção pelo observador, e este vai “reconstituí-la”. (GURAN, 2012, p. 17)

Ainda de acordo com Guran (2012, p. 17) é possível ler uma imagem segundo parâmetros comuns a todos, mas com particularidades que lhe são próprias, o que lhe confere uma dimensão absolutamente polissêmica, pensamento fundamentado em Flusser.

Ao tratar desta possibilidade de “leitura da fotografia segundo parâmetros comuns a todos” é que se pode compreender as fotografias como monumentos, ou seja, “imagem/monumento: aquilo que, no passado, a sociedade queria perenizar de si mesma para o futuro” (CARDOSO, MAUAD, 1997, p.406-407).

Este conceito de monumento é desenvolvido por Riegl (1999, p.23-31), que faz referência ainda aos monumentos intencionais e não intencionais, chamando atenção para o fato de que a intencionalidade ou não do monumento não impede que lhe seja também atribuído valor rememorativo. Este autor analisa os conceitos de monumento a fim de entender o “culto moderno aos monumentos”, que é também o título de sua obra mais relevante sobre o surgimento do patrimônio cultural no ocidente.

Ao tratar dos valores passíveis de serem atribuídos aos monumentos, o autor também aponta a existência de valores de contemporaneidade e de antiguidade, sendo o primeiro relativo ao valor que se atribui à fruição estética dos monumentos segundo gostos artísticos contemporâneos; e o segundo relativo ao estranhamento causado pela percepção sensorial de um objeto cujo aspecto físico revela a passagem do tempo. Nas palavras do autor, no valor de antiguidade:

o monumento é somente um substrato concreto para produzir em quem o contempla aquela impressão anímica que causa no homem moderno a ideia do ciclo natural de nascimento e morte, do surgimento do indivíduo a partir do geral e do seu desaparecimento paulatino e necessariamente natural no mesmo geral (RIEGL, 1999, p. 31, tradução nossa)

A percepção sensorial do antigo se faz sentir, em geral, por um estranhamento em relação aos materiais, ao aspecto físico diferenciado, do monumento em questão.

No caso do acervo fotográfico da UFPE, este valor de antiguidade salta aos olhos, pois, trata-se de fotografias em preto e branco, em papel, ou seja, são objetos que praticamente deixaram de existir no início do século XXI e que algumas gerações de jovens já não estão habituadas a manipular. No dia-a-dia de uma sociedade que posta nas redes sociais, em tempo real, fotografias digitais em cores, as fotografias p&b impressas já apresentam um valor de antiguidade que faz uma remissão à sua qualidade de monumento antigo.

Ainda acompanhando os argumentos de Riegl (1999) este faz referência ao valor rememorativo, como eixo de compreensão para diferenciar as categorias de monumento 1. intencional, 2. histórico não intencional e 3. monumento antigo. Segundo o autor,

as três classes de monumentos se distinguem entre si por uma ampliação progressiva do âmbito de validade do valor rememorativo. Na categoria de [1.] monumentos intencionais se inclui somente aquelas obras que por vontade de seus criadores hão de rememorar um determinado momento do passado (ou um conjunto destes momentos). Na categoria dos [2.] monumentos históricos o círculo se amplia àqueles que também se referem a um determinado momento, mas cuja seleção depende de nosso gosto subjetivo. Na categoria dos [3.] monumentos antigos pode-se incluir toda obra devida à mão humana, sem atender ao seu significado original nem ao objetivo ao qual estava destinada, contanto que denote exteriormente, de modo manifesto, que existiu e “viveu” durante bastante tempo antes do presente (RIEGL, 1999, pp.31-32, tradução nossa)

Novamente observando a trajetória institucional do acervo fotográfico da UFPE pode-se indicar elementos de ampliação do valor rememorativo. Ao serem produzidas no âmbito da imprensa universitária, em especial para publicação nos jornais editados

pela Universidade, percebe-se o caráter intencional de sua produção enquanto elementos capazes de promover a rememoração, assim como todos os demais suportes de informação produzidos pela imprensa da UFPE. Estes registram os momentos que a instituição considerou significativos para sua história, abrangendo inaugurações, eventos, construções, festividades, solenidades, entre outras vivências que foram consideradas relevantes para serem perenizadas através do registro fotográfico.

Em um segundo momento, ao serem selecionadas pela Assessoria de Comunicação da UFPE, e preservadas em seu suporte físico (ao invés de terem sido descartadas), as fotografias passaram pelo processo subjetivo de atribuição de valor. Sistemáticamente este conjunto de vinte mil fotografias foi selecionado e preservado, ao mesmo tempo que outros bens produzidos com fim intencional de rememoração (como, por exemplo, livros de atas administrativas, placas de formatura e mesmo outros conjuntos fotográficos) foram descartados e desapareceram ao longo da trajetória da UFPE.

No momento atual, como já evidenciado, o acervo fotográfico da UFPE ampliou seu valor de rememoração, que foi potencializado pelo seu aspecto sensorial de coisa antiga, que já “viveu” muito. Não por acaso, entre 2013 e os dias atuais estas fotografias foram objeto de diversas ações de preservação – compreendida aqui em sentido amplo, como qualquer ação que leve à “prolongar a vida útil dos acervos culturais, através da prevenção e do combate à sua deterioração” (BECK, GUIMARÃES, 2007, p.47) – tais como a higienização, o acondicionamento, o tratamento informacional, a digitalização, a comunicação e mais recentemente a disponibilização no Repositório Institucional da UFPE. Estes projetos, realizados por diversos setores e profissionais da Universidade¹, confluíram na percepção de um novo status para fotografias que já existiam na instituição há muitas décadas.

Assim, compreende-se este movimento como capaz de indicar a existência de um crescente valor rememorativo, atribuindo às referidas fotografias o caráter de monumento. Este movimento pode ser caracterizado como um processo de patrimonialização que, segundo Lima (2012), pode ser compreendido como um processo social de legitimação da necessidade de preservação,

como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação. Conservação a ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade (competência) para custodiar os bens. E conservar, conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar (LIMA, 2012, p.34).

O qual, no âmbito das fotografias em estudo, ocorreu no momento em que as vinte mil fotos saíram de caixas e envelopes depositados em um armário da Assessoria de Comunicação da UFPE e foram transferidos para o Memorial Denis Bernardes.

1. O projeto de conservação e documentação do acervo foi coordenado por profissionais do Departamento e Antropologia e Museologia, financiado pela Pró-reitoria de Extensão, os bolsistas foram mantidos pela Pró-reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação, e a digitalização foi realizada pelo Laboratório de Tecnologia do Conhecimento (Liber).



Figuras 1 e 2: Pastas e envelopes pardos que acondicionavam o acervo fotográfico na ASCOM (2012).

Falar de patrimônio cultural implica, necessariamente, na compreensão do seu caráter dialógico, posto que o patrimônio cultural existe apenas em relação a um determinado grupo social, ao mesmo tempo conformando e sendo por este conformado. Conforme explica Gonçalves:

Patrimônios culturais não são simplesmente uma coleção de objetos e estruturas materiais existindo por si mesmas, mas que são, na verdade, discursivamente construídos. Os objetos que identificamos e preservamos enquanto “patrimônio cultural” de uma nação ou de um grupo social qualquer, não existem enquanto tal senão a partir do momento em que assim os classificamos em nossos discursos. (GONÇALVES, 2007, p. 142)

Ao se referir à natureza discursiva do patrimônio cultural, Gonçalves está se referindo não aos discursos orais ou escritos em sentido estrito, mas sim às visões de mundo que conformam a própria sociedade (GONÇALVES, 2007, p. 143). Por isso os conceitos de patrimônio, e os próprios bens tutelados pelo estado, se modificam conforme se modifica também a própria sociedade.

Neste caso, o grupo social em questão é o da comunidade universitária da UFPE, cujas manifestações identitárias vêm sendo, desde 2015 e provavelmente até 2017, bastante reforçadas por conta da proximidade das comemorações dos 70 anos da instituição – celebrados em 11 de agosto de 2016, data em que se iniciou a programação de um ano de eventos em torno desta efeméride.

Enquanto grupo social que mobiliza discursos de patrimonialização, a comunidade universitária institui um patrimônio cultural universitário, o qual está relacionado a uma forma histórica e socialmente determinada de produzir conhecimento científico, nas universidades. Conforme definição apresentada em declaração dos ministros da União Européia sobre o patrimônio universitário em 2005:

O “patrimônio universitário” engloba todos os bens tangíveis e intangíveis relacionados com as instituições de ensino superior e o seu corpo institucional, bem como com a comunidade acadêmica composta por professores/pesquisadores e estudantes, e todo o meio ambiente social e cultural que dá forma a este patrimônio.

O “patrimônio universitário” é composto por todos os traços, tangíveis e intangíveis, da atividade humana relacionada ao ensino superior.

É uma grande fonte de riqueza acumulada, que nos remete diretamente à comunidade acadêmica de professores/pesquisadores e estudantes, seus modos de vida, valores, conquistas e sua função social, assim como os modos de transmissão do conhecimento e capacidade para a inovação (UNIÃO EUROPÉIA, 2005).

Esta é, efetivamente, a chave de interpretação, denotativa e conotativa (MANINI, 2002), necessária para a leitura do acervo fotográfico da UFPE. Os parâmetros comuns a todas as imagens são as formas de vida universitárias, seus rituais, seus símbolos e, claro, suas formas de produção de conhecimento, diretamente vinculadas ao conhecimento de natureza científica, motivo pelo qual parte deste acervo também pode ser compreendido como patrimônio cultural de ciência e tecnologia, que pode ser definido como aquele relativo ao

conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos (inclusive documentos em suporte papel), coleções arqueológicas, etnográficas e espécimes das coleções biológicas que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico. Também se incluem nesse grande conjunto as construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos (GRANATO, 2009, p. 79, grifo nosso).

Esta definição coloca ênfase no conhecimento em si mesmo e também nos objetos que são testemunho do processo científico e tecnológico. Acredita-se que muitas das fotografias do acervo da UFPE podem ser consideradas testemunhos do processo científico, pois retratam o dia-a-dia de uma instituição especializada na produção de C&T. Algumas destas fotografias apontam as condições cotidianas de produção do conhecimento científico, em especial quando se observa para além do plano principal da imagem.



Figura 3: Imagem de Laboratório localizado no Centro de Tecnologia e Geociências, sem data. Na primeira bancada observa-se uma pesquisadora pipetando algum líquido com a boca, prática interdita em qualquer manual de segurança em laboratórios, mas ainda hoje muito comum no dia-a-dia dos laboratórios. Fonte: Memorial Denis Bernardes. Acervo fotográfico da UFPE, foto CTG0018.

Em outro trabalho Granato e Câmara (2009, p.175) apontam que há uma vertente material e uma vertente imaterial do patrimônio de C&T a ser preservado, contudo, grande parte do patrimônio imaterial – aquele relativo ao conhecimento científico e tecnológico – já é preservado por se tratar dos resultados (pelo menos aqueles resultados positivos) do próprio fazer da C&T, ficando ameaçados de invisibilidade aqueles resultados negativos, ou que fracassaram, na pesquisa científica.

Neste aspecto imaterial as fotografias do acervo da UFPE, como de qualquer outra instituição que produz ciência, podem ser significativos exemplares de projetos que não tiveram continuidade e que representaram “becos sem saída” na pesquisa de determinadas áreas do conhecimento. Ou ainda podem fazer referência a instituições e linhas de pesquisa que entraram em declínio ou desapareceram.



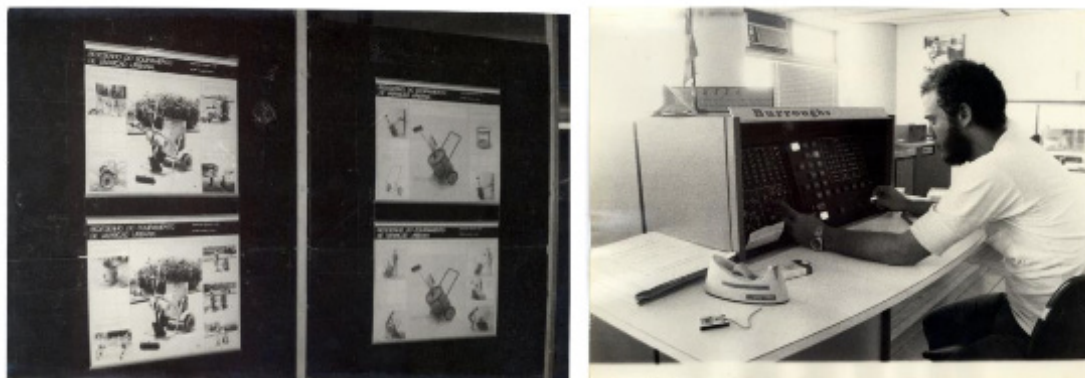
Figuras 4 e 5: Imagem atribuída ao Museu de História Natural do Parque Dois Irmãos (à esquerda), que não existe mais atualmente. Na foto à direita pode-se ver insetos, provavelmente sendo tratados para exposição. Apesar do apoio institucional oferecido pela UFPE ao Museu – revelado pela primeira vez através deste conjunto fotográfico – este representou um fracasso na área da divulgação científica. Fonte: Memorial Denis Bernardes. Acervo fotográfico da UFPE, fotos 577 e 581.

Granato e Câmara (2009, p. 175) ainda apontam para o fato de que “os objetos mais facilmente identificados ao patrimônio de C&T são os denominados instrumentos científicos, desde que fizeram parte intrinsecamente das atividades realizadas em laboratórios científicos e de tecnologia aplicada”. Este tipo de objeto costuma ser vítima de descartes frequentes, em função da modernização de laboratórios e de novas demandas das pesquisas científicas (GRANATO *et al*, 2010). Trata-se da valorização apenas do valor de uso destes objetos, desconhecendo-se seu valor enquanto patrimônio cultural.

Em situações como esta, a fotografia é, no mais das vezes, a única representação visual de objetos científicos que não existem mais. Do mesmo modo se pode pensar

os protótipos ou as versões de teste de soluções tecnológicas que foram descartadas pelo próprio processo produtivo.

Entre as fotografias do acervo da UFPE existe grande quantidade de imagens de objetos científicos, os quais, de acordo com os levantamentos que já foram realizados acerca dos museus e coleções científicas da Instituição, já não mais existem².



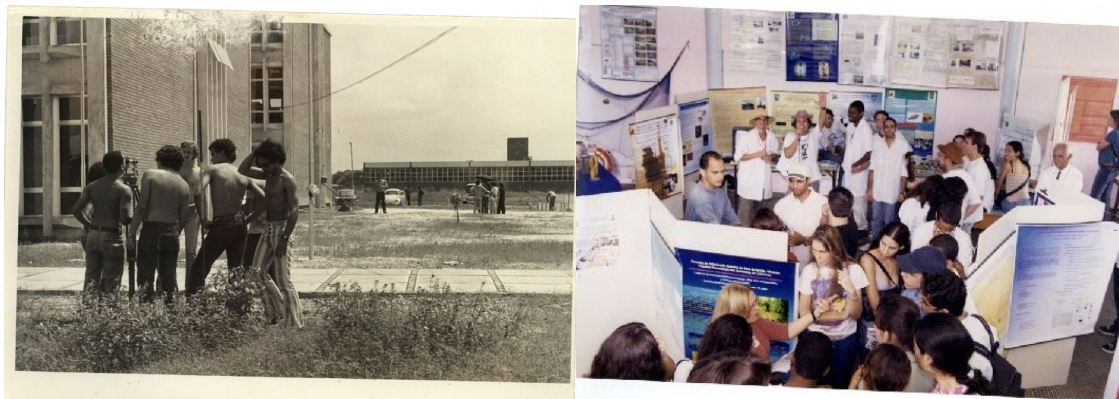
Fotografia 6 e 7: Apresentação de trabalho sobre redesenho de carrinho de apoio para varrição urbana (esquerda) e equipamento científico não identificado pertencente à Engenharia do Centro de Tecnologia e Geociências, sem datas. Fonte: Memorial Denis Bernardes. Acervo fotográfico da UFPE, foto CTG00916 e CTG0954.

Outra definição acerca do patrimônio cultural de ciência e tecnologia enfatiza a importância da comunidade científica, ao afirmar que este patrimônio compreende:

[...] o legado coletivo da comunidade científica, em outras palavras, o que a própria comunidade científica reconhece como representativo da sua identidade, que deveria ser repassado para as próximas gerações de cientistas e para o público em geral. Isso inclui o que nós conhecemos sobre a vida, a natureza e o universo, mas também o como nós construímos este conhecimento. Este legado é, ao mesmo tempo, material e imaterial. E inclui artefatos e espécimes, mas também laboratórios, observatórios, paisagens, jardins, coleções, savoir faires, práticas de ensino e pesquisa, bem como deontologias, documentos, e livros (LOURENÇO; WILSON, 2013, p. 746)

Enfatiza-se a estreita vinculação da ciência com a sociedade como um todo, bem como o caráter socialmente determinado da produção do conhecimento, e da preservação – ou destruição - dos seus vetores materiais. Novamente as fotografias produzidas em uma instituição de ensino superior são capazes de dar conta de como se constrói o conhecimento científico, retratando as práticas de ensino, pesquisa e extensão universitárias, situações muito presentes nas fotografias do acervo da UFPE.

2. É importante deixar claro que a descrição individual e pesquisa de campo acerca da existência dos objetos representados nessas fotografias ainda estão em andamento e deverão demorar a ser finalizada. Faz-se referência aqui aos levantamentos já realizados (SILVA FILHO, 2013).



Figuras 8 e 9: À esquerda, alunos da Escola de Engenharia realizando aulas práticas na área externa na UFPE, sem data. À direita, fotografia mais recente, provavelmente em evento de iniciação científica, sem data. Fonte: Memorial Denis Bernardes. Acervo fotográfico da UFPE, foto CTG00935 e CTG0146.

Porém, ao mesmo tempo em que estes registros fotográficos são relevantes como patrimônio universitário e patrimônio cultural de ciência e tecnologia, também são monumentos intencionais, ou seja, retratam e perenizam aquilo que a sociedade pretende registrar de si mesma, inclusive as suas idiossincrasias.

Ao mesmo tempo que se reconhece o inequívoco valor patrimonial do acervo de fotografias da UFPE, percebe-se que, como todo patrimônio, este lança mão de estratégias discursivas para tornar-se plausível, aceitável, para a sociedade. E, no âmbito da representação acerca da ciência e da tecnologia, o acervo de fotografias da UFPE não se beneficia do fato de ter sido produzido em um contexto plural de experiências científicas. Pelo contrário, reproduz construções imagéticas que criam uma representação idealizada da ciência e dos cientistas, se distanciando da ideia de ciência como atividade de trabalho cotidiano, mesmo em uma universidade.

REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DA CIÊNCIA & TECNOLOGIA NO ACERVO DE FOTOGRAFIAS DA UFPE

Conforme já exposto anteriormente, o acervo de fotografias da UFPE é composto por aproximadamente vinte mil fotografias. Estas foram tratadas através de um projeto de extensão intitulado “Imagens fotográficas: olhares sobre a história da UFPE”, cujo objetivo é a realização de ações de conservação preventiva e organização documental.

No concernente à organização documental, a atividade “envolve atividades sistemáticas de levantamento, seleção e compilação de informações referentes a um conjunto ou a um determinado documento em instrumento apropriado. A finalidade é criar formas adequadas de acesso e controle do acervo” (CARVALHO et al, 2002, p. 18).

Para dar forma a esta organização documental, foram produzidos formulários descritivos, que contemplam um conjunto de dados divididos em conjuntos de informação, a saber: dados administrativos (unidade que produziu, código de

identificação e quantidade de fotos) informações técnicas (fotógrafo, estado de conservação e dimensão do suporte). Estes formulários se fundamentaram nos princípios arquivísticos, cuja organização se baseia no princípio de proveniência do documento que, neste caso, se constituía, na maioria das vezes, pela unidade administrativa que produziu a fotografia.

Regra geral, a temática presente no acervo refere-se às atividades inerentes a uma instituição de ensino superior: ensino, pesquisa e extensão, distribuída em várias subtemáticas, que foram estabelecidas pela equipe do projeto (denominados como temas de suporte, visando à recuperação da informação) e elencados a partir do conteúdo imagético de cada conjunto fotográfico, a saber: eventos (solenidades, reuniões, encontros, palestras e posses), estrutura física, decoração, projetos de pesquisa, equipamentos científicos, docentes, discentes, atendimento médico/consultas, aulas, convênios, diretoria, empresa júnior, divulgação, apresentação cultural, políticos, reitores (pró-reitores), escultura e manifestações.

Deste modo, as informações contextuais de produção institucional das imagens foram preservadas, embora nem sempre permitam que se identifique o conteúdo imagético primário das fotografias, pois o quantitativo de fotos que possui identificação registrada por escrito no verso da fotografia é extremamente limitado.

Outro problema de indexação a ser destacado é a dispersão das mesmas fotografias em conjuntos e classificações diferentes. Acreditamos que tal fato se deu porque a entidade produtora das fotos – a UFPE – nunca fez nenhum arranjo sistemático das imagens, de maneira que, ao longo de sua vida, as fotografias foram constantemente reorganizadas em virtude do seu uso (ou da sua falta de uso) em atividades de divulgação da Universidade.

Para os fins deste trabalho é importante sublinhar que diante da grande quantidade de fotografias é certamente impossível realizar uma análise individual de cada uma das imagens. Contudo, ao longo da sua manipulação e, sobretudo, durante a seleção das fotografias que estão em processo de descrição individual por se tratar de imagens que fazem uma remissão mais direta ao patrimônio cultural de ciência e tecnologia, foi possível estabelecer um perfil da “imagem [...] dos cientistas, dos processos científicos, dos resultados do trabalho de investigação” (DELICADO, 2008, p.79)³.

Também é importante lembrar que as fotografias foram originalmente produzidas em um contexto de imprensa universitária, de maneira que têm, na sua origem, uma característica de fotojornalismo, na qual:

A fotografia assume, junto com o jornalismo, uma posição de transmitir à sociedade

3. Utilizou-se, como referencial teórico acerca das imagens da ciência e dos cientistas, bibliografia sobre museus de ciência e suas exposições (DELICADO, 2008; DELICADO, 2015; LOUREIRO, 2009; PANESE, 2007). Esta escolha baseia-se no fato de tratar-se, tanto no caso de exposições de museus como no caso de fotografias jornalísticas, de construções discursivas destinadas a transmitir uma mensagem conscientemente estruturada sobre determinado assunto, neste caso a ciência, lançando mão de elementos estéticos e sensoriais no processo de comunicação.

informações de expressão visual acerca de acontecimentos sortidos. Essa é uma possibilidade abrangente dos jornais, em que a fotografia se torna parte da narrativa, de maneira a auxiliar na construção da significação (SOUSA, CUNHA, 2013, p.3)

Neste caso, o construto a ser produzido é uma visão positiva da instituição e dos seus feitos, especialmente divulgando ao público não especializado – interno ou externo - aquilo que é produzido no âmbito acadêmico⁴ e científico.

Seria de supor, portanto, que as fotografias construíssem uma visão de ciência não estereotipada, aproximando o pesquisador/cientista do trabalhador, colaborando “para a percepção do impacto da ciência e da tecnologia no nosso cotidiano, facilitar a compreensão da ciência como processo e da prática científica como trabalho” (Loureiro, 2009, p. 108).

Ao contrário, pôde-se identificar no acervo uma grande quantidade de fotografias que apresentam a representação estereotipada do cientista: “os cientistas são representados nas exposições como uma categoria abstracta, recorrendo-se a imagens arquetípicas de homens de bata branca com tubos de ensaio nas mãos” (DELICADO, 2008, p.86).

Nestas imagens os pesquisadores são retratados com a indumentária típica (jaleco/bata branca), feições sóbrias, cercados por um ambiente de laboratório, e preferencialmente com alguma referência ao objeto da pesquisa compondo a cena em primeiro ou segundo plano.



4. Nos dias atuais a Assessoria de Comunicação Social da UFPE define sua missão nestes termos: “A Assessoria de Comunicação Social da UFPE (Ascom) é responsável pela coordenação das ações de comunicação da Universidade, para os públicos interno e externo, em todas as etapas: planejamento e definição de estratégias, execução e atividades de monitoramento e avaliação. Coordena as atividades de divulgação dos assuntos da Universidade para a comunidade acadêmica e também para os meios de comunicação, de alcance local e nacional, incluindo jornais, revistas, rádios, emissoras de televisão e a mídia especializada da Internet, além do atendimento à imprensa em geral. Gerencia a produção dos materiais jornalísticos e o trabalho dos profissionais e estagiários” (ASCOM-UFPE, s/d, grifo nosso).

Figuras 10 e 11: Reprodução típica da imagem do cientista: bata branca, bancada, vidrarias, e referência ao objeto estudado. À esquerda, foto do Centro de Tecnologia e Geociências e à direita foto do Centro de Ciências Biológicas. Sem data. Fonte: Memorial Denis Bernardes. Acervo fotográfico da UFPE, foto CTG00572 e CCB0264.

Juntamente com as batas e os laboratórios pode-se acrescentar o recurso à representação da ciência através de instrumentos científicos, que “são a metonímia mais comum para simbolizar o trabalho científico” (DELICADO, 2008, p.87). Assim, se prestam às representações estereotipadas da ciência, todas as áreas que possuem objetos de C&T que possam ser retratados⁵.

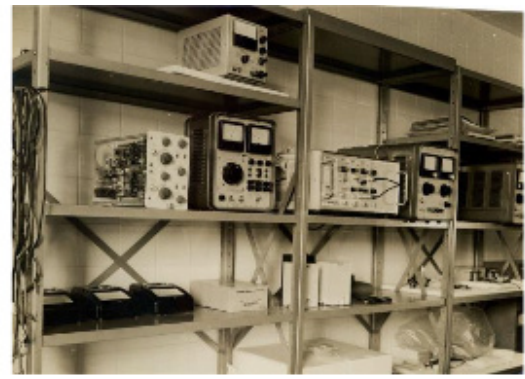
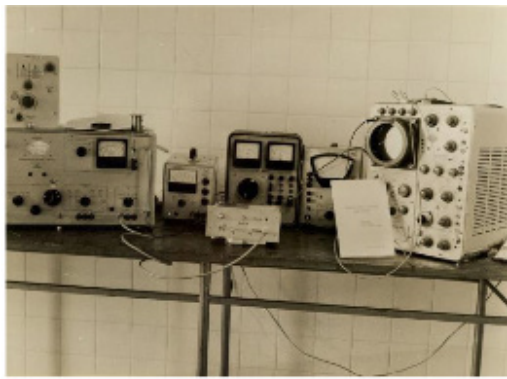
Deste modo, imagens de objetos de C&T são muito frequentes no acervo da UFPE, constituindo uma tipologia específica das fotos que são consideradas patrimônio cultural de C&T.



Figura 12: Segundo informações constantes no verso da fotografia: Furadeira sensível motorizada (sic). Centro de Tecnologia e Geociências. Sem data. Fonte: Memorial Denis Bernardes. Acervo fotográfico da UFPE, foto CTG0932.

Dentre estas destacam-se, a título de exemplo, fotos de objetos de C&T que foram encomendadas ao fotógrafo Edmond Dansot (1924 a 2012), que possuiu um grande estúdio fotográfico na cidade do Recife, o Labolux, além de ter sido fotógrafo oficial do Governo do Estado de Pernambuco e fotojornalista do jornal Diário de Pernambuco (LABHOI, [2013]).

5. Não se pode deixar de fazer menção ao paradoxo: apesar de a ciência se fazer representar por objetos tridimensionais, quando se trata do patrimônio cultural de C&T percebe-se que esta situação não implica em uma prática preservacionista destes mesmos objetos.



Figuras 13 e 14: Equipamentos de eletrônica e sistemas do Departamento do mesmo nome. Provavelmente década de 1970. Fonte: Memorial Denis Bernardes. Acervo fotográfico da UFPE, foto CTG0939 e CTG0941.

Trata-se de um conjunto de oito fotografias e de acordo com as informações registradas no verso da imagem são referentes à “Engenharia, CTG”. Sua composição imagética remete a fotos produzidas para divulgar a capacidade técnica da instituição, usando imagens de objetos científicos como recurso para demonstrar seu desenvolvimento.

Embora as referências sejam apenas à Engenharia, que era a Escola originalmente fundada em 1895, em 1953 foi regulamentado o Curso de Engenharia Elétrica que, por sua vez, cindiu-se em dois departamentos em 1979: Departamento de Engenharia Elétrica e Departamento de Eletrônica e Sistemas (DEE-UFPE, s/d).

Em uma análise preliminar acerca dos objetos científicos retratados percebe-se grande quantidade de referências em francês, que se coadunam com informações do próprio Departamento de Eletrônica e Sistemas acerca de um acordo de cooperação técnica com o governo francês:

Em 1967 o acordo de Cooperação Técnica com o governo francês deu lugar à criação no DEE do Centro de Desenvolvimento de Eletrônica e Automática (CDEA) que representou uma etapa nova para a Engenharia Elétrica da UFPE, uma vez que possibilitou a fixação do pessoal de tempo integral na Universidade, permitindo com isso, o início das atividades de pesquisa e desenvolvimento no DEE (DES-UFPE, s/d).

Este, porém, é um dentre os muitos conjuntos de imagens em que se percebe a construção da cena típica da ciência: o cientista de bata branca, cercado pelos seus objetos de C&T, ou apenas os objetos. Não é o único caso em que a ciência é representada metonimicamente pelos seus equipamentos. Também a título de exemplo, apresenta-se fotos, de outro período cronológico e outra área do conhecimento, que se utilizam do mesmo tipo de composição imagética para fazer representar o conteúdo científico, contudo, este exemplo se repete com bastante frequência no acervo.



Figura 15: Fotografia de bancada de trabalho, vendo-se microscópios em utilização. Provavelmente Departamento de Botânica. Sem data. Fonte: Memorial Denis Bernardes. Acervo fotográfico da UFPE, foto PD04.

Conforme aponta Delicado (2008, p. 86), pensamento fundamentado a partir de Rodari (2007), esta representação típica é reproduzida nos meios de comunicação de massa, que associam o cientista, e a ciência, a apenas algumas áreas do conhecimento:

Esta é uma representação dos cientistas muito restritiva (que se aplica apenas à química ou à biologia, deixando de fora a matemática, a física, as engenharias, as ciências sociais) e estereotipada, que evoca os resultados obtidos por trabalhos de investigação em torno das imagens dos cientistas detidas e reproduzidas pelas crianças ou nos filmes e mass media (DELICADO, 2008, p.86)

Complementa-se o argumento em torno de quais áreas do conhecimento são usualmente apresentadas como científicas, através da bata branca, fazendo menção à imagem do laboratório que, como já foi dito, é “frequentemente usado como uma metonímia para a ciência, uma parte que representa o todo” (DELICADO, 2015, p.175).

Se este argumento parece reducionista, infelizmente não se pode afirmar que não seja compartilhado por parte da comunidade universitária e que, no caso da UFPE, não venha sendo reproduzido ao longo da sua trajetória institucional. Apresentam-se dois exemplos de como as diferentes ciências são vividas e representadas na instituição: a configuração espacial do próprio campus e os quantitativos de fotos por área do conhecimento.

Costa (2016) realizou estudos sobre a integridade do projeto original do campus Recife da UFPE, comparando a ocupação espacial entre 1957 e 2012, no qual concluiu:

Com base nas manchas dos planos analisados, percebe-se que a integridade espacial referente à conformação setorializada do Campus se manteve praticamente inalterado em toda a porção a norte do eixo leste-oeste e na praça cívica. No entanto, há o deslocamento da Reitoria que perturba a ordem do zoneamento funcional. Já na porção sul há descaracterização quase em toda sua totalidade. Percebe-se

expansão do setor tecnológico, supressão do setor humanístico e degradação do setor desportivo com a construção de edifícios pertencentes ao setor das ciências médicas e supressão de área, além do fato de toda a zona residencial ter sido reduzida a apenas duas edificações (COSTA, 2016, p.161, grifo nosso)

A imagem setorizada do campus, destacando-se as áreas do conhecimento por cores, é bastante exemplificativa de como as áreas do conhecimento competem por espaço físico e representatividade, tendo influído inclusive na descaracterização do projeto original do campus da UFPE, projetado na década de 1950 pelo arquiteto Mario Russo.



Figuras 16 e 17: Mapas do plano urbano do campus Joaquim Amazonas, UFPE, Recife – PE. A supressão dos setores humanístico e esportivo pode ser percebida no que diz respeito à área geral, mas principalmente pode ser evidenciada quando se compara o extremo adensamento construtivo dos setores tecnológicos e das ciências da saúde (anteriormente denominados de ciências médicas). FONTE: COSTA, 2016, p.159-160.

Os espaços físicos relativos às áreas caracterizadas como das ciências humanas (que neste caso abrangem as ciências sociais também), apresentam diminuição ao longo do desenvolvimento do campus, bem como menor adensamento nas áreas que foram mantidas.

No mesmo sentido, percebe-se que a produção de fotografias sobre a UFPE acompanhou este padrão de desenvolvimento institucional. A distribuição quantitativa das fotos existentes no acervo da UFPE cujo local de representação pôde ser identificado reproduz, em grande medida, a distribuição espacial das áreas da ciência no campus, conforme se pode perceber no gráfico apresentado a seguir.

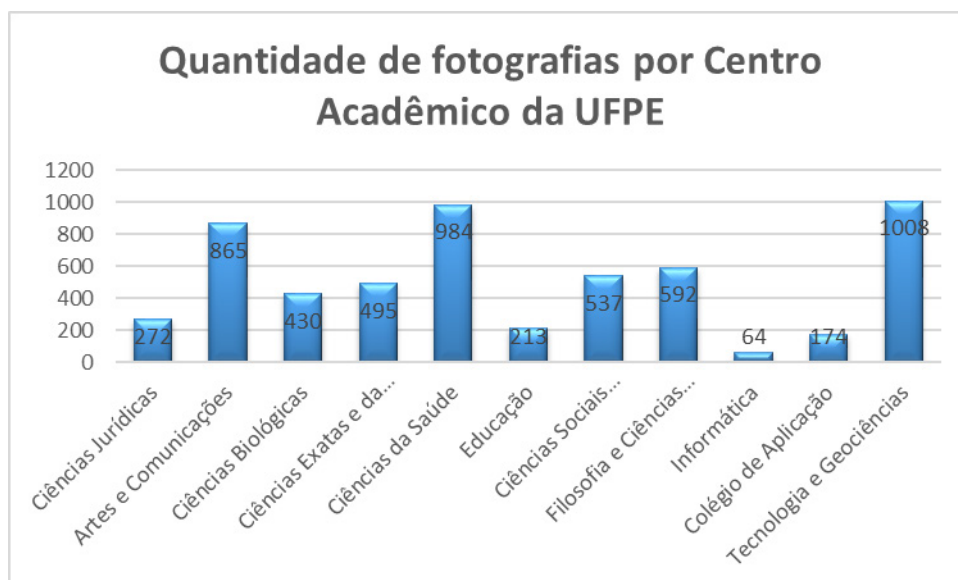


Gráfico 1: Quantidade de fotografias do acervo da UFPE por Centro Acadêmico. FONTE: Elaborado pelas autoras a partir das planilhas do projeto “Imagens fotográficas: olhares sobre a história da UFPE”

Observa-se que cerca de um quarto (5.634 fotografias) de todo o acervo de fotografias da UFPE (19.723 fotografias) possui identificação quanto ao Centro Acadêmico que é retratado, e deste recorte os Centros que possuem mais fotografias são: Centro de Tecnologia e Geociências (1008 fotografias), Centro de Ciências da Saúde (984 fotografias) e Centro de Artes e Comunicações (865 fotografias).

Se unificarmos os Centros por áreas e grandes áreas do conhecimento tem-se os seguintes resultados, apresentados nos gráficos 2 e 3 a seguir.

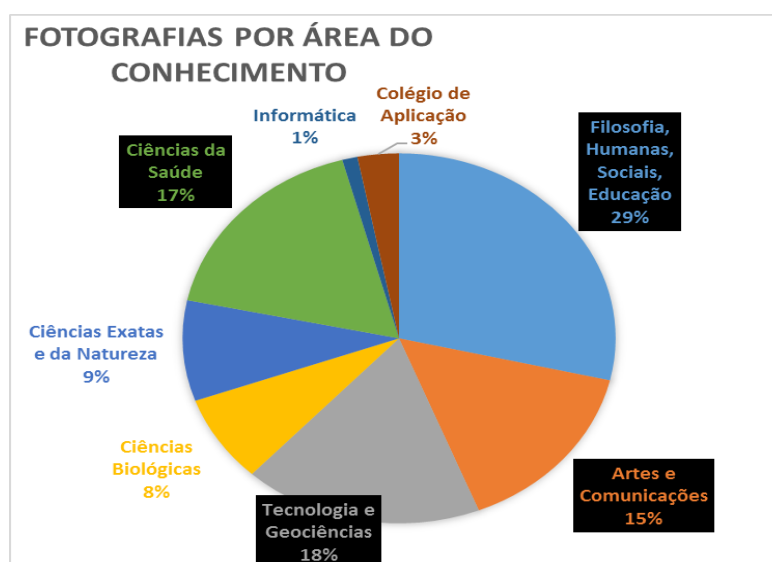


Gráfico 2: Quantidade de fotografias do acervo da UFPE por áreas do conhecimento. FONTE: Elaborado pelas autoras a partir das planilhas do projeto “Imagens fotográficas: olhares sobre a história da UFPE”

A divisão por áreas do conhecimento apresenta um maior equilíbrio entre as Ciências Humanas (29% do total), Artes (15% do total), Tecnologia (18% do total)

e Saúde (17% do total). Contudo, ao proceder à separação pelas grandes áreas do conhecimento, e fazendo-se a junção de áreas que admitem a representação através da metonímia laboratório / bata branca / instrumento científico, há grande predominância das áreas que podem ser representadas através deste recurso imagético, com 53% do total de fotografias.

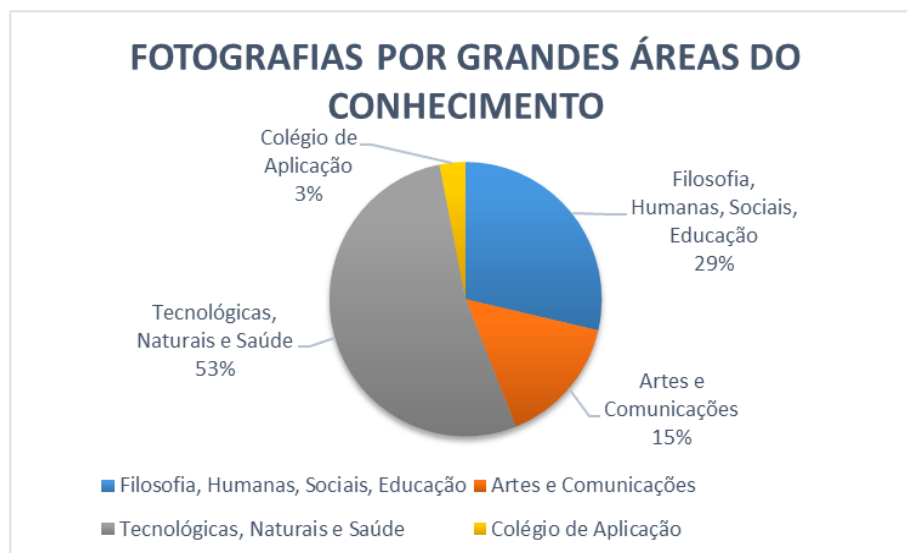


Gráfico 3: Quantidade de fotografias do acervo da UFPE por grandes áreas do conhecimento.
 FONTE: Elaborado pelas autoras a partir das planilhas do projeto “Imagens fotográficas: olhares sobre a história da UFPE”

Lembrando que as 5.634 fotografias foram produzidas durante aproximadamente meio século, por mais de vinte fotógrafos⁶ diferentes, pode-se conjecturar que a imprensa universitária teve maior inclinação pela representação das disciplinas e atividades universitárias relativas às ciências exatas, naturais e da saúde. Provavelmente, o fato de que são disciplinas que se prestam melhor ao reconhecimento público, dada a facilidade de construir composições imagéticas mais plausíveis, foi importante para as tomadas de decisão acerca do que divulgar e deixar para a posteridade.

O processo de patrimonialização deste acervo, e o progressivo incremento do seu valor de rememoração pode também ter sido fortalecido por mais este elemento sensorial de estranhamento, em relação à própria comunidade universitária e, principalmente, ao público externo à UFPE.

Neste sentido, e ressaltando a necessidade do fotojornalista se estabelecer vínculos com o leitor, é que Delicado (2008, p.195), citando Ward (1997, p.83), aponta a dificuldade de construção de imagens alternativas da ciência e dos cientistas: “será que o público que procura ‘info-entretenimento’ ficaria realmente inspirado por uma exposição que mostrasse que os cientistas passam muito do seu tempo a publicar artigos, a procurar financiamento e a discordar uns dos outros?”.

Este é o desafio da comunicação científica e as soluções para este dilema ainda estão longe de serem encontradas...

6. Puderam ser identificados vinte e um fotógrafos: Aquiles Lins, Bárbara Wagner, Bernardo Cortijo, Celso Ávila,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusões – parciais e inacabadas – reafirma-se a possibilidade de compreender parte do acervo fotográfico da UFPE como patrimônio cultural de C&T, para além de sua clara identificação com o patrimônio universitário, com largas áreas de sobreposição entre ambos tipos de patrimônio.

Nesse aspecto, resta ainda a larga tarefa de sistematizar os critérios que permitem selecionar fotografias que se encaixam nesta tipologia patrimonial – sem, claro, perder de vista a percepção de que os próprios conceitos de patrimônio cultural mudam com o tempo e, especialmente, dependem dos olhares dos grupos sociais que lhes emprestam legitimidade.

Quanto à representação da ciência feita pela UFPE, também ainda há muito que pesquisar, desenvolvendo estudos particularizados nos diversos Centros Acadêmicos e áreas do conhecimento específicas em que, de fato, será possível (dado o quantitativo menor de fotografias), estabelecer tipologias específicas de construções imagéticas, periodizações, e autorias, quantificando cada uma destas categorias. Assim, será possível chegar a conclusões de natureza não apenas qualitativa, mas também quantitativa.

Há ainda um grande contingente de fotografias do acervo da UFPE – cerca de três quartos do total – que não está classificada a partir dos Centros Acadêmicos, mas sim de órgãos da administração universitária e órgãos suplementares, ou mesmo classificadas como Lugares e Pessoas Diversas. Certamente estas imagens também produzem representações da ciência, contudo, sua apreciação ainda depende do estabelecimento de outras tipologias de análise que permitam uma maior clareza sobre sua proveniência.

REFERÊNCIAS

BECK, Ingrid e GUIMARÃES, Lygia. Conservação & Restauração de Documentos em Suporte de Papel. In: GRANATO, Marcus et al (orgs.) *Conservação de Acervos*. Rio de Janeiro: MAST, 2007, p. 47.

CARDOSO, C. F., MAUAD, A. M.. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 401 a 417.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de; FILLIPI, Patrícia de. *Como tratar coleções de fotografias*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

DELICADO, A.. O laboratório como metonímia: a experimentação nas exposições científicas. In: M. Valente & J. Rivera (Eds.). *Culturas experimentais: teorias, coisas e experiências* (pp. 175-185). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.

Edmond Dansot, Francisco Paiva, Gutemberg Soares, [Jogobuto] Ricardo, Josenildo Freire, Juliana Albuquerque, Marcelo Gusmão, Marcelo Lopes, Maurício Coutinho, Mila Targino, Passarinho, Patrícia Leal, Paulo Faltay, Rafael Alves, Raquel Santana, Vitória Galvão, Xavana Celesnah. Contudo, nem todas as fotos têm indicação do fotógrafo, o que faz supor que este número seja maior.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN; DEMU, 2007. Coleção Museu, Memória e Cidadania.

GRANATO, Marcus, CÂMARA, Roberta Nobre da. Patrimônio, ciência e tecnologia: inter-relações. In: CARVALHO, C. S. de R. et al (orgs). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 172 a 200.

GRANATO, Marcus. Panorama sobre o patrimônio de ciência e tecnologia no Brasil: objetos de C&T. In: GRANATO, Marcus e RANGEL, Márcio F. (orgs.). *Patrimônio cultural material e patrimônio da ciência e tecnologia*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. Livro eletrônico.

GURAN, Milton. *Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões*. XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf . Acesso em 25 de outubro de 2016.

LIMA, D.F.C. Museologia: museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v.7, p.31-50, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf> . Acesso em 25 de outubro de 2016.

LOUREIRO, M. L. N. M.. Museus, Museologia e Informação científica: uma abordagem interdisciplinar. In: GRANATO, M., SANTOS, C.P., LOUREIRO, M. L. N. M.. (Org.). *Museu e Museologia: interfaces e perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009, v. 11, p. 99-111.

LOURENÇO, M.; WILSON, L. Scientific Heritage: reflections on its nature and new approaches to preservation, study and access. *Studies in History and Philosophy of Science*. 44, 2013, p. 744 – 753.

MANINI, M. P. *Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários*. 2002. Tese (Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo). USP, São Paulo, 2002.

RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. 2ed. Madrid: Visor, 1999.

SILVA FILHO, Arlindo Francisco. *Patrimônio, memória, ciência e tecnologia: gestão do patrimônio cultural de ciência e tecnologia do Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco*. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013

SOUSA, R. J. P. L. de, CUNHA, G. A. da. Análise documental de fotografias jornalísticas: estudo exploratório dos elementos conotativos. *Biblios*. No 53 (2013), <http://biblios.pitt.edu/> , DOI 10.5195/biblios.2013.132.

ASCOM-UFPE. Quem somos – Assessoria de Comunicação Social da UFPE. s/ local, s/data. Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=71. Acesso em 25 de outubro de 2016.

DEE-UFPE. O Departamento. s/local, s/data. Disponível em: https://www.ufpe.br/dee/index.php?option=com_content&view=article&id=280&Itemid=216. Acesso em 25 de outubro de 2016.

DES-UFPE. O Departamento. s/local, s/data. Disponível em: https://www.ufpe.br/des/index.php?option=com_content&view=article&id=305&Itemid=237 Acesso em 25 de outubro de 2016.

LABHOI. Edmond Dansot. s/local, [2013]. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/verbetesfotografia/node/18> . Acesso em 25 de outubro de 2016.

O ACERVO DO DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria de Fátima Correa

Arquivista e Especialista em Arquivos
Permanentes - Universidade Federal do Rio
Grande (FURG) - marfat@hotmail.com.br

Evelin Mintegui

Arquivista, Cientista social, Especialista em
Gestão de Arquivos e Mestre em Ciências Sociais.
Professora do Instituto de Ciências Humanas e
da Informação (FURG), Doutoranda no Programa
de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(UFSC). eminteguimail@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar o diagnóstico e as intervenções realizados no acervo do extinto Departamento de Oceanografia e da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Ao iniciar o processo de tratamento arquivístico, foram realizadas atividades de ordenação, arquivamento e descrição de parte do conjunto documental, apoiadas em referenciais teóricos que as sustentaram e dirigiram. Conclui tecendo reflexões sobre a necessidade de continuidade do trabalho, bem como acerca de suas potencialidades como parte do patrimônio documental universitário.

PALAVRAS CHAVE: Diagnóstico arquivístico. Tratamento arquivístico. Departamento de Oceanografia. Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

THE OCEANOGRAPHY DEPARTMENT ARCHIVES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: This work aims to present the diagnosis and interventions made in the archive group of the extinct Department of Oceanography and the Federal University of Rio Grande - FURG. At the beginning of the process of archival treatment, activities of ordering, archiving and description of part of the documentary set were carried out, supported by theoretical references that supported and directed them. It concludes by weaving reflections on the need for continuity of work, as well as on its potentialities as part of the university documentary heritage.

KEYWORDS: Archival diagnosis. Archival treatment. Department of Oceanography. Federal University of Rio Grande - FURG.

1 | INTRODUÇÃO

Este relato de experiência tem como objetivo apresentar o diagnóstico arquivístico e as intervenções realizados no acervo do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, apresentando as reflexões realizadas através da literatura arquivística, que determinaram o planejamento das ações de intervenção no acervo.

Tendo em vista a importância deste departamento para a visibilidade da Universidade e da cidade de Rio Grande, este trabalho justificou-se na medida em que a execução das atividades propostas permite que pesquisadores e comunidade conheçam a história deste departamento e entendam sua relevância para o meio acadêmico, social, cultural e científico da Universidade e da comunidade em geral.

Além disso, tal experiência permitiu pôr em prática o aprendizado obtido durante a vida acadêmica. Do mesmo modo, proporcionou uma maior compreensão da identidade da própria acadêmica e sua relação com a cidade, uma vez que o Departamento de Oceanografia teve um impacto significativo na universidade, município e região.

Assim, segue abaixo uma breve apresentação do Departamento de Oceanografia da FURG e de seus documentos. Logo, apresentam-se definições sobre as funções arquivísticas de classificação, avaliação e descrição, seguidas de considerações acerca dos arquivos universitários e das reflexões que surgiram quando do planejamento das atividades de intervenção em um período temporal determinado (150 horas), destinado à realização de estágio supervisionado.

2 | O DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA E SEUS DOCUMENTOS

O Curso de Oceanologia foi criado em 1970 na FURG, tendo sido reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em 1975. Pioneiro em nível de graduação no país, o curso propunha-se a formar profissionais nas linhas biológica e geológica. A criação do curso de oceanologia foi considerada um marco no desenvolvimento da universidade como um todo, uma vez que, até os dias atuais, a FURG identifica-se como uma instituição voltada para os sistemas costeiros e oceânicos. No mesmo ano, passa a operar o Departamento de Oceanografia, instância organizacional que regulava as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e que, mais tarde, acolheria laboratórios específicos, equipamentos oceanográficos, meios flutuantes, biblioteca, museu, entre outros.

O Departamento de Oceanografia também deu início ao primeiro curso de mestrado em Oceanografia Biológica, ao doutorado em Oceanografia e à pós-graduação em Oceanografia física, química e geológica, tendo sido convidado a participar do Projeto Antártico Brasileiro (PROANTAR¹) e inaugurado o primeiro Pavilhão da Estação de Apoio Antártico (ESANTAR).

O formato departamental da universidade mantém-se até 2008, quando passa por grande reestruturação. Um novo estatuto é aprovado, promovendo diversas mudanças na estrutura administrativa e acadêmica, inclusive com a mudança do

1. "Considerando a política governamental brasileira de exploração do continente antártico, a Universidade Federal do Rio Grande - FURG, pela sua localização geográfica estratégica e vocação eminentemente marítima, foi convidada a participar do Projeto Antártico Brasileiro - PROANTAR, a partir de 1982. Mediante convênio celebrado entre a FURG e a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) novas instalações foram construídas e habilitadas, surgindo a Estação de Apoio Antártico - ESANTAR, administrada pela Coordenação de Apoio às Operações na Antártica, da FURG." (BRASIL, 2018, s. p.), disponível em <http://www.esantar.furg.br/>.

nome da universidade que passa a se denominada de Universidade Federal do Rio Grande – FURG (antes Fundação). Criam-se, com isso, treze unidades acadêmicas, entre elas, o atual Instituto de Oceanografia.

Este relato de experiência concentra-se em documentação acumulada no período entre 1978 e 2008, custodiada no Arquivo Geral, que perfaz um total de 48 caixas de arquivo de papelão (6,72 metros lineares de documentos em suporte papel), armazenada em estantes de aço identificadas cronologicamente com a data referente à documentação encontrada em seu interior. As caixas que contêm o acervo não se encontravam em bom estado de conservação, mas os documentos em seu interior apresentavam-se em condições regulares.

Foi selecionado um recorte para tratamento, uma vez que estas atividades foram desenvolvidas durante estágio curricular e o tempo de dedicação era limitado. Foram selecionados os documentos considerados de guarda permanente, considerando as classes e os prazos definidos pelos Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade Meio da Administração Pública Federal e de atividade-fim das Instituições Federais de Ensino Superior. Verificou-se que o fundo ainda não havia passado por nenhum processo de avaliação ou eliminação até então.

De maneira geral, os documentos do conjunto em questão tratam de assuntos diversos pertinentes ao departamento. Entre os tipos documentais encontrados citam-se o relatório anual de atividades e os dossiês intitulados “planos de atividades”.

Entendemos, a partir dos critérios enumerados por Duchein (1982), que o conjunto de documentos do Departamento de Oceanografia seria considerado um conjunto fechado do Fundo FURG, posto que não mais está em atividade. Entretanto, a denominação do nível de classificação e descrição será discutida mais adiante.

Considerando esses dados acerca do Departamento de Oceanografia e seus documentos, o trabalho teve como escopo aqueles intitulados “planos de atividades”, reconhecidos como de guarda permanente, contidos em oito caixas arquivo, totalizando onze dossiês. Verificou-se que esses dossiês eram relatórios criados e organizados pela Secretaria do Departamento. Essa atribuição consta no Regimento Interno do Departamento de Oceanografia²: “auxiliar na elaboração de relatórios e projetos do Departamento” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 1993).

Como operações da intervenção, estabeleceu-se que seriam realizadas a ordenação, o arquivamento, a descrição e criação de um instrumento de pesquisa.

3 | AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS DE CLASSIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, DESCRIÇÃO E ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O EMBASAMENTO TEÓRICO

Para realizar tais operações, foi necessário situá-las teoricamente para que fosse possível tomar decisões tecnicamente acertadas.

2. Artigo 55, inciso j, aprovado pelo colegiado do departamento, conforme ata 07/90 em 31 de maio de 1990 e alterado pelo colegiado do departamento, conforme ata 06/93 de 03 de maio de 1993.

Sobre a função arquivística de classificação, Sousa (2012) menciona que a classificação consiste em uma atividade intelectual, e Lopes (1996, p. 99) acrescenta que um acervo que é guardado sem ser classificado está “no limbo do universo do conhecimento”, pois, de acordo com o autor, será impossível ter qualquer tipo de acesso a ele.

Para Schellenberg (2006), a classificação reflete a organização da instituição e, para tanto, podem ser utilizados princípios de função, estrutura e assunto, ressaltando que este último deve ser evitado como critério. Quanto à classificação estrutural, Gonçalves (1998) afirma que ela apresenta algumas desvantagens, pois as instituições podem apresentar estruturas que não representem a totalidade das funções e atividades da instituição e sofrer constantes alterações. Bernardes e Delatorre (2008, p. 21) defendem a classificação funcional, pois, além de manifestar “a representação lógica das funções, subfunções e atividades do organismo produtor”, apresenta-se como solução mais duradoura.

Para Sousa (2008, p. 125), “a classificação persegue um fim, um objetivo, uma finalidade. No caso dos arquivos, é a organização dos documentos”. O autor aponta esse como um dos princípios e requisitos que os filósofos e estudiosos da classificação norteiam seus conceitos, e entende que tais requisitos e princípios são relevantes para a elaboração de planos de classificação. Aponta, ainda, que a classificação é um processo que consiste a) na ação intelectual de construir esquemas de classificação; b) na aplicação desses esquemas aos conjuntos de documentos, determinando a “forma de disposição dos tipos documentais dentro do esquema de classificação” – ordenação, c) na “ação física de colocar os documentos em caixas orientadas pelo esquema de classificação” – arquivamento; e d) na codificação – ato de atribuir uma simbologia (geralmente numérica) que facilite a identificação da categoria de classificação atribuída. Portanto, percebe-se que a classificação é uma atividade essencial nas práticas arquivísticas, pois objetiva facilitar a recuperação da informação, minimizando recursos e tempo.

A avaliação de documentos de arquivo é uma função que tem por objetivo definir os prazos de guarda e a destinação final dos documentos. Embora existam distintas teorias que podem vir a embasar a construção de instrumentos de destinação de documentos, no Brasil, as políticas públicas arquivísticas refletem a teoria do valor dos documentos. O resultado do processo de valoração documental configura a Tabela de Temporalidade. No caso das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os instrumentos aplicáveis são o Código de Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das IFES (ARQUIVO NACIONAL, 2001; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Acerca da descrição, entende-se esta como uma função em que as informações e os conteúdos descritos nos documentos representem de maneira correta as unidades

descritas. De acordo com o DBTA, “a descrição é o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). Por sua vez, Machado e Camargo (2000, p. 35) a definem como um “conjunto de procedimentos que a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos [...]”.

Sobre outro aspecto da descrição, Bellotto (2006, p. 173) a considera como “tarefa típica dos arquivos permanentes”. Em contrapartida, Lopes (2009) afirma que a descrição ocorre em todos os momentos de tratamento dos documentos, pois é uma atividade intelectual, não sendo pertinente apenas aos documentos permanentes. O autor afirma também que o propósito da descrição é a pesquisa e a divulgação do acervo e que, portanto, pode ser realizada em todas as fases arquivísticas.

De acordo com o exposto, os conceitos de descrição são divergentes, por isso ao longo dos anos surgiu a necessidade de padronização dos conceitos e procedimentos descritivos e, assim, as normas de descrição foram criadas, tendo como objetivo a normalização descritiva.

De acordo com Llanes Padron (2012, p. 55), “desde sus orígenes, la archivística ha estado determinada por la obligación de responder a la necesidad de las personas de consultar y acceder a los documentos de los Archivos”. Desta forma, conforme aponta Llanes Padron (2012), sob um panorama abrangente as definições de descrição arquivísticas existentes antes da normalização descritiva Internacional são similares em três elementos que sempre foram contemplados em todos os conceitos: atividade realizada, finalidade desejada e o resultado obtido.

Em contrapartida, após a concepção da Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), o propósito da descrição arquivística começa a delinear-se de outra forma, sob a perspectiva de novos parâmetros. De acordo com Llanes Padrón (2012), antes da ISAD (G) o propósito era o de criar instrumentos de busca para proporcionar acesso e controle aos fundos. Porém, após a elaboração da norma ISAD (G), o propósito da descrição arquivística passou a ser o de representar unidades de descrição para que seja possível identificar, gerir, localizar e explicar os contextos e sistemas, bem como estruturar funcionalmente o conteúdo dos documentos. Quanto às atividades, essas se concentraram mais nas necessidades de capturar a informação representando de forma exata e concisa as unidades de descrição.

A Norma Internacional de Descrição Arquivística, a ISAD (G), foi criada em 1994, tendo sido desenvolvida entre os anos de 1990 e 1993 e sua segunda edição atualizada e publicada no ano 2000. Conta com vinte e seis elementos descritores, sendo seis deles obrigatórios. Essa norma tem por tarefa facilitar e recuperar a informação, garantir uma descrição consistente. A ISAD (G) baseia-se em uma descrição multinível que permite descrever acervos, fundos, seções, séries, processos ou itens documentais inseridos num contexto que relaciona os documentos a sua produção. Desta forma, de acordo com a ISAD (G), existem quatro regras para a descrição multinível:

Descrição do Geral para o particular: esta regra visa representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes.

Informação relevante para o nível de descrição: esta regra representa com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição.

Relação entre descrições: esta regra objetiva explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia.

Não repetição da informação: esta regra possui a finalidade de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001. p. 11)

Neste panorama, contempla-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), uma norma de descrição nacional, publicada no ano de 2006. Apresenta vinte e oito elementos descritores, dos quais sete são obrigatórios; possui seis principais níveis descritores, níveis intermediários e oito áreas de descrição. Visa a padronização e normalização descritiva, e estrutura a informação com o mínimo de intervenção na descrição apresentada. Os seis níveis de descrição da NOBRADE, embasados na ISAD-G, são os seguintes:

Acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). (BRASIL, 2006, p. 11).

O paradigma pré-normalização definia descrição arquivística como a criação de instrumentos de pesquisa. De acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 108), um instrumento de pesquisa é um “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas”.

Bellotto (2006) entende os instrumentos de pesquisa como obras que identificam, localizam, resumem ou transcrevem documentos. Os instrumentos de pesquisa mais utilizados são guias, inventários, índices, catálogos, catálogo seletivo. Para a autora, o guia é o instrumento mais abrangente, destinado ao grande público. Quanto ao inventário, enfatiza que este é um “instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica esta própria do catálogo” (BELLOTTO 2006, p. 197). Por sua vez, catálogo seletivo, ainda de acordo com a autora, é um “instrumento de pesquisa que traz uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento descrita minuciosamente”, de acordo com (BELLOTTO, 2006, p. 212).

Outra definição, desta vez apresentada por Lopez (2002, p. 33), aponta o seguinte: os “catálogos seletivos transcendem a dimensão arquivística dos catálogos convencionais ao escolher documentos que atendam a critérios temáticos, independentemente de sua posição no plano de classificação, podendo, inclusive, reunir documentos de fundos e arquivos distintos”.

Considerou-se relevante compreender o universo dos arquivos universitários de

maneira geral. De acordo com Bellotto (2014), Arquivos Universitários são um tipo de Arquivo que possuem uma singularidade e uma missão: a de prover, gestar e preservar a memória educacional e cultural que extrapola os limites de um Campus, abarcando todo o entorno de seus muros alcançando a todos que dela precisem.

Bellotto (2014) aponta, ainda, a importância dos Arquivos Universitários ao referir-se a eles como fontes do conhecimento acadêmico:

De um lado a Universidade: de outro, os arquivos> Estes, com suas atividades informativas, sejam técnico-administrativas, sejam as sócias culturais, também compromissados com a sociedade a que servem, seja no domínio do direito público, seja no do privado. Qual é a posição da função arquivística dentro das instituições de ensino superior? Para melhor poder discerni-la, é preciso enfocar o perfil e a evolução de cada um. Arquivos e Universidade. Esta que não é repartição pública, nem empresa comercial; que também não é indústria do conhecimento nem indústria de ensinar (BELLOTTO, 2014, p. 64-65).

Por outro lado, a autora questiona de que maneira Arquivistas e Universidades convergem para melhor servir a sociedade e a academia, apontando que “a curiosidade que o homem sempre teve talvez possa ser o caminho para a convergência, isto é, justamente o cerne da origem das Universidades” (BELLOTTO, 2014, p. 68).

Deste modo, percebe-se que o surgimento dos cursos de Arquivologia nos anos 1970 possibilitam a expansão e o desenvolvimento dos Arquivos principalmente nas Universidades, pois, sendo Instituições ligadas ao fomento do saber, produzem relevantes documentos de interesse da população em geral. Nesse sentido, pode-se caracterizar os Arquivos Universitários como um:

[...] conjunto de documentos, tanto institucionais quanto privados, produzidos, recebidos e acumulados por estabelecimento de ensino superior no curso da gestão jurídico-acadêmica- administrativa que servem de suporte informacional e prova de evidência no exercício de suas funções constituindo a memória Institucional (BOTTINO, 1995, p. 67).

Deste modo, a partir do conceito supracitado, percebe-se que os Arquivos Universitários como produtos de Instituições do Ensino Superior que geram saberes devem ser de contributos e apoio pedagógico ao desenvolvimento destas.

Bellotto (2014) corrobora o exposto, acrescentando que:

O papel principal dos arquivos universitários subdivide-se em: 1. reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, à história e ao funcionamento/desenvolvimento da Universidade; 2. avaliar e descrever estes documentos, tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; 3. supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído (BELLOTTO, 2014, p. 74).

Sob este viés, nota-se que os Arquivos Universitários possuem a missão de difundir e valorizar o Patrimônio Documental que mantém sob sua custódia. Assim, passamos a considerar essas questões teóricas e suas implicações no planejamento e execução das atividades realizadas no conjunto de documentos do Departamento de Oceanografia da FURG.

4 | REFLEXÕES E IMPACTOS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Considerando o contexto de produção dos documentos do Departamento de Oceanografia, apresenta-se agora algumas das reflexões advindas da teoria arquivística.

Uma das primeiras considerações refere-se ao conceito de classificação. Não seriam criados instrumentos de classificação, mas implementados os planos de classificação Código de Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das IFES.

Questionou-se o potencial de representação do contexto de produção dos documentos através desse plano de classificação, uma vez que o Departamento de Oceanografia data de fins dos anos 1970. Além disso, diante das considerações de Schelenberg, Gonçalves e Bernardes e Delatorre, que apresentam a classificação funcional como a mais indicada para representar a produção e, por consequência, a organização dos documentos de arquivo, verifica-se que o instrumento de classificação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) parte do princípio assunto, o menos indicado para as especificidades de um fundo arquivístico. Embora afirmemos as limitações do instrumento, entendeu-se que a melhor decisão seria a de adotar a política institucional, de acordo com as normativas do Sistema Nacional de Arquivos.

Ainda acerca da classificação arquivística, alteramos a denominação da atividade denominada no planejamento de estágio de “classificação de documentos” para “ordenação dos documentos”, conforme as definições de Sousa (2008), uma vez que os dossiês foram ordenados conforme a determinação de um esquema classificatório, recebendo a devida identificação e codificação e arquivados em caixas arquivo.

Os documentos tratados tinham a determinação de guarda permanente, de acordo com a Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública (000 – Administração Geral; 002 – Planos, programas e projetos de trabalho: cinco anos em fase corrente, nove anos em guarda intermediária, Guarda permanente). Por isso, não foi necessária a separação do material de forma extensiva, apenas a inscrição do material tratado em listagem de recolhimento, a qual pode sofrer outras inclusões, visto que foi tratada apenas uma parcela do conjunto de documentos.

Aproposta de descrição também levou em conta a política institucional de descrição da Universidade Federal do Rio Grande, que tem instituído o Atom como software para a difusão das informações arquivísticas. Embora o Atom FURG esteja modelado conforme a ISAD-G, a descrição arquivística considerou as áreas da NOBRADE. A existência de uma área a mais na NOBRADE não apresentaria problemas na inserção de dados no Atom, mas exprime mais informações que poderão ser acrescentadas

futuramente, caso a nova área seja incluída.

Um dos desafios ao utilizar-se a descrição normalizada foi a correlação a ser realizada entre os níveis de descrição da norma e os níveis de classificação existentes na Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, uma vez que partem de codificações e denominações distintas. Entendeu-se que o Departamento de Oceanografia seria um conjunto documental fechado, algo como um subfundo. Entretanto, essa denominação não existe nem é adaptável na denominação utilizada pela NOBRADE. Assim, a correlação entre os níveis de classificação e descrição foi a seguinte (Quadro 1):

	Nível de Classificação	Nível de Descrição	Observações
Referência	Classificação e Temporalidade das Atividades Meio da Administração Pública Federal	Norma Brasileira de Descrição Arquivística	
	Não se aplica	Fundo: Universidade Federal do Rio Grande	Nível 1
	Não se aplica	Seção: Departamento de Oceanografia	Nível 2
	000 – Administração Geral	Subseção: Administração Geral	Nível 2,5
	003 – Planos de Atividades	Dossiê: Planos de Atividades	Nível 4
	Não se aplica	Item documental: Exemplos: -Carta de solicitação de intercâmbio, Quadro de Atividades, Quadro de atividades, Quadro de Atividades Docentes, etc.	Nível 5

QUADRO 1: Correlação entre níveis de classificação e níveis de descrição

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

A atividade seguinte consistiu na descrição dos documentos, em que foi utilizada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, de modo que os Onze dossiês foram descritos até o nível quatro (dossiê) e um deles até o nível cinco (item documental).

A descrição foi realizada do Geral para o particular, portanto, o primeiro a ser descrito foi o nível Fundo que foi a fundo FURG, após a seção do Departamento de Oceanografia, considerando a classe Administração Geral como subseção. A seguir, os dossiês, e, por último, os itens documentais.

Embora o paradigma de descrição pós-normalização e as descrições multinível possam parecer fazer a criação de instrumentos de pesquisa nos moldes tradicionais ter menos sentido, considerou-se que a criação de um instrumento impresso poderia servir aos propósitos de difusão do acervo e incentivo para estender o processo

descritivo aos demais documentos da seção.

Desta maneira, foi construído um catálogo seletivo, justificando-se o fato de agrupar os primeiros conjuntos de documentos de guarda permanente até então descritos na seção Departamento de Oceanografia do Fundo Universidade Federal do Rio Grande.

Neste panorama, escolheu-se a forma cronológica para a construção do catálogo seletivo dos onze dossiês planos de atividades do departamento de oceanografia.

Número de Identificação do Dossiê	Datas-limite	Status da descrição
Dossiê nº 1	1975, 1976	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 2	1977, 1978	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 3	1879, 1980	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 4	1981, 1982	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 5	1983, 1984	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 6	1985, 1986	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 7	1987, 1988	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 8	1989, 1990	Todos os itens documentais
Dossiê nº 9	1991, 1992	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 10	1993, 1994	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 11	1995, 1996	Até o nível Dossiê

QUADRO 2: Identificação dos Dossiês Planos de Atividades do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Entre as dificuldades encontradas na descrição dos dossiês, destaca-se a elaboração de pontos de acesso, uma vez que não foi realizado um trabalho extensivo de vocabulário controlado no conjunto de documentos, o que se acredita ser imprescindível devido à escassez de informações acerca deste fundo.

O catálogo seletivo foi criado em um arquivo em .PDF, contendo uma apresentação acerca de seus objetivos, uma explicação sobre o conteúdo e a metodologia de descrição, bem como as devidas descrições por dossiê e seus conteúdos, no formato NOBRADE.

Entre os documentos descritos na execução das atividades aqui narradas, destaca-se o projeto Parcel do Carpinteiro e o Projeto Administração Ambiental. O projeto de pesquisa sobre o Parcel³ do Carpinteiro (Dossiê nº 7) trata de uma das primeiras medidas de exploração de uma área submarina localizada na plataforma continental gaúcha. Estudos sobre este parcel são realizados até os dias atuais e são objeto de estudo frequente de oceanógrafos e biólogos da universidade. O Projeto Administração Ambiental (Dossiê nº 8), por sua vez, culminou com a entrada da Universidade no projeto PROANTAR, que sacramentou definitivamente a entrada da Universidade no programa Antártico Brasileiro.

3. Parcéis são rochas que abrigam grande quantidade de vida marinha como corais e exemplares da fauna ameaçados de extinção.

Tais fatos registrados nos documentos do Departamento de Oceanografia reafirmam sua relevância para a Universidade e para o próprio município de Rio Grande, estreitamente ligada ao mar. A vocação da cidade para as atividades marítimas reafirma-se levando em conta que uma das principais fontes de emprego é o Porto Marítimo de Rio Grande, com seus terminais privativos que formam o porto organizado.

Nesse aspecto, Bellotto (2006, p. 37) afirma que os documentos de arquivo “justificam sua existência como tal, guardando essas documentos relações orgânica entre si”. Assim, considera-se que, mais do que patrimônio documental da universidade, os documentos em questão fazem parte do patrimônio da cidade do Rio Grande, pois, embora tenham nascido com uma especificidade e missão – preservar a memória educacional –, expandem-se para a preservação das memórias afetiva e cultural regionais.

5 | CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Constata-se, através destas intervenções, a importância do trabalho arquivístico e o quão prazerosa estas atividades podem ser quando se está focado e procura-se fazer o melhor, mesmo quando as condições não parecem estar totalmente a favor. Referimo-nos, neste caso, especialmente à questão do tempo destinado para estas tarefas. Entretanto, considera-se que os objetivos foram cumpridos e que o aprendizado foi concretizado junto a uma contribuição à sociedade, visto que cada dossiê contém documentos de suma importância para a memória da Universidade, da cidade e de toda sociedade.

Foi de fundamental importância o diálogo entre as considerações teóricas e o planejamento e execução das atividades, o que comprova a necessidade e utilidade da inter-relação entre teoria e prática, seja na Arquivística, seja em qualquer disciplina ou ciência social aplicada.

Ainda há diversos conjuntos de documentos aguardando por seu desvelamento e possibilidades de acesso intelectual, o que só é possível através da descrição arquivística. De qualquer modo, há muito a ser feito em relação a novas documentações que estão sempre chegando ao AG e faz-se necessário um trabalho contínuo entre estagiários, bolsistas e voluntários.

Em vista disso, é de suma importância enaltecer o trabalho das arquivistas que em seu labor diário prestam um grande serviço a toda a comunidade acadêmica e, ao fazer a organização e gestão deste patrimônio documental, permitem que historiadores, pesquisadores e a sociedade local possa se utilizar deste patrimônio.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

_____. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande. Ministério da Educação. **Esantar FURG**. 2018. Disponível em: <<http://www.esantar.furg.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. **Catálogo Geral 2013**. Rio Grande: FURG, 2013.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Associação dos Arquivistas do Estado, 2008.

BOTTINO, Mariza. Os arquivos universitários no Brasil. IN: **A informação**: questões e problemas. Niterói: EDUF, 1995. p. 61-67.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

DUCHEIN, Michel. DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

GONCALVES, Janice. **Como Classificar e Ordenar Documentos de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

LLANES PADRON, Dunia. Lá Descripción Archivística um Antes Y um Después Marcado por ISAD(G) y lós Nuevos Paradigmas Archivísticos. IN: VALENTIN, Marta Lúcia Pomin (ORG). IN: **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 155-180.

LOPES, Luis Carlos. **A Nova Arquivística na Modernização Administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como Descrever Documentos de Arquivo**: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002. 64p. (Projeto como fazer, 6).

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**: Princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação arquivística como função matricial do que-fazer arquivístico. In: INNARELLI, Humberto Celeste.; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de; SANTOS, Vanderlei Batista dos (Orgs) **Arquivística: Temas Contemporâneos**. DF: SENAC, 2008.

POR UM ACERVO DIGITAL DE PARTITURAS DE MÚSICA BRASILEIRA

Rosana S. G. Lanzelotte

Instituto Musica Brasilis, rosana@musicabrasilis.org.br

ORCID:0000-0002-4853-9633

KEYWORDS: Digital collections of music scores, Brazilian music scores.

1 | INTRODUÇÃO

RESUMO: Grande parte dos repertórios musicais brasileiros não tem edições disponíveis: estão em formato manuscrito ou as edições estão esgotadas. Os arquivos de partituras são de difícil acesso físico ou remoto. Algumas iniciativas propõem-se a suprir a lacuna através da disponibilidade via web. Este trabalho pretende discutir meios de integrá-las para ampliar a visibilidade e o acesso aos repertórios.

PALAVRAS-CHAVE: Acervos digitais de partituras, música brasileira.

A DIGITAL COLLECTION OF BRAZILIAN MUSIC SCORES

ABSTRACT: Great part of the Brazilian music repertoires have no editions available: either they are in manuscript format or out-of-print. Most musical archives are inaccessible. Some initiatives aim to fill the gap, by means of web availability of digital scores. This work intends to discuss their integration in order to increase the visibility of Brazilian music repertoires.

Estima-se que 80% dos repertórios musicais brasileiros não tem edições disponíveis. As obras escritas até o final do século 19 estão, em sua maior parte, em formato manuscrito em arquivos espalhados por todo o Brasil, em bibliotecas, igrejas e acervos particulares. Frequentemente, a consulta aos catálogos só é possível de forma presencial. A dificuldade de acesso e obtenção de cópias é uma constante.

As instituições que concentram a maior parte de documentos musicais são a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), com 250.000 itens, e a Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da UFRJ (BAN / UFRJ), com cerca de 50.000 itens. Por força do depósito legal, a BNRJ é a maior guardiã de exemplares de edições de compositores brasileiros. As cópias, encomendadas in loco, são caras e restritas. O acervo não está, no momento, aberto ao público, pois o prédio que o abriga está interditado para obras.

A indústria editorial de partituras no Brasil teve início ainda primeira metade do século 19, e atingiu seu ápice nas primeiras décadas do

século 20, quando eram produzidos cerca de 2.000 títulos por ano (PEQUENO, 1998). A situação é hoje muito diferente, e as principais editoras – Irmãos Vitale, Mangione, Ricordi – cessaram a edição de peças musicais. As coletâneas, consideradas comercialmente viáveis, ainda são impressas. Lojas de partituras estão sendo fechadas em todo o mundo.

Nesse contexto, o acesso virtual se apresenta como alternativa. Atualmente, uma ínfima parcela dos acervos das instituições supra citadas está disponível via web, e até mesmo a consulta remota aos catálogos é parcial. Para tentar suprir esta lacuna, surgiram iniciativas de instituições não depositárias de documentos, como o SESC PARTITURAS e MUSICA BRASILIS. Ao lado destes, cujo recorte curatorial é abrangente, existem ainda sítios dedicados a compositores específicos e sítios temáticos, como o www.institutopianobrasileiro.com.br e www.violaobrasileiro.com.br.

Sítios web isolados criam ilhas de informação, o que obriga o usuário a navegar em cada um separadamente, como ilustra a Figura 1.

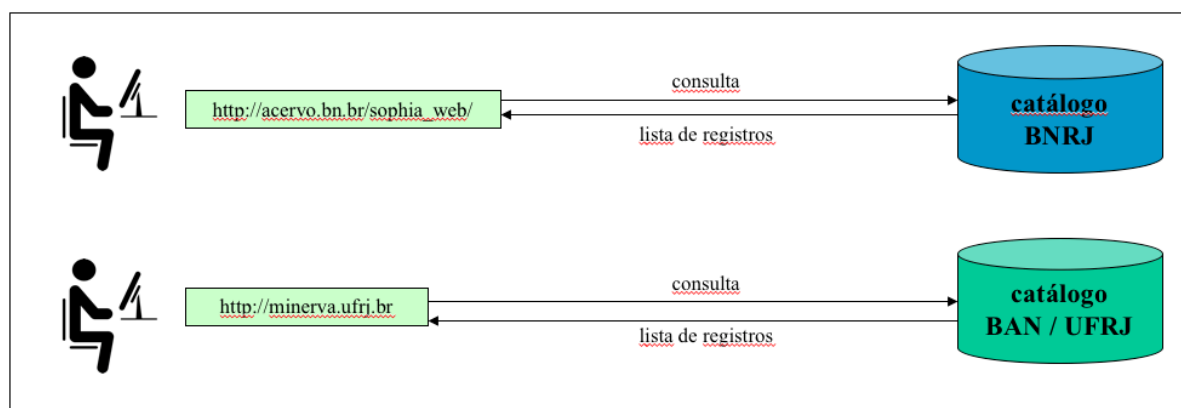


Figura 1: Acesso remoto a catálogos isolados

O isolamento entre os sítios poderia ser evitado através da **interoperabilidade** - capacidade de um sistema, informatizado ou não, de se comunicar de forma transparente com outro sistema. As bibliotecas sempre a praticaram, trocando entre si informações bibliográficas sobre os recursos que integram seus acervos. Para tal, utilizam padrões de descrição internacionalmente aceitos, como o MARC (2019).

A partir do diagnóstico sobre o acesso a partituras de obras de compositores brasileiros, o objetivo do presente trabalho é discutir as diretrizes que devem guiar os próximos passos na direção da disponibilidade de partituras em formato digital. Na seção 2, são apresentadas as informações sobre os principais arquivos de partituras, enquanto que iniciativas para a disponibilidade via web são discutidas na seção 3. Na seção 4 discorre-se sobre premissas para a criação de um acervo digital de partituras de música brasileira e na seção 5 tece-se as considerações finais.

2 | PRINCIPAIS ARQUIVOS DE PARTITURAS DE MÚSICA BRASILEIRA

A cidade do Rio de Janeiro sediou a capital do país por quase 200 anos – 1763 a 1960 -, o que a transformou no principal centro de produção de música grafada das Américas e na sede dos maiores acervos de partituras, de propriedade das instituições listadas a seguir.

2.1 Divisão de Música da BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Criada em 1952, pela bibliotecária Mercedes Reis Pequeno, a Divisão de Música e Arquivo Sonoro (Dimas) da Biblioteca Nacional reúne 250.000 documentos, entre partituras, periódicos, discos, CDs, cartazes, instrumentos musicais e materiais relacionados à produção musical e discográfica do país. Inicialmente constituída a partir das coleções da Real Biblioteca e D. Thereza Christina Maria, a BNRJ é depositária de partituras dos maiores compositores brasileiros de todos os tempos, como José Maurício Nunes Garcia (1767 – 1830), Carlos Gomes (1836 – 1896), Alberto Nepomuceno (1864 – 1920), Francisco Braga (1868 – 1945), Heitor Villa-Lobos (1887 – 1959), entre muitos outros.

O catálogo está acessível remotamente, através do software proprietário SOPHIA (2019), porém a solicitação de reproduções deve ser feita de forma presencial. As reproduções são caras e requerem a prévia digitalização, nos casos em que não existirem. Permite-se que o usuário fotografe materiais em domínio público, o que tem pouco efeito prático no caso de partituras, em geral constituídas por muitas páginas.

O sítio da Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>) lista 1.461 registros de Partituras, o que representa 0,5% do total do acervo físico. Foram selecionadas para a digitalização, principalmente, partituras em formato manuscrito, que não tem utilidade prática para os músicos. Em uma busca por partituras, são também listados outros materiais, como é o caso do terceiro item da listagem, que remete à fotografia dos Oito Batutas (http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_musica/mas1186442.pdf), o que mostra a necessidade de aperfeiçoar a descrição dos recursos digitais.

2.2 Biblioteca Alberto Nepomuceno (BAN) - Escola de Música da UFRJ

A história da atual Escola de Música da UFRJ remonta a 1848, com a fundação do Conservatório Imperial de Música, por iniciativa de Francisco Manuel da Silva (1795 – 1865). A biblioteca da instituição tem origem nas coleções de partituras e livros doados pelos primeiros professores, e tomou impulso definitivo na gestão de Alberto Nepomuceno (1864 – 1920), entre 1906 e 1916. A partir do trabalho de levantamento iniciado em 1989, chegou-se ao número estimado de 50.000 partituras.

O catálogo remoto, através da base Minerva - <http://minerva.ufrj.br> – repertoria apenas os manuscritos e não as partituras impressas. A consulta ao catálogo completo, bem como a solicitação de reproduções, só podem ser realizados presencialmente. As

reproduções requerem a prévia digitalização, nos casos em que não existirem.

Algumas poucas partituras da BAN/UFRJ foram digitalizadas graciosamente pela DocPro - empresa com atuação comprovada na área – em cujo sítio desenvolvido em software proprietário estão hospedados os arquivos digitais (<http://www.docpro.com.br/escolademusica/bibliotecadigital.html>). Estão disponíveis as imagens de 21 partituras manuscritas de autores diversos, bem como 12 partituras autógrafas de José Maurício Nunes Garcia, o que representa 0,1% do total. Os itens digitalizados estão acessíveis através do leitor também desenvolvido pela empresa.

2.3 Instituto Moreira Salles

O acervo musical do Instituto Moreira Salles foi iniciado em 2000 quando recebeu a guarda do arquivo de Alfredo da Rocha Vianna Filho (1897-1973), o Pixinguinha, com 1.200 partituras manuscritas e 434 editadas. No mesmo ano de 2000 foi adquirido o acervo do pesquisador, historiador, crítico e jornalista José Ramos Tinhorão (1928), que compreende, além de discos, fotos, filmes e uma biblioteca especializada de 29.678 partituras editadas e 36 manuscritas. O acervo contém ainda partituras de Ernesto Nazareth (28 manuscritos e 54 edições), Chiquinha Gonzaga (712 manuscritos e 400 edições), bem como coleções reduzidas ainda não processadas de autoria de Antonio D'Auria, Elizeth Cardoso e André Filho. Desde 2006 o Instituto é o depositário de partituras de obras orquestrais de Hekel Tavares, cuja divulgação não é permitida pela família.

O catálogo do acervo do Instituto (<http://acervo.ims.com.br/>) utiliza a plataforma proprietária SOPHIA (2019) e lista 30.372 itens de partituras impressas e 1.007 itens de partituras manuscritas. Sítios temáticos são dedicados aos compositores Pixinguinha e Ernesto Nazareth.

2.4 MIS – Museu da Imagem e do Som

O acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro é constituído por 22 coleções particulares que reúnem documentos nos mais variados suportes. A maioria delas chegou ao MIS por meio de doação, e outras foram adquiridas no momento de sua fundação. Integram o acervo do MIS as coleções do radialista Almirante; dos músicos Abel Ferreira e Jacob do Bandolim; do pesquisador de música Sérgio Cabral; e de vários intérpretes da música brasileira, como as irmãs Linda e Dircinha Batista, Nara Leão, Elizeth Cardoso, Odete Amaral, Zezé Gonzaga e, recentemente, de Paulinho Tapajós. Além das já mencionadas, o MIS possui um acervo raro: a coleção da Rádio Nacional com 20.000 partituras.

Atualmente não é possível acessar o catálogo ou as partituras através do sítio do MIS (<http://www.mis.rj.gov.br/>), devendo o pesquisador se dirigir ao local para consultar o catálogo ou os documentos.

2.5 Quadro resumo

A Tabela 1 resume a situação das instituições brasileiras possuidoras dos maiores acervos de partituras musicais, sejam manuscritas ou editadas.

Instituição	Nº itens físicos	Acesso remoto ao catálogo	Nº itens digitalizados	Acesso remoto aos recursos digitais
BNRJ	250.000	sim	1.461	sim
BAN / UFRJ	50.000	parcial (apenas aos itens manuscritos)	cerca de 100	sim (software proprietário)
IMS	31.379	parcial	?	não
MIS	+ 20.000	não	-	não

Tabela 1: Quadro resumo das principais instituições possuidoras de partituras

Como se observa na Tabela 1, com exceção da BNRJ, nem mesmo o acesso remoto aos catálogos das instituições é assegurado. Na maior parte dos casos, para localizar uma partitura, o músico deve realizar pesquisas presenciais, deparar-se com as dificuldades e custos inerentes à reprodução – já que grande parte das partituras não existe em formato digital -, e aguardar um prazo, muitas vezes longo, para receber a cópia. Como consequência, ao conceber um programa de concerto, o músico brasileiro prefere incluir obras de compositores europeus, a cujas partituras terá acesso mais fácil e imediato.

3 | DISPONIBILIDADE DE PARTITURAS VIA WEB - SÍTIOS NÃO VINCULADOS A INSTITUIÇÕES DE GUARDA FÍSICA

A principal fonte de acesso a partituras na web é hoje o sítio IMSLP - International Music Score Library Project -, com cerca de 466.000 partituras de mais de 17.000 compositores, entre os quais apenas 176 brasileiros. Apesar de aceitar contribuições de origem controversa, o sítio é o instrumento de trabalho de músicos e orquestras em todo o mundo. A baixa representatividade da produção musical brasileira inspira a realização de um projeto integrado de âmbito nacional voltado às partituras.

Além dos sítios das instituições possuidoras de arquivos, iniciativas voltadas à disponibilidade através da web tem surgido nos últimos anos.

3.1 SESC Partituras

Iniciado em 2007, a iniciativa do SESC PARTITURAS contabiliza atualmente 2.769 partituras em formato digital, em sua maior parte obras de câmara. O acervo inclui obras de 291 compositores consagrados e também de jovens compositores contemporâneos, além de apontar partituras disponibilizadas pelo portal Musica

Brasilis.

A arquitetura de informação do sistema prevê tipos de conteúdos relacionados a **compositores, partituras e instrumentos** (ou **formação** instrumental). Os metadados ou atributos que descrevem cada um desses tipos de conteúdos foram estabelecidos de forma empírica e não seguem nenhum padrão estabelecido. Pode-se realizar busca por formação, instrumentação, compositor e obra.

Recentemente, o portal passou por uma reformulação e os links que apontam as partituras foram modificados, o que prejudicou a interligação com outros sítios de partituras.

3.2 Musica Brasilis

O portal Musica Brasilis (www.musicabrasilis.org.br) foi criado em 2009 com o objetivo de tornar disponível pela web partituras de repertórios brasileiros de todos os tempos e gêneros. Disponibiliza atualmente cerca de 1.500 partituras de 252 compositores consagrados, desde o séc. 18 até os contemporâneos.

A arquitetura de informação em que se baseia viabiliza buscas por autor, título, instrumentação e período. O padrão de metadados adotado é compatível com o RDA (2019), que se firma como uma tendência mundial. Buscando o alinhamento com novas tendências da web, cada partitura tem o seu identificador único persistente, o que facilita a localização através dos mecanismos de busca e a interligação com outros sítios.

Parcerias alinhadas com a Academia Brasileira de Música, SESC Partituras, Centro Cultural São Paulo e Editora Irmãos Vitale tem transformado o portal Musica Brasilis em um ponto de entrada para a busca de partituras de compositores brasileiros.

4 | PREMISSAS PARA UM ACERVO DIGITAL DE PARTITURAS BRASILEIRAS

Para que uma obra musical possa ser interpretada, é necessário que a partitura seja:

- localizável;
- de fácil acesso;
- editada (não em formato manuscrito);
- com partes separadas para cada instrumento, quando se tratar de obra de câmara ou orquestral.

Estes requisitos se somam à salvaguarda de documentos musicais pelas bibliotecas, o que é imprescindível, porém não suficiente. Hoje, até mesmo para localizar uma partitura, o músico deve fazer pesquisas presenciais, já que grande parte das instituições não tem o catálogo completo disponível através de acesso remoto, conforme mostrado na Tabela 1.

Nesta seção discute-se diretrizes para guiar a digitalização de partituras por parte

de instituições possuidoras de acervos.

4.1 Princípios FAIR

As duas primeiras condições enunciadas acima alinham-se com os princípios FAIR (WILKINSON, 2016), propostos com o objetivo de fazer com que os recursos digitais sejam:

- **F**áceis de localizar (Findable)
- **A**cessíveis (Accessible)
- **I**nteroperáveis (Interoperable)
- passíveis de **R**euso (Reusable)

Esses princípios, sugeridos no âmbito da comunidade científica, também se adequam a recursos digitais provenientes de bibliotecas, arquivos ou museus, que devem atender aos seguintes requisitos (KOSTER, 2018):

1. **Identificadores persistentes:** cada recurso digital deve ser identificado por um endereço **único e estável**; um exemplo é o DOI – Digital Object Identifier – atribuído à última referência bibliográfica deste artigo que, não por acaso, aponta o artigo dos criadores do conceito (<http://dx.doi.org/10.1038/sdata.2016.18>);
2. **Armazenamento em servidores estáveis**, de forma a assegurar a preservação digital;
3. **Acesso através de protocolos padrão**, especificados no âmbito da iniciativa W3C (World Wide Web Consortium);
4. Alinhamento com padrões consagrados de metadados;
5. Explicitação das **licenças** e direitos de uso de acordo com o Creative Commons;
6. Adoção de catálogos de autoridades, como o Virtual International Authority File (VIAF, 2019);
7. Indicação da **proveniência** - cronologia da propriedade do recurso – que pode ser útil para estabelecer contexto ou validar fontes;
8. Controle de qualidade dos metadados, por equipes especializadas.

Diante destes requisitos, KOSTER (2018) sugere etapas para a construção de coleções digitais “FAIR”, que partem da constituição de grupos de trabalho, levantamento de padrões e interação com os usuários e com outras instituições de mesma natureza.

4.2 Interoperabilidade e Dados Abertos Interligados

A colaboração entre instituições é um pré-requisito para a efetiva disponibilidade de recursos digitais. Ao contrário da situação mostrada na Figura 1, é desejável que o resultado de uma busca inclua informações sobre os recursos provenientes de diversos sítios, mas que isso ocorra de forma transparente para o usuário.

Uma das formas de promover a interoperabilidade é mostrada na Figura 2. Os metadados descritivos dos recursos digitais provenientes de diversos repositórios são reunidos **antes** ou **durante** a consulta do usuário, que recebe, como resposta à busca, uma lista de resultados provenientes de todos eles (MARCONDES, 2016).

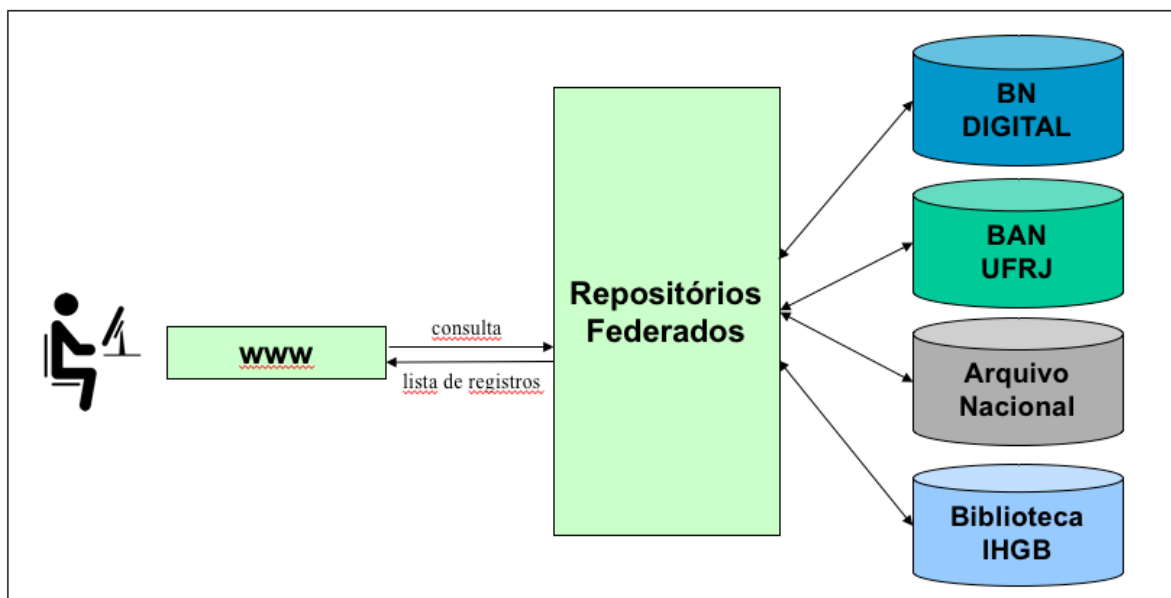


Figura 2: Acesso a repositórios federados

Essa forma de interoperar, que pressupõe agentes agregadores ou centralizadores de metadados, era bastante usual até recentemente. Tende à obsolescência com o surgimento do conceito de Dados Abertos Interligados – em inglês Linked Open Data (LOD) –, que torna possível que um recurso digital tenha “vida própria” na web, e não seja meramente parte de uma coleção de uma dada instituição (HEATH, 2011).

Os requisitos para que um recurso digital integre o universo de Dados Abertos Interligados foram estabelecidos por Tim Berners LEE (2009), o criador da web:

- o recurso deve estar disponível na Web, sob uma licença aberta;
- • deve estar disponível em formato que pode ser interpretado por máquina (Ex: pdf, ao invés de uma imagem digitalizada);
- • • deve estar disponível em formato não-proprietário (Ex: pdf);
- • • • deve estar descrito de acordo com padrões abertos do W3C e ter um identificador único persistente, o que possibilita que outros o apontem;
- • • • • deve ser conectado a outros, de forma a prover contexto.

Os três primeiros requisitos são fáceis de entender. O quarto requisito está relacionado ao paradigma da web semântica, em que o significado de uma página web é expresso de tal forma que computadores possam processá-lo. O consórcio W3C propõe padrões para lidar com esse objetivo, entre os quais o RDF (2019). A informação é expressa em RDF através de triplas da forma:

Por exemplo: “Il Guarany” – “tem criador” – “Carlos Gomes”. Quando publicados como dados abertos, essa tripla é explicitada e o conhecimento que encerra é compartilhado com outras páginas da web.

No universo de Dados Abertos Interligados, nomes de autores – *Carlos Gomes* – e títulos – *Il Guarany* – devem estar sujeitos ao controle de autoridade através do portal VIAF (2019), iniciativa para a qual colaboram várias bibliotecas e instituições em todo o mundo.

4.3 As Cartas do Recife e de Ribeirão Preto – por uma política de digitalização de acervos brasileiros

Os princípios FAIR vão ao encontro dos compromissos enumerados pela Carta do Recife (2012), fruto de uma tentativa de nortear as iniciativas de digitalização de acervos no Brasil:

1. Compromisso com o acesso aberto, público e gratuito;
2. Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia;
3. Compromisso com a acessibilidade, atendendo às recomendações e padrões do W3C;
4. Compromisso com a identificação, organização e tratamento como pré-requisito para a digitalização;
5. Padrões de captura e tratamento de imagens seguindo e ampliando os padrões já estabelecidos no âmbito do CONARQ;
6. Alinhamento com padrões consagrados de metadados;
7. Alinhamento com padrões e normas de preservação digital;
8. Projetos de educação, pesquisa e formação de pessoal;
9. Marketing e educação: difusão dos acervos, pesquisa e avaliação dos resultados, programas de inserção dos acervos na trama da sociedade;
10. Direitos autorais: estabelecimento de bases legais para permitir a preservação e difusão do recurso digital e a criação de sistemas de gerenciamento da propriedade intelectual e do controle da autenticidade do recurso digital.

Decorridos 10 anos do encontro que resultou na Carta do Recife, assinada por 200 instituições, um novo documento foi produzido em 2015 durante o workshop de Preservação Digital, a Carta de Ribeirão Preto (2015). As questões levantadas continuam em aberto, principalmente no tocante ao estabelecimento de uma política pública sustentável que evite a duplicação de esforços e amplie a eficiência do gasto púb

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade de acesso às partituras de obras brasileiras é uma das principais causas do esquecimento a que são condenados grande parte de nossos compositores. O que os músicos não podem tocar, o público não pode conhecer.

A disponibilidade de partituras em formato digital é uma tendência que se confirma em todo o mundo, com o fechamento das lojas de partituras e o reposicionamento de editoras.

Diante dessa evidência, o MUSICA BRASILIS, em conjunto com a Biblioteca Nacional, pretende empreender uma iniciativa pioneira de acervos consorciados de partituras de compositores brasileiros em formato digital. O alinhamento às melhores práticas desde o início do projeto garante a efetiva disponibilidade.

Com isso, o patrimônio musical brasileiro terá a visibilidade assegurada e a disseminação a que faz jus como uma das maiores riquezas de nosso país.

AGRADECIMENTOS

A Nivia Zumpano e Rodrigo De Santis, pelas contribuições.

A Adauto Candido Novaes, da UNESCO, pela leitura atenta.

À UNESCO, pela cooperação com o MUSICA BRASILIS.

REFERÊNCIAS

Carta do Recife. Rede memorial. Rede nacional das instituições comprometidas com políticas de digitalização dos acervos memoriais do Brasil. 2012. Disponível em: <<http://redememorialpernambuco.blogspot.com/p/carta-do-recife.html>>. Acesso em: 21/3/2019.

Carta de Ribeirão Preto. 2015. Disponível em: <<http://blogs.ifla.org/lac/2015/10/workshop-de-preservacao-digital-cria-a-carta-de-ribeirao-preto/>>. Acesso em: 21/3/2019.

DE SANTIS, R. ; LANZELOTTE, R. S. G. **Difusão de partituras através da web: o desafio de tornar acessíveis os repertórios brasileiros.** In: Intertextualidades: fronteiras entre o sacro e o profano na música do Brasil Colonial e Imperial. Juiz de Fora, 2014, v. 1, p. 288-323. Disponível em: <https://www.academia.edu/10618778/Difusao_partituras>. Acesso em: 21/3/2019.

HEATH, T.; BIZER, C. **Linked Data: Evolving the Web into a Global Data Space.** Lectures on the Semantic Web: Theory and Technology (1st edition). Synthesis. Morgan & Claypool. 2011. Disponível em: <<http://info.slis.indiana.edu/~dingying/Teaching/S604/LODBook.pdf>>. Acesso em: 21/3/2019.

IMSLP. **International Music Score Library Project.** Disponível em: <<http://imslp.org>>. Acesso em: 21/3/2019.

KOSTER, L.; WINDHOUWER, S.W. **FAIR Principles for Library, Archive and Museum Collections: A proposal for standards for reusable collections.** 2018. Disponível em: <<http://journal.code4lib.org/articles/13427>>. Acesso em: 21/3/2019.

LEE, T.B. **Linked Data,** 2009. Disponível em: <<http://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>>. Acesso em: 21/3/2019.

MARC. **Machine Readable Cataloging**. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc>>. Acesso em: 21/3/2019.

MARCONDES, C.H. **Interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus: potencialidades das tecnologias de dados abertos interligados**. Perspectivas em: Ciência da Informação, v.21, n.2, p.61-83, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2735>>. Acesso em: 21/3/2019.

MUSICA BRASILIS. Disponível em: <<http://www.musicabrasilis.org.br/>>. Acesso em: 21/3/2019.

PEQUENO, M.R. **Impressão musical no Brasil**. In: Marcos A. Marcondes (ed.) - Enciclopédia da Música Brasileira, Publifolha, São Paulo, 2ª ed., 1998.

RDA. **Resource, Description and Access**. Disponível em: <<http://www.rda-rsc.org/>> Acesso em: 21/3/2019.

RDF. **Resource Description Framework**. Disponível em: <<http://www.w3.org/RDF>>. Acesso em: 21/3/2019.

SESC PARTITURAS. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/SescPartituras>>. Acesso em: 21/3/2019.

SOPHIA. Disponível em: <<http://www.sophia.com.br/>>. Acesso em: 21/3/2019.

VIAF. **Virtual International Authority File**. Disponível em: <<http://viaf.org/>>. Acesso em: 21/3/2019.

WILKINSON, M.D. et al. **The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship**. *Scientific Data* volume 3, Article number: 160018 (2016). <<http://dx.doi.org/10.1038/sdata.2016.18>>. Acesso em: 21/3/2019.

PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UM VOCABULÁRIO CONTROLADO A PARTIR DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL (SIAN)

Mariane Costa Pinto

Bibliotecária da Equipe de Documentos do Legislativo e Executivo da Coordenação de Documentos Escritos do Arquivo Nacional.

RESUMO: O artigo propõe a criação de um vocabulário controlado a partir de termos já existentes no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). A indexação, atividade normalmente associada à Biblioteconomia, pode ser considerada, junto à descrição, uma das partes mais importantes da recuperação da informação e deve ser feito por especialistas. Para a elaboração de um vocabulário controlado é necessária a criação de uma política de indexação. Esta política compreende a elaboração de procedimentos para a transcrição da linguagem natural para a documentária. A partir de decisões, como entradas pré ou pós-coordenadas e indexação exaustiva ou específica e da comunicação entre integrantes de diferentes equipes é possível desenvolver uma recuperação de informação eficiente e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Vocabulário controlado. Arquivo Nacional. Indexação.

SYSTEM OF THE NATIONAL ARCHIVES OF BRAZIL (SIAN)

ABSTRACT: The article proposes the creation of a controlled vocabulary from the terms that exists in the National Archives Information System (SIAN). Indexing, usually associated with librarianship activity, can be considered, with description, one of the most important pieces of information retrieval and should be done by experts. For the elaboration of a controlled vocabulary an indexing policy need to be created. This policy includes the development of procedures for the transcription of the natural language for the documentary one. From decisions as pre or post-coordinated entries, comprehensive or specific indexing and communication between members of different teams is possible to develop an efficient and effective information retrieval

KEYWORDS: Controlled Vocabulary. National Archives. Indexing.

1 | INTRODUÇÃO

Os documentos arquivísticos são organizados em categorias: fundo/coleção, seção, série, subsérie, dossiê e item documental, de acordo com a sua proveniência.

Fundo é o conjunto de documentos de

PROPOSAL TO ESTABLISH A CONTROLLED VOCABULARY FOR THE INFORMATION

uma mesma proveniência, este termo equivale a Arquivo. Coleção é o conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente. Seção é a subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou coleção, em geral reunindo documentos produzidos ou acumulados por unidades administrativas com competências específicas, também chamada grupo ou subfundo. Série é uma subdivisão que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. Subsérie é a subdivisão da série. Dossiê é a unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto). Item documental é o documento que compõe o dossiê ou processo. (NOBRADE, 2006).

A partir da descrição dos documentos, é possível criar pontos de acesso para sua recuperação. A indexação aparece como atividade responsável pela recuperação do conteúdo dos documentos, exigindo uma transcrição da linguagem natural para a documentária.

O Arquivo Nacional tem como sua maior finalidade “o pleno acesso à informação”. Para que se cumpra este objetivo, seu acervo deve estar organizado. Por organização, entende-se o processamento técnico, que engloba atividades de recolhimento, tratamento técnico, preservação, divulgação, controle de acesso e uso de seu patrimônio arquivístico (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

No tratamento técnico do acervo permanente da instituição, concentram-se duas atividades essenciais à recuperação da informação: a descrição e a indexação. É por meio delas que o usuário pode fazer uso dos instrumentos de pesquisa para o acesso aos documentos.

A descrição é multinível, ou seja, a representação dos elementos e informações contidos nos documentos, levando-se em consideração a estrutura de organização de um acervo e integrando-o em diferentes níveis e em relações horizontais e verticais (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Entende-se a indexação como um processo que visa à recuperação da informação. A partir dela é possível a elaboração de índices. Nos sistemas informatizados de recuperação da informação, “uma indexação de qualidade assegura uma recuperação mais precisa.” (SOUZA, 2009, p. 7).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992, p. 2), “NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação”, a indexação compreende três estágios: “exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; identificação dos conceitos presentes no assunto; tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.”

Ao atribuir um descritor [isto é, um termo de indexação] a um documento, o indexador declara que tal descritor possui alto grau de relevância para o conteúdo do documento; quer dizer, ele declara que o significado do descritor está fortemente

associado a um conceito incorporado ao documento, e que é adequado à área temática do documento. (LANCASTER, 2004, p. 11).

Lancaster (2004) afirma que neste processo, o responsável pela indexação deve estar atento a três perguntas: Do que trata o documento? Por que foi incorporado ao acervo? Quais de seus aspectos serão de interesse para os usuários?

O indexador tem a função primordial de compreender a leitura ao realizar uma análise conceitual que represente, adequadamente, o conteúdo de um documento para que ocorra correspondência com o assunto pesquisado pelo usuário. No entanto, para que essa correspondência aconteça, a adoção de uma política de indexação torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e racionalização dos processos. (RUBI; FUJITA, 2003, p. 67).

Essa política deve levar em conta três fatores: as características e objetivos da organização, que determinam o serviço oferecido; a identificação dos usuários, para o atendimento de suas necessidades; e os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis na instituição, que norteiam o funcionamento do sistema de informações, suas especificidades e limitações (CARNEIRO, 1985, p. 221).

Cabe destacar que a indexação é um dos possíveis pontos de acesso, ou seja, um “elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos.” (NOBRADE, 2006, p.17). Outros devem ser utilizados para o preenchimento de informações que não se referem ao seu conteúdo, como suporte, forma de escrita, espécie e gênero.

2 | A INDEXAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL

O Arquivo Nacional possui um sistema de informação integrado, conhecido como Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Cada equipe responsável pela organização documental realiza a descrição arquivística de acordo com a *Norma brasileira de descrição arquivística* (NOBRADE), porém não há uniformidade nos procedimentos de tratamento técnico. Isso compromete a qualidade da indexação.

Para aqueles que fazem as descrições dos documentos no sistema de informação, existe uma equipe encarregada de avaliar os termos de indexação inseridos. Como não é sua atribuição analisar a descrição como um todo, os termos chegam isolados às suas mãos, o que dificulta a avaliação da sua pertinência.

Por não existir na instituição um vocabulário controlado próprio, a recomendação é que o indexador pesquise o termo a inserir em quatro fontes principais: a apostila *Regras para indexação dos documentos da CDA*, de Nilda Sampaio Barbosa, (ex-bibliotecária da instituição); *Terminologia de assuntos* do sítio da Biblioteca Nacional; *Vocabulário controlado básico* do Senado Federal e o Catálogo online da *Library of Congress*. Isto acontece para que, mesmo com descrições diferentes, a instituição possa apresentar termos de busca iguais nos diferentes acervos, em benefício do pesquisador usuário.

Ainda assim, esta recomendação não é o suficiente para a construção de uma política de indexação e um vocabulário controlado próprios. Para que se construa uma política de indexação, é necessário que se crie estratégias para a recuperação da informação. A começar pela escolha de indexadores que possam compreender o documento, fazer uma análise conceitual e representar adequadamente o seu conteúdo. Não basta construir uma lista de procedimentos a ser seguidos, deve-se, acima de tudo, entender a filosofia dos objetivos da recuperação da informação. (FUJITA; RUBI, 2003).

Com este objetivo, aqui apresenta-se uma proposta de criação de vocabulário controlado tomando como exemplo uma parte da listagem de termos de indexação autorizados do SIAN. Neste caso, selecionou-se os termos iniciados com a letra N, exceto nomes próprios.

3 | OBJETIVOS

3.1 Objetivos gerais

Apresentar os termos de indexação do Sistema do Arquivo Nacional, acrescentando termos específicos, gerais e relacionados.

3.2 Objetivos específicos

A partir da análise dos termos, ser capaz de diagnosticar inconsistências na indexação das informações na base de dados;

Reunir em ordem alfabética os termos autorizados do SIAN para identificar a necessidade do estabelecimento de relações entre eles.

4 | METODOLOGIA

Para melhor exemplificar a necessidade da avaliação do processo de indexação no Arquivo Nacional, e para que possamos dar um primeiro passo rumo a criação de uma nova política, elaborou-se um exemplo de vocabulário controlado com termos iniciados pela letra N.

Neste caso, utilizou-se somente termos inseridos no SIAN até o dia 21 de março de 2019. De acordo com a listagem *Termos de Indexação* da base de dados, existem 1401 (mil quatrocentos e um) termos de indexação que começam com N. Dos quais, apenas 42 (quarenta e dois) são termos possíveis para um vocabulário controlado, os outros são termos onomásticos e geográficos.

Na formação dos termos relacionados, gerais e específicos, primou-se pela utilização dos termos já existentes na base de dados. As fontes de referência para auxiliar tal processo foram o Catálogo de Terminologia de Assuntos do sítio da Biblioteca Nacional e o *Vocabulário Controlado Básico* do Senado Federal. Também

dessas fontes foram retirados termos que melhor suprissem a formação das cadeias e renques quando ausentes no SIAN. Alguns foram passados do singular para o plural.

Os termos vem acompanhado das seguintes siglas:

TG (Termo Genérico): o termo que se segue refere-se a um conceito com conotação mais ampla.

TE (Termo Específico): o termo que se segue refere-se a um conceito com conotação mais específica.

TR (Termo Relacionado): o termo que se segue está associado, mas não é nem um sinônimo, nem um termo genérico ou termo específico.

NE (Nota Explicativa): uma nota que se junta a um termo para indicar seu significado específico dentro de uma linguagem de indexação.

USE (indica o termo preferido): o termo que se segue é o termo preferido quando se deve escolher entre sinônimos ou quase-sinônimos.

5 | SUGESTÃO DE VOCABULÁRIO CONTROLADO

Nação brasileira

USE Brasil

Nacionalidade

N.E. Usado para obras que tratam de um aspecto do Direito civil que vincula a pessoa ao Estado através do nascimento ou obtida por meio de naturalização.

T.G. Direitos humanos

T.R. Naturalização

T.E. Estrangeiros

Narcotráfico

USE Tráfico de drogas

Nariz

N.E. Pode ser usado com a subdivisão - Doenças

T.G. Face

T.R. Olfato

T.R. Otorrinolaringologia

T.E. Cavidades nasais

Nascimento

T.G. Ciclo de vida

T.R. Aborto

T.R. Gravidez

T.R. Natalidade

T.E. Parto (Obstetrícia)

Natação

T.G. Esportes aquáticos

T.R. Piscina

T.E. Nado borboleta

T.E. Nado *crawl*

T.E. Nado sincronizado

Natal

T.G. Datas comemorativas

T.G. Feriados e festas cívicas

T.E. Papai Noel

Natimorto

T.R. Morte

T.R. Nascimento

Naturalismo

T.G. Filosofia

T.G. Materialismo

T.R. Mecanismo (Filosofia)

T.R. Natureza

Naturalista

USE Naturalismo

Naturalização

T.G. Direito civil

T.G. Direito internacional público

T.G. Migração

T.R. Nacionalidade

T.E. Dupla nacionalidade

Naufrágio

USE Naufrágios

T.R. Acidentes marítimos

T.R. Segurança marítima

Navegação

T.R. Comércio marítimo

T.E. Navegação a vapor

T.E. Navegação aérea

T.E. Navegação fluvial

T.E. Navegação marítima

Navegação a vapor

T.G. Navegação

T.R. Navegação aérea

T.R. Navegação fluvial

T.R. Navegação marítima

Navegação aérea

T.G. Navegação

T.R. Navegação a vapor
T.R. Navegação fluvial
T.R. Navegação marítima

Navegação fluvial

T.G. Navegação
T.R. Navegação a vapor
T.R. Navegação aérea
T.R. Navegação marítima

Navegação marítima

T.G. Navegação
T.R. Navegação a vapor
T.R. Navegação aérea
T.R. Navegação fluvial

Navios

N.E. Indica noção genérica. Será seguido da denominação quando a indicação for específica.

T.G. Embarcação
T.R. Barcos
T.R. Lanchas
T.E. Navios-escola
T.E. Navios de guerra

Nazismo

T.G. Doutrina política
T.R. Fascismo
T.R. Neonazismo
T.E. Movimento antinazista

Necrofilia

T.G. Psicologia
T.G. Distúrbios psicológicos
T.G. Desvios sexuais
T.G. Sadomasoquismo
T. R. Incesto
T.R. Sadismo

Necrológio

USE Homenagem póstuma como subdivisão de cabeçalho onomástico ou temático. Ex: Zavascki, Teori Albino, 1948-2017 - Homenagem póstuma; Economista – Homenagem póstuma.

Negligência

T.G. Ato ilícito
T.R. Imperícia
T.R. Imprudência

Negócios

N.E. Usado no sentido de transações comerciais.

T.G. Administração

T.G. Economia

T.R. Administração de empresas

T.R. Comércio

T.E. Empresas

T.E. Negócios eclesiásticos

Negócios eclesiásticos

T.G. Negócios

Negócios políticos

USE Política

Negros

N.E. Usar, também, ligado a determinados assuntos. Ex: Negros na literatura.

T.R. Cultura negra

T.R. Escravidão negra

T.R. Discriminação racial

T.E. Trabalhador negro

Neutralidade

N.E. Usado para obras que tratam de países que se recusam a tomar partido entre os países beligerantes.

T.G. Direito de guerra

T.R. Guerra

T.R. Relações internacionais

Neve

T.G. Inverno

T.R. Chuva

T.E. Esqui

T.E. Gelo

Nome suposto

T.R. Contravenção

Nomeação

N.E. Usar como subdivisão de cabeçalho. Ex: Juízes – Seleção e nomeação.

Nomeação – pedido

USE Nomeação

Norma financeira

USE Crédito

Normalização técnica

USE Normas técnicas

Normas técnicas

T.G. Normalização

T.G. Elaboração de manuais

Nota diplomática

USE Diplomacia – Notas

Notas

N.E. Usar como subdivisão de cabeçalho de assunto. Ex: Igrejas – Notas.
Especificar o tipo de nota. Ex: Nota fiscal; Nota promissória, Nota de rodapé.

Notificações

T.R. Carta precatória

T.R. Edital

Novos direitos

USE Direito de posse

Núcleo colonial

T.R. Imigração

T.R. Divisões territoriais e administrativas

Nunciatura apostólica

T.G. Apostolado

Nutrição

T.R. Alimentação

T.R. Desnutrição

T.E. Nutrição infantil

T.E. Nutrição materna

Nutricionista

USE Nutrição

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma instituição como o Arquivo Nacional, a construção de uma política de indexação esbarra em alguns fatores, como a dificuldade na identificação do usuário da instituição, já que é um órgão destinado a qualquer cidadão brasileiro. Além disso, falta na estrutura da organização, espaço no qual o tratamento técnico possa ser realizado independente do tipo ou suporte do documento, ou seja, no qual técnicos possam padronizar procedimentos, analisá-los e discuti-los.

Na situação apresentada não foi possível determinar se o processo de indexação é exaustivo ou específico. Percebe-se, entretanto, uma tendência à exaustividade na seleção dos assuntos.

Já a linguagem adotada enfrenta sérios problemas de restrição por conta do sistema integrado não apresentar busca *booleana*, o que dificulta a utilização da indexação pós- coordenada. Ainda assim, muitos termos são inseridos pós-coordenados, o que resulta em dificuldade na recuperação da informação. Há uma enorme capacidade de revocação com precisão mínima. Além disso, muitos termos

são registrados em linguagem livre. Em uma instituição na qual o volume documental é imenso e diversos fundos são compartilhados por diferentes equipes, este fato resulta na criação de diferentes termos para assuntos semelhantes.

Para que o Arquivo Nacional possa construir um vocabulário controlado próprio, uma série de novos procedimentos podem ser adotados, como a formação de um grupo de indexadores para discutir e analisar documentos e termos em conjunto e a elaboração de procedimentos para a realização da atividade, tais como: escolha de linguagem; limites para entrada de assuntos compostos e para inserções de termos de indexação; a avaliação do sistema para se conhecer o nível de satisfação do usuário; o levantamento dos assuntos centrais e periféricos dos acervos, para saber se a listagem de termos presente supre a necessidade dos usuários; por fim, revisão de todo o vocabulário controlado do SIAN e dos catálogos e sistemas das equipes; com análise termo a termo para iniciar o processo de montagem de cadeias e renques.

Este artigo anseia ser um instrumento para o aperfeiçoamento do sistema de forma que ele responda de maneira eficiente o anseio cada vez maior da população de explorar todas as possibilidades de acesso à informação.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Acesso à informação**: institucional. Rio de Janeiro, [2019?]. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional.html>> Acesso em: 21 mar. 2019.

_____. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **SIAN**: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <<http://an/sian/Seguranca/Principal.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

AULETE digital. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Acervo digital**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2000. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **PGR** : catálogo da RVBI. Brasília: Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal, [200-]. Disponível em: <http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/7GX5KSFYUSNMBXKNA3MATXQASDJJDMRUAALIEI2LDP675VC8NF-01026?func=find-b-0&local_base=sen10>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CARNEIRO, Marília Vidigal. **Diretrizes para uma política de indexação**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. **Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados**. In: Perspectivas em Ciência da

Informação, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

SOUZA, Vanessa Inácio. **Indexação: teoria e práticas do corpo indexador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2009.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Vocabulário Controlado do SIBi/USP**. São Paulo, 2006-2013. Disponível em: < <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/Sibix652.dll/Index3>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

GUILHERMINA DE MELO TERRA Com Pós-doutorado em Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), Doutorado em Museologia, pela mesma Faculdade, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas, Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Católica Dom Bosco e Graduação em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Amazonas, Guilhermina Terra é professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas. Lotada no Colegiado de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação, atua tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Membro aderente do MINON Internacional e ICOM-PT, bem como integra dois grupos de pesquisa, sendo um intitulado Grupo de Pesquisa CRISOL - Pesquisas e Estudos Culturais: Patrimônio & Memória, pela Universidade Federal do Maranhão, junto à Linha de Pesquisa Nova Museologia e Ecomuseus e o segundo grupo é intitulado Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Amazonas, sendo que se encontra em tramitação a criação do seu próprio Grupo de Pesquisa. Durante sua trajetória, a professora atuou como coordenadora do primeiro Curso de Especialização em Museologia da região Norte, oferecido pela Universidade Federal do Amazonas, no período de 2006 a 2007, bem como é membro do Conselho Editorial da Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIN.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-342-2

